

# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

João Alberto Ferreira Sampaio

Orientadores:

Prof. Doutora Mónica Alcindor

Prof. Doutor Paulo Guerreiro

Prof. Doutor Rui Florentino



## **PREÂMBULO**

Dissertação desenvolvida para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura e Urbanismo, apresentada na Escola Superior Gallaecia e realizada pelo estudante João Alberto Ferreira Sampaio, nº658-10, enquadrada na Unidade Curricular de Projecto-Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo. Foi orientada pela Professora Doutora Mónica Alcindor, Professor Doutor Paulo Guerreiro e Professor Doutor Rui Florentino, entre Maio de 2015 e Julho de 2017.

A investigação enquadra-se no âmbito do Espaço Público e dos Conjuntos de Habitação Social e Económica, cujo título, “O Espaço Público nos Conjuntos de Habitação Social e Económica no Concelho de Viana do Castelo”, reflecte os estudos de caso e análise dos respectivos conjuntos urbanos, aprofundando uma perspectiva técnica e funcional do espaço público, mas também uma perspectiva sob o processo cognitivo de leitura do mesmo.



## AGRADECIMENTOS

Fico-vos obrigado. Fico obrigado perante vós. Fico vinculado perante vós. Fico-vos comprometido (...) agradecendo-vos a vossa atenção. Fico obrigado, vinculado a continuar este diálogo e poder contribuir na medida das minhas possibilidades para os vossos projectos, para os vossos trabalhos, para as vossas reflexões, para o vosso diálogo (Sampaio da Nóvoa, 2014).<sup>1</sup>

À família que contribuiu e persistiu de todas as formas para que este momento fosse possível.

Aos orientadores: Arquitecta Mónica Alcindor pelo estímulo, compreensão e pela procura de entusiasmo; aos Arquitectos Paulo Guerreiro e Rui Florentino pelo saber e partilha.

A todos os que me ensinaram algo.

À Iolanda. À Vanessa. Por existirem e Serem simplesmente. Às pessoas que sem um nome mencionado revelaram amizade e carinho no caminho partilhado até hoje.

À esperança, à luta e a tudo aquilo que não me deixou desistir.

Aos antifascistas, à comunidade LGBT, aos feminismos, por um mundo melhor, inclusivo e livre.

A todos e a todas,

Obrigado.

---

<sup>1</sup> Sampaio da Nóvoa (2014, Setembro). Formar professores para o futuro. III Encontro PIBID UNESPAR, Matinhos e Paranaguá, Estado do Paraná, Brasil.



## **RESUMO**

Espaços públicos qualificados, revelam um papel importante como geradores de dinâmicas e potenciadores de padrões de vida saudáveis.

No campo da habitação social e económica, desenvolvida nas últimas décadas no concelho de Viana do Castelo, acresce-se uma notável desqualificação do espaço público construído, o que prejudica o ambiente urbano, caracteriza negativamente a imagem da cidade e a paisagem urbana, e influencia negativamente a vivência dos habitantes, a socialização e bem-estar dos seus utilizadores.

A partir do espaço público destes conjuntos urbanos e de uma reflexão sobre as intervenções nestes espaços, aliando conceitos teóricos e processos de análise sob a qualidade dos espaços públicos, desenvolveu-se a presente dissertação. O objectivo de inventariar os conjuntos de habitação social e económica no concelho de Viana do Castelo e de analisar a qualidade do espaço público dos mesmos, tem por base a verificação e complementaridade de vários conceitos teóricos e práticos que se suplementam.

Neste trabalho, a análise do espaço público desenvolve-se sob duas perspectivas gerais. A análise funcional ou técnica dos requisitos e cumprimento de exigências para o desenvolvimento de actividades, funcionamento de áreas funcionais e direitos de utilização dos espaços; e o desenvolvimento do processo cognitivo de experimentação do espaço público, por um determinado observador ou utilizador, o qual recai numa análise dos estímulos sensoriais e visuais na utilização dos diferentes momentos espaciais do espaço público.

Metodologicamente, a investigação apresenta-se em duas fases: a primeira fase corresponde à inventariação dos conjuntos de habitação social e económica, existentes no

concelho de Viana do Castelo, e à análise individual de cada complexo habitacional segundo o Plano Director Municipal. Numa segunda fase procede-se à selecção de 6 casos de estudo: Bairro do Jardim, Urbanização da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril, Bairro do Fomento – IGAPHE, Urbanização Municipal do Meio, Urbanização Municipal da Felgueira e Urbanização Municipal da Areia. Trata-se de caracterizar e identificar as qualidades do espaço público, analisando em profundidade vários aspectos do espaço público dos conjuntos habitacionais.

Em conclusão, a investigação, constitui um contributo para o conhecimento do espaço público em Viana do Castelo, particularmente dos conjuntos de habitação social e económica no concelho, através da identificação e caracterização dos mesmos e da proposta de recomendações para a elaboração de programas de reabilitação dos espaços públicos degradados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço Público, Habitação Social, Habitação Económica, Viana do Castelo, Qualidade

## **ABSTRACT**

Qualified Public Spaces, reveal an important role as generators and enhancers of dynamics and healthy lifestyles.

In scope of social and economic housing developed in the last decades at Viana do Castelo, is denoted some disqualification at the public space constructed. That, harms the urban environment and characterizes negatively the city image and also townscape, contributing to residents' bad experiences and to the constant gaps in socialization and well-fare of those public spaces users.

The present thesis starts with a reflection of the public space of those urban sets and the interventions in this kind of spaces, taking care of theoretical concepts and processes of quality analysis of public space. The main goal of inventorying social and economic housing in Viana do Castelo and analyzing the quality of their public space is based on the verification and complementarity of several theoretical and practical concepts that are supplemented.

In this work, the public space analysis is developed under two different perspectives. The technical and functional analysis of requirements and the fulfillment of them for the development of activities, functional areas and space uses right's; and the development of the cognitive process of experimentation of the public space, by a certain observer or user, which relies on an analysis of the sensorial and visual stimuli in the use of the different spatial moments of the public space.

Methodologically, the research is presented in two phases: the first phase corresponds to the inventory of social and economic housing in Viana do Castelo, and to the individual analysis of each housing complex according to the Plano Director Municipal of the city. In a second phase, 6 case studies are selected: Bairro do Jardim, Urbanização da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril, Bairro do Fomento – IGAPHE,

Urbanização Municipal do Meio, Urbanização Municipal da Felgueira e Urbanização Municipal da Areia. That is about characterizing and identifying the qualities of public space, analyzing in depth various aspects of the public space of social and economic housing.

In conclusion, the research contributes to the knowledge of the public space in Viana do Castelo, particularly in social and economic housing, through the identification and characterization of that public spaces and the proposal of recommendations for the elaboration of rehabilitation programs in degraded cases.

**KEY WORDS:** Public Space, Social Housing, Economic Housing, Viana do Castelo, Quality

## **ABREVIATURAS**

CEE – Comunidade Económica Europeia  
CMVC – Câmara Municipal de Viana do Castelo  
CP – Comboios de Portugal  
EU-SILC – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento  
FFH - Fundo de Fomento à Habitação  
HE – Habitações Económicas  
HE-FCP - Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência  
IGAPHE – Instituto de Gestão do Património Habitacional do Estado  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana  
INH - Instituto Nacional da Habitação  
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos  
PDM – Plano Director Municipal  
PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano  
PUC – Plano de Urbanização da Cidade  
RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas  
UM – Urbanização Municipal  
VC – Viana do Castelo



PREÂMBULO	
AGRADECIMENTOS	
RESUMO	
ABSTRACT	
ABREVIATURAS	
ÍNDICE DE CONTEÚDOS	
<b>PARTE I   Introdução</b>	<b>15</b>
1.1 Contextualização	17
1.2 Justificação da problemática	19
1.3 Objetivos	22
1.4 Estado da arte	24
1.5 Metodologias de Investigação	35
1.6 Estrutura da Dissertação	49
<b>PARTE II   Fundamentação Teórica</b>	<b>53</b>
2.1 Espaço Público	55
2.2 Componentes do Espaço Público	68
2.3 Análise do Espaço Público	81
<b>PARTE III   Enquadramento Histórico e o Processo das Políticas de Habitação em Portugal</b>	<b>125</b>
3.1 Habitação Social e Urbanismo	127
3.2 Políticas de Habitação em Portugal	158
<b>PARTE IV   Conjuntos de Habitação Económica em Viana do Castelo</b>	<b>205</b>
4.1 Enquadramento Geral de Viana do Castelo	207
4.2 Conjuntos de Habitação Social e Económica	239
4.2.1 Inventário	241
4.2.2 Análise dos Conjuntos de Habitação em Função do PDM	262
4.3 Análise Individual	272
4.3.1 Critérios de Selecção	272
4.3.2 Bairro do Jardim	277
4.3.3 Bairro de Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril	291
4.3.4 Bairro do IGAPHE- Darque	303
4.3.5 Urbanização Municipal do Meio	317
4.3.6 Urbanização Municipal da Felgueira	329
4.3.7 Urbanização Municipal da Areia	341
4.4 Análise Comparativa	353
4.4.1 Integração Urbana	353
4.4.2 Estado e Qualidade	354
4.4.3 Sentido de Lugar	359
4.4.4 Necessidades   Expectativas	361
<b>PARTE V   Considerações Finais</b>	<b>367</b>
5.1 Conclusões	369
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	381
ÍNDICE DE FIGURAS	394
ÍNDICE DE TABELAS	397
ÍNDICE DE GRÁFICOS	399
ANEXOS	400



# **PARTE I**

## **INTRODUÇÃO**



## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, refere no Artigo 65º, que todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

O direito a uma habitação condigna, é largamente reconhecido pela Câmara Municipal de Viana do Castelo. Ao longo dos anos o seu amplo envolvimento, nas questões relacionadas com o combate à pobreza e à exclusão social, tem passado pela adopção e desenvolvimento de medidas, que visam apoiar os munícipes com carências habitacionais que, frequentemente, se traduzem em condições de vida degradantes. Deste modo, o Município de Viana do Castelo, procura minimizar o risco de reprodução geracional de ciclos de pobreza, através da intervenção directa junto de um dos principais responsáveis pela proliferação deste fenómeno – a habitação.

Existem nove urbanizações sociais municipais existentes no concelho: Darque U.M. da Areia; Barrocelas U.M. do Souto; Alvarães U.M. da Costeira; Perre U.M. da Felgueira; Castelo do Neiva U.M. de Sendim; Alvarães U.M. de S. José; S. Romão do Neiva – Bairro Social de Reinas; Areosa U.M. do Malhão; Areosa U.M. do Meio (Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social de Viana do Castelo, 2013).

O Sistema de Informação para o Património Arquitectónico da Direcção Geral do Património Cultural, indica a existência de outros bairros construídos sob desígnio de habitação de carácter económico: Bairro de Casas para Pescadores de Viana do Castelo, Bairro do Jardim, Bairro dos Benfeitores de Sta. Casa da Misericórdia, Bairro do Conde de Bertandos, Bairro de Santiago, Bairro Padre Luís Faria, Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Além destes existe o Bairro da Rua de Ourense, e ainda o Bairro da Bandeira ou da Previdência, que surge no antepiano geral de urbanização de Viana do Castelo, de 1945, do arquitecto João Aguiar.

Existem ainda, outros 3 complexos habitacionais pertencentes ao IHRU, sendo eles: Darque – Bairro do IGAPHE; Monserrate – Bairro da Escola Técnica; Meadela – Bairro da Meadela (Rede Social de Viana do Castelo, 2008).

No caso destes últimos 3 bairros geridos pelo IHRU em Viana do Castelo, estes estão altamente carenciados de obras (Lusa, 2016), pelo que existem planos integrados de acção para as comunidades desfavorecidas, aliados a planos de regeneração urbana. Desta forma, tem-se assinalado em alguns periódicos os investimentos previstos para a requalificação de bairros degradados, como os casos de Darque, Meadela e Monserrate.

É fundamental para a recuperação de bairros degradados, incentivos ao desenvolvimento de planos de regeneração urbana que incluam acções nas zonas degradadas, pelo que é necessário o seu reconhecimento e identificação.

## **1.2 JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA**

O espaço público é um ponto menos qualificado, junto de alguns conjuntos urbanos, principalmente aqueles destinados à habitação social e económica. Esta desqualificação surge desde a comunicação do espaço interno da casa para com as ruas, à adequação para responder a necessidades funcionais e recreativas.

Os conjuntos habitacionais de carácter social e económico, têm passado por diferentes medidas políticas para solucionar os problemas do sector habitacional, pelo que o espaço público desses conjuntos tem sido também influenciado por tais políticas.

Hoje em dia, a questão atribuída ao espaço público na habitação social e económica em Portugal, não é tanto de ordem quantitativa, mas sim qualitativa. Após a construção de uma série de conjuntos urbanos, estes denotam já um considerável estado de deterioração, originados pelo constante vandalismo, à falta de manutenção dos próprios edifícios e do espaço público adjacente, revelando este, já alguma inadequabilidade aos utilizadores da zona.

Os aspectos físicos dos conjuntos habitacionais integram o espaço público e os edifícios, que muitas vezes resultaram de situações urbanísticas e habitacionalmente deficientes e que se prolongaram ao longo do tempo até aos dias de hoje. A qualidade do espaço público, não é uma determinante independente, no que diz respeito à qualidade de vida e do habitar, mas potencializa a criação de espaços residenciais, públicos e urbanos verdadeiramente geradores ou influenciadores de qualidade de vida.

Espaços públicos de qualidade, bem projectados e bem geridos, podem desempenhar um papel crucial na promoção do bem-estar de cada indivíduo e contribuem positivamente para as nossas cidades em termos sociais, económicos e ambientais.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O diagnóstico social da região de Viana, concluiu que alguns dos problemas que afectam a qualidade de vida nestes espaços, estão relacionados com acessos limitados e reduzidos entre espaços habitacionais e espaço público, sazonalidade urbanística, habitações clandestinas sem infra-estruturas adequadas, como consequência da escassez de habitação social e a população idosa (Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima, 2009).

Alguns dos edifícios em complexos habitacionais de cariz social, nunca tiveram obras de reabilitação e chegam a não ter janelas ou portas, resultado de situações de vandalismo e há zonas sem iluminação (Porto Canal, 2016).

Posto isto, o desenvolvimento de planos de acções abrangendo as comunidades desfavorecidas, é o reconhecimento de que há espaços que não estão suficientemente vitalizados. Segundo uma nota lançada em Setembro de 2015, no site da Santa Casa da Misericórdia, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) em Viana do Castelo, tenciona aliar as áreas de regeneração urbana a um plano de acção integrado para as comunidades desfavorecidas. Este plano de acção, contempla para além da frente ribeirinha de Viana do Castelo, zonas urbanas da periferia, nomeadamente Darque, Monserrate e Areosa. “Serão articuladas acções nos bairros sociais do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbanas de Darque, do Lugar da Areia, da Meadela, e da Escola Técnica” (O Minho, 2015).

Coelho (2005), refere-se à "necessidade de, urgentemente, se ter uma ideia rigorosa sobre as condições de sensibilidade social, de integração urbana e do estado físico dos conjuntos de interesse social existentes e designadamente dos grandes conjuntos do realojamento situados nas periferias das nossas cidades”.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Desta forma, é de grande importância estudar as variadas soluções identificadas na habitação social portuguesa, focando-se no contexto do concelho de Viana do Castelo. Pretendem-se estudar os exemplos de modelos aplicados, de inserção no território urbano e determinar a qualidade dos elementos do espaço público dos mesmos, aspectos fulcrais para possíveis acções integradas de reabilitação urbana e habitacional.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O estudo do espaço público dos conjuntos de habitação social e económica no concelho de Viana do Castelo, tratou os seguintes objetivos:

### 1.3 OBJETIVOS

**-Identificar os diferentes modelos de habitação social e económica existentes no concelho de Viana do Castelo.**

Este objectivo constitui um passo prévio à caracterização do espaço público, e prende-se com a importância de identificar os modelos habitacionais utilizados em cada conjunto de habitação, já que estes têm implicações nas fachadas produzidas pelos mesmos e influenciam os tipos de espaço público adjacentes.

Desta forma e, graças ao trabalho de campo e análise documental, foi possível identificar e caracterizar os modelos habitacionais utilizados em cada conjunto, procedendo-se à realização de fichas técnicas de inventariação que compreendam todos os conjuntos de habitação social e económica.

**-Caracterizar o espaço público e seus elementos nos conjuntos de habitação social e económica no concelho de Viana do Castelo.**

Este objectivo aborda um estudo aprofundado do espaço público dos conjuntos habitacionais existentes, tornando-se um dos pontos principais para perceber o estado actual dos mesmos. Inicialmente, será efectuada a caracterização dos tipos de espaço existentes e seus elementos. Este objectivo permitirá retirar conclusões relativamente às potencialidades do espaço público de cada conjunto habitacional, para o desenvolvimento de actividades específicas, identificar lacunas, avaliar a qualidade dos espaços e elementos presentes, caracterizando o espaço público.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

### **-Recomendações para a elaboração de programas base para a reabilitação destes conjuntos urbanos.**

Este objectivo pretende a identificação de recomendações para a elaboração de programas base para a reabilitação dos espaços públicos dos conjuntos habitacionais degradados.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O Estado da Arte é um dos pontos mais importantes da investigação científica, já que é, neste, que se refere tudo aquilo que tem vindo a ser descoberto sobre o tema tratado. Permitindo, então, poupar tempo com investigações desnecessárias e colaborar para o desenvolvimento de novos postulados e paradigmas. Na actuação científica:

### 1.4 ESTADO DA ARTE

O pesquisador, ao desenvolver para o leitor o assunto, deixa de ser por um momento investigador, para se tornar o filósofo de seu trabalho. Abandona as técnicas da pesquisa com que já se habituara, para usar os recursos da lógica da demonstração. (Salomon, 1991, p.239)

O Estado de Arte deste trabalho, foca-se no contexto urbanístico de Viana do Castelo, realçando umas perspectiva legal sobre como as diferentes ações, operações e planos urbanísticos se preocuparam com o tema do espaço público e como operaram sobre este no concelho. Desta forma, liberta-se todo o pensamento teórico e suas diferentes abordagens para o capítulo da Fundamentação Teórica, Parte II, e para o capítulo do Enquadramento Histórico e o Processo das Políticas de Habitação em Portugal, Parte III.

Neste Estado de Arte, faz-se uma leitura transversal do tema estudado procurando reflectir sobre o assunto do espaço público, que se foi metamorfoseando e/ou que evoluiu e regrediu nas suas formas e conceitos, sem a existência de um progresso linear. Trata-se também da utilização, conceito e necessidades associadas ao espaço público, do desenvolvimento deste nos conjuntos de habitação social e económica, da sua evolução nas últimas décadas e como se apresenta hoje e, ainda, dos

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

aspectos que podem interferir no projecto e desenho desses mesmos espaços.

As questões ligadas ao processo evolutivo do espaço público, muito se relacionam com as necessidades de responder às dinâmicas exigidas para a fruição dos espaços em segurança e com conforto.

Com a entrada das dinâmicas de planeamento do Engenheiro Duarte Pacheco da década de 30/40, em Portugal, avança-se na implementação de alguns princípios da Carta de Atenas relativamente à fruição/uso do espaço público, uma vez que esta previa que espaço privado se concentrasse apenas no edificado e o espaço público seria tudo o que ficasse fora de portas.

Ainda associado a este processo de requalificação do espaço público há dois fenómenos como o I Congresso do Sindicato dos Arquitectos em 1948 e a implementação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) que muito contribuíram para a alteração do pensamento relativamente ao modo como se vai projectar o espaço público e a forma como se vai usar/reclassificar.

Viana do Castelo não é alheio a estes factos e o novo olhar vai reflectir-se no espaço público Vianense com a implementação dos planos do Arq. João Aguiar.

Desde o final da década de 30, surgem na cidade de Viana do Castelo, o Bairro do Jardim, inaugurado em 1962 e o Bairro da Providência ou da Bandeira, previsto no antepiano de 1945 do Arquitecto João Aguiar. Com estas novas abordagens, influenciadas pela Carta de Atenas, o espaço público, de repente, deixa de se resumir unicamente ao passeio e à rua, adquirindo novas formas e dinâmicas de fruição dos espaços.

A estrutura urbana da cidade de Viana do Castelo, naquilo que corresponde à expansão para lá do seu centro histórico, muito

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

deve ao Antepiano Geral de Urbanização de Viana do Castelo, iniciado em 1945, aprovado em 1950 e revisto em 1961. Nesta altura as grandes preocupações iam de encontro ao funcionamento da rede viária e ao estudo das zonas de expansão da cidade, imprimindo um outro olhar sobre o modo como se usa o espaço público. A parcela individual agora desaparece e os novos espaços públicos são amplos e permitem uma boa circulação.

A década de 40 marcou-se em Viana do Castelo por uma série de planos com intenções racionalistas, dos quais se destacam o Arranjo Urbanístico de Sta. Luzia (Arq. Faria da Costa), o Plano de Arranjo do Porto de Viana do Castelo (Paulo Cunha) e o já referido Antepiano de 1945 (Arq. João Aguiar). Este último, muito afectou as décadas seguintes e os futuros planos da cidade, tornando-se influentes até à década de 90.

No final da década de 70 e na passagem para os anos 80 surgem, num âmbito de políticas socialistas, a construção do Bairro do Fomento (IGAPHE, em Darque) e a Urbanização da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril. O momento pós-revolução de Abril, talvez tenha permitido a libertação de uma certa carga ditatorial existente até então, o que se revelou, no caso dos Capitães de Abril, no desenvolvimento de vários valores de conforto e resposta a necessidades de diferentes faixas etárias, no domínio do espaço público da habitação de carácter económico.

No final do século XX, as lógicas de ordenamento do território e consequente planeamento do espaço público, passam a ter como ponto de partida os Planos de Ordenamento Municipal (Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de Março). O 1º PDM da cidade de Viana foi concluído em Dezembro de 1990, ratificado em Agosto de 1991 e publicado em 31 de Dezembro do mesmo ano.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Tratando-se essencialmente de um plano de ordenamento para a área do concelho, define as regras básicas para a ocupação, uso e transformação do solo apontando para um aprofundamento das suas propostas em áreas mais sensíveis que exigem maior grau de definição.

Este documento macro apresenta no seu regulamento alguns indicadores que contribuem transversalmente todo o município para a melhoria da criação futura de espaço público. No entanto, os reflexos ao nível do espaço público diluem-se pelo concelho de Viana e conseqüentemente na habitação social e económica. A aplicação dos parâmetros de ocupação incide no dimensionamento dos passeios, nas vias, no estacionamento, nos espaços verdes e nos equipamentos públicos.

Com base neste PDM, elabora-se mais tarde o Plano de Urbanização da Cidade (PUC), dando aso a vários estudos urbanísticos e projectos para a cidade. Logicamente, o grau de pormenorização do tratamento do espaço público aumenta com este plano de urbanização. A caracterização geométrica das vias classificadas na rede primária, secundária e terciária variam, assim como o tipo solo urbano e rural. A faixa de rodagem, o passeio, o estacionamento, as bermas e mesmo as paragens de autocarro alteram conforme a classe de via. O regulamento, a norma é extensível aos lugares de estacionamento para ligeiros e pesados. Todos estes condicionalismos vão contribuir para uma melhoria do conforto da fruição do espaço público.

Noutro momento inicial, o Plano Estratégico de Viana do Castelo, elaborado em 1995, é um documento onde são apontadas sete apostas estratégicas da cidade: afirmar a cidade como pólo dinamizador regional, reforçar Viana do Castelo enquanto centro regional de cultura e lazer, reforçar Viana do Castelo enquanto centro regional de formação e dinamização do

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

tecido económico, promover os eixos de internacionalização da cidade, estruturação territorial e reforço da coesão social; qualificação e valorização ambiental, desenvolver as capacidades de iniciativa e participação dos cidadãos.

Estas apostas estratégicas tinham como base a definição das centralidades (vectores de afirmação da cidade no exterior), as periferias (espaços em que importava reafirmar a coesão da cidade) e os ritmos (vontades dos cidadãos e estratégias das instituições) de Viana do Castelo. Muito embora este plano estratégico não tenha incidência directa sobre o espaço público, mas indirectamente participa no método de bem-estar do munícipe que usa essa zona de um modo confortável.

Contudo, após uma positiva evolução das características e do papel importante dos espaços públicos, e durante o período da pós-revolução, denota-se um retrocesso contemporâneo. O espaço público actual em Viana, e na habitação social especificamente, não responde às conquistas de Abril, tendo este voltado a ser uma parcela sobrance em grande parte dos conjuntos habitacionais na cidade de Viana do Castelo.

Segundo a revisão da proposta do Plano Director Municipal de Viana do Castelo (2008), previa-se o reforço da centralidade dos aglomerados urbanos de todas as freguesias. Através do aumento dos índices de construção dos núcleos mais centrais (com decréscimo para as periferias das freguesias, para contrariar a dispersão urbana), da colmatação das discontinuidades das áreas de construção (junto aos aglomerados e às principais vias de comunicação), do aumento das áreas destinadas ao desenvolvimento económico: quer pela ampliação substancial de zonas industriais já existentes (criação de outras que proporcionassem condições para novas instalações empresariais e novos empregos), quer pela aposta de fixação das populações nas freguesias, o reforço da rede de

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

equipamentos (com reorganização da sua distribuição no território do município). Traduzindo, tudo isto, o objectivo de promover as potencialidades turísticas do concelho.

Relativamente ao problema da habitação social económica e particularmente ao seu espaço público, resultam como zonas de enclaves, ilhas, isoladas nas freguesias impondo uma filosofia urbana onde ainda existem zonas de profunda ruralidade. Do ponto de vista do observador há uma assimetria no modo como se vive esse lugar onde se vai estacionar o carro e dormir para no dia seguinte ir trabalhar, num ciclo repetitivo de vida. As “conquistas de Abril” implementadas pela urbanização 25 de Abril desaparecem.

Por outro lado, foram sendo elaborados novos instrumentos de planeamento (planos de urbanização e de pormenor), inseridos em políticas de requalificação de espaços urbanos consolidados. Entre estes, destacam-se os inúmeros projectos de requalificação, renovação, reconversão e desenvolvimento ambiental que têm sido implementados em muitas cidades portuguesas protagonizados pelo Programa Polis. Estes projectos, procuram completar e valorizar, em termos urbanísticos, as insuficiências dos projectos de crescimento urbano que o sector privado promoveu.

A Polis Litoral Norte (2008), desenvolveu um conjunto de projectos/acções que visam resolver diferentes problemas da orla costeira procurando o equilíbrio e a interacção indispensáveis entre a conservação/protecção dos recursos naturais e o seu desenvolvimento socioeconómico. Para tal foram desenvolvidos os seguintes eixos de intervenção:

# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

## **Eixo 1 - Protecção e Defesa da Zona Costeira Visando a Prevenção de Risco**

- Medidas correctivas de erosão costeira e defesa costeira;
- Reordenamento e qualificação de frentes marítimas.

## **Eixo 2 - Preservação e requalificação dos valores naturais**

- Valorização paisagística e ambiental dos pequenos estuários;
- Requalificação e dinamização de áreas adjacentes à zona costeira.

## **Eixo 3 - Valorização e promoção dos valores naturais e culturais singulares do Litoral Norte**

- Reabilitação e dinamização de elementos patrimoniais e singulares da paisagem;
- Infraestruturas de apoio ao uso balnear;
- Promoção da mobilidade sustentável como forma de vivência da zona costeira.

## **Eixo 4 - Requalificação e revitalização de núcleos urbano-marítimos**

- Requalificação de frentes ribeirinhas.

## **Eixo 5 - Valorização e inovação nas actividades económicas e culturais**

- Valorização e inovação nas actividades económicas de base tradicional;
- Aplicação das TIC ao nível da informação e promoção territorial.

O projecto tem em conta a valorização essencialmente do espaço público, das frentes de mar ou de zonas ribeirinhas e centro-histórico, através da criação de zonas pedonais,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

ciclovias, espaços verdes, requalificação de parques naturais, instalação de equipamentos de lazer e redução ou condicionamento do tráfego automóvel.

Outro ponto de partida associa-se ao Centro Histórico da cidade de Viana do Castelo, que tem beneficiado de programas específicos, como o Programa de Urbanismo Comercial, mas também para a requalificação urbana a nível do espaço público, do qual resultou a pedestrianização dos principais arruamentos comerciais, que complementado com o plano de urbanização, estabeleceu uma reformulação do sistema viário, criando um anel de circulação a integrar no circuito dos transportes públicos e apoiado numa rede de parques de estacionamento subterrâneos.

Actualmente, a cidade arquitecta-se, sobretudo, pelas acções de políticas urbanas que utilizam os planos de urbanização e pormenor (do Centro Histórico, da Frente Ribeirinha e Campo d'Agonia e Parque da Cidade) como instrumento de uma política urbanística que procura promover a requalificação do espaço público e criar novas centralidades, ao mesmo tempo que procura contribuir para a consolidação das áreas periurbanas, reafirmando a coesão da cidade.

O Plano Estratégico de Habitação 2008-2013, aponta um dos seus eixos estratégicos na Reabilitação do Parque Habitacional Privado e Público, face à necessidade de renovação ou regeneração de áreas periurbanas nascidas com défices de serviços essenciais ainda não resolvidos e onde, com frequência, os problemas de degradação não residem necessariamente nas habitações, mas nas condições de vida social ou do ambiente urbano.

As propostas incluem-se no âmbito da Política das Cidades nomeadamente através das “Parcerias para a Regeneração

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Urbana” (2007-2013) que definem o apoio a programas integrados de requalificação e reintegração urbana de bairros críticos, onde a situação social e económica ou a degradação urbana justifiquem uma intervenção especial.

Concretamente, relativamente às medidas que se envolvem o espaço público de conjuntos habitacionais, a Medida 3.3 do Plano Estratégico de Habitação 2008-2013, refere-se à reabilitação do parque público. Trata-se de assegurar dignidade ao parque público existente, considerando as habitações, espaços públicos e equipamentos.

Segundo o mesmo documento, estas operações podem desenvolver-se em vários contextos territoriais, articulando intervenções nas áreas do edificado e do espaço público, no desenvolvimento de equipamentos e serviços de proximidade, na melhoria dos transportes e da segurança. Esta agitação urbana de intervenções vai interceptar as estruturas da habitação social e económica, que no passado gravitavam na periferia perdida e desenraizada, e que agora foram aglutinadas por uma leitura transversal, por um manto público de alterações, conferindo-lhe um todo bem integrado.

O último ponto, relaciona-se com a influência sofrida no espaço público pelos diferentes programas autárquicos eleitorais, que surgem de 4 em 4 anos. Neste campo, salientam-se as propostas realizadas para o centro histórico da cidade de Viana do Castelo, deixando praticamente ao abandono as áreas periféricas. Contudo, o Programa Eleitoral do Bloco de Esquerda de Candidatura à Câmara e Assembleia Municipal de Viana do Castelo (2009, p.13-14) salienta que as freguesias da periferia estão normalmente desprovidas de “muitos dos elementos constituintes do espaço público como sejam: passeios e iluminação adequados, equipamentos e mobiliário, espaços verdes e arborização, desenho qualificado e continuidades

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

espaciais legíveis”. O mesmo documento, visa a necessidade de se reorientar investimentos para o espaço público e requalificação urbana da periferia residencial de cidade, incidindo nas ligações de continuidade física e espacial e na criação de corredores verdes ou arborizados.

Tendo tudo isto em conta, deparamo-nos no contexto de Viana do Castelo, com uma clara dificuldade em compreender quais as condicionantes e definições projectuais que definem as opções menos qualificadas do espaço público dos últimos conjuntos de habitação social e económica construídos.

Projectar é fácil quando se sabe o que fazer. Tudo se torna fácil quando se encontra o modo de proceder para alcançar a solução de algum problema e os problemas que se nos deparam na vida são infinitos: problemas simples que parecem difíceis porque não se conhecem os problemas que se mostram impossíveis de resolver.

(Munari, 1981, p.12)

Na parte final deste Estado da Arte, viabiliza-se a reflexão sob vários pontos de vista, desde o fenómeno dos bairros construídos em zona periférica às limitações técnicas, ou ainda, sob certo condicionalismo programático e económico no desenvolvimento deste tipo de projectos.

Existe ou não um paradigma quanto à falta de cuidado com o espaço público dos conjuntos de habitação social e económica, para claramente responder a critérios programáticos? A desqualificação do espaço público dos conjuntos habitacionais deve-se aos próprios projectistas, às autarquias ou aos

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

programas? Como é que o espaço público tem sido tratado ao nível da habitação social e económica ao longo dos últimos anos? É este o trato desqualificado que deve ser dado ao espaço público e ao modo de habitar o espaço dos bairros sociais e económicos?

Várias hipóteses nos surgem. Por um lado, é possível que a prioridade até agora tenha recaído na necessidade de responder a uma série de critérios quantitativos, relacionados à habitação massiva em detrimento da qualificação do espaço público. Desde as autarquias, aos próprios projectistas, o querer responder aos problemas da habitação, vem a “sacrificar” o espaço público, a favor da massificação ou do aquartelamento da população incondicional e a todo custo. Contudo, torna-se fundamental reverter estas opções, num caminho próspero que responda às necessidades de fruição e lazer das populações, no espaço público destes conjuntos urbanos.

O espaço público deve ganhar relevo ao nível dos projectos dos conjuntos habitacionais em estudo, o qual deve ser alvo de intervenções de reabilitação, recorrendo a programas de melhoria do espaço físico e a soluções conceptuais que se adaptem aos costumes e hábitos de todos utilizadores. Esta lógica, deve permitir a valorização do património construído, o desenvolvimento artístico e cultural, o crescimento das oportunidades de comércio e trabalho, garantindo também uma maior inclusão e coesão social, padrões de vida saudáveis e a potencialização da identidade do lugar.

## **1.5 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

O campo de pesquisa basear-se-á, no estudo de caso do espaço público de modelos de habitação social e habitação económica, pertencentes à Câmara Municipal de Viana do Castelo, ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, a Cooperativas Económicas, e outros que tiveram no passado o desígnio de habitação económica de investimento estatal. Pretende-se o estudo do respectivo espaço público envolvente a estes conjuntos habitacionais, no concelho de Viana do Castelo.

### **1.5.1 NATUREZA DA METODOLOGIA**

A pesquisa recai sobre o método de multicaso, baseado na natureza comparativa (Yin, 2003; Groat & Wang, 2002). A recolha, a análise e o tratamento da informação é de natureza qualitativa. A estrutura desta investigação será efetuada através da inventariação e análise de vários conjuntos habitacionais de carácter social-económico. Desta forma, a metodologia adotada pretende realizar a comparação analítica entre os diferentes conjuntos habitacionais selecionados e a componente teórica, de forma a compreender o estado atual de conservação e de qualidade do espaço público desses conjuntos, com o objetivo de desenvolver recomendações para a elaboração de programas base para a reabilitação dos conjuntos degradados, para que possam beneficiar de uma melhoria qualitativa ao nível da integração na cidade e melhoramento da paisagem urbana e inserção social.

Assim, este estudo multicaso é o mais adequado à investigação a ser desenvolvida, isto é, ao espaço público dos conjuntos de habitação social, habitação económica no concelho de Viana do Castelo.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Numa primeira fase foram estudadas as tipologias habitacionais e o respectivo espaço público, separadamente, num total de 21 conjuntos habitacionais. Posteriormente foram seleccionados 6 casos de estudo, que foram analisados de modo aprofundado e utilizados para definir programas de base para a reabilitação dos espaços públicos destes conjuntos, naqueles que se concluiu existir algum défice qualitativo.

Os casos de estudo foram seleccionados de forma a conseguir a maior variedade possível ao nível da:

- Época de construção;
- Legislação;
- Estado de conservação;
- Estrutura/tipologia;
- Nº de fogos;
- Tipos de espaço público;
- Distância ao centro urbano.

A análise documental, permite a recolha e análise de informação nomeadamente de documentos existentes sobre o tema em estudo (Saint-Georges, 1997). A documentação recolhida e analisada ao longo da pesquisa é a base de uma investigação bem fundamentada. Este material pode ser escrito, e fazem parte do mesmo: documentos oficiais [provenientes dos organismos oficiais locais: Câmaras Municipais, Arquivos, etc.], não oficiais [provenientes de livros, revistas, dissertações, etc.] ou material não escrito, [no qual se incluem imagens, sons, objetos, entre outros] (Albarelo et al., 1997).

### 1.5.2 SELEÇÃO DE CASOS DE ESTUDO

### 1.5.3 TÉCNICAS

#### ANÁLISE DOCUMENTAL

Entrevista

Observação

Fotografia

Notas de campo



## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Neste caso, a recolha de material documental divide-se em duas fases:

- Numa primeira fase recolheu-se informação sobre os temas necessários para o desenvolvimento e compreensão deste estudo. A coleta de informação realizou-se através de diversas fontes documentais escritas [não oficiais], tais como: livros, revistas, artigos, dissertações de mestrado e doutoramento, documentos internacionais. A referida coleta de dados permitiu realizar um enquadramento teórico sobre o espaço público e a habitação social e económica.
- Numa segunda fase recolheu-se informação de carácter específico sobre cada caso de estudo. Esta etapa consistiu na recolha de fontes documentais escritas e não escritas dos processos de licenciamento das Câmaras Municipais [documentos oficiais], publicações em revistas, dissertações de mestrado [documentos não oficiais].



Análise documental

**ENTREVISTA**

Observação

Fotografia

Notas de campo

A entrevista adquire bastante importância no estudo de caso, pois através dela o investigador percebe a forma como os sujeitos interpretam as suas vivências já que “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan & Biklen, 1994, p.134).

Nesta técnica, os informantes utilizados foram de dois tipos. Informantes-directos, no caso de moradores do complexo urbano, que são utilizadores do espaço público respectivo.

Informantes-indirectos, no caso de utilizadores frequentes do espaço público, que não residem no complexo habitacional respectivo.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Numa primeira fase da investigação, foi utilizada a entrevista livre (Ghiglione & Matalon, 1997). Esta técnica permite ao entrevistador, procurar aprofundar um determinado tema num sentido amplo. A passagem de informação foi feita de forma espontânea por parte do entrevistado, ao longo de um percurso pedonal previamente definido. Este percurso surge, através da teoria do autor Cullen (2006), que propõe o sistema de Visão Serial, para uma análise cognitiva do espaço público. O percurso pedonal procura identificar, do ponto de vista sensorial da observação do utilizador (um informante directo ou um informante indirecto), características e emoções, fruto da relação com o espaço construído.

Numa segunda fase foi utilizada a entrevista semidirectiva (Ghiglione & Matalon, 1997). Estas dirigem-se aos informantes directos dos casos de estudo, ou seja, os moradores dos conjuntos de habitação social e económica. Sendo este elemento significativo para o desenvolvimento da investigação, esta surge da necessidade de aprofundamento de conhecimentos relativamente ao espaço público dos conjuntos de habitação social e económica, orientadas em função da investigação teórica. Esta baseia-se num esquema de perguntas, embora a ordem pela qual as questões são abordadas seja livre.

Esta técnica é sugerida pelo autor Lynch (1960), que sugere com base no processo cognitivo de análise do espaço público, a obtenção de informação quanto à forma como os utilizadores se relacionam com o espaço público. A entrevista semidirectiva foi realizada a um informante-directo em cada caso de estudo, e foram abordadas questões relacionadas com o reconhecimento de integração urbana, sentido de lugar, necessidades e expectativas dos utilizadores, a partir das questões:

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O que acha da relação do conjunto/bairro em relação à cidade e à vila? | Quais os aspectos positivos e negativos do bairro/conjunto? | Como é morar aqui e como se relaciona com as pessoas que aqui moram? | O que faz falta ao bairro/conjunto, quais são as suas necessidades e expectativas?

Foi realizada uma entrevista livre e uma entrevista semidirectiva em cada caso de estudo.

Fontes documentais  
Entrevista  
 **OBSERVAÇÃO**  
Fotografia  
Notas de campo

A observação, segundo Gil (1995), surge como uma técnica essencial para a pesquisa através da observação do grupo que se pretender estudar. Esta técnica delimita o campo a observar e define os elementos do que se vai observar, especificamente ou abrangendo mais do que um elemento em simultâneo.

Durante o decorrer desta investigação foi utilizado um tipo de observação, sistemática, para análise do espaço público dos conjuntos. A observação sistemática caracteriza-se por ser uma acção minuciosamente planeada (percurso pedonal, baseado no sistema de Visão Serial de Cullen (2006)), com vista a atender às referências sensoriais de 3 autores distintos, entre eles Lynch (1960), Brandão (2002), Cullen (2006).

A análise sensorial observa: Sentido de Lugar, Campo Visual e Leitura do Espaço, Funções e Inserção Social, Manutenção e Gestão do Espaço.

Além da análise sensorial segundo um processo cognitivo, o percurso pedonal serviu também para responder à análise técnica/funcional do espaço público.

A análise técnica/funcional (Alves (2003), observa: Conjuntos Funcionais, Fachadas, Direitos dos Utilizadores, Actividades Desenvolvidas, Espaços de Reserva e Desafogo, Redes

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Públicas, Circuitos de Circulação de Bicicletas e Circulação Mista, Áreas Pedonais Pavimentadas, Áreas de Ornamentação e Separação, Áreas de Circulação Motorizada e Estacionamento.

Assim, pretende-se ser o mais objectivo possível, limitando-se a descrever informações precisas acerca do facto em questão, definindo antecipadamente as categorias/indicadores de análise da situação e realizando registos em grelhas, listagens, gravações, imagens.

### **Visitas:**


- Bairro de Casas para Pescadores de Viana do Castelo  
13 Fevereiro 2017
- Bairro do Jardim  
13 Fevereiro 2017 | 29 Março 2017 | 10 Abril 2017
- Bairro do IGAPHE – Monserrate  
7 Fevereiro 2017
- Bairro dos Benfeitores de Sta. Casa da Misericórdia  
13 Fevereiro 2017
- Bairro do Conde de Bertandos  
13 Fevereiro 2017
- Bairro de Santiago  
13 Fevereiro 2017
- Bairro Padre Luís Faria  
13 Fevereiro 2017
- Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril (1º Fase)  
13 Fevereiro 2017 | 9 Março 2017
- Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril (2º Fase)  
13 Fevereiro 2017
- Bairro do IGAPHE – Darque  
8 Fevereiro 2017 | 20 Fevereiro 2017
- Urbanização Municipal de S. José  
6 Fevereiro 2017
- Urbanização Municipal de Sendim de Baixo  
6 Fevereiro 2017
- Urbanização Municipal do Meio

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

- 7 Fevereiro 2017 | 21 Março 2017
- Bairro do IGAPHE – Meadela  
7 Fevereiro 2017
- Urbanização Municipal do Malhão  
7 Fevereiro 2017
- Urbanização Municipal da Felgueira  
6 Fevereiro 2017 | 15 Março 2017
- Urbanização Municipal do Souto  
7 Fevereiro 2017
- Urbanização Municipal de Areia  
8 Fevereiro 2017 | 13 Abril 2017 | 3 Maio 2017
- Urbanização Municipal da Costeira  
6 Fevereiro 2017
  
- Bairro da Rua de Ourense  
13 Fevereiro 2017
- Bairro da Bandeira ou da Previdência  
13 Fevereiro 2017

- Fontes documentais
- Entrevista
- Observação
-  **FOTOGRAFIA**
- Notas de campo

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a fotografia está intimamente ligada à investigação qualitativa e surge como um complemento significativo de outras técnicas de recolha de informação. A fotografia torna-se importante como complemento da observação, sendo indispensável para lembrar e estudar determinados detalhes não captados pela observação e pela recolha de informação sobre o tema, sendo necessário o levantamento fotográfico do espaço público e dos conjuntos habitacionais.

- Fontes documentais
- Entrevista
- Observação
- Fotografia
-  **NOTAS DE CAMPO**

As notas de campo, constituem um dos principais instrumentos do estudo de caso. Segundo Bogdan e Biklen (1994) este pode ser traduzido em notas de campo. As notas de campo têm como objectivo ser um instrumento em que o investigador vai registando as notas retiradas das suas observações no campo. Bogdan e Biklen (1994, p.150) referem que essas notas são “o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

pensa no decurso da recolha e reflectindo sobre os dados de um estudo qualitativo”. Serão por isso uma presença constante em qualquer procedimento que o investigador esteja a realizar, podendo ser completadas por ideias, reflexões e estratégias. Desta forma relata-se de forma escrita todos os dados recolhidos durante a investigação, podendo ser um complemento a outras ferramentas de pesquisa, como a fotografia, entrevistas e a observação.

Para fazer o tratamento de dados de carácter qualitativo (Bogdan e Biklen, 1994), realizou-se uma tabela com as categorias obtidas dos vários autores estudados, necessários para realizar a análise dos estudos de caso. Estas categorias são os conceitos chave que permitem dar respostas aos objectivos propostos.

Para Martucci (1990, citado por Folz, 2003), a palavra habitação designa o invólucro da casa e o morar integrados ao espaço urbano. Logo, esta não se restringe ao espaço privado da moradia, mas ultrapassa os limites das paredes e envolve o espaço público, devendo ser considerada parte decisiva na estruturação da cidade e atentando à diversidade tipológica de espaços públicos urbanos, com naturezas e especificidades próprias. Por isso torna-se fundamental entender a habitação fora dos limites do edifício.

"Desde o final do século XIX até aos nossos dias, ou seja, desde a Monarquia, passando pelo Regime Republicano e pelo Estado Novo, até hoje têm sido tomadas diferentes medidas políticas públicas para solucionar os problemas do sector habitacional" (Lima, 2011, p.24). Este autor refere que em vários períodos políticos a questão habitacional foi alvo de políticas diversas,

### 1.5.4 TRATAMENTO DE DADOS

#### CATEGORIAS DE ANÁLISE

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

sendo por isso um factor a ter em conta neste estudo, principalmente quando se fala em habitação social.

Nomeadamente, Portas (1970, p.37) defende que para as classes desfavorecidas seria “fundamental a proximidade de equipamentos e trabalho” e habitação. A ideia é complementada pelo sentido lúdico, atribuído ao espaço urbano, desde a qualidade de articulação de acessos, aos equipamentos com espaço urbano pormenorizado, sendo de extrema importância a revitalização e requalificação urbana dos espaços a intervir. A acessibilidade e mobilidade tornam-se fundamentais no grau de envolvimento e de utilização de espaços de pequena escala. Estas aliadas a arquétipos arquitectónicos e funcionais como o comércio ou modelos e tipologias de habitação, juntamente com o acesso, “a proximidade de transporte público e as características da envolvente imediata” (Alves, 2003, p.286), podem influenciar a forma como o espaço é procurado, determinando o grau de envolvimento por parte de diversos grupos e indivíduos.

Também Portas, se refere ao hábito do “bairro social ou bairro especulativo, servidos por deficientes e deficitários transportes porque não se entrou com uma política de terrenos adequada” ou simplesmente não servidos por qualquer equipamento pela falta de rentabilidade que oferecem (Portas, 1969, p.140).

A qualidade de desenho e a **integração urbana**, favorecem a reestruturação dos tecidos urbanos e a própria imagem da cidade, mas não pode ser esquecido o carácter individual de cada intervenção, fazendo com que não se caiam em processos estandardizados (Coelho, 2009). Assim, é essencial o estudo de factores que promovem a inclusão de conjuntos habitacionais e dos seus moradores no tecido e na vida da cidade.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

CATEGORIA	TÉCNICA	FONTES	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO
<b>Integração Urbana</b> (Coelho, 2009)		Memórias descritivas	Identificar a implantação de cada conjunto habitacional.
	Análise documental	Plantas de localização, PDM, projectos das urbanizações e imagens atuais.	Conhecer a zona de implantação do conjunto habitacional e proximidade com equipamentos e serviços.
	Observação	Espaço integrante e envolvente dos conjuntos habitacionais e relação com os moradores/ utilizadores do espaço.	Reconhecer a envolvente dos conjuntos urbanos.
	Fotografia		Registrar detalhes do lugar de implantação dos conjuntos habitacionais e registar particularidades recolhidas durante a observação.
	Notas de campo		
	Entrevista Semidirectiva	Moradores / Utilizadores	Conhecer a sensibilidade dos moradores/utilizadores em relação à integração urbana do conjunto habitacional onde habitam.

Tab.0. Categoria de Análise: Integração Urbana

Coelho (2005), refere-se à "necessidade de, urgentemente, se ter uma ideia rigorosa sobre as condições de sensibilidade social, de integração urbana e de **estado** físico dos conjuntos de interesse social existentes e designadamente dos grandes conjuntos do realojamento situados nas periferias das nossas cidades." Este autor reflete em diversos momentos a necessidade de se conhecer o estado de conservação e inserção no território e caracterização social dos conjuntos de habitação social, sendo um fator a estudar para que seja possível dar resposta aos problemas habitacionais da atualidade.

Benevolo e Albretch (2004, citados por Coelho, 2009, p.10) afirmam que "os desafios a enfrentar no mundo de hoje não dizem apenas respeito às quantidades e aos números", focando-se essencialmente em aspectos qualitativos, entre a escala

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

doméstica e pública, a transição entre espaço privado e espaço público.

As actividades ao ar livre são “condicionadas pela qualidade da concepção geral do espaço onde se desenvolvem, pelo seu dimensionamento, equipamento e pormenorização, pela proximidade e acessibilidade às residências, bem como a outros equipamentos ou actividades” (Alves, 2003, p.197). A **qualidade** do espaço público depende da qualidade da arquitectura edificada, da riqueza e plasticidade das suas fachadas, da articulação dos pisos ao espaço exterior, sendo dado a observar as dimensões física, funcional, sociocultural e sensorial das experiências do homem no domínio do espaço público, sendo etapas fundamentais da estratégia a seguir para o tratamento destes espaços, “o conhecimento das carências e anseios pessoais, culturais e sanitários da população” (Alves, 2003, p.203).

Tab.1. Categoria de Análise:  
Estado e Qualidade

CATEGORIA	TÉCNICA	SUJEITOS	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO
Estado (Coelho, 2005) e Qualidade (Alves, 2003)	Observação Sistemática	Espaço público integrante dos conjuntos habitacionais	Determinar os níveis de qualidade do espaço público de cada conjunto habitacional, registando detalhes recolhidos durante a observação.
	Fotografia		
	Notas de campo		
	Entrevista Livre	Moradores/ Utilizadores	Identificar nos moradores/utilizadores dos espaços a sensibilidade em relação ao estado actual e qualidade do conjunto habitacional onde habitam.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

A habitação social é, um tema que se encontra em constante mutação não existindo, por isso, uma fórmula ou projecto único. Existem, sim, premissas e prioridades gerais ou globais (Lima, 2011).

A concepção da habitação evoluiu ao longo dos tempos, segundo Guerra (1997, p.165) "a habitação é um bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência humana, constituindo um indicador indirecto das desigualdades sociais na cidade".

Dar **sentido a um lugar** ao nível da arquitectura, implica a integração dos edifícios ou conjuntos edificados, ao nível dos seus significados: "cor, luz, sombra, ritmos, dissonâncias, cheios e vazios, plasticidade, relação com o exterior, sons, água, vegetação, heranças históricas, hábitos sociais e étnicos, características antropológicas e antropométricas, entre outros" (Alves, 2003, p.119), que para o observador podem ser práticos ou emocionais (Lynch, 1960).

Com efeito, "a dinâmica da relação entre um espaço e os seus utilizadores depende, em primeira mão, do claro entendimento por parte dos criadores e gestores sobre as reais **necessidades e expectativas** dos utilizadores desses espaços" (Alves, 2003, p.220), dependendo da diversidade cultural, da heterogeneidade de grupos de interesse e da própria evolução destes mesmos grupos, ao longo do tempo. O mesmo autor, indica que é fundamental a necessidade de descobrir um desenho do espaço público que crie ou revitalize lugares com profundo significado e destinados ao ser humano na sua totalidade. Desta forma, o espaço exterior pode constituir o meio mais eficiente e imediato de incitar nas pessoas a sensação de identificação com aquilo que os rodeia (Cullen, 2006).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Tab.2. Categoria de Análise:  
Significado/ Sentido de Lugar  
Necessidades/ Expectativas

CATEGORIA	TÉCNICA	SUJEITOS	CRITÉRIO DE SELEÇÃO
<b>Significado/ Sentido de Lugar</b> (Lynch, 1960)	Observação Sistemática	Habitantes/grupos de moradores e associados - Espaço público	Identificar nos moradores/utilizadores dos espaços a ligação ao lugar onde habitam.
	Fotografia		
	Notas de campo		
	Entrevista Semidirectiva	Habitantes/grupos de moradores e associados	Identificar elementos, características, referências e valores do lugar e elementos, que se identifiquem como essenciais para atribuir sentido ao lugar.
<b>Necessidades/ Expectativas</b> (Alves, 2003)	Observação Sistemática	Espaço público integrante dos conjuntos habitacionais	Determinar as necessidades do espaço público dos conjuntos habitacionais.
	Fotografia		
	Notas de campo		
	Entrevista Semidirectiva	Habitantes/grupos de moradores e associados	Identificar expectativas, necessidades ou anseios dos principais utilizadores, bem como a capacidade de interpretar as potencialidades, em relação ao conjunto habitacional que habitam.

Em suma os autores estudados coincidem em 3 pontos fundamentais na questão do espaço público e dos conjuntos habitacionais. Destaca-se: a habitação, enquanto espaço privado e o espaço público que a envolve, sendo útil a análise da **INTEGRAÇÃO URBANA** do conjunto habitacional no território; o **ESTADO** real e atual do espaço público dos conjuntos habitacionais, através da análise qualitativa segundo critérios e parâmetros de **QUALIDADE**, sendo necessário determinar o cumprimento de directrizes para a utilização e realização de actividades nesses espaços; a envolvente social dos conjuntos habitacionais, reconhecendo indicadores sociais dos principais utilizadores dos conjuntos, as referências e valores associados ao **SIGNIFICADO** do espaço, isto é o **SENTIDO DE LUGAR** e a identificação das **EXPECTATIVAS**,

# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

**NECESSIDADES** ou anseios dos utilizadores. Estas são as principais categorias que permitem caracterizar o espaço público dos conjuntos habitacionais nesta investigação, de forma a possibilitar a elaboração de programas concretos para a reabilitação urbana dos conjuntos degradados. Desta forma o estudo do espaço público dos conjuntos habitacionais através dos indicadores estabelecidos permitiu caracterizar e identificar as características dos mesmos, o estado e qualidade actual destes e a criação de programas base para a sua reabilitação.

A sistematização da informação foi feita segundo o modelo que se explica de seguida:

## SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

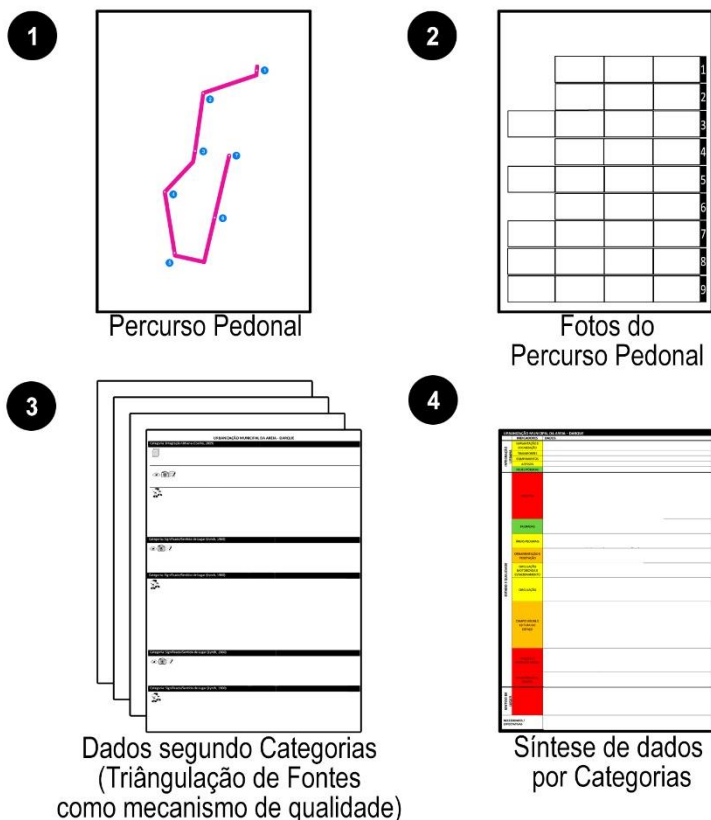


Fig.0. Modelo de Sistematização de Dados.

**1.6 ESTRUTURA DA  
DISSERTAÇÃO**

**PARTE I – Considerações Iniciais**

A Parte 1, constitui a introdução à investigação, expondo-se primeiramente a identificação, contextualização e justificação da problemática, seguindo-se os objectivos, estado da arte e posteriormente a metodologia e a estrutura da dissertação.

**PARTE II – Fundamentação Teórica**

Na Parte 2, é desenvolvida a fundamentação teórica, com base em autores de referência, relativamente ao espaço público e análise da qualidade do mesmo. Relativamente a este tema, espaço público, o capítulo desenvolve-se segundo definições, componentes caracterizadores do espaço público e análise deste, fornecendo os indicadores de análise da qualidade do espaço público.

**PARTE III – Enquadramento Histórico e o Processo das Políticas de Habitação em Portugal**

No primeiro capítulo desta parte da investigação, é abordada a habitação social e urbanismo, abrangendo uma contextualização do tema desde a cidade industrial e as respostas geradas ao longo do tempo, findando na temática do movimento moderno, de onde são extraídas as primeiras concepções relativas à habitação de massas. Como conclusão é abordada a transição do contexto europeu para o contexto português.

O segundo capítulo, aborda o enquadramento do contexto português sobre a situação habitacional, desde o final do século XVIII, servindo de base para expor pormenorizadamente as Políticas de Habitação em Portugal ao longo do tempo. Este capítulo torna-se fundamental para a identificação dos modelos e conjuntos de habitação social e económica construídos no contexto do concelho de Viana do Castelo.

# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

## **PARTE IV - Conjuntos de habitação social e económica em Viana do Castelo**

O primeiro capítulo desta parte da dissertação, corresponde à análise do concelho de Viana do Castelo, ao nível de caracterização geral, a localização, aspectos geográficos, demografia e evolução das actividades económicas, e ainda o enquadramento histórico e uma contextualização geral do concelho.

O segundo capítulo, refere-se ao inventário dos conjuntos de habitação social e económica, existentes no concelho de Viana do Castelo, através de um levantamento das urbanizações existentes expostas em fichas técnicas. Posteriormente elabora-se uma análise dos conjuntos habitacionais em função do PDM do concelho de Viana do Castelo.

O terceiro capítulo, surge após o levantamento de todos os complexos sociais e económicos existentes no concelho de Viana do Castelo, após o qual é efectuada a selecção dos casos de estudo, que foram analisados segundo critérios e exigências de qualidade, através de fichas técnicas.

Por fim, no quarto capítulo da parte 4, é elaborada uma análise comparativa dos casos de estudo, procurando-se relações e paralelismos entre o espaço público dos vários conjuntos habitacionais estudados.

## **PARTE V- Considerações Finais**

A parte 5, corresponde às conclusões, são identificados os casos que se encontram em condições degradadas e com necessidade de intervenções, concluindo-se com as recomendações para a elaboração de programas de reabilitação dos casos de estudo, tendo em vista o aumento da qualidade do seu espaço público.

### **Bibliografia e Anexos**

A última parte, resume toda a bibliografia consultada. São efectuadas, também, as referências bibliográficas das imagens utilizadas durante o trabalho. Por último, surgem os anexos que correspondem às entrevistas e às tabelas de apoio à investigação.



**PARTE II**  
FUNDAMENTAÇÃO  
TEÓRICA



## 2.1 ESPAÇO PÚBLICO

Este ponto da fundamentação teórica pretende esclarecer a noção de espaço público. Desta forma é realizada uma recolha de definições de diversos autores sobre o tema. O conceito geral de espaço público, o significado do espaço público planeado e não planeado, assim como os seus utilizadores, são aspectos fundamentais para a sua definição. Por isso, vamos passar a desenvolver esses factores.

CONCEITO O legado greco-romano, torna-se um dos principais influenciadores no surgimento do espaço público, graças ao conceito de “**civitas**”, profundamente formulado no desenvolvimento do direito romano. Neste sentido, Foucault (2017) refere-se ao espaço público, como o **direito do cidadão livre** interagir na vida social.

Young (1986) descreveu **espaços públicos** como **espaços acessíveis a todos, onde as pessoas desenvolvem actividades, em convívio numa diversidade de utilizadores**. Deste modo, o **espaço público é capaz de organizar** e suportar diversos **usos e funções**, tornando-se um **ordenador** do bairro, **articulador** da cidade e **estruturador** de uma região urbana (Brandão & Remessar, 2000).

A concepção do espaço público, a percepção e a definição deste, têm variado ao longo do tempo. Para Krier (1991), o modo como o **espaço público** foi organizado durante toda a história, teve uma forte influência no desenho dos **edifícios habitacionais**. Castro (2002), considera que no século XX, uma série de modos de pensar e desenhar a cidade, levaram ao abandono do **espaço público**, pois a forma urbana não era gerada a partir da produção de uma **estrutura de espaço público organizada**.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Para Sitte (1996), os componentes do espaço público quando criados e utilizados correctamente, criam um pano de fundo para a **vida quotidiana** dentro da cidade, animando os seus edifícios circundantes, além de proporcionar um espaço para observar edifícios e monumentos poderosos, tal como foram destinados a serem vistos.

Na segunda metade do Século XX, o modelo de desenho urbano dos bairros de realojamento aplicou no **espaço público** dos bairros, o **zonamento** por funções, que despoletou em **blocos** habitacionais **distribuídos organicamente**, com grandes **vazios** entre si, destinados ao verde e às actividades de lazer. A consequência disto foi que com frequência, **surgiram conjuntos residenciais fechados sobre si próprios, sem uma estrutura clara e hierarquizada** na transição entre níveis físicos, em termos de escala, imagem, usos e rede viária. O **espaço público** não funciona como **elemento estruturante** destes conjuntos urbanos, tanto por questões físicas do desenho, como pela ausência de equipamentos e mobiliário urbano que os suportem, ou simplesmente, por não serem sequer acabados (Pedrosa, 2010).

Ruskin, citado por Mumford (2006) destaca que o **planeamento dos espaços públicos** garante **melhores condições** de respirar nas ruas, **potenciando** uma melhor vida social. No desenho da rua, pode alcançar-se a melhoria da **saúde pública** e da **aparência** da cidade, bem como melhores **acessibilidades**. Este foi o caso das intervenções de Paris e Regent Street em Londres, de Haussman e John Nash respectivamente, dando grande relevo às ruas e praças europeias.

Para Bacon (1976), o espaço público deve ser pensado, mais além do que o simples **desenho de edifícios e sistemas de**

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

**circulação**, sugerindo que devem ser estabelecidos volumes de espaço que estejam à escala das necessidades das épocas actuais e definidos por meios que se harmonizem com tecnologia moderna. Estes volumes de espaço, devem estar fundidos com o espírito das formas arquitectónicas, garantindo **riqueza e variedade à cidade**.

Já Bohigas (2004), afirma que o espaço público deve ser um **lugar simbólico** no qual se encontram a cidade, a democracia e a política, ou seja, um **espaço de inter-relação**. O espaço público marca os limites da ideia de cidades, se este não existir, não se pode então falar de urbanização. É esse o motivo pelo qual, do nada, as pessoas configuram espaços públicos nas megalópolis mais desarticuladas, pois este é um símbolo de esperança e um vínculo entre cidade e democracia.

No final do séc. XX, o **espaço público** voltou a ser o elemento central dos projectos urbanos, com a descoberta de que este é um **gerador de dinâmicas quotidianas, capaz de promover a coesão social**. O espaço físico pode ser considerado como **um elemento potenciador de sentimentos e atitudes, sendo uma plataforma para o equilíbrio pessoal dos utilizadores dos espaços**. Este se for bem **planeado** e suportado em todas as suas dimensões, será propício a que o individuo se sinta melhor **integrado** na sociedade, contribuindo assim para a **evolução** quer do meio em que está inserido, quer do espaço físico onde se encontra (Pedrosa, 2010).

O conceito de espaço público urbano, pode afirmar-se ser todos os tipos de espaços existentes entre edifícios, mas apenas o reconhecimento das suas características geométricas e qualidade estéticas, permitem aos utilizadores ter consciência para o entender como tal (Krier, 1991).

Na definição do **espaço público**, constitui um factor essencial, “a ambiguidade de usos, inerente à configuração do espaço

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

público e da própria arquitectura do edificado e suas inter-relações” (Alves, 2003, p.55). Actualmente, o espaço público urbano, deve ter a capacidade de possibilitar a **revitalização** de actividades tradicionais, bem como receber o **desenvolvimento** e **transformação** de outras mais recentes, destacando-se pela sua versatilidade. O espaço público urbano vê-se confrontado com a necessidade de dar resposta a uma **utilização** mais **diversificada**, com maiores requisitos funcionais e garantias de conforto, segurança, manutenção e exigências a nível de hierarquia espacial, dimensionamento e materiais.

O **significado** e a **representatividade** do **espaço público**, são mais do que questões simplesmente formais que o compõem, já que a sua **identificação** é também resultado da **percepção** de cada **indivíduo** no seu processo de compreensão, mediado por representações imaginárias e lembranças, além de um filtro cultural e de valores simbólicos (Oliveira, Anjos & Leite, 2008). Porém, um ambiente visível e carregado de significados pode também ser inibidor da realização de actividades práticas (Lynch, 1960).

UTILIZADORES

As cidades, como define Kostof (2009), são lugares que têm alguma circunscrição física, quer seja material ou simbólica, para separar aqueles que pertencem à ordem urbana daqueles que não pertencem. À semelhança de Lynch (1960), Kostof indica que a **sociedade** é a principal consequência **geradora da forma** da cidade, pois há sempre uma intenção cultural por trás dos motivos relativos à formação das formas urbanas. O autor considera que o desenho urbano deveria ter em conta o **comportamento humano** como definidor da forma da cidade e do espaço público, e que esta é o resultado de muitos períodos históricos. Desta forma, o autor indica que a forma do espaço

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

público é neutra, até que nele seja impresso uma **intenção cultural**.

Segundo Cullen (2006, p.106) “o **objeto** mais móvel numa cidade é o **ser humano** e, por razões possivelmente diferentes, ele próprio necessita de poder ancorar-se nas várias atividades exteriores, comerciais, recreativas e sociais”, tornando-se “**tão importantes como as suas partes físicas e imóveis**” (Lynch, 1960, p.11).

Muitas **atividades** como comer e dançar, podem ser desenvolvidas ao ar livre, quando o tempo assim o permite. No entanto fazer a previsão da existência de **espaços livres para o desenvolvimento destas atividades**, não é o suficiente, já que embora o espaço livre seja essencial, este **necessita** de ser povoado com **objetos** de forma a separar os fluxos dissociados de pessoas em grupos. As **atividades** que ocorrem no espaço público devem **garantir** as **ligações** e **interações** do homem ao **lugar**. Tendo em conta que é uma **necessidade** de cada indivíduo, estas dependem das suas **ligações** históricas, sociocultural, económica e política, bem como do simbolismo da sua natureza biológica e psicológica (Alves, 2003). Desta forma, o **domínio visual** do **espaço público** é essencial, pois através deste “as pessoas põem o seu **meio ambiente** à prova” (Lynch, 1960, p.54).

O **espaço público** enquanto local de reunião de diversas comunidades, tem um **papel** importante na **moldagem** da sociedade, já que detém **características** chave que possibilitam a composição de **diferentes espaços públicos** com usos distintos e para diferentes públicos-alvo, o que permite o **desenvolvimento** da sociedade e das relações entre si.

As **dimensões** do **espaço público** para os **edifícios** são distintas, já que a percepção de um e de outro difere segundo o conhecimento, a experimentação e as referências culturais dos

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

**utilizadores** e de quem concebe (Alves, 2003). A **iniciativa local** e a **simplicidade do quotidiano**, são uma **parte** considerável da **paisagem urbana**, e desta forma é essencial aproveitar todo o talento e esforços locais, de forma a possibilitar a **dinamização dos espaços** (Cullen, 2006).

Coelho (2009), esclarece que a questão da **qualidade do desenho urbano** está relacionada à sua capacidade de **adequação** quer aos **utilizadores** quer, entre outros aspectos, as áreas funcionais onde se desenvolvem **actividades** de convívio e lazer. Estes, são factores fundamentais à **composição da imagem urbana** e, até mesmo no âmbito geral das cidades e aglomerados urbanos, fundamentais para a caracterização de meios de vida diversificada.

Porém, uma das grandes preocupações do autor é para que as **intervensões** não caiam num processo de **standardização**, sendo para isso necessário ter uma ideia rigorosa sobre as condições de sensibilidade social, de integração urbana e de estado físico de cada conjunto de interesse social. Desta forma as questões culturais, as estratégias e políticas públicas, quer locais ou regionais, e também nacionais, devem ser ajustadas a um determinado território, procurando a sua potencialização para que se afirme como um centro de atratividade para os seus habitantes, ao nível da mobilidade, qualidade urbana e conforto ambiental, assim como da identidade do espaço e sentido de lugar.

Existem autores que defendem a ideia de que o **espaço público** foi durante grandes períodos e é ainda hoje **consequência** dos edifícios com grande **caracter individual**, que exigiam espaço à sua volta de forma a evitar **conflitos**, acrescentando que se reflecte numa **arquitectura pobre** em que as formas urbanas recentes são determinadas por “**critérios abstractos** de

ESPAÇO PÚBLICO NÃO PLANEADO

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

composição volumétrica dos conjuntos edificados que resultam entre eles, ou resumem-se a parâmetros quantitativos - **índices urbanísticos** - com total **demissão** da concepção urbana de pormenor” (Alves, 2003, p.32). Este autor refere que com a **perda de alinhamentos**, provocada pela implantação de **edifícios isolados**, dá-se origem a **espaços livres privados** que rodeiam e isolam estes edifícios do **espaço público** circundantes.

Brandão, Águas e Carrelo (2002) afirma que o **espaço público** se tem **restringido à concepção** de praças envolvidas por edifícios, ou à envolvimento da rua por estruturas edificadas, reduzindo-a ao papel de servidor dos restantes elementos morfológicos. Cullen (2006) complementa a ideia, já que o **espaço público é resultado** de um conjunto de construções. No entanto ao espaço interior do edifício, justificado e com sentido funcional e de abrigo, junta-se um novo, o espaço exterior, isto é, o espaço público, que não tem justificação directa para o seu espaço ou volume.

É na transição entre a arquitectura e o urbanismo que a arquitectura dos **espaços públicos** tem sido esquecida (Alves, 2003). Este autor, destaca a existência de **problemas** nos **espaços públicos** originados pela **configuração de zonas e pela disposição dos edifícios**, que não reforçam a **identidade física e funcional** dos espaços, contribuindo para uma repetição inconveniente de fachadas, para a concentração de acessos, para a inexistência de lugares a cotas baixas, e segregação e concentração de actividades em edifícios de uso exclusivo.

De acordo com Coelho (2009), a **relação** entre casa e vida urbana é cada vez mais problemática e a sensação de conexão ao solo é mais evasiva pois o **espaço público** tem revelado **ser incapaz de responder às evoluções da sociedade**, quer em

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

termos culturais, quer em termos arquitectónicos. É fundamental que exista um **equilíbrio na articulação entre edificado, espaço público e espaço não construído**.

A **disposição dos espaços** onde se mobilizam as pessoas, tem um **impacto direto** sobre as suas emoções. A **racionalização** de todos os **espaços** unicamente em ruas ou grelhas ortogonais, “parece ser **contrária à natureza humana**, e fundamentalmente ilógica, pois parece não se basear no carácter intrínseco das cidades tal como as conhecemos” (Cullen, 2006, p.48).

Para Montaner (2014), o espaço público actual, não só se privatiza e se dedica ao consumo, como também segue a **tendência individualizadora** contemporânea. Isto é, o mobiliário urbano organiza-se em bancos isolados, cadeiras individuais, parques infantis fragmentados e apenas para algumas crianças, as pessoas caminham de forma egoísta, conectadas á Internet enquanto enviam mensagem e ouvem música, sem interagir com nada, tropeçando umas nas outras. O **espaço público** é um **lugar de misturas**, planeamento de **conflitos** e descoberta de **contradições**, de festa popular e de turismo cuidadoso. O espaço actual baseia-se em **factores quantitativos**, mediante geometrias tridimensionais, lógicas, científicas e matemáticas. (Montaner, 2014).

O **desenho** da rua implica a **manipulação do edificado**, interferindo na noção de **escala** dos edifícios e na intensidade da estrutura das malhas, sendo a rua inserida como meio de estabelecer o atravessamento e a acessibilidade entre edifícios e o espaço construído (Alves, 2003).

Um dos principais problemas ressaltados por Coelho (2009), é a questão da construção em altura, no âmbito do conceito de densidade de cidade e de aglomerado urbano. “O gradual aumento da altura dos edifícios e, conseqüentemente, o maior movimento de peões não foram compensados com o aumento

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

da largura dos passeios; paradoxalmente, estes diminuíram de largura para dar lugar a mais espaço para mais veículos” (Alves, 2003, p.171).

Este autor, revela que a grande **diferença morfológica** existente, é a importância dirigida ao transporte automóvel privado, na **concepção** e na **distribuição funcional** das suas áreas, o que se reflecte em ruas estreitas com gente e carros empilhados, sem lugares para estacionar, condicionando a **função de circular**. “O mar de veículos prejudicou a qualidade da vida urbana num dos seus aspectos menos óbvios, o direito à livre reunião, a liberdade de se poder parar para conversar e de se sentir em liberdade no exterior” (Cullen, 2006, p.130).

### AUTOMÓVEL

O **caos espacial** provocado pelo tráfego, originam confusão e incerteza. Já o comércio e as actividades recreativas, originam força e a **dinamização da paisagem** (Lynch, 1960). Por exemplo, muitas das ruas, embora se tratem de tapetes de asfalto, que servem o movimento de carros, não tem qualquer tipo de ligação com o significado original do termo. O **transporte motorizado** de pessoas e bens passou a ser uma das principais **funções** da cidade, levando a **alterações cénicas** na paisagem urbana (Krier, 1991).

Segundo Alves (2003, p.32), “toda a condição que reduza o uso dos espaços públicos é contrária à sua natureza. Estes espaços públicos chegam a confundir-se e fundir-se num único espaço, dilatado e desordenado, podendo originar vários **conflitos** de ordem social, pela não vocação desses espaços para as **características** das populações.

Coelho (2009), afirma que não é **intenção** da lógica ocupacional **criar** núcleos residenciais **desarticulados**, nem é natural qualquer intervenção que prive o ser humano do usufruto do

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

**espaço público.** Tratam-se de questões que devem ser resolvidas à escala do desenho urbano, considerando o tratamento de vias em relação ao edificado, garantindo qualidade ambiental e direito de acesso e de mobilidade, evitando conflitos e sobreposição de espaços, usos e atividades.

Aqueles que valorizam a cidade são perturbados pela presença do automóvel. As artérias de circulação, juntamente com parques de estacionamento e postos de gasolina, são instrumentos que levam à **destruição da cidade**. A autora questiona, quanto da destruição causada pelos automóveis nas cidades é realmente uma resposta às **necessidades** de transporte e do tráfego automóvel, e quanto disso se deve ao **desrespeito** por outras necessidades, **usos e funções** da cidade (Jabobs, 1994).

Desta forma, o espaço público está a ser condicionado pelos edifícios isolados, ou pensados de forma isolada e pelos veículos. Erradamente, o espaço público torna-se resultado e consequência da atenção dada primordialmente à arquitectura dos edifícios e do tráfego automóvel.

Por outro lado, os planos de renovação do espaço público, tem como objectivo transformar a imagem da cidade e implementar infra-estruturas públicas que beneficiam o investimento privado (Alves, 2003).

Por isso, é essencial pensar o desenho do espaço público per si, já que “esse cenário torna-se mais importante como desenho urbano, enquanto a arquitectura pode ser relegada para um papel secundário de suporte” (Moughtin, 1992, p.81). Contudo a arquitectura deve transmitir uma noção de recinto, de aconchego, e de expressividade na gradual descoberta do lugar e do uso, “onde os cidadãos se podem reunir para beber, jogar, conversar e envelhecer, enquanto participantes no maior privilégio da civilização, o da vida social” (Cullen, 2006, p.140).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Sitte (1996) indica que o planeamento urbano moderno valorizava a lógica e as **soluções matemáticas** em detrimento das **considerações artísticas**. Para o autor, o espaço público deve ser valorizado segundo o **sentido estético**, pois este é, parte da estrutura de referência espacial da cidade. Para este, as grelhas ortogonais contemporâneas caracterizam-se como monótonas e levaram à maximização da exploração dos terrenos, impedindo a planeamento de ser uma atitude criativa condicionando a interacção entre edifícios públicos e espaços abertos.

As linhas e ângulos rectos não são naturais, e as redes de ruas apenas servem para fins de comunicação, nunca da arte. A relação entre os espaços construídos e os espaços abertos inverteu-se, isto é, anteriormente os espaços vazios (rua e praças) tinham uma identidade e impacto na forma da cidade, porém, no planeamento contemporâneo de colocação regular de edifícios, qualquer tipo de parcela sobrança pode tornar-se uma praça.

### ESPAÇO PÚBLICO PLANEADO

Para Alves (2003), um **espaço público planeado** permite a **estabilização** de negócios e economias tendencialmente instáveis; a **criação** de postos de trabalho e comércios; a **competitividade** entre entidades empregadoras; a **moderação** de taxas e impostos autárquicos; o **reforço visual** da paisagem urbana; a **implementação** de actividades de recreio e lazer; e a **resposta** aos anseios e expectativas dos utilizadores tendo em conta a dimensão humana do espaço público. O autor acrescenta que o desenho do espaço público deve **possibilitar** a futura flexibilidade e mudança dos mesmos, ao mesmo tempo que **garante** com rigor, a continuidade espacial e edificada dentro da cidade.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Sitte (1996) indica que actualmente, a actividade comercial **abandonou** o espaço público aberto, a praça **deixou** de ser local de encontro, o crescimento económico levou ao **parcelamento** regular de lotes, numa base totalmente especulativa, e as obras de arte passaram para o interior de museus, pelo que a essência do espaço público ficou reduzida a funções muito restritas.

Para Cullen (2006), a **função** do urbanista é **responder** às **necessidades** da raça humana ao nível dos abrigos e comunicações, lazer e ritual, **criando** uma **paisagem urbana** à escala humana e por isso humanizada.

O espaço público define-se com três elementos fundamentais, as fachadas arquitectónicas, a qualidade e a topografia do pavimento e das formas tridimensionais, devendo prevalecer sempre a **unidade compositiva** compreensível para todos os utilizadores (Bohigas, 2004).

Lynch (1960) afirma ser necessário a **complementaridade de zonas com serviços e empregos**, tornando-as atractivas para a **fixação de actividades** juntamente com a **concentração de costumes** que valorizem o espaço físico e concedam um lugar na mente do observador.

Por seu lado, Zhang, Lu, Xu e Li (2010), referem que o **espaço público** actual assume um conceito mais vago e também **formas** cada vez mais **diversificadas**. Alves (2003), acrescenta que ao longo de distintas épocas, o espaço público revela diferentes **formas de ocupação** e **uso** para os utilizadores, que aparentemente diminuíram com a aproximação de anos mais recentes.

O **espaço público** torna-se assim o “**resultado** da demonstração espacial de uma sociedade em transformação, na

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

qual a cidade é **fragmentada** em **diversos tipos de uso**”  
(Sousa, Aragão, Pais, Marinho & Simões, 2012, p.2).

### REFLEXÕES DEDUTIVAS

Posto isto, conclui-se que o espaço público deve ser pensado numa lógica que envolva 3 premissas essenciais: **os utilizadores, as actividades e usos, e o espaço edificado**.

Os **utilizadores** do espaço público, variam de caso para caso e podem-se identificar com uma grande variedade cultural, económica, histórica ou social, o que pode condicionar ou influenciar a utilização e a interacção destes com o espaço.

O âmbito do espaço público, no qual se incluem as **actividades e usos** diários do espaço, que permitem o desenvolvimento de uma vida social saudável no quotidiano e a potencialização da iniciativa local de participar e tornar sustentável o dia-a-dia no seu espaço público.

O **espaço edificado**, na medida em que edificado, espaço público e espaço não ocupado, devem articular-se e relacionar-se de forma equilibrada e sustentável.

Desta forma, revela-se necessário abordar de forma mais aprofundada questões ligadas às formas diversificadas do espaço público e à sua qualidade.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Neste ponto do capítulo II, para analisar as componentes do espaço público, irão aprofundar-se autores como: Sitte (1996), Krier (1991), Lynch (1960), Cullen (2006), Bohigas (2004), Lamas (1999), Alves (2003), Brandão (2008) e Coelho et al. (2013), que abordam questões relacionadas aos elementos que compõem a paisagem urbana e o espaço público.

Devido às diferentes abordagens de cada autor, optou-se por organizar este ponto da investigação segundo a análise individual de cada um.

A **paisagem urbana** é normalmente resultado das ações humanas, sendo representadas pelos elementos que compõe o espaço e pela **percepção de cada indivíduo** sobre ele (Sousa et al., 2012), tornando-se uma concepção ampla, mas que diz respeito sobretudo, aos **aspectos morfológicos** da cidade e que extrapola ou sai fora do âmbito desta investigação.

Desta forma, para alguns autores a paisagem é formada por **vias, limites, bairros, cruzamentos, área verde, relevo, clima, elementos marcantes, assim como a presença de mobiliário urbano e elementos urbanísticos** (Amadei, Massulo, Souza & Simões, 2011). Estes autores enumeram alguns elementos que consideram constituintes da paisagem urbana, no entanto não aprofundam a definição dos mesmos.

Sitte (1996), parte da identificação da praça como o principal componente urbano, pois este é capaz de ligar as partes da cidade, tratando-se de um espaço livre, que faz respirar, e permite medir o quanto já se caminhou dentro da cidade.

A praça na antiguidade, era composta por espaços livres com edificações, com o propósito de ser usada para festejos e outras ocupações sociais e da vida pública como mercados e feiras,

### 2.2 COMPONENTES DO ESPAÇO PÚBLICO

SITTE (1996)

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

jogos e representações de teatro a céu aberto. Estas serviam para a melhor fruição do espaço.

Contudo, as praças urbanas têm vindo a perder esse significado, contudo, garantem maior circulação de ar e luz, permitindo uma visão maior e melhor sobre os edifícios. Por outro lado, perdem-se as vivências mais prolongadas, de contemplação. Nas praças da actualidade, Sitte (1996), indica que dificilmente existem combinações entre os conjuntos urbanos, que possam suscitar beleza, agradabilidade, convite para ficar, etc.

KRIER (1991)

Para Krier (1991), existem duas formas fundamentais e básicas que constituem o espaço urbano, a praça e a rua.

Praça – a primeira forma que o ser humano descobriu para usar o espaço urbano, e é o produto de um grupo de casas que rodeiam um espaço aberto, tornando-se um ponto atractivo para passar o tempo.

Rua – é o produto de um assentamento de casas construídas no espaço e providencia uma estrutura de distribuição e permitindo o acesso a parcelas individuais de terreno. A rua foi ao longo do tempo, caracterizada como lugar de passagem e destinada a vários propósitos funcionais, humanos e motorizados, sendo apropriada para vários tipos de circulação.

LYNCH (1960)

Também Lynch (1960), sugere a análise perceptiva da cidade, que possibilita a identificação dos **elementos** que compõem a **paisagem urbana**. O autor define as formas físicas presentes nas imagens das cidades, classificando-as em cinco tipos de elementos:

- Vias;
- Limites;

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

- Bairros;
- Pontos nodais;
- Marcos.

**Vias** são canais de circulação por onde o observador se pode mover de modo habitual, ocasional ou potencial.

**Limites** representam os elementos lineares correspondentes às fronteiras permeáveis entre diferentes regiões que se relacionam entre si e “são normalmente as fronteiras entre duas áreas de espécies diferentes. Funcionam como referências laterais” (Lynch, 1960, p.73). Os limites podem ser topográficos, vias-férreas, passagens, fronteiras de bairros, e contribuem para a tendência de fragmentar a cidade de modo desorganizado. Contudo, muitos limites são mais uma costura de união do que propriamente uma barreira isolada. Porém, existem limites que são considerados barreiras em relação ao movimento, já que quando a cidade se torna atravessada por muitas vias-férreas e auto-estradas, tem mais a aparência de um lugar de passagem do que de residência.

**Bairros** são regiões médias ou grandes de uma cidade, reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam, isto é, “são áreas citadinas em que o observador pode penetrar mentalmente. Podem estar organizados do ponto de vista interno e, ocasionalmente, podem servir de ponto de referência externo, quando alguém por eles passar ou atravessar” (Lynch, 1960, p.78).

**Pontos nodais** são lugares estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar, além de serem os focos para os quais ou a partir dos quais ele se move, ou seja, uniões de vias, cruzamentos, ou concentrações de algumas características ou construções temáticas que se podem tornar o foco de uma região.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

**Marcos** são objetos físicos como um edifício, sinal ou loja, que servem de referência externa ao observador. Lynch (1960) afirma que os elementos marcantes funcionam como indicações do caminho a seguir, e que lhes é implicado um certo isolamento, singularidade e predominância espacial de onde se denota um contraste para que se evidenciem no cenário, ou para que se tornem elementos visíveis de muitos pontos da cidade.

Para Lynch (1960), **nenhum** dos tipos de **elementos da paisagem urbana** existe de **forma isolada**, pois os bairros são estruturados com pontos nodais, definidos por limites, atravessados por vias e salpicados por marcos. Logo, há a sobreposição e cruzamento de todos os elementos, que de forma a garantir uma aplicação satisfatória, devem ser trabalhados em conjunto, à escala urbana.

CULLEN (2006)

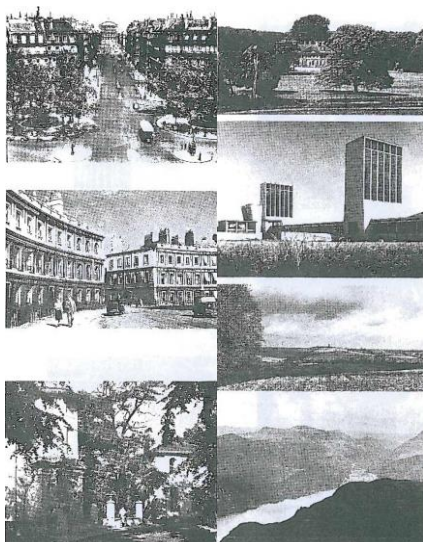


Fig.1(a)

Fig.1(b)

Numa outra interpretação de Cullen (2006) que dá importância à paisagem, este define-a segundo: **metrópole, cidade, arcádia, parque, zona industrial, zona rural e solo virgem.**

A uma escala mais pormenorizada, o autor define os constituintes do espaço urbano.

**Recinto** é um local por onde o tráfego é conduzido, o objectivo da circulação, a unidade base da morfologia urbana, é um espaço virado para si próprio, estático e auto-suficiente. O **recinto** pode ser reproduzido sob o tipo **praça**, sendo esta o resultado de um agrupamento de edifícios à volta de um espaço livre, resultando num espaço fechado.

Fig.1 (a).(cima para baixo) Metrópole, cidade, arcádia

Fig.1 (b).(cima para baixo) Parque, zona industrial, zona rural e solo virgem

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

**Largo**, um recinto estático, cujo efeito direto é garantir conforto e comodidade. Trata-se de um recinto que o olhar é obrigado a percorrer e imediatamente a transitar para um seguinte.

**Praceta/pátio**, é de carácter maioritariamente residencial ou semiprivado, podendo ser delimitada e protegida por gradeamentos ou faixas vegetais, ou desníveis no pavimento; a praça cosmopolita, não deve pertencer exclusivamente aos habitantes dos prédios envolventes, mas tampouco deve perder as suas características de carácter residencial. Para além destes, refere ainda os seguintes:

**Áreas de Viscosidade:** marcadas pelo carácter sinuoso da rua, simultaneamente alvo de uma ocupação estática, equipamentos, ocupação pelo movimento, grupos de pessoas a conversar, actividade comercial.

**Enclaves:** são espaços interiores abertos para o exterior, que permitem acesso livre e directo a ambos. Pode ser alcançado com facilidade, mas encontra-se desviado do movimento principal. Serve para se disfrutar do interior, num local bem situado e seguro, e simultaneamente, se observar o exterior.

**Ponto Focal:** símbolo de convergência e que define a situação urbana. É um elemento forte, isolado e que por vezes marca pela sua verticalidade.

Em síntese de análise, do ponto de vista, tanto de Lynch (1960) como de Cullen (2006), estes trabalham a uma escala semelhante na análise da paisagem urbana. Lynch (1960),



Fig.2

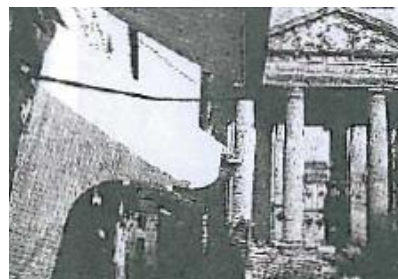


Fig.3

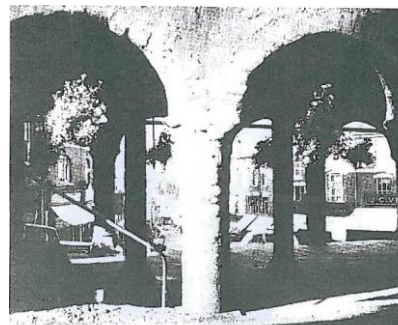


Fig.4

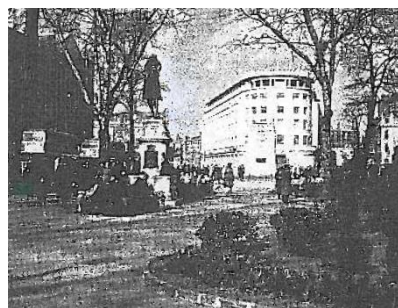


Fig.5

---

Fig.2. Recinto  
Fig.3. Áreas de viscosidade  
Fig.4. Enclave  
Fig.5. Ponto focal

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

define os componentes da paisagem urbana de forma mais descritiva, exaustiva, teórica e genérica. Por outro lado, Cullen (2006), aborda estes temas de uma forma mais gráfica e sensorial, na medida em que a análise não aborda questões morfológicas, mas sim observação in situ, optando por uma perspectiva mais detalhada dos elementos observáveis como edifícios-barreira, espaço intangível, delimitação do espaço, focalização. Contudo, este tipo de observação não se adequa aos objectivos e à escala desta investigação, pelo que se torna necessário a abordagem de um autor que foque o espaço público numa escala de maior pormenor.

BOHIGAS (2004)

Bohigas (2004), afirma que um espaço urbano não é uma paisagem, não é uma versão artificial da natureza, mas sim um esforço de urbanidade, com métodos projectuais próprios e motivados por objectivos sociais e culturais. Na cultura e território europeu as formas urbanas mais evidentes são:

- a praça – lugar de concentração e origem de dispersão, tratando-se de um espaço antinatural, onde se cruzam itinerários e onde se localizam diversos vectores centrípetos.
- a rua – como itinerário alinhado por massas construídas contínuas ou diferenciadas, podendo variar entre avenidas, passeios, passagem, pórticos, etc. A rua é uma oferta imprevisível de acontecimentos, tratando-se de um elemento vertebral nas funções essenciais da cidades, isto é, a informação, a acessibilidade e a imagem reconhecível da colectividade dos serviços que a mantêm. A rua serve para actualmente para todo o tipo de funções como circular pedonalmente ou com meios mecânicos de transporte, acesso a habitações e lugares de trabalho, instalação de redes públicas, estacionar, realizar manifestações e desfiles, admirar o património, comprar, vender, plantar árvores, delimitar o

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

espaço público e privado. Nenhum outro elemento urbano (quer a praça ou o jardim), admitem uma sobreposição de tantas funções e representações, que é o que lhes dá carácter e função social.

- O parque – é uma interrupção urbana com um fragmento de natureza artificialmente equipada.
- O Jardim – é um troço de cidade cuja arquitectura cede a uma vegetação projectada.

Já, Lamas (1999), refere que durante os vários contextos históricos, os elementos morfológicos são semelhantes, contudo, o que varia é a forma como estes elementos se organizam e articulam para constituir o espaço urbano. De forma a possibilitar o desenvolvimento de actividades, a forma deve relacionar-se com a função, por isso identificam-se os seguintes componentes:

LAMAS (1999)

- Solo - a partir do território e da topografia desenvolve-se o espaço. O pavimento é um elemento de grande importância no espaço, contudo de uma grande fragilidade e sujeito a inúmeros requisitos funcionais.
- O lote: edifício e lote não são dissociáveis, condicionando a forma do edifício e conseqüentemente a forma do espaço público.
- O quarteirão: é o resultado de edifícios agrupados num sistema fechado e separado dos demais, normalmente delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias e subdivisível em lotes para construção de edifícios. O quarteirão agrega e organiza os outros elementos da estrutura urbana: o lote e o edifício, o traçado e a rua, e as relações que estabelecem com os espaços públicos, semipúblicos e privados.
- A fachada: A relação do edifício com o espaço público processa-se pela fachada. As fachadas exprimem

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

- características distributivas, o tipo de edificado, as características e linguagem arquitectónica, e todo um conjunto de elementos que irão moldar a imagem da cidade.
- O logradouro: constitui o espaço privado do lote que não é ocupado por construção, tratando-se do espaço privado que fica separado do espaço público pelo contínuo edificado.
  - A rua: assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade, estabelecendo uma relação mais directa de assentamento entre cidade e território.
  - A praça: elemento morfológico das cidades ocidentais, distinguindo-se de outros espaços acidentais, surgidos do alargamento ou confluência de traçados, já que surge de um planeamento, tornando-se um elemento morfológico identificável na forma da cidade e utilizável no desenho urbano da concepção arquitectónica.
  - O monumento: é um facto urbano singular, elemento morfológico individualizado pela sua presença, configuração e posicionamento na cidade e pelo seu significado. Este desempenha um papel essencial no desenho urbano, caracteriza a área ou bairro e torna-se pólo estruturante da cidade.
  - A árvore e a vegetação: caracterizam a imagem da cidade, têm individualidade própria, desempenham funções precisas, sendo elementos de composição e de desenho urbano, servindo para organizar, definir e conter espaços.
  - O mobiliário urbano: diz respeito à dimensão sectorial da escala da rua, acarretando implicações na forma e equipamento da cidade, sendo de grande importância para a organização, qualidade e comodidade do espaço público.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Numa acepção de Alves (2003), encontramos a escala que se pretende trabalhar nesta investigação e este autor entende que os **componentes do espaço público** são:

ALVES (2003)

- Áreas de circulação e de estacionamento,
- Áreas pedonais e de estadia,
- Acessos,
- Áreas e elementos verdes,
- Equipamento,
- Sinalização e mobiliário urbano,
- Património,
- Espaços simbólicos,
- Espaços intersticiais,
- Infraestruturas técnicas.

Continuando a descer de escala distinguem-se pormenorizadamente cinco **elementos constituintes** do **espaço público urbano**:

- Ruas;
- Praças/lagos;
- Espaços memoriais;
- Espaços comerciais;
- Espaços verdes.

Estes devem estimular positivamente o utilizador, distribuindo-se equilibradamente e complementando-se mutuamente com os edifícios.

As **ruas** podem ser do tipo **exclusivamente pedonais**, encerradas ao tráfego motorizados. Constituídas por elementos complementares ao movimento pedonal. Os **percursos /eixos pedonais** são segmentos de cidade onde se circula a pé, como caminhos ou passeios. As ruas **dominantemente motorizadas** são colectoras e com grande intensidade de tráfego automóvel; garantem o fácil acesso entre centros urbanos e outras partes da cidade. Por fim a **ruas de tráfego restrito** são usadas como espaço público aberto, por vezes arborizadas, com restrições ao acesso de veículos vs prioridade aos peões.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

As **praças** podem ser do tipo **praças/pracetas**, normalmente associadas à evolução histórica dos centros das cidades. Resultam de formas de planeamento e da concentração de actividades não habitacionais junto a edifícios mais importantes ou encontro de ruas. A praceta tem escala humana e geralmente é um espaço pontuado por árvores e bancos que permitem descanso e contacto humano. Os **pequenos largos** são resultado do necessário desafogo entre edifícios ou encontro de ruelas ou caminhos.

Os **espaços memoriais** podem ser **de homenagem ou celebração**, isto é, espaços ou recintos públicos que memorizam acontecimentos ou personagens importantes.

Os **espaços comerciais** podem ser **largos de mercado e de feiras**, ou seja, espaços abertos ou ruas ocupadas por mercados ou feiras permanentes. Os **centros/núcleos comerciais centrais** são áreas interiores, comerciais, privadas.

Os **espaços verdes** podem ser **parques urbanos** enquadrados normalmente em sistema de espaços abertos; e pela sua dimensão, apresentam grande expressão na área da cidade. Estão localizados normalmente perto do centro da cidade. Os **jardins** são espaços mais formais, com dimensões variáveis, normalmente envolvidos por edifícios ou localizados nas marginais de rio ou de mar, especialmente memorizados pelas espécies animais e vegetais e pelos elementos lúdicos. Os **parques residenciais** são espaços abertos criados em áreas residenciais, normalmente destinados ao recreio e ao desporto. Os **recintos/ pátios** são áreas de lazer nas unidades de vizinhança, que incluem frequentemente equipamento tradicional de diversão. As **vias verdes** são áreas naturais interligadas aos espaços recreativos por canais, preferencialmente com itinerários de transporte e mobilidade para peão e bicicleta. Os **espaços intersticiais** são espaços

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

abertos com acessibilidade pública permanente, de transição como escadarias, alargamento e cruzamentos de ruas pedonais, espaços colaterais aos edifícios. As **frentes marginais de rio ou de mar** são espaços abertos marginais adjacentes a portos de rio e de mar, praias, lagos e lagoas, cais e ancoradouros.

Para Alves (2003), estes **elementos** permitem **valorizar** uma **rede viária** devidamente **hierarquizada e integrada** no funcionamento da cidade ou do bairro, sem uma presença excessiva e complementando a circulação pedonal, garantindo uma boa gestão das **questões de segurança, acessibilidades, funcionalidade, conforto e agradabilidade no uso**.

Brandão (2008), considera que os espaços públicos podem ser agrupados segundo uma função.

BRANDÃO (2008)

Os **largos, praças, ruas e avenidas** são destinados ao encontro social e à circulação e são definidos como espaços-traçado.

Os **jardins, parques, miradouros e panoramas** são destinados ao lazer e à contemplação em espaços ligados à natureza. São designados por espaços de paisagem.

As **estações, paragens, interfaces, vias-férreas, auto-estradas e estacionamentos**, são destinados ao transporte, circulação e estacionamento, sendo designados por espaços-deslocação.

Os **cemitérios, espaços industriais e agrícolas, equipamentos, serviços e espaços monumentais**, são espaços de carácter memorial ou de sentido comunitário e por isso são definidos por espaços-memórias.

Os **mercados, centros comerciais, quiosques, tendas e arcadas**, são espaços semiexteriores e designados como espaços-comerciais.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Os **adros, galerias, pátios, espaços culturais, desportivos, religiosos, artísticos, ou de actividades infantis**, são designados espaços-gerados por edifícios ou equipamentos e normalmente bem equipados ao nível do mobiliário urbano.

COELHO ET AL. (2013)

Para Coelho et al. (2013), analisando o conceito de tecido urbano, afirma que este exprime a realidade da cidade construída, que inclui indissociavelmente o espaço e o edificado, o público e o privado, isto é, as ruas, as parcelas, os edifícios, as infraestruturas, etc., isto é, toda a cidade física, descrevendo:

- Praça - entendida como o elemento mais importante do espaço público, destacando-se pelas vivências geradas, sendo resultado de várias culturas ao longo do tempo, servindo como factor integrante do desenho do espaço e dos seus edifícios. Serve como elemento de centralidade cultural, sendo local de encontro e manifestações sociais.
- Rua – elemento que constitui um canal ou corredor, cumprindo funções de passagem e suporte ao edificado. É um elemento morfológico linear e contínuo, mas também percurso e morada, itinerário e lugar.
- Quarteirão – é uma intermediação entre o público e o privado, entre o usufruto do solo e o habitar, entre tipologia edificada e arquitectura singular, entre infra-estrutura e sistema ecológico. O quarteirão dá “sentido à cidade na relação entre as escalas do urbano e do arquitectónico. Constitui um campo de expressão central no desenho da cidade contemporânea” (Coelho et al., 2013, p.124).
- Edifícios Discretos – são edifícios notáveis que se distinguem pela sua discrição e presença, isto é, carácter e não pela sua monumentalidade.
- Parcela - assume-se como uma componente do espaço privado da cidade, que afecta todo o restante espaço público,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

como a rua. Para os autores, a parcela influencia todo o tecido urbano, através dos diferentes modos e formas de agrupamento, “mas também pelas diversas configurações e densidades que resultam das combinações internas entre o edificado e parcela” (Coelho et al., 2013, p.146). Esta assume particular importância no estudo de áreas urbanas não planeadas ou desarticuladas de instrumentos de planeamento e gestão urbanística.

Face às diferentes escalas que cada autor utiliza para definir os componentes do espaço público, apenas Lamas (1999), Alves (2003) e Brandão (2008) se adequam à escala de trabalho do âmbito desta investigação. Os três autores, definem os constituintes do espaço urbano, e pormenorizam os tipos de espaço público que se podem encontrar. Contudo, face à maior variedade e detalhe nas definições de tipos de espaço público existentes referidos por Alves (2003), este será o autor que se toma como referência para a metodologia de análise.

REFLEXÕES DEDUTIVAS

### **2.3 ANÁLISE DO ESPAÇO PÚBLICO**

Este ponto da fundamentação teórica pretende esclarecer algumas teorias existentes sobre a avaliação da qualidade do espaço público e da paisagem urbana, através das abordagens elaboradas por autores de referência como Sitte (1996), Lynch (1960), Cullen (2006), Bacon (1976), Lamas (1999), Montaner (2014), Brandão et al. (2002), Alves (2003), Bohigas (2004) e Coelho et al. (2013).

#### CONTEXTO

Qualidade, pode ser definida como o grau que determinado serviço ou dispositivo físico possui para satisfazer as necessidades dos utilizadores. As categorias definidoras de qualidade correspondem à estética, ao uso e à estrutura do espaço em relação à malha urbana (Reis & Lay, 2006). A organização Project for Public Spaces, constatou que existem quatro qualidades essenciais para o sucesso de determinado espaço:

- Acessibilidades,
- Possibilidade de realizar actividades,
- Conforto e a imagem do espaço,
- Possibilidade de ser um local onde se possa socializar.

Para Fernandes (2012) a qualidade está relacionada com uma abordagem perceptiva e cognitiva e com as categorias que definem a qualidade da envolvente e do edificado (Fernandes, 2012).

A abordagem perceptiva manifesta-se pela interação do espaço com os utilizadores e vice-versa, através dos sentidos básicos como, a visão, olfato, tato, audição e paladar, porém ainda com factores como a memória, personalidade ou a cultura, que surgem através de elementos ou composições arquitetónicas presentes, relações sociais, e aglomeração de diversos grupos

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

que devem ser capazes de estabelecer um todo de integração cultural.

A abordagem do fenómeno cognitivo, resulta da maneira como o espaço é vivido e usado, e depende principalmente da intensidade com que as suas estruturas são lembradas e recordadas. O espaço, é um elemento orientador do comportamento das pessoas (Fernandes, 2012).

Desta forma, a avaliação qualitativa de um espaço público, pode ser baseada no resultado de comportamentos e atitudes dos utilizadores, baseando-se nas suas memórias e sensações, através de abordagens cognitivas e perceptivas.

Um outro processo que interfere na qualidade do espaço público urbano são os fenómenos de transformação urbana. Esta pode induzir maiores alterações na qualidade do espaço público, uma vez que se se alteram as características do lugar, tendencialmente se degrada a qualidade deste (Alves, 2003). O autor identifica que estas alterações podem estar associadas à incompatibilidade do uso do solo; à especialização e segregação excessiva de determinadas áreas com distribuição deficiente de funções; à edificação acelerada; ao isolamento de bairros e comunidades; à desadequação das regras de ornamento dos tecidos urbanos; ao aumento da densidade populacional; ao aumento da criminalidade e marginalização social; e ao mau gosto, sendo estas as principais causas dessas alterações.

Tal como no ponto 2.2 da investigação, o desenvolvimento do ponto 2.3, faz-se segundo a abordagem individual de cada autor, uma vez que as teorias estudadas são bastante heterogéneas.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

SITTE (1996) Relacionado com o fenómeno da transformação temos a análise de Sitte (1996) que via a praça como elemento fundamental do espaço urbano, Sitte (1996) sugere que o centro das praças deve ser permanentemente livre, de forma a deixar a linha de visão desbloqueada. De outra forma, se a vista desde a praça for condicionada, esta poderá afectar a distância espacial adequada para ver as fachadas dos edifícios. O mesmo autor, crítica os princípios básicos da utilização de árvores, afirmando que estas não devem ser uma obstrução à linha de visão. O jardim público, cercado por ruas abertas, ficou exposto a condições climatéricas desagradáveis e ao automóvel. Segundo ele, anteriormente, os jardins privados dos palácios eram isolados do trânsito e cumpriam assim a sua finalidade higiénica, apesar de serem de tamanho reduzido. Desta forma, todos os parques abertos, falharam na sua finalidade higiénica, e a razão de tal, foi o sistema de planeamento em bloco.

O autor crítica a construção das cidades segundo princípios artísticos, identificando a falta de criatividade, a austeridade, a monotonia dos traçados rectilíneos, o isolamento dos monumentos em vastos espaços abertos, a ausência de continuidade entre as malhas existentes e aquelas que eram propostas pelos progressistas, e a escassez de motivos e a monotonia dos complexos urbanos modernos.

Para ele, o zonamento, as infra-estruturas, densidades ou índices urbanísticos, não deveriam ser prioritários no desenho dos espaços contemporâneos.

LYNCH (1960) Já Lynch (1960), aborda a imagem do meio ambiente urbano que influencia o individuo. Lynch (1960), descreve que esta pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado. A **identidade**, refere-se ao sentido de individualidade ou particularidade da imagem. Esta, por

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

consequente, tem de estabelecer uma **relação estrutural** ou espacial do objecto com o observador. Por último, este objecto tem de ter para o observador um **significado** quer prático quer emocional.

Para o autor (1960, p.99), “a imagem mental de um edifício pode ser viva, envolver a sua forma, textura, cor e pormenor, ou ser bastante abstracta”, sendo a sua estrutura identificável. As imagens podem ser ainda diferenciadas de acordo com a sua qualidade estrutural, ou seja, a forma como as suas partes foram organizadas e relacionadas. Desta forma, o conteúdo envolve os elementos constituintes da cidade, tal como as suas características.

A **imagem ambiental** é um processo duplo entre observador e observado, mas a forma como isso se interpreta e organiza e como se dirige a atenção afecta, por sua vez, o que é visto.

Dentro da imagem ambiental, Lynch (1960) propõe primeiro um **reconhecimento do terreno**, um observador anota num mapa os vários elementos existentes, a sua visibilidade, força ou fraqueza como imagem, as suas relações e outras ligações. Numa segunda fase, **realiza-se uma entrevista com o fim de evocar as imagens do ambiente físico**, da qual fazem parte descrições, localizações, esboços e realizações de viagens imaginárias.

Lynch (1960), elabora 5 indicadores que simbolizam as qualidades dos espaços públicos urbanos:

**Singularidade** ou clareza das figuras de fundo: evidência de limites; fechamento; contraste de superfície, forma, intensidade, complexidade, tamanho, hábito, localização espacial;

**Simplicidade da forma**, associada à clareza e simplicidade de forma visual em sentido geométrico, limitação de partes;

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

**Continuidade**, isto é, a continuação de um limite ou de uma superfície; proximidade de partes; repetição de um intervalo rítmico; semelhança, analogia ou harmonia de superfície, forma ou hábitos;

**Clareza de ligação**, deriva da boa visibilidade das ligações e costuras; relação clara e interligação;

**Diferenciação direccional**, revela-se através de assimetrias, mudanças e referências radiais que diferenciam um fim de outros; ou que diferenciam um lado do outro; ou uma direcção da outra;

**Alcance visual**, refere-se às qualidades que aumentam ou organizam uma possibilidade de visão quer real, quer simbólica: transparências; sobreposições; vistas e panoramas que aumentam a profundidade da visão; elementos articulantes que explicam visualmente um espaço; concavidade que expõe outros objectos à nossa vista; indicações de um objecto, que de outra forma permaneceria invisível;

**Consciência do movimento**, envolve as qualidades que tornam o observador sensível ao seu próprio movimento real ou potencial, através dos sentidos visuais e cinestéticos;

**Séries temporais** são séries das quais o observador se apercebe para além da questão temporal, incluindo ligações simples de elemento por elemento, onde um elemento está associado ao que o precede e ao que se lhe segue, e também séries que estão estruturadas no tempo e, assim, se tornam melódicas na natureza.

**Nomes e significados** são as características não físicas que podem reforçar a imagem de um elemento. Os nomes são, por exemplo, importantes na cristalização da identidade.

Em relação às fachadas dos edifícios, o autor aponta as homogeneidades de fachada, ao nível dos materiais, modelos,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

ornamentos, cores, horizonte, disposição das janelas nos edifícios, que constituem indicações básicas na identificação dos bairros. No entanto, é referido que muitos bairros carecem de um carácter identificável, estabilidade e significado agradável. Para o autor, “até o espaço rude, disforme, parece ser notado, embora não seja agradável” (Lynch, 1960, p.54).

Para Lynch (1960), alguns traços parecem ter uma importância particular na paisagem citadina, como o espaço aberto, vegetação, sentido de deslocação em várias vias, contrastes visuais. As paisagens favoritas são geralmente as que incluem uma área aquática ou um espaço aberto à distância ou as luzes da cidade de noite, que a fazem ganhar vivacidade, já que as características da paisagem na cidade, a vegetação ou a água são frequentemente apontadas com satisfação.

Ao nível das soluções para o desenho do espaço público, o autor indica que entre um nível de organização e outro são necessárias ligações. Para o autor, a conexão e desconexão entre espaços, surge de elementos básicos como o pavimento. Se este não passar de uma extensão asfaltada lisa e uniforme, as edificações, mesmo que ricas em texturas e cores, irão parecer desarticuladas, desvinculadas umas das outras, já que o pavimento não prende o interesse dos utilizadores. Ou seja, o pavimento torna-se um dos mais importantes fatores que contribuem para a unificação e coesão numa cidade.

Esta ideia, leva-nos ao passeio, onde os elementos que o compõe devem estar articulados de forma a obter uma leitura clara das suas funções. Torna-se importante a escolha de materiais adequados, articulados com o movimento e da introdução de técnicas direccionais entre superfícies, já que as ruas podem não ser identificáveis e contínuas, mas podem ter qualidades direccionais, através de uma linha orientadora ou uma curva prolongada.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Posto isto, a continuidade é absolutamente necessária, e esta pode ser simplesmente revelada pelo conservar de uma árvore, o aspecto de uma rua ou do carácter do lugar.

Para o autor, é necessário organizar a cidade e a rua, definindo hierarquicamente uma sequência caracterizada por espaço privado, espaço semiprivado/semipúblico e espaço público, já que “a aparente qualidade cinestésica de uma rua, a sensação de deslocação ao longo dela, influencia os observadores, até ao nível da sua memória” (Lynch, 1960, p.110).

Desta forma é importante **planear o espaço público** como instrumento para garantir **qualidade de vida**. Precisamos de espaços que não sejam unicamente bem organizados, mas também poéticos e simbólicos, cujo modelo perceptual é também ele adaptado ao processo simbólico do ser humano.

Assim, o desenho urbano procura a boa disposição, aparência e funcionalidade dos espaços da cidade, no qual a paisagem urbana tem grande importância na procura de uma organização perfeita e de soluções coerentes e harmoniosas desses espaços públicos.

CULLEN (2006)

No método sugerido por Cullen (2006), a noção de paisagem urbana relaciona-se com a capacidade de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano.

A análise da paisagem urbana pode realizar-se através da **Visão Serial**, isto é, um percurso de um extremo ao outro da planta do lugar, em intervalos regulares, onde se descobre a sucessão de diversos pontos de vista. O avanço constante do observador vai sendo marcado por um conjunto de contrastes e acidentes que causam impacto visual e dinamizam o percurso, graças às sensações que incitam no ser-humano. Assim, quanto mais a

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

visão dos utilizadores for estimulada, mais a paisagem urbana se tornará estimulante, animada, causando sensações e curiosidade para com as fracções seguintes.

O autor define também, **Visão Local**, correspondendo às diferentes reações que um observador pode obter de acordo com a sua posição no lugar. Por exemplo, numa cidade existem zonas de espaços amplos e espaços delimitados, o que incita a variações de sensações como tensão e tranquilidade, não devendo ser ignorado o sentido de localização.

Por fim, faz a definição de **Visão Conteúdo** referindo-se à própria composição da cidade, isto é, cor, textura, escala, estilo, natureza, personalidade e todas as características que possam individualizá-la e caracterizar edifícios e setores da malha urbana.

Em suma, a paisagem urbana desponta geralmente, como uma sequência de surpresas e revelações inesperadas. À medida que o observador se desloca, descobre o espaço através de fracções visuais que, após uma construção cognitiva, possibilitam a percepção do ambiente, designando-se assim, visão serial. No entanto, apesar dos elementos de análise serem fracções estáticas obtidas no decorrer do percurso do observador, o princípio é o movimento. Segundo o autor, a ideia do movimento é o elemento principal para a percepção do espaço.

Cullen (2006), define ainda a **apropriação pelo movimento** como a capacidade de um espaço com carácter próprio, com princípio e fim bem definidos poder ser ocupado e apropriado por pessoas em movimento.

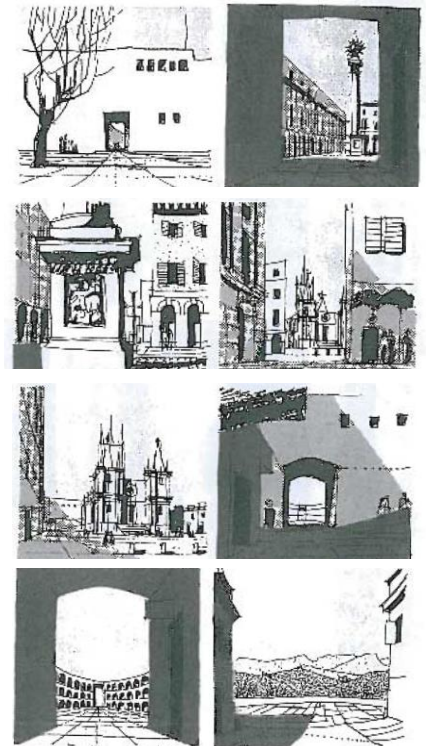


Fig.6

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Os diferentes tipos de **qualidades** individualizam um espaço são enumeradas e caracterizadas pelo autor:

A **urbanidade** é considerada a “síntese da qualidade e do carácter da vida urbana: proporção, elegância e alta densidade, a par do requinte de um jardim público com vegetação exuberante” (Cullen, 2006, p.66).

**Complexidade**, é um meio de cativar o olhar, tornando-se numa dimensão extra que apenas se manifesta como resultado do reconhecimento e experiências profissionais.

**Correcção**, surge do respeito mútuo entre os diferentes elementos, não se trata de uma imposição, mas sim de uma expressão livre enquadrada com um meio civilizado.

**Rudeza e vigor**, são as construções sólidas e fortes como rochas que se impõe na paisagem

**Extravagância**, surge maioritariamente nas ruas de fachadas alinhadas e paredes lisas, onde um objecto de súbito se enreda no olhar e pela sua extravagância intriga e fascina o observador como uma adivinha visual.

**Nostalgia**, surge das sensações de silêncio e luminosidade ténue, ou do isolamento e do edifício solitário que se ergue no meio da paisagem.

**Geometria** é o resultado da “imensidão e a ordem Newtonianas do céu”, que se fazem sentir na paisagem, incutindo nesta “a escala, a independência e a austeridade” (Cullen, 2006, p.77).

**Exposição e isolamento**, é a sensação que surge de factores como espaços vazios, grandes extensões de céu, geometria.

**Intimidade**, é a imagem que surge e que se compara ao calor humano, atingindo-se por exemplo por factores como a vegetação exuberante, um recinto, um pequeno rectângulo de

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

céu, uma construção em tijolo, criando atmosferas de interioridade, intimidade e cordialidade.

**Ilusão**, é uma simulação, paralelamente à noção emotiva de identificabilidade através da expressividade dos elementos construídos. Por exemplo, através da gradação imperceptível das paredes de um tanque, criando a ilusão de que a superfície plana da água está inclinada.

A **metáfora**, insinua, sugere que algo é outra coisa.

**Indício**, surge quando determinados objectos têm a particularidade de ser simultaneamente evocativos e inconfundíveis

**Animismo**, traduz-se na afirmação de que uma coisa é outra, através da sugestão, leva-se o observador a sentir estranheza ou irritação por o objecto transmitir ser algo que não é.

**Omissão significativa**, inclui-se “os efeitos que se verificam quando se omite o objecto significativo, quer porque isso reforça o seu significado, quer porque ele não é estritamente necessário, podendo a sua função ser desempenhada por uma outra coisa” (Cullen, 2006, p.75).

**Objetos significativos**, tratam-se do mobiliário urbano e dos elementos estruturais que geralmente não se evidenciam por exemplo ao nível de objectos de produção artística.

**Sobreposição de usos**, é o rompimento com a segregação e o zonamento que continuam a praticar-se, pondo em risco as unidades da vida social.

**Contrastes**, entre um objecto e outro, produz um tipo de tensão emocional, que se manifesta a nível de toda a estrutura espacial. Através do relacionamento de todos os factores referidos anteriormente, é possível perceber o mundo de inter-relações

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

complexas que se podem descobrir na observação de paisagens urbanas extraordinariamente expressivas e bastas.

**Escala**, este instrumento é dimensão que um edifício reivindica aos olhos do observador. Cada edifício tem a sua escala, mas é nas fronteiras entre todos eles e na forma como se relacionam que deve intervir o arquiteto. Desta forma torna-se também essencial para o arquiteto e para o urbanista terem a noção de escala em mapas ao nível do desenho urbano.

**Integração de árvores**, pois a relação das árvores com os edifícios pode ser extraordinariamente expressiva, quer como extensão do seu conteúdo, quer como definição por contraste. Desta forma, torna-se essencial o estudo e a exploração de texturas e hábitos de crescimento das árvores, bem como as suas diferentes características (fastigiadas ou pendentes, linhas geométricas ou curvas, aspeto lustroso ou aveludado), para uma correta relação com o edificado e uma adequada integração na paisagem.

A **publicidade** tornou-se aceite como parte integrante da sociedade, podendo em muitos casos ser utilizada com encantamento e vivacidade, enriquecendo extraordinariamente os espaços em que são colocadas. Porém, esta deve ser cuidadosamente controlada, evitando o abuso que muitas vezes deixa os cidadãos fascinados, mediante tamanha quantidade de anúncios, notícias e luzes. Posto isto, normalmente argumenta-se contra a publicidade excessiva, afirmando-se que os anúncios são incongruentes e contrários ao bem-estar das populações; que a publicidade invade o espaço público, obrigando os utilizadores a reparar nela; banalizam o ambiente e distraem os condutores.

A **integração discreta**, é descrita como a intromissão do homem na natureza sem causar uma perturbação excessiva, preservando ao máximo o meio natural.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Segundo Cullen (2006), a capacidade de proporcionar prazer num determinado espaço, surge de coisas elementares como a potencialização de luz ou sombra e proximidade ou distância entre objetos. No entanto outro exemplo da habilidade de incitar a satisfação é a recessão, definida pelo autor como a aparente discrepância numa determinada perspetiva, ou seja à diferença de escala entre edifícios.

O uso de diferentes escalas, pode criar a ilusão de uma proximidade ou afastamento maior do edificado em relação aos observadores. Complementarmente, a incitação da expectativa, isto é, o despertar da curiosidade dos utilizadores quanto ao cenário que irão encontrar no final da rua, consegue despoletar sensações ligadas ao desconhecido, ao infinito e ao oculto. Assim, também um espaço com significado negativo, pode ser caracterizado, pela capacidade de provocar desconforto, insegurança, marginalidade e o perigo, etc.

A ligação das pessoas a um espaço subsiste a diferentes níveis, desde ligações culturais entre pessoas com formações idênticas, laços familiares, de amizade, de grupos com interesses comuns e ainda ao nível das experiências vividas por todos os indivíduos nesse espaço.

Para Cullen (2006), as espécies vegetais podem provocar um efeito evocador, didático e pedagógico, já que deixam transparecer os ciclos naturais e a relação da paisagem urbana com a paisagem natural, dinamizam os espaços graças ao seu ciclo natural e permitem a orientação dos utilizadores do espaço urbano, adquirindo valor e significado com o passar do tempo. Atualmente “a arte de combinar edifício e árvore baseia-se numa relação em que a árvore cede a sua riqueza ao edifício, e em que o edifício faz realçar as qualidades arquitectónicas da árvore, de modo a constituírem um conjunto” (Cullen, 2006, p.170).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Em relação a conjuntos residenciais que se dispõem normalmente ao longo da beira da estrada, abrindo-se para esta, o autor aponta as vantagens evidentes da separação entre estrada e habitações. Sendo ambas entidades, elementos distintos da paisagem, o autor sugere que na disposição lado a lado, seja introduzido o arruamento ladeado de árvores, e o conjunto de casas implantado atrás de um talude.

Para Cullen (2006), as soluções para o desenho do espaço público passam pela modulação do pavimento, isto é, a modelação da superfície terrestre, transmitindo ao pavimento uma austeridade e irreverência inconsequente. Uma vez que é simplesmente uma superfície, o pavimento é trabalhado unicamente a duas dimensões.

O pavimento é capaz de convencer, segregar, acentuar, reunir ou dividir através dos seus padrões, mais do que qualquer outro elemento constituinte da paisagem urbana, uma vez que possui os recursos de expandir e estender um lugar. Desta forma, é essencial disciplina na sua concepção, já que a sua função lhe exige peso e resistência.

Naquilo que diz respeito particularmente às zonas residenciais, o passeio toma um papel relevante, pois este tem uma função moderadora. O seu complemento com a utilização de árvores à beira da rua, ou de tubos de queda ocasionais, exprimem claramente a natureza doméstica e informal do bairro.

O autor destaca igualmente a consciência do nível, que ganha especial relevo nas soluções para o desenho do espaço público, uma vez que este estimula os cidadãos, provocando sensações de privilégio, profundidade e intimidade.

A vista de cima, é associada a uma noção de vantagem, sendo excitante e estimulante. A altura funciona como um elemento lúdico e instintivo, em oposição, as zonas localizadas a um nível

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

inferior assumem um aspeto de intimidade e aconchego, que pode ser aproveitado funcionalmente para transmitir uma noção de privacidade. Recintos sobreelevados e delimitados, surgem para o autor como algo de singular e que merece ser observado e experienciado.

Os desníveis podem ser utilizados de maneira funcional, para unir ou separar a actividade dos diversos utentes da via pública. Como sistema de restrição, os desníveis, guiam de forma persuasiva o olhar e o caminhar no sentido da vontade do paisagista, já que a presença destes provoca sensações de afastamento. A utilização de desníveis, pode servir para acentuar a sinuosidade das linhas e oferece variedade à rua. Porém, os planos inclinados, que várias vezes unem dois desníveis, tornam-se funcionalmente inúteis e são considerados pontos mortos da paisagem.

Abaixo do nível médio do terreno, potenciam-se sensações de intimidade, inferioridade, encerramento e claustrofobia, já acima do nível médio do terreno, tomam lugar sensações de euforia, domínio, superioridade, podendo ainda levar os utilizadores a sentirem-se expostos ou com vertigens.

Cullen (2006) afirma que num mundo de conceitos bem definidos as estradas destinar-se-iam ao trânsito de pessoas e bens e os edifícios às relações sociais e de trabalho, onde o espaço exterior também estaria destinado a estar ocupado para fins sociais e comerciais.

Concretamente em relação à rua, o autor foca nos arruamentos que ocupam cerca de um terço da superfície dum quarteirão, verificando-se a importância dada ao carro no demasiado espaço que lhe é dedicado, deixando negligenciadas outras funções no desenho da rua, ao invés de uma “harmonia entre paredes exteriores e pavimentos, em que este último faria a articulação ou distinção entre elementos arquitectónicos e seria

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

a expressão dos diferentes espaços entre edifícios” (Cullen,2006, p.123).

O autor lamenta as possibilidades imensas para o desenho, que são sacrificadas pela invasão do automóvel, resultando em duas consequências principais: o desaparecimento da variedade e da personalidade das superfícies pavimentadas e a invasão das áreas reservadas a peões.

Desta forma é sugerido a existência de um código universal de cores e padrões que possibilitasse uma leitura mais fácil da rua, introduzindo uma nova estética funcional na paisagem urbana, indicando por exemplo as ruas de sentido único, estacionamento, travessia de peões, etc. Tal resultaria num padrão de movimento em que o uso do pavimento seria traduzido por padrões constituídos por cores ou texturas indicando actividades diferentes.

BACON (1976)

Para Bacon (1976), a percepção da imagem visual do espaço público, depende do movimento, e isto é apenas o início da experiência sensorial. Para o autor, os passos e o caminhar é que permitem ao observador, absorver na sua verdadeira escala os espaços urbanos, na qual se podem observar as mudanças de luz e sombra, calor e frio, ruído e silêncio, fluido de odores associados aos espaços, qualidade táctil das superfícies, etc. Segundo este autor, as formas de entender o espaço, dependem da forma como se percebe a continuidade do mesmo e a forma como este opera.

Num espaço articulado, existem algumas qualidades intimamente ligadas, que podem ser utilizadas para garantir a noção e dimensão da progressão do movimento através do espaço, por exemplo:

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

- **Cor** – pode dar continuidade e forma à experiência do movimento, através do uso intencional da cor num sentido sequencial;
- **Antecipação** – À medida que um observador avança num determinado percurso, e o seu movimento se faz acompanhar por uma determinada sequência de cor, que aumenta de intensidade até um determinado ponto final (o fim do percurso).
- **Cumprimento** - A experiência da sequência de sensações anteriores, isto é, o produto final de uma experiência estética total.

Segundo o autor, a consciência do espaço requiere ainda o envolvimento de uma série de capacidades e usos que surgem quando a comunidade e os criadores da cidade, tornam o processo de planeamento num trabalho artístico, no qual se evidenciam características como:

- **Encontro com o Céu** – A linha do céu na paisagem urbana, foi durante muito tempo um elemento dominante ao nível do desenho urbano e deve ser reconstituído na construção da cidade, pois representa a relação humana com o infinito do espaço.
- **Pontos no Espaço** – Os pontos, atingem outros pontos no vazio, e nesses espaços criam-se tensões, nas quais o observador se move numa relação cambiante, contínua e harmónica.
- **Desenho em Profundidade** – A sensação de movimento em profundidade é estabelecida, quando as formas arquitectónicas se relacionam entre si, e o tamanho dos espaços se torna compreensível por comparação de formas semelhantes reduzidas numa perspectiva descendente.
- **Convexidade e Concavidade** – A interacção de duas formas, isto é, a relação entre positivo e negativo, massa e vazia, convexidade e concavidade, tendem a envolver

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

completamente o observador na animação espacial produzida por estas variações.

LAMAS (1999)

A morfologia urbana é o estudo sobre a forma do meio urbano, naquelas que são as suas partes físicas ou elementos morfológicos ao longo do tempo. A forma urbana é o modo como os elementos morfológicos se organizam e definem o espaço urbano, podendo ser analisados relativamente a aspectos de organização funcional, quantitativos, qualitativos e figurativos (Lamas, 1999).

- **Aspectos de organização funcional:** relacionados com as actividades humanas como habitação, trabalho e lazer, e também com o tipo de uso do solo.
- **Aspectos quantitativos:** todos os aspectos da realidade urbana que podem ser quantificáveis como densidades, superfícies, fluxos etc.
- **Aspectos qualitativos:** relacionam-se com o tratamento dos espaços, segurança e conforto do utilizador, como o estado dos pavimentos e acessibilidades.
- **Aspectos figurativos:** relacionam-se com a comunicação estética, a percepção e leitura do espaço.

A compreensão do espaço, relaciona-se com os valores estéticos que são adquiridos através dos sentidos e que permitem ao observador orientar-se no espaço. Para o autor, os aspectos sensoriais são determinados segundo:

- **Sistema de Orientação:** diz respeito à noção de cima/baixo e esquerda/direita, dependendo fundamentalmente de sistemas de referência como marcas, monumentos, zonas ou bairros característicos.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

- **Sistema Visual:** através da visão percebe-se a imagem da cidade, isto é, através da observação, movimento e apreensão do espaço sob uma sequência visual.
- **Sistema Táctil:** através de percepções sensoriais com a atmosfera, como o vento, correntes de ar, zonas de calor e frio.
- **Sistema Olfactivo:** embora seja um aspecto como menor relevância e incidência, as sensações olfactivas contribuem qualitativamente para a experiência do utilizador nos espaços.

Para o autor, o planeamento e desenho do espaço público e urbano, deve organizar-se segundo o carácter individual de cada intervenção, onde influenciam factores como os métodos, objectivos e conteúdos programáticos, escala dos problemas e dimensão geográfica da própria intervenção.

Aristóteles (citado, por Montaner, 2014), considera que o espaço deve ser tido em conta desde o ponto de vista do lugar. Para o autor, os conceitos de espaço e lugar podem ser bastante distintos: o primeiro tem uma condição teórica e indefinida, enquanto o segundo é mais concreto e definido nos detalhes.

MONTANER (2014)

O lugar é definido por substantivos e pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos, trata de um meio ambiente e das relações humanas e com o corpo humano. Contudo, actualmente, os lugares já não são receptáculos de existências permanentes, mas focos de acontecimentos, concentrações de dinâmicas, fluxos de circulação, cenários e factos efémeros, cruzamentos de caminhos, entre outros. A ideia de lugar, diferencia-se da de espaço pela presença da experiência, relaciona-se com o processo fenomenológico da percepção e da experiência do mundo por parte do ser humano. À pequena escala, a qualidade do espaço materializado depende da sua forma, textura, cor, luz natural, objectos e valores simbólicos, enquanto à grande escala

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

se interpreta pela capacidade de fazer aparecer pré-existências ambientais como objectos simbólicos ou através da articulação de diferentes peças urbanas como ruas ou praças (Montaner, 2014).

BRANDÃO et al. (2002)

Por outro lado, Brandão et al. (2002) propõe um método direccionado à capacidade de gerir e controlar o planeamento e desenho do espaço público. O autor estrutura um conjunto de critérios como forma de avaliar as intervenções no espaço público por parte das entidades gestoras do espaço.

O autor divide os **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO** em dois grandes grupos – **critérios gerais e critérios específicos**.

O primeiro grande grupo – **critérios gerais** - características que induzem qualidade ao espaço, sobre o qual, o mesmo é avaliado de forma qualitativa, tais como, identidade, continuidade, mobilidade, acessibilidade, permeabilidade, segurança, conforto e apazibilidade, inclusão social, legibilidade, diversidade, adaptabilidade, robustez, durabilidade e sustentabilidade.

Os **critérios gerais** são estruturados de maneira a garantir um método base de intervenção no desenho de espaço público e de acordo com princípios básicos para a vida dos cidadãos.

A **identidade** do espaço público deve garantir o respeito pela identidade da paisagem urbana ou rural. Para os autores a identidade de um local é revelada pela forma como as pessoas e os vários ecossistemas se relacionam entre si, gerando padrões de vida que caracterizam a paisagem, tornando-a única. Esta é influenciada por elementos e factores físicos e biofísicos: fauna e flora, solo, água, clima; Humanos (históricos, culturais, sociais, económicos, ambientais): arquitectura, elementos urbanos (pavimentos, fontes, mobiliário urbano, iluminação), materiais e métodos construtivos, escala, textura e cor,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

costumes e tradições, arte e artesanato, actividades económicas estruturantes, recursos endógenos, demografia e outros fenómenos.

A **continuidade e permeabilidade** referem-se à promoção da integração de novos espaços, de forma a garantir a conexão com as pré-existências. O projeto de espaço público deve contribuir para uma leitura urbana de forma contínua, e ao mesmo tempo receber da mesma todos os estímulos necessários à sua implementação, garantindo uma leitura homogénea do todo. Este critério envolve: redes viárias, estrutura verde; saneamento; serviços públicos (transportes, recolha de lixo, iluminação e telecomunicações).

A **permeabilidade**, é a possibilidade de ligação física e visual com a envolvente, e é influenciada pela natureza dos limites físicos e visuais entre o público e o privado.

A **segurança, conforto e apazibilidade** devem ser de especial atenção no projecto de espaço público. O desenho dos espaços públicos deve atentar a acessibilidade, a manutenção, resistência ao vandalismo, garantindo a segurança e o conforto; a iluminação que deve promover um sentimento de segurança, sobretudo nocturna. O conforto no depende de alguns factores: climáticos - temperatura, humidade, insolação, precipitação e vento; qualidade acústica – intensificação de vegetação de forma a proteger do ruído exterior; qualidade visual – iluminação natural e artificial de modo a satisfazer requisitos fisiológicos e higiénicos: contraste, intensidade, brilho uniforme e proteção contra encadeamento; qualidade do ar – como filtro do ar; qualidade ergonómica - escolha correta do mobiliário urbano e dos equipamentos; segurança; conservação e manutenção do espaço; colocação de vegetação de folhagem e natureza variada como filtro do calor e da poluição no verão, e da passagem de luz no inverno, mas também para oferecer zonas

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

de ensombramento e refúgio; utilização de água - forma de criar ambientes distintos aprazíveis ao utilizador; materiais de construção - aumento do conforto através da cor e textura.

A **mobilidade e acessibilidade**, surgem no âmbito dos espaços públicos deverem ser acessíveis a toda a população, e estarem capacitados para as necessidades da população com mobilidade mais reduzida com igual direito de usufruto dos restantes utentes. A mobilidade e a acessibilidade dependem de condicionantes como a localização e distribuição de usos; a oferta de meios de transportes; os condicionamentos de locomoção; as soluções de apoio às pessoas com menor mobilidade (idosos e deficientes); os grupos etários; níveis socioeconómicos; e a tradição cultural.

A **inclusão e coesão social** surgem da necessidade de potenciar as relações humanas independentemente da raça e género e promover o encontro social.

A **legibilidade** é um dado essencial no espaço público e diz respeito à qualidade que torna o lugar de fácil leitura e compreensão, tornando-o reconhecível e facilmente identificável.

A **diversidade e adaptabilidade** referem-se à capacidade do espaço público fornecer diversidade de usos e criação de espaços multifuncionais que possibilitam a agregação de pessoas de várias faixas etárias, com motivações e interesses distintos, acautelando possíveis adaptações, finalidades e outros usos de acordo com os hábitos e usos da população.

Um projecto de espaço público deve garantir à população uma quantidade variada de elementos que o tornem apelativo, abrangente e adaptável.

A **resistência e durabilidade**, são questões de elevada importância na elaboração de um projecto de execução,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

devendo-se ter em atenção as funções, público-alvo e a intensidade de utilização do espaço, ponderar-se e ter em conta a qualidade dos materiais, dos factores humanos e dos factores bióticos.

A **sustentabilidade** baseia-se num conjunto de factores sociais, económicos e ambientais, promovendo uma gestão equilibrada dos recursos, segundo algumas características como justiça e igualdade de direitos e de oportunidades; uma cidade bela onde é fomentada a imaginação e a criação de ideias; uma cidade criativa onde a população mostre o seu potencial; uma cidade ecológica onde haja uso eficiente dos recursos; uma cidade que favoreça o contacto, onde o espaço público seja local de encontro e convívio, permitindo uma partilha de experiências saudáveis.

O segundo grande grupo – **critérios específicos** - trata de elementos de maior detalhe como, equipamentos, sistemas de comunicação, elementos de iluminação, estruturas subterrâneas, elementos naturais, rede viária, transportes e outros.

De acordo com as recomendações do autor, ao nível de desenho do espaço público importa garantir que a envolvente de uma área residencial, se funda com a malha urbana em que se insere, em termos físicos, formais e estruturais, garantindo zonas de continuidade e relacionamento de espaço público, edificado e acessos, contribuindo para a vitalização do bairro e de aspectos como identidade; continuidade, segurança, conforto, acessibilidade, sustentabilidade (Brandão, Águas & Carrelo, 2002).

O projecto de espaço público deve promover a utilização racional e integrada dos recursos naturais como sistemas de rega automática ao invés de rega manual; promover a utilização de energias alternativas; promover a utilização de materiais

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

endógenos, recicláveis e não poluentes; escolha de equipamentos em quantidade adequada; a boa acessibilidade pedonal e transportes públicos adequados; assegurar a optimização da utilização do espaço em condições de conforto e segurança; assegurar a manutenção dos novos espaços.

É essencial que o desenho considere soluções como a superação de barreiras arquitectónicas; promoção do alinhamento; promoção da separação entre redes de circulação; prever a vedação de equipamentos como parques infantis; promoção da segurança na travessia de vias de circulação através de percursos pedonais; superação de locais com declive acentuado; prever uma boa circulação de veículos de serviços.

### **ALVES (2003)**

#### I Objectivos e requisitos fundamentais:

- Tipos de espaço
- Tipos de Superfícies
- Espaços Actividades Específicas
  - Direitos

#### II Orientações para o desenho

De acordo com Alves (2003), o perfil da proposta qualitativa desenvolvida é dividido em duas partes:

- Na primeira trata os **objectivos e requisitos fundamentais**, utilizando como conceitos ordenadores as dimensões humanas do espaço público urbano, de forma a responder à satisfação dos anseios dos utilizadores e ao tipo de actividades que deverão ser desenvolvidas;
- Na segunda parte, refere-se às **principais orientações** para o desenho do espaço público, num conjunto de exigências funcionais.

Segundo o autor, este procedimento pode ser aplicado em qualquer espaço público, independentemente da sua dimensão, natureza, localização ou idade.

Desta forma, Alves (2003), define cinco objetos com **objectivos e requisitos fundamentais** do programa qualitativo.

#### I Objectivos e requisitos fundamentais:

- **TIPOS DE ESPAÇO**

O primeiro refere-se à identificação dos **tipos de espaço público** existentes no conjunto em estudo, podendo-se

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

enquadrar segundo a sua função dominante em: parque, jardim, recinto, rua ou praça. Estes elementos foram abordados anteriormente no capítulo dos componentes do espaço público.

Em segundo importa analisar os espaços de acordo com as **exigências físicas e funcionais**, isto é, tipos de superfícies; orientações para espaços de actividades específicas; e direitos de utilização.

O terceiro objecto refere-se à **articulação espacial e as complementaridades**, ou seja, a articulação do espaço com a envolvente imediata, os complementos funcionais e o desempenho do conjunto face à cidade e à população local ou mesmo da cidade.

O quarto objecto, é referente à **imagem ou identidade do espaço**, na leitura do que é a valorização da identidade, revitalização, integração arquitectónica e urbana, significado, unificação e espírito de lugar.

Por fim, o último objecto é a **componente pedagógica** da intervenção no espaço público, no sentido disciplinador e orientador da mesma.

A segunda parte do programa qualitativo, aborda a exposição das principais **orientações para o desenho urbano**, abrange quatro ações correspondentes a quatro dimensões humanas, às quais são indexados fatores qualitativos e exigências.

Para o autor, o desenho estratégico do espaço público contribui para limitar a intromissão de automóveis em determinadas áreas urbanas.

A proposta do autor aponta que o espaço público, à excepção das superfícies de circulação dos veículos, se divide em três **conjuntos funcionais**, sendo eles as **áreas pedonais**

I Objectivos e requisitos fundamentais:

- o Tipos de espaço
- o **TIPOS DE SUPERFÍCIES**

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

pavimentadas ou em terra, **áreas ornamentais e de transição** e **áreas de estacionamento**. Para cada uma das três áreas funcionais mencionadas, são caracterizados os principais requisitos para a sua qualidade, no que diz respeito à sua execução, uso e conservação.

**Áreas pedonais pavimentadas** destinam-se à circulação e estadia de pessoas, à instalação de mobiliário urbano, e de serviços e vegetação, destacando-se as ruas pedonais, passadiços, calçadas, passeios, praças, parques, passagens áreas ou subterrâneas, espaços intersticiais e recintos.

Os **principais requisitos** destas áreas são a largura adequada de passeios que permita a passagem e cruzamento de pessoas; a articulação de passagens e outros acessos às fachadas de edifícios, com protecção às intempéries e marginalidade; os perfis longitudinais com desníveis e pendentes mínimos, evitando o uso de escadas e rampas que dificultem a circulação, acessos, escoamento de águas e desenrolar de actividades; os espaços preparados para plantação de vegetação, implantação de mobiliário urbano, equipamentos de serviços; os pavimentos e elementos de separação delimitadores de áreas de vegetação, através da pormenorização de arestas, dimensionamento e nivelamento adequado das grelhas no pavimento; a pavimentação adequada de plataformas e passeios, que possibilitem o escoamento de águas, actividades e livre circulação; o desenho, orientação geométrica e dimensionamento de grelhas de ventilação concordantes com o sentido de marcha dos peões; os lancis dos passeios com altura adequada à circulação de indivíduos de todas as faixas etárias e que impeçam a invasão pelo estacionamento ou água da chuva; os degraus com materiais e dimensionamento adequados; as grelhas de sumidouros longitudinais na base de escadas e rampas, por forma a evitar a concentração de água

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

de chuva; a selecção rigorosa e adequada das árvores e vegetação a implantar; a implantação adequada e interactiva do mobiliário urbano e sinalética.

Os **espaços de ornamentação e de separação**, compreendem os espaços não ocupados por pessoas ou veículos e destinam-se a compartimentar e afastar as áreas pedonais das superfícies motorizadas, separar faixas de rodagem, proteger os limites das vias de trânsito rápido, articular desníveis no espaço público, destacando-se a vegetação diversa, muros e muretes, fontes, espelhos e linhas de água, sinalética, estatuária, entre outros.

Os seus **principais requisitos** passam pela plasticidade conceptual que articule espaços diversificados, subdivididos e ritmados, cobertos de vegetação; correspondência entre limites e alinhamentos de diferentes espécies vegetais; pelo dimensionamento adequado de faixas de separação; implantação adequada de estatuária, fontes, sem diminuição de visibilidade, funcionalidade e percepção dos espaços; controlo de taludes sobre passeios e ruas que garantam a fixação da terra e vegetação e previnam a obstrução de canais e colectores de drenagem; tratamento ajustado dos solos; selecção adequada de plantas e garantir a sua conservação e rega; implantação correcta de espécies arbóreas, valorizando eixos perspécticos, e a clara leitura dos espaços urbanos.

As **superfícies de circulação motorizada e de estacionamento** são destinados à circulação e estacionamento de veículos, secundarizando a circulação de peões e a instalação de infra-estruturas.

Os **principais requisitos** destas superfícies são a definição geométrica adequada e controlo da escala da rua, facilitando o atravessamento de peões e o controlo dos limites de velocidade; o controlo do número de cruzamentos e entroncamentos demasiado próximos, evitando pontos de conflito; a existência

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

de passagens de peões e a presença de refúgios, que facilite o atravessamento de vias; a continuidade entre passeios e passagens de peões; o dimensionamento e geometria adequada das faixas de estacionamento; a boa execução das superfícies dos pavimentos; a selecção rigorosa dos materiais que compõem os pavimentos, respeitando os valores da paisagem urbana tradicional; e a implantação em localização adequada e em quantidade de sumidouros e sarjetas.

Na enumeração dos principais requisitos, o autor inclui também a **vegetação**. A ausência de vegetação e árvores de sombra, são um dos principais problemas dos espaços públicos, já que as espécies caducifólias constituem um dos principais elementos no enriquecimento da composição dos espaços públicos (Alves, 2003). O mesmo autor afirma que espaços públicos com ausência de árvores, ficam privados de benefícios ambientais, funcionais e estéticos, já que se perde uma protecção natural para os pavimentos e fachadas.

Complementarmente, os conjuntos vegetais moderam a luz, criando diferentes vibrações e ritmos de luz, que variam consoante a densidade, tamanho, formas, cores e espessuras dos ramos e folhas que os constituem. Estes constituem ainda um filtro natural ao vento, ruído, gases tóxicos, tem a capacidade de fixar o pó em suspensão e permitem a articulação e modelação de espaços desproporcionados e ilegíveis.

Segundo Alves (2003, p.190), deve-se “estabelecer a unidade paisagística, diversificar e dinamizar espaços monótonos e sem identidade, explorar eixos perspécticos, dissimular aspectos incongruentes do edificado ou do espaço exterior, proporcionar

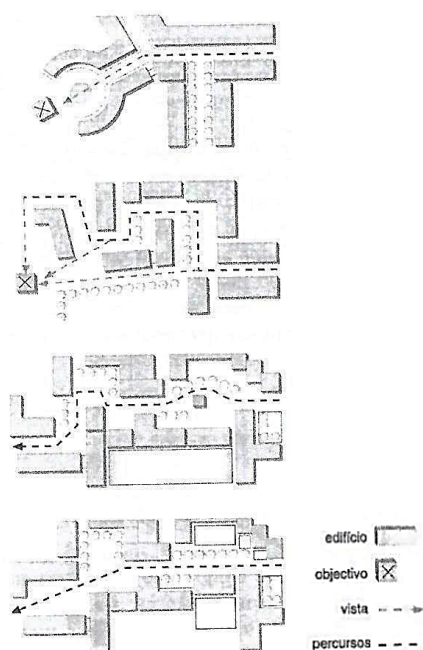


Fig.7

Fig.7. A vegetação seleccionada pode ajudar a formatar, clarificar e identificar espaços, percursos e valores perspécticos.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

a privacidade, a intimidade ou o convívio e hierarquizar os espaços e seus componentes.”

A não coadunação de alinhamentos entre edifícios e espaço público, ou a não diferenciação entre espaço público e espaços livres privados, gera normalmente confusão de acessos e de espaços de uso impreciso e sem conservação. A utilização de vegetação no espaço público, pode ajudar fundamentalmente a “formatar os espaços entre edifícios, clarificar percursos e espaços de transição, orientando-os para objectivos perspécticos, referenciar pontos de interesse e pronunciar ritmos, visualmente estimulantes nos percursos a efectuar” (Alves, 2003, p.129).

Desta forma a implantação estratégica de **vegetação** contígua aos edifícios ou ao limite dos lotes, pode realçar as qualidades espaciais dessa arquitectura, enriquecendo também o espaço público e a sua referenciação – espaço livre percebido e espaço utilizável - como pode também prejudicá-los estéticamente e funcionalmente, no caso de implantação desastrosa de vegetação.

O autor, destaca uma série de exigências para o plantio e selecção de espécies vegetais, segundo a concepção do desenho do espaço público, como a exploração das vantagens visuais que os conjuntos arbóreos de diferentes texturas, cores, tamanhos e suas relações com a modelação do terreno podem oferecer; o estabelecer a coerência, afastamentos, intervalos e efeitos visuais pretendidos; a correcta distância entre edificado e árvores, de maneira a permitir o encontro necessário de luz natural com os edifícios; a selecção com rigor as espécies, adequando-as à dimensão do espaço livre, ao jogo de sombras e luz pretendidos, tipo de usos existentes e futuros, visualização e perspectivas; o assegurar o cumprimento de condições mínimas necessárias para o desenvolvimento de espécies.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

I Objectivos e requisitos fundamentais:

- Tipos de espaço
- Tipos de superfícies
- **ESPAÇOS ACTIVIDADES  
ESPECÍFICAS**

O autor aborda os **espaços para atividades específicas** como espaços de **recreio, lazer, actividades culturais e recreativas**, espaços de **reserva** ou de **desafogo**, espaços de **transição**, espaços para **instalação de redes públicas**, espaços para **circuitos de bicicletas e outros meios**, e espaços para **circulação mista**.

As necessidades dos peões devem ser respondidas, especialmente nas áreas intersticiais aos maiores eixos viários. Tal contribui para a criação de um sentido de lugar, através da variedade de atrações, facilidade de acessos e transportes.

Para Alves (2003) as **actividades de recreio, lazer e estar**, são condicionadas pela qualidade do espaço onde se desenvolvem, pelo seu dimensionamento, equipamento e pormenorização, proximidade e acessibilidade às residências e outros equipamentos.

O espaço exterior deve proporcionar o desenvolvimento de actividades e usos diversos, bem como a continuidade visual, sendo fundamental que seja atraente, confortável e flexível. Para este resultado de continuidade funcional, contribuem por exemplo a boa articulação do mobiliário urbano com equipamentos e serviços, ou a sombra das árvores em épocas quentes, facilitando a permanência dos utilizadores nos espaços, garantindo-lhes conforto.

O conforto ambiental, a atractividade, a segurança, o estímulo e a animação devem ser características a enaltecer, concentradas e bem localizadas num ambiente protegido de agressões climáticas e do tráfego excessivo.

Para o autor, os espaços deveriam funcionar numa perspectiva eco-sistémica, em sectores físicos, funcionais, educacionais, sociais e ambientais sustentáveis, propondo para isso uma série de parâmetros.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Os **espaços de recreio** devem disponibilizar meios humanos que garantam a vigilância, segurança, acompanhamento e protecção das pessoas, bem como o aproveitamento de elementos e equipamentos existentes para a criação de actividades lúdicas e didácticas que sirvam para a socialização e identificação com o território. Estes espaços devem aproveitar as potencialidades naturais e o desenvolvimento de áreas verdes e o contacto com equipamentos e áreas residenciais, numa boa configuração com a malha pedonal, de forma a garantir uma tipologia espacial adequada a todos os níveis etários e socioculturais e que permite a liberdade de acção e contacto com a natureza.

**Espaços de lazer** devem ser harmoniosos e adequados dimensional e tipologicamente para instalações desportivas numa estrutura predominantemente pedonal, com protecção, segurança, conforto e manutenção fácil. Estes espaços devem ser articulados com elementos e áreas verdes próximas de residências, equipamentos e outros espaços de convívio ao ar livre; devem estar implantados em terrenos adequados à evolução das suas instalações e definir um acesso condicionado ao automóvel, para maior satisfação dos utilizadores em convívio e interacção social entre várias faixas etárias e níveis socioculturais.

Os **espaços de reserva ou desafogo** são uma oportunidade à instalação de actividades como tendas de recriação, circos e espectáculos ao ar livre, que se bem identificados poderão surgir anexados e articulados a outras áreas abertas interligadas, como corredores verdes.

Estes devem garantir a protecção a intempéries e enquadrar-se entre edifícios e espécies vegetais, potencializar a presença de elementos artísticos, evocativos e didácticos, estando articulados com os edifícios, mobiliários urbano, áreas verdes,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

percursos pedonais, equipamentos de suporte a actividades culturais, formação ou ocupação de tempos livres.

Os **espaços para instalação de redes públicas** englobam todo o espaço público urbano e exige a instalação harmoniosa de redes públicas de abastecimentos, de esgotos e de drenagem de águas pluviais, garantindo o conforto funcional e equilíbrio ambiental e visual do espaço público.

Os **espaços para circulação de bicicletas** e outros deve garantir um desenho claro e identificativo dos percursos, pistas e movimentações existentes, que possibilite o controlo dos acessos, trajectos e velocidades. Importa garantir que os elementos configurem protecção e segurança a todos os utilizadores e que fomente a prática de circulações mais favoráveis ao ambiente e ao desenvolvimento psicomotor.

Os **espaços para circulação mista**, ou seja, para circulação de peões e veículos, podem acontecer em três nuances possíveis: predominância do movimento pedonal (áreas residenciais e ruas comerciais), coexistência em igualdade de direitos de movimento pedonal e automóvel (centros urbanos ou núcleos de transporte urbano) e, predominância de veículos motorizados (estações de transporte, grandes superfícies, canais de circulação, etc.). O êxito das três depende da segurança, protecção, conforto, visibilidade, sinalização e perceptividade, facilidade de acesso, entre outros parâmetros.

Estes espaços devem garantir o desenho de pormenor do traçado das redes de circulação, da hierarquização funcional dos espaços de circulação, de paragem, estacionamento, de permanência e de acesso, bem como a implantação adequada de materiais e dispositivos complementares identificativos das diferentes funções e condutas a desenvolver no espaço urbano. Desta forma é possível a comunhão natural e equilibrada de peões e veículos no meio urbano, a maior perceptividade do

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

meio e maior segurança e conforto na sua utilização por peões e veículos, assim como a facilidade de acesso em todos os seus níveis.

Um lugar com **significado ou sentido de lugar**, necessita de algumas qualidades: a legibilidade, sendo a capacidade de comunicação de um lugar face à sua abertura aos utilizadores, fornecendo a estes dados que expressam a sua natureza e as possibilidades de aí interagir; a relevância, sendo uma qualidade complementar da anterior, de acordo com o grau de congruência face à vida e à cultura aí existentes e, relacionada com o nível de evocação e simbolismo de um lugar; a pele, tratando-se do revestimento dos elementos e objectos que constituem o espaço público, tendo um papel fundamental nas emoções que provoca nos indivíduos e no significado que o lugar pode ter e o relacionamento com o meio mais alargado, influenciando os significados sociais e ligações físicas. Além destas, acrescentam-se outras qualidades “como o conforto, a ligação entre o espaço e os utilizadores e entre estes” (Alves, 2003, p.114).

A qualidade do espaço público depende da qualidade da arquitectura edificada, da riqueza e plasticidade das suas fachadas, da articulação dos pisos ao espaço exterior, sendo dado a observar as dimensões física, funcional, sociocultural e sensorial das experiências do homem no domínio do espaço público (Alves, 2003).

Relativamente às **fachadas** dos edifícios que limitam o espaço público, o mesmo autor aponta uma série de erros cometidos, que contribuem para a descaracterização das fachadas, como o aumento posterior do número de pisos; a introdução de componentes tecnológicos (antenas, ventiladores, aparelhos de ventilação, cabos, painéis solares); a aplicação de painéis publicitários; a aplicação de componentes de sombreamento (no

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

entanto, o autor adverte que o uso de toldos para protecção de vãos, varandas, terraços, pátios e esplanadas, pode enriquecer e diversificar fachadas monótonas.

O mesmo efeito pode garantir-se pela integração de espécies vegetais adequadas à natureza dos edifícios e do próprio clima; a substituição de coberturas, rebocos, tintas, revestimentos, sem ter em conta materiais, cores, formas construtivas originais; a criação de formas clandestinas ao nível térreo, fecho de logradouros, de varandas e de terraços, incongruentes com a arquitectura original; a deficiente iluminação nocturna; os vãos nos pisos térreos, que se opõe muitas vezes, às correspondentes características dos vãos dos restantes pisos; exclusão ou substituição das caixilharias originais e de outros elementos arquitectónicos por novos elementos que comprometem toda a plasticidade e simbolismo que contribuem para a identidade do edifício.

Especificamente, o autor identifica a escolha de janelas horizontais em edifícios residenciais recentes, criando conflitos na composição rítmica de fachadas e refere a situação oposta dos vãos infra dimensionados nos edifícios de habitação económica que se multiplicam nas nossas cidades.

Alves (2003) defende que a janela em varanda (preferencialmente em balanço) ou de sacada, permite uma maior articulação com o espaço público e, que os pisos superiores em balanço protegem os inferiores, facilitando a conservação de elementos construtivos e decorativos das fachadas. Refere ainda a descaracterização das fachadas, devido às varandas em marquise que não foram concebidas para o efeito e, a reduzida transição entre exteriores e interiores que provoca desfasamentos na continuidade plástica da arquitectura.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Posto isto, o autor define ainda um conjunto de critérios para a implementação de transportes na rua. A utilização deve garantir que o espaço público não seja destinado para o transporte e sim para a pedestrianização. A rua deve dar acesso a vários destinos, funcionando como elemento de articulação espacial e eixo ordenador da estrutura funcional urbana.

A rua deve ser um lugar com níveis sustentáveis de ruído, qualidade do ar e de consumos energéticos, adaptando-se para isso aos princípios de sustentabilidade urbana, tornando-se também um lugar seguro para o peão.

Desta forma, a rua deve adaptar-se constantemente às transformações sociais e económicas; à função de superfície para o desenvolvimento de actividades.

A qualidade do espaço público urbano passa pela sua **liberdade de uso**, isto é o direito à fruição do espaço público, implicando todo um contexto sócio temporal, onde se incluem a história, valores tradicionais, hábitos, religião, sistemas e normas de vida comunitária. Actualmente o espaço público urbano, desempenha funções especiais de encontro, estadia, lazer, recreio e relaxamento numa nova perspectiva de sustentabilidade e, maximização do papel ecológico dos espaços abertos dentro do tecido urbano.

Para Alves (2003), existem cinco dimensões que garantem o equilíbrio e a **liberdade de uso** do espaço, que permitem o acesso fundamental ao **direito de acesso, liberdade de acção, direito de fruição, transformação/alteração e direito de propriedade**.

O **direito de acesso** (físico, visual e simbólico) é a possibilidade de entrar num espaço e usar as suas propriedades básicas. Para tal deve ser fácil a identificação clara do espaço público exterior,

I Objectivos e requisitos fundamentais:

- Tipos de espaço
- Tipos de superfícies
- Espaços Actividades Específicas
- **DIREITOS**

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

para que seja perceptível por qualquer grupo etário ou étnico; o uso durante todo o dia, ou o fornecimento de informações sobre o regime de utilização; a redução do número de barreiras físicas que afectem o acesso; evitar actividades, espaços, elementos e pessoas que inibam a entrada natural de cidadãos; garantir a clara visibilidade e iluminação; a articulação dos percursos pedonais, estacionamento e outros elementos de suporte ao espaço público; a garantia de um desenho urbano e arquitectónico que induzam ao equilíbrio entre privacidade e segurança para o mesmo espaço.

Por oposição, são obstáculos ao direito de acesso as barreiras físicas; a má visibilidade e identificação do espaço; a concentração excessiva de actividades; a falta de segurança e conforto, ausência de graus mínimos de privacidades; e a presença de indivíduos ou grupos que representem perigo.

A **liberdade de acção** é a possibilidade de praticar actividades desejáveis e sustentáveis, partilhando e respeitando os direitos dos restantes utilizadores. É importante proporcionar a participação pública nos processos de criação e gestão do espaço público, colmatando as carências sentidas pelos residentes locais, vizinhos e frequentadores mais assíduos do espaço; garantir o equilíbrio entre todos os utilizadores e as actividades desenvolvidas no espaço público, sem prejudicar nem excluir uma minoria; garantir elementos gerais de segurança e conforto a todas as faixas etárias e diminuídos psicomotores, dando liberdade de permanecer longe de ameaças, riscos e distúrbios.

São obstáculos os grupos sociais e étnicos com interesses distintos; a configuração desajustada do espaço público e dos seus elementos; a falta de uma hierarquia espacial que garanta conforto.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O **direito de fruição** é o direito de um indivíduo um grupo usufruir de um espaço para a prática de actividades. Deve-se proporcionar níveis individuais de controlo sobre o espaço, garantindo a fruição do espaço por um grupo ou indivíduo; estimular a identificação dos indivíduos com o meio, impedindo que pequenos grupos ou elementos isolados não apresentem ameaças à liberdade de utilização dos restantes, ou se apropriem do espaço, originando o constrangimento dos direitos de acesso e o uso dos outros grupos ou indivíduos; programar actividades, gerindo o espaço para que seja dirigido para a diversidade de interesses, podendo estar preparado para diversos momentos ao longo do ano; garantir a produção de subespaços articulados aos percursos pedonais, onde seja possível a coexistência de diferentes grupos, através de uma hierarquia da estrutura espacial harmoniosa, vital e clara da identidade do espaço.

São obstáculos a impossibilidade de movimento natural; a falta de sentido de controlo e identificação do espaço; a incapacidade do espaço receber actividades.

O **direito de transformação/alteração** é a possibilidade de um lugar ser alterado ou evoluir ao longo do tempo de forma a responder às necessidades dos utilizadores. É fundamental a manipulação e reversibilidade dos espaços, que dizem respeito à liberdade dada aos utilizadores para alterarem o espaço para atingirem os seus próprios e, possibilitar a reposição da forma anterior do mesmo. Esta pode retractar-se através da alteração no posicionamento de componentes do espaço público, pela adição de novos elementos provisórios e pela alteração da configuração física do espaço. Além do referido anteriormente,

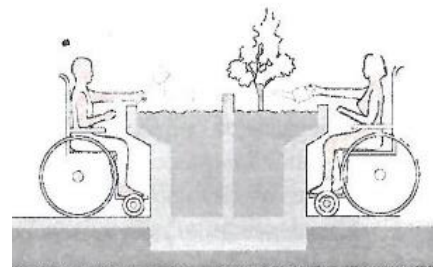


Fig.8

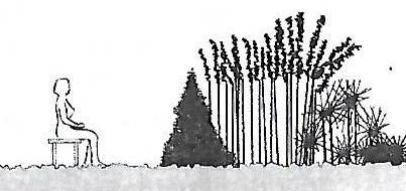
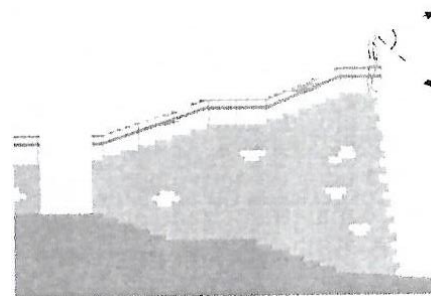


Fig.9

Fig.8. Soluções de desenho que possibilitam a ocupação (terapêutica) de deficientes motores

Fig.9. Soluções de desenho que permitem diferentes graus de controlo e de privacidade

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

as autoridades locais ou gestores do espaço, devem proporcionar a fixação de novas actividades, alterar a percepção do sítio e poder encorajar os utilizadores a explorar os potenciais do espaço.

São obstáculos a falta de flexibilidade funcional do espaço e sem componentes; diferenciação dos espaços e dimensionamento insuficiente ou pouca articulação dos mesmos.

### I Objectivos e requisitos fundamentais:

- Tipos de espaço
- Tipos de superfícies
- Espaços Actividades Específicas
- Direitos

### II ORIENTAÇÕES PARA O DESENHO

Importa destacar que o autor faz alusão à **dinâmica da relação entre o espaço e os seus utilizadores**, salientando que deverá haver um claro entendimento por parte dos criadores e gestores sobre as reais necessidades e expectativas dos futuros utilizadores dos espaços. Desta forma, uma parte do seu programa é dedicada à explicação do processo de satisfação dos direitos e necessidades dos utilizadores através do desenho.

Importa garantir a **satisfação das necessidades humanas**, que dependem de factores qualitativos como o conforto, relaxamento, envolvimento ativo ou passivo, a descoberta. Para responder às necessidades destes factores, é necessário garantir o cumprimento de exigências ao nível do microclima; dispositivos de conveniência; locais para sentar; iluminação; equipamentos e mobiliários urbano; ambiência; relação com o contexto; segurança; movimentação; festejos e celebrações, recreio para crianças; contacto com a natureza e contemplação; caminhos; detalhes e pormenores.

A acção de **assegurar os direitos de uso** no espaço público, ou seja, direito de acesso; liberdade de acção; direito de fruição; e liberdade de mudança/transformação, requerem resposta no cumprimento das exigências ao nível do acesso físico, visual e simbólico; áreas de maior actividade e espaços polivalentes;

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

subespaços; programação de actividades; equipamentos e espaços para exposições, workshops, concertos, etc.

A **atribuição de significado** ao espaço público, depende de factores qualitativos como a clareza de leitura, isto é, a legibilidade; a relevância e as ligações individuais e em grupo, e as ligações biológicas e psicológicas. Para tal importa garantir redes pedonais simples e bem articuladas; fronteiras distintas e permeáveis; designação apropriada dos subespaços; compatibilidade entre valores culturais e potenciais utilizadores; correta integração do espaço na envolvente; presença de elementos simbólicos, culturais e narrativos, subespaços disponíveis para actividades quotidianas e comuns como comer ou passear; formas de ligação a outros domínios ou realidades; lugares de estimulem sentimentos de protecção, de abrigo e de bem-estar,

A última acção referida pelo autor, trata de **prever mecanismos de gestão e/ou manutenção** dos espaços, através da programação e envolvimentos de meios humanos e tecnológicos; a escolha de materiais; e o plantio, irrigação e drenagem de águas. Segundo o autor, tais factores serão cumpridos se houver respostas para os espaços susceptíveis de programação de usos distribuídos por toda a área e de acordo com as características sazonais; se houverem meios humanos para vigilância, limpeza das áreas, programação de actividades e assistência aos utilizadores; introdução de materiais duráveis, resistentes, seguros, de fácil manutenção e adequados ao meio e às funções; selecção de espécies vegetais adequadas ao solo, ao clima e à topografia: irrigação distribuída e de fácil controlo que evite desperdícios; água corrente em bebedouros; aproveitamento da rede de drenagem para a irrigação natural, entre outros.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

BOHIGAS (2004) Para Bohigas (2004), a principal qualidade da cidade é a legibilidade, a capacidade de esta ser compreensível para os seus utilizadores e destes poderem direccionar as suas intenções e procuras. Para o autor, há muitas formas de captar e entender uma cidade, desde a ajuda de mapas e guias, sinais e informações, compreensão prévia da história e estruturas sociais ou culturais. Contudo, o propósito da legibilidade deve ser o de entender a cidade sem ter de a estudar, poder captá-la a partir da sua identidade, os seus itinerários, a presença estratégica de monumentos e serviços colectivos. Mas, para o autor, o melhor instrumento que garante a legibilidade da cidade, é o valor descritivo da forma urbana e do espaço público, já que a cidade, é se não, o seu próprio espaço público.

Para o autor, projectar adequadamente a forma do espaço público, é considerar que a forma da cidade é um elemento fundamental para o seu bom funcionamento e para a sua adequada interpretação. Nem a plurifuncionalidade, nem a legibilidade podem conseguir-se através de normativas quantitativas, mas sim com procedimentos projectuais.

COELHO ET AL. (2013) Para Coelho et al. (2013), existem algumas características que qualificam os tecidos urbanos, como a:

**Complexidade** – a produção da cidade resulta de uma infinidade de intervenientes com interesses divergentes, se não mesmo opostos, em tempos diferentes, condensando e sobrepondo o tecido urbano, sedimentando acontecimentos e lógicas distintas, não resultando propriamente de um único projecto ou acção.

**Diversidade** – A variedade de formulações e sistemas compositivos para um mesmo elemento urbano, produzidos segundo conceitos e modelos distintos, bem como influenciados

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

por diferentes autores e agentes, resulta numa variedade de pontos de partida.

**Identidade** – Trata da capacidade de reconhecer o conhecimento concreto dos seus elementos, e o reconhecimento dos seus elementos, e desta forma a identidade resulta da relação articulada de todos os elementos entre si, garantindo características diferentes de outros.

Outros autores, afirmam que o desenho do espaço público deve ser adequado a vários níveis, sendo um factor fundamental para fortalecer a identificação dos indivíduos com o meio urbano que os acompanha até à entrada no edifício habitacional (Pedrosa, 2010). A autora refere que as zonas urbanas e residenciais com condições de continuidade e identidade urbana tenderão a ser zonas mais vitalizadas, apropriáveis e indutoras de sentimentos de integração social, o que se reflecte na preocupação de cada indivíduo para a melhor preservação e manutenção do espaço público.

Por último, Coelho (2005), refere que se deve pensar simultaneamente, em arranjos de espaços públicos e de edifícios, visando-se usos e aspectos urbanos verdadeiramente úteis em cada local. A concepção de espaços públicos e a sua configuração espacial devem motivar os habitantes a usufruírem dos mesmos, garantindo a satisfação residencial dos habitantes e sua conseqüente apropriação dos espaços (Pedrosa, 2010).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

### REFLEXÕES DEDUTIVAS

Em modo de desfecho, do estudo realizado, sobre as considerações dos autores analisados/estudados circunscrito ao espaço público, a preferência incide sobre Alves (2003), que apresenta um método técnico na avaliação da qualidade do espaço público.

Este autor sugere o estudo do espaço público com base na análise de elementos como o entendimento da malha urbana dos diferentes espaços, identificando os principais tipos de elementos integrados na paisagem urbana: ruas; praças ou largos; espaços memoriais; mercados; núcleos comerciais; e espaços verdes.

Acerca do cumprimento dos requisitos funcionais dos espaços, será analisada a presença de diferentes atividades desenvolvidas nos espaços, seguindo-se a verificação do cumprimento de orientações específicas para a possível elaboração de determinado tipo de espaços, e por fim a verificação de parâmetros de qualidade para diferentes tipos de áreas e averiguação do usufruto dos diferentes tipos de uso por parte dos utilizadores.

Nas suas diferentes perspectivas, Lynch (1960), Cullen (2006) e Brandão (2002), apresentam métodos distintos de carácter qualitativo, num âmbito sensorial associado às emoções e sensações dos indivíduos enquanto utilizadores do espaço público e observadores da paisagem urbana. Cada um destes autores foi estudado de forma aprofundada, e foram relacionadas as indicações individuais de cada um, com o intuito de definir um método geral mais completo de estudo do espaço público, que agrupasse de forma organizada os parâmetros essenciais para cada autor.

A proposta de Cullen (2006) propõe a elaboração de um levantamento fotográfico num percurso realizado pelo investigador, e com base no método de visão serial.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Na aplicação desta teoria para este trabalho, o percurso foi definido previamente, com o objectivo de identificar e caracterizar os elementos registados. Desta forma será possível verificar a presença/lacuna de requisitos funcionais para o funcionamento dos espaços, assim como uma análise sensorial dos eixos perspécticos presentes no decorrer do percurso.

Sobre a análise sensorial Cullen (2006), refere as seguintes características: urbanidade, complexidade, correcção, rudeza e vigor, extravagância, nostalgia, geometria, exposição e isolamento, intimidade, ilusão, metáfora, indício, animismo, omissão significativa, objectos significativos, sobreposição de usos, contrastes, escala, integração de árvores, publicidade, integração discreta.

A visão de Brandão et al. (2002), refere os princípios de avaliação que qualificam os espaços públicos de um ponto de vista mais político/técnico: a continuidade, que contribui para uma leitura mais facilitada do lugar e para uma possível protecção dos seus recursos existentes; coesão social, considerando as expectativas e necessidades, sem exclusão do uso do espaço, de qualquer grupo social; legibilidade, possibilitando ao utilizador uma fácil assimilação do espaço; sustentabilidade, a partir de uma gestão equilibrada dos recursos, proporcionando também um aumento da competitividade das cidades, através da criação de infra-estruturas verdes. Tais factores podem contribuir para um aumento da saúde pública e da identidade, ou seja, o carácter e o significado do lugar, bem como a forma como o utilizador se relaciona com o espaço.

Por último, Lynch (1960), indica como qualidades dos espaços: singularidade, simplicidade da forma, continuidade, clareza da ligação, diferenciação direcciona, alcance visual, consciência do movimento, séries temporais, nomes e significados.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Este autor procura que se reconheça o sentido de lugar dos conjuntos habitacionais, isto é, a identidade do lugar, revelada pela forma como as pessoas se relacionam com os espaços, através de entrevistas. Desta forma, aplicando ao contexto deste trabalho, foi possível interpretar descritivamente de que forma os habitantes dos conjuntos residenciais de Viana do Castelo se relacionam com o espaço onde habitam e o que sentem acerca dele, e quais as suas necessidades e expectativas.



**PARTE III**  
ENQUADRAMENTO  
HISTÓRICO  
E O PROCESSO DAS  
POLÍTICAS DE  
HABITAÇÃO EM  
PORTUGAL



### **3.1 HABITAÇÃO SOCIAL E URBANISMO**

Neste capítulo faz-se um enquadramento geral sobre o tema do urbanismo, no âmbito da habitação social, bem como uma contextualização sobre a evolução da cidade e da habitação de massas, desde o período da Revolução Industrial até à Contemporaneidade. Para tal são abordados diversos autores, como Mumford (1961), Jacobs (1994), Pelletier e Delfante (1969), Portas (1969), Le Corbusier (1977), Rossi (1977), Rowe e Koetter (1978), Vegara e Rivas (2004), Choay (1994), Montaner (2014), Bohigas (2004), Guerra et al. (2008), Coelho (2009) e Coelho et al. (2013). Estes autores vão funcionar como auxiliares do trabalho que se segue ao longo dos próximos capítulos.

A qualidade do espaço público, e a habitação colectiva relacionada com os conjuntos de habitação social e económica, constituem a problemática base desta investigação. O tema agora em debate é abordado pelas ciências sociais, e discutido por diversos autores e organizações nacionais e internacionais ligados ao planeamento urbano e à habitação.

Talvez o facto mais importante de toda a transição urbana tenha sido o deslocamento da população, que se verificou por todo o planeta. Pois esse movimento e essa re-colonização foram acompanhados por outro factor de importância colossal: a ascensão assombrosa do índice de crescimento da população. Este aumento fez-se acompanhar de um deslocamento dos excedentes para as cidades e um crescimento enorme dos centros de maior dimensão. “A urbanização cresceu quase em proporção directa à industrialização” (Mumford, 1961, p.155). Por um lado, esse movimento preencheu regiões escassamente povoadas, por outro provocou um excedente nas novas aldeias e cidades industriais.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Inicialmente, nas cidades industriais, os trabalhadores eram acomodados pela transformação das velhas casas familiares em alojamentos de aluguer, nas quais um só quarto passava a abrigar toda a família.

CIDADE INDUSTRIAL

A moradia oferecida à classe trabalhadora, era consequência de condições degradadas que vinham já desde o século XVI. Para tal, reflectia-se em pedaços de terra divididos em parcelas individuais e explorados por indivíduos em competições, sem normas, sem limitações, com o efeito adicional de que as plantas e os materiais de construção utilizados eram indecentes, de construção barata, sem alicerces e encravados no solo.

Apesar da Revolução Industrial ser um grande impulsionador para a rápida expansão da cidade e das densidades populacionais, a questão da habitação social é um problema de alojamento e este nasce com a própria cidade, sendo agravado com as transformações da cidade europeia do séc. XVIII.

A indústria, desde o princípio do século dezanove, tornou-se, por si mesma, um fator ativo de aglomeração urbana e desta forma a questão da habitação social, ou de custos controlados, estará intimamente ligada à questão do alojamento de massas.

A fábrica normalmente reclamava os melhores sítios e pelo contrário os espaços destinados à habitação eram muitas vezes, situados dentro dos espaços que sobravam entre fábricas, galpões e pátios ferroviários. As casas dos trabalhadores, e também as das classes médias, costumavam ser construídas em ambientes deteriorados e insensíveis. Até os ricos, que podiam dar-se ao luxo de possuir o melhor, em algumas das casas mais requintadas, viam-se em constantes anexos avançado nos quintais, e casas construídas quase de parede-meia, formando moradias escuras e sujas (Mumford, 1961).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Para Choay (1994), a Revolução Industrial, destruiu uma associação original e destruiu a relação de complementaridade que unia a cidade e o campo e afundou a famosa diferença entre ambos. Contudo, tal não se deveu uma revolução social, mas sim a uma evolução técnica.

Desta forma, pode apreender-se que a Revolução Industrial, o aumento das densidades populacionais e as transformações da cidade europeia resultaram, no que diz respeito à habitação, no aparecimento de moradias sem condições de salubridade ou qualidade ambiental. Subentende-se que se a habitação era de baixa qualidade, a atenção e as preocupações ao nível do espaço público eram inexistentes.

### PÓS- CIDADE INDUSTRIAL

No final do séc. XIX, surgem algumas tendências com vista a resolução do problema do alojamento. William Morris surge numa tentativa de recusa da cidade pós-industrial, fazendo uma apologia de um sistema de génese rural e negando as transformações sucessivas da cidade.

Robert Owen (1771-1858) é o primeiro utopista a imaginar uma alternativa à cidade tradicional. Era um industrial dono de uma fição que, contudo, tinha em conta o bem-estar dos trabalhadores. Fazia uso de maquinaria moderna, tinha horários de trabalho moderados com bons salários, moradias salubres, escola primária e creche perto da fábrica. O modelo criado por Owen ordena as edificações de forma funcional, isto é, num centro de um quarteirão estaria uma praça rodeada pelos serviços comuns. Nos lados estariam as habitações: sala de estar e quartos para a população adulta e dormitórios comuns para as crianças. Este modelo, não possuía uma forma

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

idealizada, mas Owen estava mais preocupado com a questão social.

Charles Fourier (1772-1837) imagina por seu lado uma estrutura comunal: o Falanstério. Esta seria implantada no campo, onde conviveriam habitação comunitária, agricultura e indústria ligeira. Fazia uso do modelo arquitectónico do palácio de Versailles, mas com novas funções atribuídas aos seus volumes: a ala central dedicada a refeitório, biblioteca, jardim de inverno, as alas laterais destinadas a oficinas e a trabalhos manuais e a habitação restringia-se aos pisos superiores.

O modelo construído mais próximo do Falanstério, foi realizado pela mão de Jean-Baptiste Godin (1817-1888). Este, associa o “seu” Familistério à sua fábrica de fornos em Guise, França, construído de 1859 a 1870. Consistia em três blocos residenciais complementados por serviços comuns como cozinha, creche, biblioteca ou instalações comunitárias e cada bloco tinha um pátio central coberto por uma estrutura envidraçada, espaço comum utilizável todo o ano.

Já Karel Teige (1900-1951) foi um dos principais ideólogos do habitar construtivista e a habitação comunal representa a base da estrutura social. A casa construtivista baseava-se no colectivismo dos espaços sociais, económicos e culturais, na redução do apartamento a um conjunto de divisões, uma por cada pessoa adulta e na repetição deste espaço singular de forma indiferenciada.

Por outro lado, Howard, surge em 1899 com um novo modelo urbano, a Cidade Jardim, caracterizado pela construção de habitação nas periferias dos grandes centros urbanos, garantindo os requisitos mínimos de qualidade de vida dos habitantes e valorizando as áreas verdes (Ross, Mogilevich &

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Campkin, 2014). Howard distingue o que deve ser iniciativa privada e o que deve ser pública, organizando o modelo em três polos de atracção: cidade, campo e cidade-campo. Procura combinar assim num organismo urbano os benefícios da cidade – relacionamentos, serviços – com os do campo – vegetação, tranquilidade, saúde (Vegara & Rivas, 2004).

Tony Garnier, apresenta em 1904, o modelo de cidade industrial, que tem por base a separação das várias funções da cidade e a valorização das áreas verdes, numa proposta que tornava o solo da cidade em “domínio público e que se presta à instalação de dispositivos comunitários caros a todos os habitantes” (Corbusier, 1977, p.40). A cidade era baseada numa quadrícula, possuía zonas funcionais diferenciadas e preocupações sanitárias e paisagísticas. Ela apoiava-se num sistema de transportes, era composta de habitações unifamiliares, dispostas em lotes individuais, tendo sido mais tarde utilizada a construção em altura, ainda que sendo blocos isolados.

Será no projecto de Tony Garnier para a Cidade Industrial, onde se encontrará um momento de síntese depois das evidentes contradições (originadas no século XIX): os projectos de cada edifício mantêm um a um as características tipológicas - de assentamento e distribuição interna - das construções dos oitocentos: a estação ferroviária, o matadouro, o palácio comunal ou o teatro, que são ainda edifícios que remetem a um protótipo. No

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

entanto deformam-se (em relação ao protótipo) assumindo uma forma expressiva, claramente identificável e particular. Isto foi possível porque Garnier não aceitou a independência da habitação em massa e dos edifícios públicos, cada um com as suas particulares leis económicas, técnicas e compositivas, mas acentuou a sua interdependência projectando-os juntos, negando-se a utilizar o conceito de auto-suficiência como unidade compositiva do desenvolvimento urbano. (Aymonino, 1981, p.10)

Arturo Soria (1844-1920) em Madrid concebeu a Cidade Linear (1882), que se tratava de uma cidade de 500 metros de largura percorrida por vias de transportes, redes de serviços públicas, serviços municipais e parques (Vegara & Rivas, 2004). Contudo, as ambições de Soria eram prematuras e o seu modelo apenas pôde ser aplicado às dimensões de um subúrbio em Madrid (Choay, 1994).

Por outro lado, surgem em Paris, Barcelona e Viena experiências nas estruturas urbanas já consolidadas, não propondo por isso uma implementação de um novo modelo de raiz.

Hausman, em Paris, parte da estrutura existente já consolidada, desenha as grandes Boulevards, atribuindo função residencial aos edifícios que as envolvem. Hausmann permite

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

a melhoria da salubridade, promove o desenho de fachadas contínuas ao nível do quarteirão e faz com que as ruas/avenidas e as praças compusessem uma rede viária, de pendor rectilíneo e com arborização, que estruturavam o tecido urbano. A habitação das diferentes classes sociais foi organizada de forma sectorial, estruturando socialmente a cidade. Não havia misturas nem promiscuidades, os edifícios eram separados por pisos, destinando o piso térreo para comércio, o corpo central para habitação e o último piso para pessoas de menos posses.

Aos olhos da nova civilização, os principais destaques são o movimento e a comunicação, a cidade não é mais que uma espécie de estação ou um grande sistema viário universal (Choay, 1994).

A proposta para Viena de Otto Wagner (1841-1918), dotava-se de uma área residencial articulada entre as infra-estruturas existentes e as novas, projectando uma adequada composição de equipamentos, parques e serviços colectivos através de um desenho claro da sua concepção urbana. Repetia as preocupações com a fluidez da circulação, sublinhando igualmente o papel da arquitectura na estruturação da expansão da cidade através de uma sucessão de anéis, divididos em várias partes, reforçando a ligação entre o centro histórico e os novos bairros periféricos.

Contrariamente às restantes atitudes utópicas, Otto Wagner, constata que não é possível prever com certeza qual seria a imagem futura da cidade, dada a inexistência de um “catecismo do urbano” (Choay, 1994, p.168).

Entre 1918 e 1934, surge através do governo um plano para melhoria da qualidade de vida da classe operária, através da construção de grandes edifícios de habitação normalmente em

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

bloco, que funcionavam como cidades independentes dentro da própria cidade, já que uma grande porta conduzia a um pátio ajardinado, desde o qual se acediam às vivendas privadas, já que nestes complexos se contava com todo o tipo de serviços e equipamentos. Os edifícios além de centenas de apartamentos, contavam com jardins e áreas livres, jardins-de-infância, consultório médico, farmácias, lavandarias, lojas e casas de banho públicas (Vegara & Rivas, 2004).

“A forma de Viena nasce de um problema residencial; a aplicação da Hofquartirspflicht aumenta extraordinariamente a densidade do centro, determina a tipologia edificatória das casas de várias plantas e estimula de modo determinantes o desenvolvimento dos subúrbios” (Rossi, 1977, p.51). Assim, continua a política de tornar “a residência como um factor determinante, como factor urbano típico na forma da cidade, e retomada na construção das Siedlungen operárias nos anos seguintes à primeira guerra mundial” (Rossi, 1977, p.52).

Tal difere do urbanismo de Paris, já que a sua forma nasce do traçado, sendo que os edifícios se adaptam a este e à sua função, culminando em concepções totalmente diferentes, influenciados também pelo modelo político, económico e social. Em Paris, trata-se de “um modelo liberal em que o estado se encarrega da construção do espaço público e delega, apesar de regular, aos privados a edificação dos quarteirões” (Moura, 2013, p.12). Por outro lado, em Viena, a experiência política de um estado intervencionista, encarrega-se da concepção do espaço público urbano, dos equipamentos colectivos até às próprias unidades de habitação (Moura, 2013).

Bruno Taut (1880-1938) e Martin Wagner (1885 – 1957) propuseram em 1925 um bairro de habitação económica a sul

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

do centro de Berlim: Britz-Hufeisensiedlung. A proposta resulta do cruzamento de várias influências, incluindo as da Cidade Jardim: afastamento do núcleo central da cidade, grandes áreas verdes e escala contida dos edifícios, apesar de conter edifícios de apartamentos (Hatherley, 2015).

Já Karl Ehn (1884 – 1957) baseia a sua proposta na cidade tradicional: construída no centro da cidade, fazendo uso do quarteirão fechado, ainda que o espaço interior do mesmo seja público. A nível tipológico, as habitações tinham as divisões reduzidas a público e privado. A postura urbana desta proposta é o seu grande valor, que ia de encontro à ideia de que o proletariado também tinha lugar no seio das cidades e, que tinha direito a construções com a dignidade dos demais.

Em 1919, Michiel Brinkman propõe um bairro de habitação económica: Spangen, Roterdão, Holanda. Este ocupa um quarteirão citadino tradicional, mas desenha numerosas entradas para o seu interior. Desta forma o acesso aos edifícios de 4 pisos, desenhados como a justaposição de várias casas unifamiliares, é feito pelo interior do quarteirão. Para conseguir este efeito de casas unifamiliares em altura, Brinkman qualifica a galeria de acesso às habitações, resultando num corredor a céu aberto que cumpre a função de acesso às portas de entrada. No entanto, pela quantidade de portas que serve e pela largura que tem funciona como uma Rua, ou seja, as pessoas vivem a galeria como se fosse um espaço térreo.

Até este momento, as experiências políticas e sociais, surgidas na pós-cidade industrial, desencadearam o surgimento de vários modelos habitacionais e comunais, alguns deles utópicos. Desta forma, ressalva-se as preocupações em garantir modelos que dessem uma boa resposta ao nível da habitação salubre,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

serviços, equipamentos, transportes e áreas verdes próximas ou integradas nos núcleos habitacionais.

No contexto Europeu, viveu-se um momento de ruptura na primeira metade do século XX, proposto pelo Movimento Moderno. Esta ruptura propõe o modelo de cidade moderna e é atribuída especialmente a Le Corbusier. As suas motivações eram de carácter cultural e não social ou político. Tal reflecte-se no facto de Le Corbusier querer resolver a anacronia da cidade industrial e não se restringir unicamente à questão do alojamento. Desta forma, a questão do alojamento é, se não um meio para atingir um fim, já que "o ponto de partida de qualquer planeamento urbano devia ser a célula representada por uma habitação individual conjugada com outras similares" (Sanches & Tavares, 2010, p.15).

### MOVIMENTO MODERNO

Le Corbusier contraria assim a lógica que parte da estrutura urbana para chegar ao edificado, optando por partir da célula habitacional para construir o edifício, que construirá a cidade. Segundo Le Corbusier (1933, citado por Sanches & Tavares, 2010), a palavra célula é utilizada, designando, a casa, a célula social, o núcleo inicial do urbanismo como uma célula habitacional e sua inserção num grupo, formando uma unidade habitacional de proporções adequadas. O mesmo é afirmado por Sert (1942, citado por Sampaio, 2001), que afirma que o ponto de partida de qualquer planeamento urbano devia ser a célula representada por uma habitação individual conjugada com outras similares, para formar uma unidade de vizinhança de tamanho conveniente.

O alojamento pode assumir a aparência de grande imóvel, com serviços comuns organizados e de casa individual isolada,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

empregada na realização das cidades-jardins. Esta, provocou, pela desmesurada extensão das superfícies ocupadas, o imenso desperdício moderno (Corbusier, 1977).

O princípio da cidade moderna baseia-se na separação de funções: habitar, trabalhar, descansar e circular, passando estas a estar definidas e circunscritas a espaços e a formas exclusivamente próprios. A base da composição deste modelo é designada por unidade de habitação.

Le Corbusier construiu algumas destas formas, das quais se destaca a Unidade de Marselha (1945-1952), considerada a de maior qualidade, possuindo 337 apartamentos de diferente tipos, serviços, infantário, ginásio e teatro. Este foi o projecto original, que pressupunha uma certa autonomia funcional dos habitantes em relação à restante cidade, já que possuía os órgãos reconhecidos e necessários aos prolongamentos da habitação.

Na maioria das propostas modernas, na aplicação das Unidades de Habitação, a criação de espaços públicos como jardins, ruas internas e áreas verdes, passam a estar intimamente ligados à implantação de equipamentos comunitários. Alterou-se assim a relação entre o domínio público e o privado, rompendo-se as barreiras que os separavam e criando a noção de que não se habita apenas a casa, mas sim o conjunto residencial, incluindo os equipamentos e serviços colectivos.

No decorrer do 8º CIAM, com o objectivo de promover os projectos de centros de cidades modernas, Aldo Van Eyck propôs a discussão do designado “coração” “em termos dos espaços públicos que ofereciam proteção e aconchego para a população” (Barone, 2002, p.53). A autora afirma que para Sert e Corbusier, pertencentes ao grupo dominante do CIAM, o “coração” era entendido como centro cívico, identificado como o

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

grande espaço para a aglomeração das massas, também associado à ideia de centro administrativo.

Este “coração”, corresponde a certas condições que relacionam o meio cósmico e os fenómenos biológicos humanos, sob o uso de ferramentas que têm como objectivo facilitar as condições da existência, assegura a saúde moral e física dos habitantes, favorece a perpetuação da espécie, oferecendo os equipamentos necessários, proporciona a alegria de viver e desenvolve sentimentos de sociabilidade que conduzem ao civismo (Corbusier, 1977).

Jaap Bakema propunha, por sua vez, um conceito de “coração” baseado na noção das relações humanas criadas a partir dos espaços. Siegfried Gideon, pensava o “coração” incorporando a ideia de um espaço público constituído através de um processo histórico que lhe dava significado e memória, aproximando-se assim das ideias de Camillo Sitte (Barone, 2002).

Já o grupo MARS interessava-se na inclusão de um novo elemento, a ideia de comunidade, procurando “a imagem orgânica de grupos autoconscientes do sentido da comunidade, da mútua dependência e da sua expressão em termos do espaço urbano” (Barone, 2002, p.52).

Desta forma, além de todas as alterações em relação ao modo de habitar, o movimento moderno trouxe consigo a reinvenção de um elemento fundamental, o **espaço público**. Aliás, para Montaner (2014, p.29), “o maior esforço do movimento moderno consistiu em definir uma nova concepção de espaço, utilizando o apoio dos novos avanços tecnológicos: estruturas de aço e betão armado, e panos de vidro contínuo”.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O espaço público sempre existiu na cidade e acompanhou todas as transformações ao longo das épocas, vê-se durante o movimento moderno mas inserido numa lógica em que a concepção da moradia individual mínima está directamente ligada à criação de equipamentos e grandes áreas de uso colectivo e público, espaços estes que complementam a noção de habitar.

Portanto, o espaço público adquire uma grande valorização, já que a habitação mínima pressupunha a criação de grandes áreas públicas, quer sob a forma de equipamentos sociais e serviços, quer sob a forma de grandes espaços verdes.

A ideia de propriedade do solo urbano por parte do indivíduo, transforma-se na ideia de espaço colectivo, para socializar. Essencialmente no Movimento Moderno é defendido o zonamento de actividades: habitação, indústria, comércio e recreio; e apoiada a construção em altura, que permite melhores vistas, ar puro, insolação e a libertação de área para melhorar a circulação e criar espaços verdes.

O zonamento delimita a área da cidade entre funções comercial, administrativa, residencial, lazer e serviços e, junto ao traçado viário, definindo as directrizes e organização da cidade, segundo uma determinada localização, à qual é atribuída uma função ou um conjunto de funções, por vezes diferenciadas. O zonamento atua como base para organização da cidade tanto do ponto de vista técnico/estrutural como do ponto de vista compositivo/formal, e é formulado juntamente com as políticas sociais, na procura da standardização construtiva (Sanches & Tavares, 2010, p.19). No que respeita à habitação, procura-se terminar com o alinhamento das mesmas ao longo da rua, investe-se na separação da habitação e dos passeios para

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

peões das vias motorizadas, implementa a hierarquização viária e tenta-se garantir a melhor exposição solar a toda e qualquer unidade habitacional.

A desintegração da cidade e de todo o espaço público, pareceu tornar-se inevitável, devido às novas formas de habitação e ao aumento da actividade rodoviária. Segundo os mesmos autores, a arquitectura moderna demonstrou-se idealmente ingénua, sendo necessário o uso da tecnologia para que de forma humana, útil, real e densamente familiar, contrarie, a até então falta de rigor científico, inaceitável e estéril (Rowe & Koetter, 1978).

Para Corbusier (1977), as unidades de circulação ganham também importância nesta época, uma vez que a unidade de grandeza adequada de habitação, de trabalho ou de lazer é produto directo da altura. Com efeito, a solução está em conceder altura à construção, de forma a ganhar terreno livre ao seu redor, passando a utilizar-se o elevador. Por outro lado torna-se necessário dissipar o conflito entre as velocidades naturais (o passo humano) e as velocidades mecânicas.

Deste modo, surgem dois elementos, o caminho de peões e a pista automóvel, que garante o acesso a imóveis através de uma rede de distribuição ramificada sobre vias de trânsito. A circulação combinada de viaturas e peões é feita sob velocidades automobilísticas limitadas, o peão ombreia com a viatura em passeios largos, faixas de rodagem para veículos, relvados, flores, árvores e esplanadas de café.

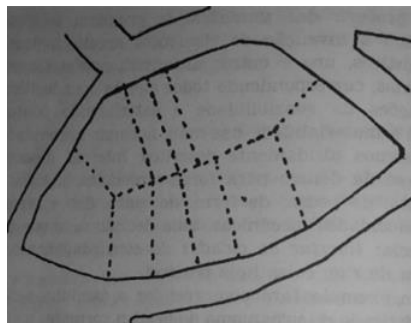
As áreas dedicadas ao lazer ganham um novo destaque, propondo-se a conversão dos espaços livres para prolongamento da habitação: jardins e equipamentos de recreio e desporto, assegurando condições de vida saudáveis e em

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

espaço natural, locais de lazer para desfrute depois das horas de trabalho, numa proporção equilibrada entre volumes construídos e espaços livres; criam-se reservas verdes na cidade para descanso semanal e em torno da habitação, para descanso quotidiano, com espaços para equipamentos colectivos. Isto propunha romper o parcelamento da cidade em lotes, com a ideia que os edifícios habitacionais deviam implantar-se em parques públicos, ganhando salubridade, luz, insolação e estando em contacto directo com áreas abertas.



Na procura de unidades de grandeza adequadas à paisagem, o bairro enquanto fenómeno do urbanismo corrente foca a aplicação dos métodos de emparcelamento referidos por Corbusier a favor do alargamento de ruas. “Por meio do urbanismo e da arquitectura, os locais pitorescos e a paisagem podem entrar na cidade, ou constituir um decisivo elemento plástico e sensível dela” (Corbusier, 1977, p.84). Segundo o mesmo autor, o processo de parcelamento da propriedade urbana através de um novo dispositivo de construção feito de imóveis ladeando ruas e grandes pátios, permite que a rua continue a ser um corredor, o lugar comum de passagem dos peões e dos carros.



Esta situação, alargada aos bairros contíguos, provoca espontaneamente a libertação do solo para circulação de peões e veículos, e a cidade passa a transformar-se pouco a pouco num parque.

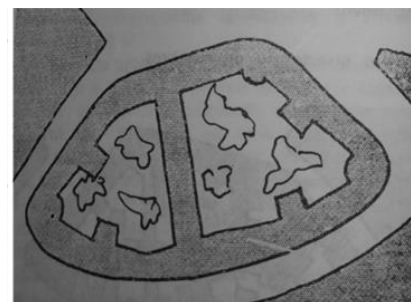


Fig.10

A concepção do espaço público do movimento moderno tornou-se seguro para a ordem social, como permitiu também exercer

---

Fig.10. (De cima para baixo). Um bairro de casebres; emparcelamento da propriedade urbana; novo dispositivo de construção feito de imóveis ladeando ruas e grandes pátios.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

uma função educadora de novos hábitos sociais. A partir deste modelo, implementado dos grandes conjuntos habitacionais, foi possível a resolução da questão do alojamento de massas de forma rápida numa época única da história da arquitectura na Europa.

A inovação mais notável introduzida pelo movimento funcionalista na definição do conceito de tipologia, consiste, na minha opinião, na não atribuição de características à habitação, que até então eram atribuídas ao seu próprio conceito: a habitação é o primeiro resultado demonstrável da análise por funções (entendidas como actividades elementares) e como organismo base (célula), passível de múltiplas combinações. (Aymonino, 1981, p.14).

O modelo utilizado pelo Movimento Moderno foi muitas vezes aplicado incorrectamente, de forma incompleta e causando problemas sociais e urbanos. À utilização deste modelo e à questão dos espaços urbanos, crescem problemas de desestruturação, degradação e segregação face à restante cidade com as respectivas consequências sociais.

Para Choay (1994), actualmente o espaço rural e as povoações rurais reduzem-se dia após dia, enquanto se multiplica o número de megalópolis, comunidades urbanas e pólos tecnológicos. A situação urbana actual é o resultado da transformação da cidade

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

européia que teve lugar desde 1850. A autora afirma que com o passar do tempo é notável uma acumulação progressiva de pessoas, a multiplicação de trajectos e aumento da velocidade, o gigantismo contagioso das construções verticais e horizontais, e a dispersão periférica. A cidade moderna, higiénica e funcional, fica abaixo da suposta funcionalidade, reduzindo a vida urbana a quatro actividades: habitação, trabalho, circulação e ócio. No entanto e por outro lado é possível encontrar também vários espaços habitacionais, construídos com pressupostos do movimento moderno, dotados de um ambiente urbano de qualidade, integrando arquitectura, urbanismo e paisagem.

Segundo a Carta de Atenas, a cidade não é um elemento estático, tendo funções variadas, que são “a produção, o habitat, a cultura do corpo e do espírito e a circulação” (Pelletier & Delfante, 1969, p.65).

De acordo com Graça (2015, citado por Soromenho, 2015), o movimento moderno tem um sentido mais ou menos heroico, uma conjugação de boas vontades para reconstruir o mundo de uma forma mais justa e equilibrada para todos, mas que culminou num choque com dificuldades técnicas, colocando em crise os seus próprios princípios, já que:

A cidade designa um conceito de habitat que potencia a comunicação e a colaboração, a troca se se quiser, e se é estrutural a relação entre cidade social e cidade arquitetural, não poderá ser traduzida por um conjunto de partes mas sim por um conjunto de relações entre partes.

(Portas, 1969, p.122)

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O movimento moderno traz a ideia de que a célula é o núcleo inicial do urbanismo, tornando o edifício resultado da habitação mínima e o **espaço público** como complemento da noção de habitar. Tal levou à criação de conjuntos autónomos e funcionais, isto é, equipamentos comunitários com oferta de serviços e equipamentos, que privilegiavam as áreas livres para criação de espaço público. Desta forma, valorizou-se o **espaço público**, palco de condições de vida saudáveis.

A carta de Atenas, trouxe o princípio de inverter a lógica do emparcelamento da propriedade privada, que consistia na moradia individual com espaço privado de logradouro. O espaço público era consequência do edificado e servia principalmente a circulação automóvel. Por outro lado, o novo dispositivo de construção, feito de imóveis ladeando ruas e grandes pátios, valorizava o espaço público como uma estrutura organizada e potenciadora da vida social.

Com o fracasso da revolução social e da propriedade colectiva no pós segunda guerra e nas posteriores expansões urbanas, ressaem duas consequências: a morfotipologia urbana baseada no bloco isolado rodeado de espaços sem forma ou significado próprio; e a continuação do zonamento (Bohigas, 2004).

Contudo, a noção de zonamento implementada pelo Movimento Moderno, levou a uma standardização dos modelos aplicados, à organização por zonas de funções e actividades. A Carta de Atenas, seria a primeira expressão de uma corrente racionalista e tecnocrata, que serviu de base para o urbanismo especulativo do capitalismo e para os tecidos residências sem atributos, o qual se denominou “socialismo real” (Montaner, 2014, p.37). A aplicação incorrecta dos princípios do Movimento Moderno implicou o desperdício de áreas e a segregação de zonas, que levou à origem de problemas sociais.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Tal como afirma Krier (1991), as cidades modernas perderam toda a visão e compreensão tradicional do espaço urbano.

### PÓS-MOVIMENTO MODERNO

Segundo Moura (2013, p.15), depois do movimento moderno, a situação passa a ser, de que o desenho urbano pressupõe uma realidade inexistente, resultando numa anacronia dos espaços urbanos envolventes dos grandes conjuntos habitacionais.

Contudo para o autor, aquilo que aconteceu foi a formalização de partes e não do sistema no seu todo, o que fez com que o modelo de cidade moderna tenha perdido o sentido e a coerência. Desta forma, os espaços públicos e em particular os espaços verdes, tenderam a ser privatizados e encerrados, ou deixados ao abandono e à inevitável degradação.

Para Rowe e Koetter (1978), a cidade da arquitectura moderna, não chegou a ser construída. Apesar de todas as intenções e seus protagonistas, esta não passou de um fracasso. As atitudes associadas ao planeamento, no fundo, revelaram ser contraditórias, confusas e pouco sofisticadas para possibilitarem resultados satisfatoriamente produtivos. A cidade moderna reduziu-se a muito pouco, “às banalidades empobrecidas da habitação social, que estão por aí como os sinais desnutridos de um mundo novo que se recusou a nascer” (Rowe & Koetter, 1978, p.9).<sup>2</sup>

Assim, a partir do período pós-guerra, as ideias modernistas perderam consistência e nos anos 50 surgem algumas tendências de revisão do movimento moderno. Estes, dividem-se em duas vertentes, uma anglo-saxónica e outra italiana, no

---

<sup>2</sup> Tradução do autor

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

entanto "a verdade é que nem uma nem outra proposta conseguiram superar a relação entre qualidade arquitectónica e eficácia na resolução do problema do alojamento, como conseguiu o movimento moderno" (Moura, 2013, p.17).

Aldo Rossi surge com uma nova linha de pensamento acerca da arquitectura da cidade. Influenciado pela tendência italiana, Rossi (1966, p.99), afirma que as cidades permanecem sobre eixos de desenvolvimento, mantêm a posição dos seus traçados, crescem segundo a direcção e com o significado dos factos mais antigos existentes.

O edifício de habitação social Gallaratese é um dos exemplos da obra de Aldo Rossi, onde o arquitecto procura a composição e autonomia do alçado, a organização do espaço interior e identidade do espaço exterior envolvente, e a elevação do edifício sobre o solo. Nesta fase a questão da habitação deixa de ser um elemento primordial, para passar a ser um elemento integrante de um todo.

Para Rossi (1966), os elementos primários têm um carácter decisivo na formação e na constituição da cidade. A procura da autonomia da composição do alçado, deixando este de ser resultado do sistema construtivo e da composição interior dos edifícios, fazendo com que o alçado tenha a uma identidade e se relacione com o espaço exterior envolvente, e a elevação do edifício sobre o solo são indícios de que "a arquitectura de Rossi não ignora o contributo modernista, pelo contrário, aplica várias das suas premissas, mas de modo diferente, não paradigmático" (Moura, 2010, p.18).

A partir deste momento surgem novas teorias urbanas da contemporaneidade abordando questões sobre a complementaridade entre espaço público/privado,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

colectivo/individual, centro/periferia, interior/exterior,  
cheio/vazio, urbano/rural.

O pensar isolado de tipologias mono-funcionais típico de um certo funcionalismo manualístico, não tem em conta o processo de obsolescência nem pensa na vida dos conjuntos ao longo de todo o dia. A revisão do zonamento, conduz-nos a que a não separação de certas funções permite verificar que uma pode ser condição de viabilidade de outra, apesar de poderem pertencer a esferas distintas.

A arquitectura da nova-dimensão, privilegia a inter-comunicação que pode beneficiar do aumento de acessibilidade. “A tradição do espaço urbano evidencia a componente lúdica, designada aos níveis prático e simbólico por tipologias arquitectónicas que se lêem de toda a cidade” (Portas, 1969, p.134).

Para o autor, a sobreposição e aleatoriedade de funções põem em causa todo um método estabelecido, que consistia em compor com peças monofuncionais, alinhadas paralelamente sobre um terreno verde e sulcado por uma rede viária independente, mais ou menos especializada segundo as várias velocidades de circular. Se o problema não é uma questão estética, mas sim de qualidade da vida quotidiana, então o processo deve ser invertido para que uma outra cidade renasça, a partir de dentro e se estruture, desde a habitação com acessibilidade como valor de democratização urbana até ao sentido na continuidade e à escala do espaço público.

“Sabemos que no século XX algumas correntes ideológicas, com destaque para o movimento Moderno, consideram as particularidades culturais da forma urbana quase como uma degradação dos grandes modelos que aspiravam à

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

universalidade” (Coelho et al., 2013, p.17). Contudo, é a diversidade de formas que enriquece formalmente as cidades.

À escala do espaço público e da cidade, Jacobs (1994), refuta os mitos sobre as desvantagens da diversidade. Primeiro, afirma que a diversidade não diminui a ordem visual, porém demasiada homogeneidade revela falta de beleza.

A diversidade da cidade, do tipo que é catalisada pela combinação de usos primários mistos, abundância de ruas, mistura de edifícios com idades e despesas diferentes, e a concentração densa de usuários, não traz consigo as desvantagens da diversidade convencionalmente assumidas pelo planeamento da pseudociência.

Para a autora (1994), quanto maior homogeneidade de usos houver numa determinada rua ou bairro, maior será a tentação de ser diferente da única maneira possível. A diversidade de usos, por outro lado, embora seja frequentemente mal tratada, oferece a possibilidade de oferecer autênticas diferenças de conteúdo. Desta forma, a variedade pode tornar-se interessante e estimulante para os utilizadores.

Além disto, a diversidade não é a causa dos congestionamentos de tráfego, pois este é causado pelos veículos automóveis e não pelos próprios peões. Neste caso, a autora propõe que seja dado à cidade, espaço para outros usos desejados, para que estes compitam com as necessidades do tráfego automóvel, tal como alargamento de calçada, restringindo o espaço de circulação automóvel, levando à potencial redução do uso do carro e conseqüente menos congestionamento do tráfego.

À escala da habitação, Bohigas (2004) defende a mesma ideia, já que a boa saúde social passaria pela mistura entre diversos

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

tipos de vivenda, num mesmo edifício e num mesmo bairro, pois trata-se de uma barbaridade construir bairros específicos de casas económicas. O autor defende assim as fórmulas utilizadas durante o século XIX, nas quais um edifício se convertia numa espécie de representação da estrutura social da cidade com todas as facilidades de inter-relação, onde habitações económicas e habitações de preço livre se encontravam misturadas, juntamente com oficinas, serviços e habitações de alto nível social.

A degradação actual ao nível da habitação económica, pode segundo Bohigas (2004), dever-se ao fenómeno das periferias, isto é, a tendência de não respeitar os limites das cidades e a aceitação de uma difusão amorfa que invade todo o tipo de territórios. Contudo, esta tendência não é para o autor, inócua como parece, já que é resultado e consequência de operações economicamente especulativas e ao mesmo tempo de uma má vontade social. A construção económica longe da centralidade urbana deve-se aos terrenos baratos (baratos, porque estão fora da expansão natural prevista e porque não participam nas despesas dos grandes serviços colectivos). A estes factores acresce o facto deste tipo de construção, ser uma forma de estabelecer barreiras a certos grupos sociais com tendência a serem marginalizados, uma vez que a periferia é normalmente o lugar onde vivem classes sociais isoladas da centralidade urbana.

O alojamento faz, nos países socialistas, parte da organização da cidade, em princípio sem segregação, lembrando que “a crise do alojamento tornou-se aguda porque as actividades foram privilegiadas durante muito tempo em comparação com a habitação” (Pelletier & Delfante, 1969, p.318). Para estes autores, as políticas de habitação apontam no sentido de que os

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

alojamentos seguem a tendência da rápida evolução e da necessidade de existirem em maior número e respeitando novas técnicas e exigências ao nível do conforto e isolamento térmico e sonoro, à medida que a densidade dos ocupantes de alojamentos diminui, uma vez que a tendência social é o abandono à coabitação, principalmente nos jovens adultos. As características gerais do mercado de habitação entre locatários e proprietários, é que estes podem favorecer ou condicionar o acesso à propriedade.

Segundo Bohigas (2004), a história das vivendas económicas, corresponde a experiências criadas em momentos políticos muito específicos, como as sociais-democracias entre guerras, ou durante regimes comunistas, o que tendo em conta os contextos e condicionantes, impediu resultados extraordinários. Contudo, os resultados são bastante plausíveis em alguns casos, mas sempre tiveram problemas ao nível da localização urbana e distinção social, o que resultou muitas das vezes em núcleos autónomos com tendência a converterem-se em guetos, isolados da continuidade urbana e da sucessão orgânica das centralidades.

O autor refere que a estes fenómenos, crescem as estruturas sociais fortemente divididas por classes, cujos maestros do movimento moderno (racionalistas e funcionalistas) não conseguiram compreender. Estes não entenderam o potencial do alcance tecnológico, que poderia anular a imposição do zonamento, o que levou à aplicação da teoria de classificação de funções na cidade, resultando em conjuntos residenciais vistos como massas articuladas mas unitárias sem quaisquer diferenças.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

As intervenções na construção dos alojamentos variam entre dois tipos. Por um lado, atenta-se ao objectivo de definir os bairros de habitação para o alinhamento de zonas, o que leva os próprios bairros a determinarem densidades e fisionomias das casas, sendo importante destacar a dificuldade da segregação que pode manifestar-se a nível social, religiosos, língua falada, idade e até estatuto marital. Se os bairros da cidade podem ser constituídos por vários elementos, é necessário entender que existem bairros de habitação, comerciais, industriais, portuários e administrativos. Um bairro residencial é composto por habitações, no entanto, não é um conjunto de habitações sociais, já que a palavra residencial encerra uma tonalidade de ligação a um meio elevado. O conteúdo social, isto é, o grau de riqueza, a dominância racial ou religiosa e o aspeto exterior, muitas vezes relacionado com a época de construção; e o sentimento de pertença, o ritmo de vida, isto é, as diferenças da sua animação, são elementos definidores de zonas.

Por fim, existe a intervenção direta na construção ou melhoria dos alojamentos, sob várias normas e algumas vezes com subvenções do Estado, ou por acção de colectividades ou organismos. “A questão do alojamento deixou de ser essencialmente um problema individual, é um problema social e económico, evidentemente político com múltiplas implicações” (Pelletier & Delfante, 1969, p.320).

A história das políticas de habitação ensina que a tentativa de ir dando solução ao problema das casas baratas, pode não corresponder a uma racionalidade global, se os investimentos imobiliários constituírem um desvio da melhoria dos serviços urbanos, ou se a localização de bairros ao acaso dos terrenos vier a implicar a integração urbana das populações alojadas. As políticas aplicadas resultaram na sua maioria, em aplicações anti-urbanas, na medida em que foram espalhados bairros

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

dormitório convencionais para populações de baixo nível de vida, os quais ficavam a constituir mais lacunas ao nível dos serviços. O que se resolve para determinados grupos sociais deve contribuir para a melhoria do serviço urbano, para que não fiquem parasitários em relação à cidade.

Paralelamente, a integração de grandes conjuntos habitacionais e de espaços urbanos marginalizados ganha grande relevância, uma vez que geralmente, estes espaços estão localizados em subúrbios onde se acumulam alojamentos sociais e pessoas com altas taxas de desemprego.

Do ponto de vista de custos económico e social, dos empreendimentos, o conceito de área residencial integrada na cidade-região pela máxima acessibilidade a centros direccionais e fontes de trabalho, permite regular sobrecargas em transportes e obter a intensidade de vida central que unidades celulares auto-suficientes não têm conseguido por forma aceitável. (Portas, 1969, p.140)

Para o autor, cada área residencial prolonga um elemento ou segmento de um sistema circulatório e de serviços comuns próximos, não impedindo a escolha de outros alternativos e variados. Assim, pode-se ultrapassar o hábito do bairro social ou especulativo, servido por uma fraca rede de transportes, porque não se entrou com uma política de terrenos adequada ou simplesmente porque não são servidos por quaisquer equipamentos pela falta de rentabilidade que oferecem.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Mais do que um problema de urbanismo que foi erradamente apontado como culpado, trata-se de um problema de sociedade que ultrapassa na maior parte dos casos os meios dos urbanistas. Só pode ser tratado de maneira global, na óptica de uma nova concepção ainda por encontrar na nossa organização social. (Pelletier & Delfante, 1969, p.321)

Relativamente às políticas dos espaços verdes, os mesmos autores referem que estes podem ser do tipo passivo ou ativo. O primeiro caso trata de espaços não ordenados e maioritariamente privados, mas já o segundo, refere-se aos espaços colocados à disposição do público e nos quais a comunidade se envolve, quer para usufruto, quer para manutenção e instalação de equipamentos. Posto isto, os espaços verdes podem ser ainda do tipo: espaço verde de proximidade (dimensões reduzidas para uso das populações próximas, são exemplos jardins urbanos, ou dos passeios públicos ou arborizados ou ainda áreas verdes acrescentadas ao redor de prédios cujo estatuto se mantém privativo ou semipúblico; e espaços verde de lazer (locais de descanso, de dimensão relevante e equipado com elementos de vegetação e passeios que favorecem o percurso pedonal, a presença de água para ordenamento das margens e prática de atividades e as instalações construídas pelo homem para entretenimento.

A cidade moderna deu lugar a uma cidade múltipla de sobreposições e simultaneidades, e o positivismo conseguido até no campo da habitação social e de custos controlados

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

permitiu que várias das atuais estratégias de atuação no espaço público desses conjuntos habitacionais, se baseiem nas tendências modernas. Através de medidas urbanísticas e administrativas, o abismo económico e social teria tendência a desaparecer ao nível da habitação económica. A habitação social poderia dominar a cidade através da acção cooperativa e dos condicionamentos de mercado (Portas, 1969).

Coelho (2009) tem vindo a evidenciar ao longo dos últimos anos a importância da questão ligada ao problema habitacional. Na realidade, actualmente, esta temática tem estado associada não só à desvitalização urbana dos centros urbanos, mas também ao pensamento crítico sobre a sustentabilidade e planeamento do território, quer em termos ambientais, quer em termos de qualidade e conforto urbano. O autor, esclarece que a questão da qualidade do desenho urbano está relacionada à sua capacidade de adequação, quer aos utilizadores quer, entre outros aspectos, às áreas funcionais onde se desenvolvem actividades de convívio e lazer.

O autor afirma que não é intenção da lógica ocupacional criar núcleos residenciais desarticulados, nem é natural qualquer intervenção que prive o ser humano do usufruto do espaço público. Estes são factores fundamentais à composição da imagem urbana e, até mesmo no âmbito geral das cidades e dos aglomerados urbanos, para a caracterização de meios de vida diversificada.

O acentuado crescimento urbano da segunda metade do século XX, e o conseqüente desenvolvimento de determinados modelos urbanos, meios de comunicação e infraestruturas de mobilidade rodoviárias, influenciou a urbanização de novos territórios. O fácil acesso ao veículo motorizado, levou ao

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

aparecimento de novas dinâmicas, alimentadas por novos eixos infraestruturais, tornando-se estes “elementos híbridos que acumulam à sua função original, de eixo de ligação, o papel de elemento de suporte de tecido edificado” (Coelho et al., 2013, p.145). Com a influência desta metamorfose ao nível das infra-estruturas nos espaços públicos actuais, estes tornam-se de difícil compreensão, uma vez que a presença de elementos não planeados, frutos de acções distintas e desarticuladas entre si, afectam a essência tradicional dos componentes urbanos.

Segundo (Choay, 1994), o estudo do tecido dos centros urbanos históricos revela uma escala de proximidade que pode servir de princípio gerador e regulador da concepção de novos tipos de implantação. Posto isto, o património urbano pode efectivamente, e sempre que o seu novo destino seja compatível com a sua morfologia, ser utilizado para usos contemporâneos, de proximidade e ser integrado nos planos de urbanismo e ordenação.

A dispersão excessiva ao nível do tecido urbano das cidades fomentou a existência de desarticulações e quebras de coesão urbana e social (Coelho et al., 2013).

A óptica dos bairros de resultados desastrosos deve passar para uma que os reponha na via de vitalização da cidade-região, ou seja, formando-os “a partir das estruturas direccionais de vida e transportes, para que desde logo beneficiem do seu serviço sem o recurso aos centros de aldeia, mais ou menos implantados no respectivo centro geométrico, mais ou menos isolados e agonizantes” (Portas, 1969, p.143). As questões culturais, as estratégias e políticas públicas, quer locais ou regionais, e também nacionais, devem ser ajustadas a um determinado território, procurando a sua potencialização para que se afirme

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

como um centro de atratividade para os seus habitantes, ao nível da mobilidade, qualidade urbana e conforto ambiental, assim como da identidade do espaço e sentido de lugar (Coelho, 2009). Desta forma é essencial pôr em marcha um sistema eficiente de transportes que maximize a acessibilidade dos diversos pontos de concentração habitacional.

Um princípio de integração de uma política de habitação mais evolutiva, seria a concretização em operações muito diferenciadas de acordo com as zonas, os habitantes e o sentido de desenvolvimento, “desde que a legislação adequada e o vigor das instituições assegurem a sua integração nos locais que lhes conferem segurança urbana e se não sejam entretanto expelidos para novos bairros de passagem no seu processo de centrifugação “(Portas, 1969, p.144).

Guerra (2008) refere alguns dos desafios das políticas de habitação atuais, alertando para a necessidade de uma efectiva política de solos; uma fiscalização apertada da qualidade construtiva; uma desburocratização dos processos de construção; a cooperação entre autarquias, Estado e entidades privadas para a renovação do parque habitacional; o ensaio de programas inovadores para as famílias de mais baixos rendimentos. A autora aponta ainda as carências quantitativas, face ao número de indivíduos que carecem de habitação, mas também das carências de ordem qualitativa tendo em conta o estado actual dos conjuntos habitacionais. Desta forma, o impulso à renovação da habitação passaria por operações de renovação urbana (melhoramento ou substituição de casas sem alteração da morfologia urbana); operações de expansão urbana, ordenando a ocupação territorial em áreas preferenciais ao sistema de transportes e serviços; instalação de serviços sanitários e educacionais em zonas de habitação degrada.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

SÍNTESE GERAL DO  
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E A  
RELAÇÃO COM O CONTEXTO  
PORTUGUÊS

Em suma, as aplicações dos princípios do Movimento Moderno, levaram à criação de complexos habitacionais desarticulados da cidade e que privaram os utilizadores do usufruto de um espaço público de qualidade. Os autores que recentemente abordaram a temática do desenho urbano e da habitação social em Portugal referem que a revisão do zonamento possibilita a coexistência de funções numa mesma área, já que estas se viabilizam mutuamente e que os bairros de habitação social e económica devem receber operações de revitalização urbana, para que se tornem referências ao nível da vida social e qualidade urbana.

Concretamente em relação ao contexto português, importa ter a noção de que é algo diferente em relação ao resto da Europa. Pode afirmar-se que os efeitos da Revolução Industrial são sentidos tardiamente em Portugal. Apenas em meados do século XIX é que se sente um forte aumento demográfico, causado pela industrialização e êxodo rural. Resultante do processo de industrialização do século XIX e os consequentes problemas habitacionais entre 1880 e 1940, estas décadas em Portugal são marcadas por uma forte crise habitacional.

Assim, torna-se fundamental abordar os principais acontecimentos durante os regimes Republicano, do Estado Novo, e no período pós-Revolução de Abril de 1974, aprofundando-se os principais traços das políticas habitacionais das últimas décadas em Portugal.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Neste capítulo faz-se uma abordagem aprofundada sobre as políticas de habitação em Portugal, passando pelos momentos e factores que levaram à evolução das mesmas, desde o final do século XIX até à contemporaneidade. Para tal são abordados autores como Teixeira (1992), Pereira (1994), Costa (2001), Tavares (2003), Guerra, et al. (2008), Lima (2011) e Gomes (2013), que possibilitam o desenvolvimento do capítulo seguinte desta investigação.

Apresentamos um friso cronológico como processo de auxílio de interpretação das políticas de habitação adoptadas ao longo do tempo e que serão desenvolvidas neste capítulo.

### **3.2 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL**

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Gráfico 0



Gráfico 0. Friso Cronológico: Políticas de Habitação em Portugal.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

### HABITAÇÃO SOCIAL

A concepção da habitação evoluiu ao longo dos tempos, segundo Guerra (1997, p.165) "a habitação é um bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência humana, constituindo um indicador indirecto das desigualdades sociais na cidade". Para Martucci (1990, citado por Folz, 2003), "a palavra habitação designa o invólucro da casa e o morar integrados ao espaço urbano. Logo, esta não se restringe ao espaço privado da moradia, mas ultrapassa os limites das paredes e envolve o espaço público, devendo ser considerada parte decisiva na estruturação da cidade". Define-se habitação social como um "tipo de habitação destinada à população cujo nível de rendimentos dificulta ou impede o acesso à habitação através dos mecanismos normais do mercado imobiliário" (Vieira & Coutinho, 2014, p.24).

Portas (1970, p.37) defende que para as classes desfavorecidas seria "fundamental a proximidade de equipamentos e trabalho" e habitação. A ideia é complementada pelo sentido lúdico, atribuído ao espaço urbano, desde a qualidade de articulação de acessos, aos equipamentos com espaço urbano pormenorizado, sendo de extrema importância a revitalização e requalificação urbana dos espaços a intervir. A qualidade de desenho e a integração urbana, favorecem a reestruturação dos tecidos urbanos e a própria imagem da cidade, mas não pode ser esquecido o carácter individual de cada intervenção, fazendo com que não se caiam em processos standardizados (Coelho, 2009). Benevolo e Albretch (2004, citados por Coelho, 2009, p.10) afirmam que "os desafios a enfrentar no mundo de hoje não dizem apenas respeito às quantidades e aos números", focando-se essencialmente em aspectos qualitativos, entre a escala doméstica e pública, a transição entre espaço privado e espaço público.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

### 3.2.1 ENQUADRAMENTO CRONOLÓGICO

"Desde o final do século XIX até aos nossos dias, ou seja, desde a Monarquia, passando pelo Regime Republicano e pelo Estado Novo, até hoje têm sido tomadas diferentes medidas políticas públicas para solucionar os problemas do sector habitacional" (Lima, 2011, p.24). Desta forma para de melhor forma enquadrar o objecto de estudo da presente dissertação, segue-se uma breve apresentação das principais medidas ligadas ao alojamento de massas e suas características gerais.

#### SÉCULO XIX

A industrialização do século XIX, motiva a crise habitacional em Portugal, ficando essencialmente marcada pela motivação uma acentuada procura da habitação de baixo custo, principalmente nas cidades de Lisboa e Porto. Segundo Teixeira (1992), tal acontecimento, origina um processo acelerado de concentração urbana, "que aliado à produção de habitação existente, conduziu a um desequilíbrio permanente entre a oferta e as necessidades reais da população" (Gomes, 2013, p.126).

A procura de melhores condições de vida teve como consequência um crescimento do êxodo rural nos anos 20 e 30, o que fez com que a concentração demográfica do litoral começasse a contrastar com um interior cada vez mais desertificado. Segundo Rodrigues (2009), a resposta a este problema habitacional, surge essencialmente a partir da promoção de privados, sobre duas formas de alojamento para as classes trabalhadoras. "A primeira surge com a sobreocupação dos edifícios antigos e habitações degradadas ou abandonadas (palácios, solares e quintas) que eram transformadas em alojamentos colectivos de elevada densidade, onde se generalizou o subaluguer a várias famílias; a segunda

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

através da construção de novas habitações, as ilhas, que tiveram início em meados de 1850” (Gomes, 2013, p.127).

As ilhas aparecem como resposta à procura de habitação de baixo custo, o início da sua construção dá-se quando os edifícios antigos do centro histórico se encontram saturados, sendo necessária outro tipo de construção de baixos recursos para “satisfazer” as necessidades implícitas pela sociedade de então (Gomes, p127, 2013). As ilhas, podiam localizar-se nas traseiras das casas burguesas, ou paralelamente a estas, podiam ocupar parcelas inteiras de terreno, inadequadas para a construção de habitação para a classe média, constituindo verdadeiros bairros operários, em locais de má topografia, em zonas periféricas e próximas das zonas industriais. A promoção desta forma habitacional era essencialmente incitada por comerciantes e artesãos da classe média, que com o intuito de aumentarem os seus recursos limitados, construía as ilhas nas traseiras das suas habitações ou em parcelas de terrenos. Segundo Gomes (2013, p.127), “com o evoluir do tempo a construção das ilhas passa a ser uma atividade especulativa para a classe média da sociedade portuguesa, que ao possuírem maiores terrenos, levam a que as ilhas sejam cada vez mais extensas e em maior número por toda a cidade”.

ILHAS DO PORTO

Esta criação caseira do proprietário indígena prosperou e multiplicou; não melhorou por certo de construção nem de aluguer mas piorou a acumulação porque há as que albergam dezenas de famílias. São renques de cubículos, às vezes sobrepostos em andar. Este âmbito, onde se

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

empilham camadas de gente é por via de regra um antro de imundice; e as casinhas, em certas ilhas desassoalhadas e miseráveis, pouco acima estão da toca lóbrega do troglodita. (Pereira, 1971, p.39)

### PÁTIOS - LISBOA

No caso específico de Lisboa, Pereira (1994) refere que a partir de meados do século XIX, os processos de industrialização eram lentos, originando uma concentração excessiva de mão-de-obra na cidade, instigando o aumento da diversidade populacional, surgindo uma nova classe, a operária, que acarta uma necessidade urgente de alojamento. Face à carência de habitação, as famílias viam-se obrigadas a procurar qualquer tipo de “espaços desocupados ou em velhos pardieiros arruinados, onde improvisam elas próprias precárias habitações sempre mediante o pagamento de uma renda ao proprietário”, surgindo assim os pátios, como habitação operária. (Pereira, 1994, p.511).

Os pátios em Lisboa, caracterizavam-se por ser “um espaço mais ou menos regular, situado no interior de um quarteirão, com pequenas casas construídas à volta viradas para um espaço livre comum” (Teixeira, 1992, p. 69), assemelhando-se às ilhas do Porto, embora sem a mesma consistência formal e surgindo na maioria das vezes do aproveitamento de espaços já existentes (Pereira, 1994).

Os pátios eram, geralmente recintos muito irregulares, onde se aglomeram vários moradores em pequenas habitações de construção defeituosa e muito limitada

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

capacidade, húmidas por se encostarem ao terreno, ou terem lojas subterrâneas. Enfim, em deploráveis condições de salubridade, mas que, pela falta que se nota em Lisboa de casas convenientes para operários e classes pobres e indigentes, a esses imundos recintos não lhes falta moradores e os senhorios assim folgam desalmadamente, com a procura certa que lhe é rendosa, sem terem as exigências de uma conveniente transformação, que bem deveria ser imposta legalmente para corrigir esse abuso de usufruir de rendimentos por tais espeluncas. (Montenegro, 1903-1905, citado por Lima, 2011, p.25)

A segunda metade do século XIX, caracterizou-se pelo brusco aumento da população, aliada ao êxodo rural e ao desenvolvimento da indústria, originando uma maior procura de habitação superior à oferta possível. A introdução do modo de produção capitalista nas estruturas agrárias libertou muita mão-de-obra que foi procurar meios de sobrevivência nas cidades.

Em 1870, em resposta às necessidades habitacionais, aparece um novo tipo de construção, surgido da forma evolutiva dos pátios, designado por vilas e promovida por promotores

VILAS

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

imobiliários com maior nível de recursos financeiros. A promoção deste tipo de construção de maior e melhor qualidade, permitiu a constituição de pequenos edifícios em torno de um espaço comum, normalmente uma rua privada, perdendo parte da segregação existentes anteriormente nos pátios e facilitando a integração no espaço urbano. As vilas, como habitação da classe trabalhadora, passaram a ser ocupadas pela classe média baixa, já que eram características pela melhoria das condições de habitabilidade, pela integração na estrutura urbana e pela criação de bairros habitacionais.

Numa época em que já se faziam sentir os efeitos da concentração da mão-de-obra industrial na cidade de Lisboa e em que a técnica não encorajava a construção em altura, os proprietários fundiários, tantas vezes associados a empresários fabris, encontraram nas “vilas” uma forma expedita de alojarem economicamente os trabalhadores rurais que buscavam uma ocupação na cidade: no interior de um quarteirão abriam uma rua particular e transformavam em logradouro comum de dois renques de casas, geralmente de um único piso. (Lima, 2011, p.26)

Ora, a crise habitacional, aliada a um contexto social fragilizado, e constantemente agravado pelo processo de concentração urbana, produziu condições para que a classe burguesa se

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

dedicasse à preocupação com a questão do problema habitacional, assumindo um papel importante no assunto da salubridade das cidades, particularmente, das grandes cidades.

Como referido anteriormente, e à semelhança do resto dos países Europeus, as condições oferecidas às populações rurais atraídas para a cidade, eram caracterizadas pela falta de qualidade habitacional, representando-se no surgimento de bairros operários, cuja existência se tornaram numa ameaça à saúde pública e mesmo à vida das próprias classes ricas, visto se terem tornado focos epidémicos (Gomes, 2013).

Já no final do século XIX, a população operária de Lisboa, na sua maioria, vivia em apartamentos, e em prédios de habitação colectiva, com melhores condições de habitabilidade face à situação das ilhas do Porto. Estes novos edifícios de habitação colectiva multifamiliar, localizavam-se em zonas industriais ou em novas áreas de expansão da cidade, assemelhando-se ao que vinha a acontecer pelo resto da Europa (Teixeira, 1992).

PASSAGEM SÉCULO XIX - XX

Na passagem para o século XX, as ilhas surgiam a ritmo acelerado, aumentando assim nas cidades, o número de locais degradados, quer pelas suas características, quer pela sobreocupação do espaço, agravados pela pouca ou quase inexistência de instalações sanitárias, saneamento e água quente, tornando-se pontos de propagação de várias doenças que levaram ao aumento da taxa de mortalidade.

O século XX, foi também palco para o aparecimento de outras formas de habitação para as classes operárias, promovidas pelos industriais e por entidades filantrópicas. Segundo Teixeira

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

(1992), designadas por colónias operárias, eram caracterizadas pelas altas rendas e desviadas para o aluguer à classe média.

O período datado entre 1880 e 1940, corresponde em Portugal e paralelamente ao resto da Europa, a uma época de absoluta crise habitacional das cidades, conduzindo à procura da resolução dos problemas habitacionais com soluções de baixo custo. Assim, surge um período de transição de um mercado não regulamentado e de carácter privado, para um mercado de intervenções por parte de políticas Estatais.

A intervenção do estado é ao início caracterizada pela timidez e pelo carácter legislativo, o que mais tarde dá origem ao desenvolvimento de programas habitacionais de maior escala (Teixeira, 1992). Com o decorrer do século XX, o tema da habitação passa a ser tema de destaque, face aos problemas iminentes da precariedade habitacional e à falta de políticas habitacionais e urbanísticas para a resolução dos problemas existentes.

### CASAS ECONÓMICAS

A 25 de Abril de 1918, foi lançado o Decreto nº4137, ao que se propõe a promoção da construção de casas destinadas ao alojamento das classes menos abastadas. Este diploma é bastante meticoloso, admitindo a existência de quatro classes de casas económicas às quais pormenoriza as regras de projecto às quais devem obedecer o desenho dos bairros a construir. Em princípio, e para além das empresas privadas, tais casas seriam construídas pelas câmaras municipais e pelas instituições de previdência, mas considerava-se que em circunstâncias especiais e urgentes, o próprio Estado poderia intervir diretamente nesta matéria” (Gomes, 2013, p.130).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Contudo, os bairros de casas económicas, apenas passaram a ser construídos em 1933, muito mais tarde do que o previsto e exclusivamente por responsabilidade do Estado, excluindo o nulo interesse da promoção privada em participar num tipo de empreendedorismo onde era vedada a obtenção de lucros como anteriormente eram possíveis. Segundo Ferreira (1994), as casas eram construídas nos centros de povoações, arrabaldes, ou praias a que satisfizessem as condições de salubridade.

De acordo com Tavares (2003, p.89), as casas deveriam adequar-se a:

Locais e casos concretos de deficit habitacional, procurando-se sempre que as condições o permitam, incluir no mesmo agrupamento todas as 4, de forma a não permitir alguma segregação que decorra do isolamento de classes sociais mais baixas, ou da não adaptação destes às novas habitações.

Nos anos 30 do século XX, estabeleceu-se um regime político autocrático em Portugal, que se consolidou e promoveu uma política de regeneração nacionalista que se centrou em duas vertentes: a propaganda e as obras públicas, com o objectivo de promover a apropriação e identificação com os símbolos nacionais históricos e vernaculares.

ESTADO NOVO

Pretendia-se a expressão formal de ideia de Nação e da ideia de sociedade, à qual o tema da habitação servia também de

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

propósito. Esta ilustrava o modelo social, arquitectónico e urbano, isto é, “a família modesta e digna, plena proprietária de casa própria, dotada de jardim e quintal, composta com recurso aos elementos típicos caracterizadores da “nossa casa” e ordenada em conjunto por adição parcelar” estendendo-se moderadamente, até alcançar dimensão de tecido urbano que lhe permitisse o estatuto de arrumada aldeia na cidade (Costa, 2001, p.3). Este modelo social pressupunha um tipo de habitat social, ao qual se associava necessariamente a casa individual. Nesta fase, surge a promoção de obra pública e a necessidade de assegurar o enquadramento dos bairros económicos, através de planificação urbanística, recorrendo-se assim a arquitectos e urbanistas.

A casa com jardim, proposta no decreto-lei nº23052 de 1933 que institui a regulamentação do programa de casas económicas, não logrou estabelecer modelos plurifamiliares, quer por fraca dinâmica dos mercados ou débil renovação do parque imobiliário, quer pela ideologia subjacente que perpetuou o modelo da casa individual e isolada. (Costa, 2001, p.7)

As políticas Salazaristas de não industrialização e de não urbanização, fizeram com que nesta altura e até à década de 70, a taxa de urbanização no país estivesse muito abaixo dos 30%. “A política de habitação social era identificada com uma política de integração social e familiar com funções políticas e simbólicas” (Guerra et al., 2008, p.15). No entanto, entre 1938 e 1943, Duarte Pacheco protagoniza uma política fundiária de

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

congelamento de rendas, expropriações sistemáticas e promoção do sector público, bem como o surgimento de alguns bairros camarários e de casas económicas.

O modelo arquitectónico de casa portuguesa de matriz semi-rural e nacionalista, continuava a reproduzir o modelo de aldeia na cidade, não podendo por isso, os bairros do Estado Novo serem encarados como sinal evolutivo da arquitectura portuguesa. “Não deixam contudo de ilustrar a dinâmica urbana e social da cidade, com expressão marcante no tecido urbano”, principalmente na cidade do Porto, no entanto tratando-se de uma oposição sistemática à modernidade (Costa, 2001, p.7).

A existente situação de crise habitacional em Portugal, deve-se essencialmente a dois motivos de fundo: o acelerado processo de concentração urbana em pontos privilegiados do território nacional; as condições de produção da habitação existentes, que levaram a um desfasamento permanente entre a oferta e as necessidades reais da população.

INDUSTRIALIZAÇÃO E  
AUMENTO POPULACIONAL  
CRISE HABITACIONAL

A cidade do Porto e Lisboa, foram desde muito cedo áreas de grande concentração de actividades, o que lhes permitiu enquanto cidades a se desenvolverem à custa da contínua drenagem de recursos das regiões periféricas e do interior do país.

A consequência espacial deste processo de expansão capitalista, levou a um acelerado crescimento urbano destas zonas, fazendo ultrapassar vertiginosamente as capacidades de acolhimento das infra-estruturas que dispunham, paralelamente ao abandono de milhares de casas nas vilas e cidades de menor dimensão no interior do país. Sendo a habitação um dos

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

elementos essenciais à representação da força do trabalho, é principalmente nas grandes cidades que o problema da habitação se vai fazer notar.

Tal acontecimento faz-se assinalar principalmente a partir da década de 50 do século XX, período em que se assiste a um crescimento acelerado do processo de industrialização no país e no qual “as HE assumem uma espécie de ajuste [ou recusa] de projetos-tipo, a favor de elementos funcionais-tipo, susceptíveis de várias combinações” (Tavares, 2010, p.3). Para o autor (2003, p.108) “a especial compreensão da arquitectura por parte de quem projecta estes conjuntos, cria um vocabulário novo, através da funcionalidade e da inteligente resolução dos fogos, sujeitos a apertados limites”, apostando maioritariamente em elementos formais modernos, atribuindo-lhes significação social, reduzindo a sua escala e aproximando-os dos valores regionais e tradições locais.

Desta forma, perante esta conjuntura em que a questão da habitação passava por um agravamento constante foi essencial às HE-FCP reorganizar o seu organismo, ampliando-o, pois “além da participação nos conjuntos urbanos promovidos pelo Gabinete Técnico de Habitação em Lisboa, inicia-se a construção de Casas de Renda Económica em pequenos aglomerados rurais, numa estrutura que apoiava a construção própria (Pereira, 1996). Esta nova equipa, reorganizada, revelou-se, motivada pelos ideais de uma nova geração com uma “grande capacidade de comunicação e diálogo de forma a pôr em prática todas as questões debatidas, defendendo em primeiro lugar a necessidade de uma intervenção correctamente planificada.” (Tavares, 2003, p.109).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Ora, a procura de projectos mais humanizados, promove a acumulação de experiências em que os arquitectos conseguem tirar partido de todos os pontos comuns a diversas operações, originando lentamente uma padronização adaptável a cada situação. De facto, os arquitectos preferem fazer projectos de raiz, chegando ao projecto tipo orgânico. Ou seja, que resulta de um estudo aprofundado sobre as necessidades das pessoas e a sua relação com o sítio. (Tavares, 2003, p.114)

Até meados de década de cinquenta, as carências ao nível habitacional eram mais de carácter qualitativo de que quantitativo, segundo (Costa, 2001, p.4), “a habitação constituía, antes de um direito, um privilégio correspondente à renda do agregado correlacionado com a defesa da instituição familiar e a preservação da ordem social existente”. Porém, o estabelecimento de diferentes classes de casas económicas promove a sua distinção apresentando-se como características da felicidade e tranquilidade do povo português, às quais se associa a miscigenação de classes numa sociedade conservadora.

Na sua expressão mais simples, reduziremos a casa a uma sala para dormir e repousar e uma outra para cozinhar e comer com os anexos necessários, podendo mesmo

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

reduzir-se o todo a um único compartimento como o apresentam soluções conhecidas. Para mim, esta solução não corresponderá jamais ao necessário. É por isso que, como mínimo, fixámos uma entrada, uma cozinha e uma sala, uma casa de banho com W.C. e 1, 2 ou 3 quartos.

(Costa, 2001, p.4)

### SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX HABITAÇÃO SOCIAL

A partir de 1950, o processo de industrialização em Portugal conduz ao agravamento do problema da habitação. “Perante as enormes carências que se vão acumulando, os preços sobem vertiginosamente e as condições para o grande negócio são mais que excelentes; cresce a especulação dos terrenos, surgem os grandes promotores imobiliários, as massivas operações especulativas” (Gomes, 2013, p.131).

Paralelamente desde a década de 50, começam a surgir outros modelos de habitat, agora denominado social e não somente económico. São exemplos os bairros de Ramalde, de interesse camarário e promoção estatal-corporativa, do Arquitecto Fernando Távora, anunciando o fim da aplicação dos modelos definidos no período anterior, dando lugar à aplicação tímida de modelos mais vanguardistas, como moradias, prédios de rendimento, edifícios de equipamentos e serviços, empreendimentos hidroeléctricos). “Ao seu modo afirmam a autonomia e singularidade do objecto arquitectónico: o conjunto em banda e o bloco ou edifício em altura como protagonistas da composição urbana motivo de ensaio dos postulados do Movimento Moderno” (Costa, 2001, p.8).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Acerca da Unidade Residencial de Ramalde, Nuno Portas, citado por (Costa, 2001, p.8), invoca as palavras de Fernando Távora:

Pretendeu-se dimensiona-lo de modo a permitir um mínimo de vida própria, onde o tráfego motorizado vai perdendo importância à medida que se aproxima de um eixo central de peões que vai unindo casa, parque e zona comercial. Ainda que o seu programa não tenha sido na totalidade concretizado, foi a primeira oportunidade de contrapor um modelo formalista, com uma subordinação declarada da exposição das fachadas e o seu conceito de terreno livre de “coração”, num zonamento definido com perfeição.

Tal momento, é “detectado como sinais contraditórios de uma política de alojamento exigida pelo avanço tímido da industrialização” (Guerra et al., 2008, p.15), mas que só nos anos 60 e 70 se revelaram em políticas assentadas na produção de habitação social, centrada em preocupações nos aspectos físicos e materiais e com promoção do sector público.

Nesta altura, os grandes fluxos demográficos desde o interior do país para o litoral, levaram a uma série de programas de promoção pública da habitação social. No entanto o estado de deterioração do parque habitacional continuava a piorar e proliferavam bairros de barracas nas principais cidades do país

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

(Guerra et al., 2008). Este processo contribuiu para a construção de um grande volume de barracas que deu origem a enormes bairros de lata, já que as estruturas urbanas não estavam preparadas para acolher este crescimento demográfico e fazendo com que rapidamente se tivesse desencadeado a especulação sobre os alojamentos e sobre o preço do solo.

Até aos Anos 60, a promoção de habitação social, evoluiu de modo relativamente qualificado, com planeamento e integração nas malhas urbanas, e mesmo a partir dessa época, existem casos exemplares de arquitectura e urbanismo em habitação social, mas tal não se verifica em muitos outros conjuntos de realojamento que surgiram nesse período (Pedrosa, 2010).

Estas intervenções surgiam muitas vezes com escassos recursos financeiros disponíveis, face à gravidade da situação, e era motivo para se ignorar etapas na sua concepção, como o planeamento urbano das novas áreas e respectivo projecto dos espaços públicos e edificados. Tais intervenções, resultaram em situações de isolamento e exclusão relativamente à vida urbana da cidade (Pedrosa, 2010). Nestes conjuntos, verificam-se princípios de organização espacial pouco flexíveis desde o desenho do território à forma dos edifícios, na adaptação à população que neles habita e à evolução das suas necessidades correntes (Silva, Alves, Magalhães & Oliveira, 2011).

Surge assim a necessidade de "unidade e coesão, através da implementação de diversos sistemas urbanos que sejam coerentes com a dimensão mais colectiva ou mais residencial de cada espaço. Esta ideia assume particular relevo na concepção do espaço público" (Pedrosa, 2010, p.25).

Ao longo da década de 60 a situação habitacional não deixara, entretanto de se degradar. "Toda esta situação transparecia

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

claramente no 2º inquérito às condições de habitação realizado com o censo populacional de 1960” (Pereira, 1996, p.210).

Segundo Correia (2012, p.97) o Inquérito às condições de habitação de 1960 permitiu conhecer o problema habitacional, determinando, “o problema habitacional com que se deparavam as populações dos grandes centros, onde os bairros de lata e o subaluguer de parte da casa continuavam a aumentar”.

Ora, o grande problema da habitação, agravado pela concentração urbana das décadas de 60 e 70, "contribuiu para agudizar a contradição, entre os objectivos e características da indústria da construção na produção da habitação como um bem para ser vendido como máximo de lucro e as necessidades de alojamento por parte de uma população " em que mais de 90% não tinha condições para aceder à mesma (Lima, 2011, p.23).

As décadas de 60 e 70, caracterizam-se pela grande concentração urbana, o que serviu para agravar a contradição entre os objectivos e características da indústria da construção, que tinha o objectivo de obtenção de lucros, contrariando as necessidades de alojamento existentes, impedindo a hipótese da população carenciada adquirir habitação própria.

Paralelamente às enormes lacunas que se vão acumulando, assistiu-se ao surgimento de uma série de oportunidades de negócio, fazendo-se notar a subida de preços e o aumentando de forma vertiginosa as condições para o grande negócio, isto é, cresce a especulação dos terrenos, surgem grandes promotores imobiliários, as massivas operações especulativas e a euforia na bolsa são o cenário português até à véspera da Revolução de 25 de Abril de 1974.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O Fundo de Fomento de Habitação, surgido a partir de 1969, como uma intervenção directa do Estado nas políticas de habitação social “teve a seu cargo a promoção directa de habitação visando uma resposta aos problemas de marginalidade que os grandes centros urbanos vinham registando” (Guerra et al., 2008, p.16).

A mesma autora, refere que a partir de meados dos anos 70, e agravados pelo Revolução de 25 de Abril de 1974, acentua-se o problema habitacional e da urbanização, ganhando visibilidade as carências habitacionais agravadas pela migração do campo para a cidade proveniente das ex-colónias. Sem fortes políticas de habitação e a carências de alojamentos, equipamentos sociais e infra-estruturas urbanas, a falta de respostas habitacionais, intensificou a coabitação e levou ao desenvolvimento de um mercado de produção de alojamentos ilegais, criando problemas de construção de bairros de barracas clandestinos, degradados e sobrelotados.

### PÓS-REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974

É este o cenário que marca os antecedentes da Revolução de Abril de 1974, momento a partir do qual se despoletam algumas respostas para enfrentar a problemática da habitação em Portugal.

Foram lançados alguns programas que tiveram impacto na sociedade portuguesa, de destacar: as Cooperativas de Habitação Económica (1974), que relançariam o movimento cooperativo e também aumentariam gradualmente as competências do poder local; novo regime de Contractos de Desenvolvimento de Habitação, financiando a promoção privada de habitação de custos controlados; o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), que tinha como objectivo apoiar

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

através das Câmaras Municipais as iniciativas das populações mal alojadas que viviam em situações degradadas, no sentido da transformação das suas condições de habitação; revisão dos regimes dos programas de habitação social já existentes, nos quais as Casas de Renda Limitada e as Casas Económicas sofreram algumas alterações.

Em 1974, após a Revolução de Abril, emerge o movimento cooperativo com o objectivo de promover a habitação a custos controlados, em propriedade individual, com empréstimos do INH para a construção, aquisição ou reparação de habitações (Guerra et al., 2008).

A mesma autora refere que, após o derrube do regime do Estado Novo, surgiu uma nova fase para o movimento cooperativo português, caracterizada pelo reconhecimento da liberdade de criação e de funcionamento das cooperativas, pela forte influência doutrinal, e pela construção de um edifício jurídico coerente do topo à base. No Norte, organizaram-se mais de 200 cooperativas de habitação, que depois de dificuldades significativas, desenvolveram conjuntos habitacionais com grandes níveis de qualidade ao nível das habitações, dos espaços exteriores e equipamentos sociais, que até então eram inexistentes nas habitações de custos controlados.

A crise fiscal do Estado e a necessidade de equilíbrio da balança financeira, que se desencadeiam a partir dos anos 80, desencadeou a descentralização do património do IGHAPHE para as autarquias e a venda das habitações aos seus ocupantes. Assim, o património do actual Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, viu-se reduzido em 60% dos seus fogos iniciais, já que cerca de 25% foi vendido aos ocupantes e o restante atribuído às autarquias (Guerra, et al., 2008).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

No início da década de 80 foi extinto o Fundo de Fomento para Habitação, e logo em 1984 foi criado o Instituto Nacional de Habitação, que permitiu uma reformulação nos financiamentos e uma nova fase de desenvolvimento das cooperativas de habitação, através do apoio ao sector. No final da década de 80, surgiu um plano governamental de fomento à habitação de custos controlados, que logo depois foi anulado por falta de desenvolvimento de políticas indispensáveis para a sua execução, marcando assim a ausência de um diálogo eficaz entre o governo e os parceiros sociais do sector da construção e habitação, levando a que a partir de 1992 houvesse uma quebra acentuada na promoção da habitação cooperativa.

Os anos de 80 e 90, foram palco de mudanças importantes na situação habitacional, marcados por vários investimentos na construção de habitações, das quais resultaram melhorias quantitativas e qualitativas.

A consciência para as necessidades habitacionais e o desenvolvimento económico, permitiram que a desde os anos 80 houvesse um aumento do número de fogos destinados à habitação social e, neste período até 2005 a construção pública foi de cerca de 4000 fogos ao ano, muito devido ao “processo de descentralização de responsabilidades no domínio das políticas de habitação, através da afirmação do papel dos municípios que, assumiram um papel crescente na execução das políticas locais de habitação” (Guerra et al., 2008, p.21). Contudo, os mesmos autores indicam que ao longo dos anos a promoção cooperativa diminuiu tanto, que entre 1995 e 2005 distritos como Castelo Branco, Bragança, Guarda, Leiria e Viana do Castelo abandonaram a promoção de habitação social através das cooperativas de habitação.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

A situação habitacional em Portugal é caótica, no período referido entre o final do século XIX e o início do século XX.

O grande crescimento das cidades, impedia uma resposta eficaz relativamente ao problema da habitação, principalmente nas grandes cidades do Porto, onde as ilhas cresciam desmedidamente, tornando-se um problema de cariz social. Ao contrário do que tinha acontecido no início do século XIX em outros países Europeus como Inglaterra e França, só no final do XIX é que se iniciam as primeiras acções para resolução dos problemas sanitários em Portugal.

Segundo Gomes (2013, p.132) “Em 1868 (Lei Orgânica), e em 1876 (Código Administrativo), especificam as obrigações municipais neste domínio.”

Já durante o início do século XX, entre os anos de 1901 e 1905, desencadeiam-se uma série de regulamentos para a resolução de problemas de salubridade e saúde nas cidades, embora praticamente nada tenha sido executado por parte do Estado e das entidades municipais com o intuito de melhorar as condições de habitação.

“Em 1901, o Regulamento Geral de Saúde que visava instituir um sistema de vistorias e expropriação de edifícios insalubres. Em 1903, o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, que inicia um inquérito de salubridade às principais cidades do país” (Gomes, 2013, p.132).

Antes da Proclamação da República (a 5 de Outubro de 1910) foram poucas as iniciativas que tentaram resolver o problema da habitação. A República Portuguesa, implementada a 5 de Outubro de 1910, originou uma série de movimentos sociais e greves, implementando uma mudança profunda no pensamento

### **3.2.2 PROCESSO LEGAL**

#### 3.2.2.1 HABITAÇÃO ENTRE O SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

da questão habitacional, introduzindo em 12 de Novembro, a Lei do Inquilino, que tornava os despejos mais complexos e o aumento das rendas mais controlado (congelamento das rendas).

Já em 25 de Abril de 1918, o decreto nº4137, anteriormente referido, propõe erradicar os bairros insalubres de Lisboa e Porto, através da construção de habitação de baixo custo para a população carenciada. Face ao desinteresse privado para a construção de habitação com rendas controladas, foi o Ministério do Trabalho a executar tais políticas, construindo ao abrigo deste diploma dois bairros em Lisboa, caracterizados por serem de habitação colectiva e unifamiliares tradicionais.

Segundo Teixeira (1992), estes dois bairros desencadearam ideais contraditórias relativamente ao que havia passado no século XIX, contrariando a construção de habitação unifamiliar em zonas periféricas, defendendo a tese da construção em bloco, isto é, habitação colectiva que podia situar-se em zonas centrais da cidade, à semelhança do pensamento Modernista Europeu. Neste contexto, o primeiro bairro social de promoção pública concretizado em Lisboa, foi o Bairro do Arco do Cego, iniciado apenas em 1919.

No Porto, nasceu o bairro Sidónio Pais, baseado unicamente em habitações unifamiliares, assumindo as diferenças culturais entre Lisboa e Porto. Foi construído em 1918, por promoção da novel República e administrado pelo Ministério das Finanças. O município promoveu entre 1915 e 1919, a construção de



Fig.11

---

Fig.11. Vista Geral do Arco do Cego, Lisboa (Fonte: *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, 1994)

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

colónias operárias, destacando-se a Colónia Viterbo de Campos.

Mais tarde, face ao desinteresse privado o decreto acaba por ser ultrapassado, já que nem a burguesia possuía capital para investir neste tipo de construção, optando pela continuidade das ilhas e já que os grandes investidores preferiam o sector destinado à classe média que lhes proporcionaria mais lucro (Teixeira, 1992).

Assim e embora as tentativas de construção de novas habitações e da erradicação das casas insalubres, as classes mais desfavorecidas continuavam a ocupar as ilhas e os velhos edifícios, continuando a aumentar significativamente o número de ilhas. Desta forma, apesar da intervenção direta do Estado na promoção da habitação pública, o decreto nº4137 de 25 de Abril de 1918, acabou por fracassar, fazendo-se notar a necessidade de uma intervenção urgente nas políticas de habitação.

A implantação do Estado Novo em Portugal, volta a repensar o problema da habitação. Mesmo antes da II Guerra Mundial, sendo já impossível dissimular os problemas graves da habitação que se faziam sentir no país, o regime público na Constituição Política de 1933, a lei que viria a ser por parte do Governo, a primeira iniciativa de resolução do problema habitacional em Portugal, dando origem ao regime das “Casas Económicas (Gomes, 2013).

### **3.2.2.2 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO ENTRE 1926 E 1974**

O Estado Novo, reconheceu a importância política e social da habitação, consagrando-a assim na Constituição da República e intensificando a actuação no domínio social habitacional,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

passando o Estado a implementar medidas de política mais eficazes que, de algum modo, assumiam uma lógica mais estruturada. O Estado Novo entendida a família como o elemento primário da consagração do regime, disciplina e progresso da Nação, célula essencial do estado social e corporativo (Carneiro, 2003). Desta forma, o regime pretendia aliar o núcleo familiar à propriedade, ou seja a questão da habitação emerge como uma dimensão importante da política pública. Segundo as teorias do Estado Novo, só depois das pessoas se reeducarem socialmente em conformidade com a ideologia dominante estariam aptas a beneficiar das Casas Económicas oferecidas pelo governo (Ferreira, 2010).

### PROGRAMA DE CASAS ECONÓMICAS (1933)

O Decreto de Lei nº23052, 23 de Setembro de 1933, designa a autorização do Governo a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do estado. O Decreto de Lei nº28912, 12 de Agosto de 1938 (p.1197-1198), refere-se ao programa de Casas Económicas confirmando que “a casa económica portuguesa constitui um excelente instrumento de defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente. Pode desejar-se que todas as famílias, mesmo as mais modestas, tenham a sua casa própria, o seu lar”.

O decreto definiu os destinatários das casas e agrupou-os em duas categorias diferentes: os empregados, operários ou outros assalariados que pertenciam aos sindicatos nacionais; e os funcionários de Estado, civis e militares das corporações administrativas. Este regime foi reconhecido pelo próprio Estado Novo, que acreditava que este tipo de habitação conseguiria moldar a sociedade portuguesa à imagem do Estado, quer pelo

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

regime de acesso às mesmas, quer pela passagem através da arquitectura dos seus ideias e valores.

Valorizava-se a casa unifamiliar e isolada, que garantisse “sempre na retaguarda um terreno com a largura mínima de 4m e, sendo possível, um pequeno jardim à frente” (Artigos 4.º e 5.º do Decreto n.º 4137, de 24 de Abril 1918, citados por Ferreira, 1994, p.699). O modelo da habitação individual era a matriz, mas desde cedo o modelo de habitação colectiva foi reconhecido por ser mais económico, no entanto não era utilizado. As propostas de habitação individual foram oficialmente adoptadas pelo Estado Novo em 1933, para o plano das casas económicas.

O Estado Novo importou o modelo da casa individual e organizou-as no terreno segundo o modelo da cidade-jardim. Estes modelos foram os encontrados para formalizar as ideias do Estado sobre a família e sociedade (Cardoso, 2009). Os bairros teriam iluminação e limpeza, fontes, lavadouros, edifícios para escolas e creches e transportes baratos “quando estes forem afastados dos centros industriais ou comerciais e nenhuma das casas será vendida por menos do seu custo” (Artigo 25.º e 26.º do Decreto n.º 4137, de 24 de Abril 1918, citados por Ferreira, 1994, p.699).

Segundo Teixeira (1992, p.79-80), o regime de Casas Económicas, caracterizava-se por serem bairros de:

Habitações unifamiliares, de um ou dois andares, independentes ou geminadas, cada uma com o seu próprio jardim. Estes bairros eram construídos diretamente



Fig.12

---

Fig.12. Bairro de Programa de Casa Económicas

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

pelo Estado e destinados a funcionários públicos ou a trabalhadores aliados nos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime. As casas eram pagas em prestações mensais ao longo de um período de 20 anos, findos os quais se tornavam propriedade da família.

(Teixeira, 1992, p.79-80)

Em relação à localização dos bairros, os locais escolhidos eram saudáveis, arejados e higiénicos, ajustando-se às possibilidades de expropriação e ocupando áreas previstas nos planos de urbanização em curso. Primeiramente, encontravam-se nos limites da cidade, embora ainda dentro da sua área administrativa, a Oeste e a Leste do centro urbano, em espaços segregados, mas tendo a preocupação de se edificarem próximo dos locais de trabalho ou de existirem acessos a meios de transporte (Decreto-Lei n. °23052).

Por todo o país surgiram construções de inúmeros bairros de carácter económico, erguidos segundo o Programa de Casas Económicas, e promovidos através do Ministério das Obras Públicas e das Comunicações e da Secretaria do Estado das Corporações e Residência Social, mas que no entanto, não foram medidas suficientes para fazer face à totalidade do problema da habitação em Portugal.

O Decreto-Lei nº 28797 de 1 de Julho de 1938, estabelece um sistema especial de expropriações para execução de obras e melhoramentos, no qual é referido a construção de casas económicas em Lisboa e Porto. Tendo em conta o aumento da

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

população, esta continuava a crescer e a mobilizar-se nos centros urbanos, principalmente no Porto e Lisboa, e sendo as condições para aquisição de Económicas muito restritas, a solução para a maioria dos indivíduos continuava a ser a habitação em bairros clandestinos que se propagavam pelas periferias das cidades, em condições de muita precariedade.

A Lei 1953, de 11 de Março de 1937, estabelece as bases para a criação, em todos os centros de pesca, de organismos de cooperação social, com personalidade jurídica, denominadas Casas dos Pescadores.

PROGRAMA DE CASAS DOS  
PESCADORES (1937)

As casas são destinadas aos inscritos marítimos que estejam matriculados em barcos ou companhias de pesca como pescadores e aos inscritos marítimos que trabalhem nas praias e que tenham cédula de inscrição marítima como pescadores ou auxiliares de pesca.

O fim deste programa foi a representação profissional e exercício de funções ligados à pesca, a educação e instrução através do ensino elementar aos adultos e crianças, compreendendo o aperfeiçoamento da arte de pesca; e a previdência e assistência através da concessão de subsídios e pensões às famílias de pescadores, com o intuito de conservar e acarinhar os usos e tradições locais, ligados à formação dos sentimentos e virtudes da gente do mar.

Cinco anos depois da experiência do programa de casas económicas, o governo reconheceu que grande parte da classe trabalhadora ficou desprivilegiada do programa já que não

PROGRAMA DE CASAS  
DESMONTÁVEIS (1938)

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO



Fig.13



Fig.14

cumpriam os requisitos impostos: a todos os empregados, operários e outros assalariados era obrigatório estarem inscritos nos sindicatos. Desta forma, na tentativa de solucionar este problema, foi criado o programa de Casas Desmontáveis em 1938.

Este programa foi criado como uma solução mais módica e quase definitiva para acomodar a população mais carenciada que não tinha tido acesso ao programa das casas económicas, isto porque o tamanho, a qualidade e a renda destas casas foram muito inferiores face às rendas das casas económicas. A entrega das casas desmontáveis à população carenciada obedeceu a várias condições, sendo uma delas a autorização da Câmara Municipal de Lisboa, mediante licença passada pela mesma. O principal inconveniente deste programa estava no afastamento entre o local das habitações e o local de trabalho.

No entanto, o programa de casas desmontáveis não se revelou na solução desejada para os problemas na cidade de Lisboa, tendo até se revelado num fardo, já que “as infra-estruturas e os equipamentos construídos para o programa revelaram-se inúteis no futuro desenvolvimento da cidade, chegando até, em algumas situações, a comprometer alguns planos urbanísticos de Lisboa” (Gomes, 2013, p.137).

Desta forma, os problemas sociais originados e a desadequação das infra-estruturas, contribuíram para o descrédito do Programa de Casas Desmontáveis (Decreto-Lei nº 28912).

---

Fig.13. Bairro da Boavista, 1940

Fig.14. Bairro da Boavista Benfica, Lisboa

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O programa de Casas de Renda Económica surge no sentido de:

PROGRAMA DE CASAS DE RENDA ECONÓMICA (1945)

Cobrir o território, colmatando as grandes lacunas dos bairros de “Casas Económicas”, com uma tipologia mais “urbana” e com um regime de arrendamento menos exigente, virado, não para as populações operárias, mas sim para a classe média, cujo as carências habitacionais se consideravam como um dado novo da situação, e de cujo apoio o regime precisava. (Pereira, 1996, p.207)

Este programa previa a edificação de edifícios ou moradias até 4 pisos em regime de arrendamento, venda a pronto ou em prestações mensais, inserindo-se “no esforço de adaptação do então “Estado Novo” às condições decorrentes da derrota dos regimes fascistas na 2ª Guerra Mundial” (Pereira, 1996, p.205). Segundo a Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945, apenas os agregados familiares com rendimento inferior a seis vezes a respetiva renda é que podiam arrendar uma casa de renda económica, no entanto tal sistema foi posteriormente ajustado para se tornar mais flexível nas condições de acesso. A Lei nº 2007 afirmava que as Casas de Renda Económica deveriam ter:

O mínimo de três divisões para as habitações de 2ª classe e de cinco para as de 1ª classe, além de



Fig.15

---

Fig.15. Construção de Casas de Renda Económica do Bairro de Alvalade

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO



Fig.16

cozinha, despensa, casa de banho e retrete. Em casos especiais e em percentagem a determinar, aqueles mínimos poderão ser reduzidos respectivamente a duas e quatro divisões. (Lei nº2007 de 7 de Maio de 1945)

O decreto-lei 35611, de 25 de Abril de 1946, paralelamente à lei nº 2007, “conduz à permissão de Federação de Instituições da Previdência Social, para realização de obras sociais, nomeadamente a construção de “Casas Económicas” e de “Casas de Renda Económica” (Tavares, 2003, p.3).

Desta forma, surgiu o que viria ser o maior organismo semipúblico que promoveu habitação em Portugal, as Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência, durante 25 anos” (Gomes, 2013).

O peso económico-social da “Previdência” levou o Governo a instituir, em 1947, a “Federação das Caixas de Previdência – Habitações Económicas” para administrar os fundos financeiros, construindo “casas de renda económica”, em edifícios plurifamiliares em regime de arrendamento” (Croft, 2001, p.33).

O Decreto-lei nº42454, de 18 de Agosto de 1959, estabelece o plano para a construção na cidade de Lisboa de novas habitações com rendas acessíveis aos agregados familiares de mais fracos recursos.

---

Fig. 16. CRE I Olivais-Norte, Nuno Teotónio Pereira e Pinto de Freitas

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Os serviços das HE planeavam a viabilidade de novos conjuntos, determinando as verdadeiras necessidades em cada situação. A planificação era desenvolvida com base no estudo dos agregados familiares e nas particularidades dos locais a intervir, determinando-se o número de fogos necessários, os seus tipos (classes) e categorias (Tavares, 2003). Os conjuntos variavam entre o pequeno agrupamento rural e o grande conjunto urbano, procedendo-se em ambos os casos com “o mesmo grau de exigência em termos de apuramento técnico, não havendo por isso distinções em termos da qualidade do estudo dos projectos ou da própria execução das obras” (Tavares, 2003, p.87).

Depois dos problemas urbanísticos e sociais, anteriormente mencionados, e introduzidos pelo programa de casas desmontáveis, o Governo Português criou em 1945, através do Decreto de Lei 34486 de 6 de Abril, o programa de Casas para Alojamento de Famílias Pobres e aplicá-lo em todo o país.

O final da II Guerra Mundial, decorrida entre os anos de 1939 e 1945, provocou o encarecimento de materiais e matérias-primas, da energia e a mão-de-obra, factores que se refletiram no custo das habitações e no valor das rendas, piorando a situação da população carenciada.

Desta forma, o Decreto-Lei nº 34486 de 6 de Abril de 1945, autoriza o governo a promover, no prazo de cinco anos, por intermédio dos corpos administrativos das misericórdias, a construção de 5 000 casas destinadas ao alojamento de famílias pobres nos centros populacionais do continente e ilhas adjacentes. Assim, este programa surge destinando-se a

PROGRAMA DE CASAS PARA  
ALOJAMENTOS DE FAMÍLIAS  
POBRES (1945)



Fig.17

---

Fig.17. Conjunto de Casas para Famílias Pobres em Viana do Castelo/ Bairro de Santiago

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

agregados familiares que não conseguiam ter acesso ao programa de casas económicas, no entanto, à semelhança de outros programas anteriores, os baixos rendimentos das famílias não permitiam o acesso a este tipo de habitações.

### PROGRAMA DE RENDAS LIMITADAS (1947)

Em 1947, na sequência dos regimes anteriores e através do Decreto-Lei nº 36 212 de 07 de Abril, dá-se a promoção do programa “Casas de Renda Limitada”, que marca o início da participação da iniciativa privada nestes programas habitacionais (Tavares, 2003).

A introdução deste programa habitacional, segundo Gomes (2013, p.140), levou o governo salazarista, a procurar “disciplinar esta em moldes que, embora assegurando justa remuneração aos respectivos capitais, lhe permitam constituir eficazmente a resolução do problema da habitação”, visto não conseguir fiscalizar a construção privada e os consecutivos aumentos das rendas que se haviam verificado no decorrer desses últimos anos.

O Decreto de Lei nº 38 212, de 7 de Abril de 1947, refere que o objectivo, se pode sintetizar à “fixação do rendimento futuro, para limitar o capital a empatar, quer na construção propriamente dita, quer nos investimentos em propriedade urbana”.

A Lei nº2030, de 22 de Junho de 1948, refere a possibilidade de se constituírem sociedades anónimas para construção de casas de renda limitada, nos mesmo termos que tinha sido já permitida a sua constituição para construção de casas de renda económica. O Governo pode auxiliar a construção das casas, prestando assistência técnica ou fornecimento de materiais a

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

preços previamente fixados, afirmando que as mesmas facilidades serão dadas às sociedades cooperativas existentes ou que venham a constituir-se para construção de casas destinadas aos sócios.

Em 1958, é publicada a Lei nº 2092, a 09 de Abril do mesmo ano, com o programa de Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo. “A particularidade da lei, é a concessão de empréstimos, dentro dos mesmos pressupostos, a empresas contribuintes e Casas do Povo, que tenham em sua posse terrenos viáveis para construção” (Tavares, 2003, p.10).

Esta lei revela um novo momento no âmbito das políticas habitacionais implementadas pelo Estado Novo para a resolução do problema da habitação, já que o Estado “passa a permitir, mediante fiscalização e acompanhamento das obras por esta mesma Federação, o empréstimo de capitais a Casas dos Povo, individuais e empresas contribuintes da Previdência, para a construção de habitação própria” (Gomes, 2013, p.140). Com o acumular dos capitais de previdência torna-se:

Possível a concessão de empréstimos para a construção de habitação própria a beneficiários da Previdência, alargando-se assim o âmbito da intervenção pública, agora no sentido de incentivar a iniciativa individual para acesso à propriedade, através de uma forma aberta e flexível, que

CASAS CONSTRUÍDAS OU ADQUIRIDAS ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMO (1958)

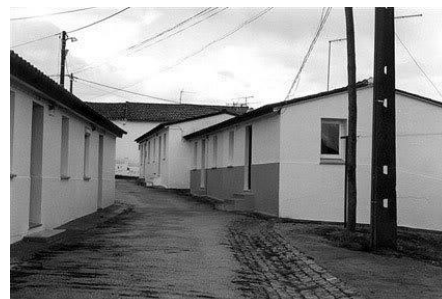


Fig.18

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

desse novo vigor a princípios ideológicos tão caros ao regime. (Pereira, 1996, p.208-209)

### PLANO INTERCALAR DE FOMENTO (1965-1967)

A década de 60, ficou marcada por factores como as grandes carências populacionais, a diminuição do desenvolvimento industrial e a forte procura de habitação, tornando-se estes pontos fundamentais no exercício de pressão sobre o Regime em vigor, no sentido de desenvolver uma política mais produtiva. Desta forma, pela primeira vez, o Estado, inclui a habitação do Fundo Intercalar de Fomento.

Com o Plano pretendia-se realizar empreendimentos prioritários de interesse social, coordenar a iniciativa privada no sentido de realmente satisfazer as carências habitacionais dos indivíduos de menores recursos e proporcionar alojamentos a todos os agregados familiares carenciados do país, integrados em conjuntos urbanísticos racionais e dotados dos necessários equipamentos colectivos (Gomes, 2013).

Segundo a Lei nº 2123, o Plano Intercalar de Fomento, fez uma revisão crítica das políticas habitacionais anteriores, denunciando os resultados da iniciativa privada, apontando três problemas essenciais: “exploração dos valores dos terrenos, construção de habitações luxuosas que esbanjavam os recursos criados para habitações de rendas moderadas, carência de equipamentos colectivos e raros progressos no que respeitava à indústria de construção, normalização de processos e materiais. (Gomes, 2013, p.142).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Após a recomendação do Plano Intercalar de Fomento, em 1969 é criado o Fundo do Fomento de Habitação, no qual se juntaram todos os sectores do Estado referentes à habitação num só organismo, de modo a fortalecer o sector da habitação, centralizando os meios humanos e reduzindo os gastos (Decreto-Lei nº 49033 de 28 de Maio de 1969).

FUNDO DE FOMENTO DE  
HABITAÇÃO (1969)

Segundo Gomes (2013, p.142) “esta concentração dos sectores da habitação já tinha sido defendida no Primeiro Congresso Nacional de Arquitectura quando se discutia o “Problema Português da Habitação”. O FFH visa contribuir para a resolução do problema habitacional especialmente das classes não beneficiárias dos planos das caixas de previdência ou de quaisquer outras instituições semelhantes.”

No seguimento do Fundo de Fomento de Habitação, surge esta medida política habitacional, que abrangeu dois programas: “os Planos Integrados e as Realizações Diversas. Os Planos Integrados de Almada, Setúbal e Zambujal inseriam-se nos programas de promoção directa do FFH e destinavam-se a intervenções urbanísticas, onde se projectasse a edificação de, pelo menos, 1 000 fogos localizados em áreas fortemente polarizadas” (Lima, 2011, p.30).

PLANOS INTEGRADOS (1970)

Por sua vez, segundo o mesmo autor, as Realizações Diversas, “foram empreendimentos de pequena e média dimensão, dispersos por todo o país. Nesta situação, a aquisição dos terrenos competia aos Municípios, que também se encarregavam da realização das infra-estruturas”. Os projectos, os concursos e a fiscalização eram realizados pelo FFH, ou então sob a sua coordenação (Decreto-Lei n.º49033).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

### 3.2.2.3 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO PÓS 1974 SERVIÇO DE APOIO AMBULATÓRIO LOCAL (SAAL, 1974)



Fig.19

No período, subsequente à revolução do 25 de Abril de 1974, na tentativa de responder às transformações do tecido urbano, sofridas desde a época de sessenta, “consequência da Guerra Colonial, dos movimentos migratórios em direcção às cidades, da progressiva transformação do tecido produtivo pela industrialização de um país rural e que tinham gerado o primeiro ciclo dos bairros de barracas nos arredores de Lisboa e Porto” (Lima, 2011, p.34), foi lançado um decreto governamental que criou o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL).

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) surgiu no período revolucionário do 25 de Abril e tinha como principais objectivos prover bairros degradados ou de barracas com infra-estruturas básicas - arruamentos, saneamento, abastecimento de água e electricidade - e possibilitar aos habitantes o acesso ao crédito bonificado, a materiais de construção, a soluções de projeto e apoio técnico para a autoconstrução ou melhoramento das suas habitações. O SAAL foi o início de um ponto de viragem no pensamento da habitação, dando origem posteriormente às cooperativas de habitação económica (Gomes, 2013).

As associações e comissões de moradores SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), transformaram-se posteriormente à extinção do SAAL em cooperativas de habitação económica (Matos, 1995).

### PROGRAMA DE EMPRÉSTIMOS ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS (1975)

O Decreto-Lei n.º 658/74, refere a criação do Programa de Empréstimos às Câmaras Municipais, que tinha o objectivo de reduzir a retração do sector da construção, diminuindo as repercussões sobre o emprego e a produção de habitação,

---

Fig.19. SAAL - Bouça, Porto – Arquitecto Álvaro Siza

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

obtendo resultados positivos impulsionados pelo número de fogos iniciados em cada ano, pela sua execução dentro dos prazos propostos e pelos baixos custos da construção (Lima, 2011).

O Decreto-Lei nº. 704/76, menciona que em 1975, surgiu uma proposta do FFH para o desenvolvimento de um programa de investimento em reparação, conservação e beneficiação de casas, baseado na resolução de problemas a nível urbano e habitacionais existentes de Norte a Sul de Portugal – reparação, conservação e beneficiação de habitações, realização de pequenas obras de infra-estruturas, conservação de bairros municipais, entre outros (Lima, 2011).

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS DEGRADADOS (PRID, 1976)

Em 1976, surgiu a Comissão para Alojamento de Refugiados (CAR), esta tinha o objectivo de encontrar soluções de habitação para os retornados das ex-colónias, provisoriamente alojados em habitações provisórias.

PROGRAMA DE CASAS PRÉ-FABRICADAS (1976)

O programa de casas pré-fabricadas tem como objectivo resolver os problemas habitacionais dos indivíduos carenciados, pretendia estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial do sector habitacional, uma vez que a oferta e a capacidade produtiva estavam muito aquém das necessidades do país e das potencialidades demonstradas além-fronteiras, por este tipo de construção (Lima. 2011).

A par do reconhecimento do direito à livre constituição de cooperativas, consagrado no artigo 61.º, a Constituição da

COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO ECONÓMICA

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

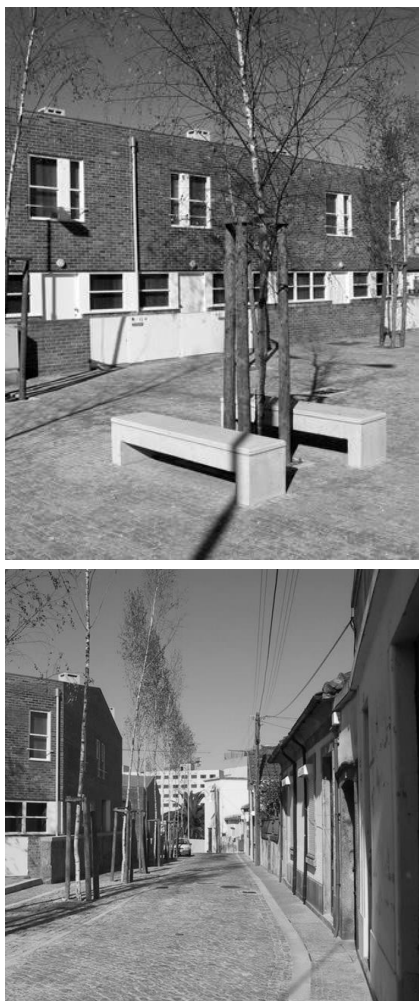


Fig.20

República, no seu artigo 65.º, comete ao Estado o fomento da criação de cooperativas de habitação.

As primeiras cooperativas de habitação despontam em meados do século XIX, em Lisboa, associadas a movimentos sociais reivindicativos por melhores condições habitacionais (Matos, 1995).

A II Guerra Mundial, implica ao país algumas transformações, nomeadamente a expansão da indústria e a intensificação do crescimento populacional dando origem ao surgimento de um número significativo de Cooperativas. Os seus princípios base eram o melhoramento das condições de habitação, promovendo a habitação de baixos custos (Matos, 1995).

Em 1982 a extinção do FFH, substituído em 1984 pelo INH (Instituto Nacional de habitação), leva ao fim da primeira fase do cooperativismo habitacional, sobrevivendo apenas algumas cooperativas as que conseguem ultrapassar as várias crises que atingiam o sector (FENHACHE, 1992).

O Decreto-lei 218/82, de 2 de Junho, estabelece a legislação exigida pelo Código Cooperativo para o ramo da habitação, referindo que são cooperativas de construção e habitação as que tenham por objecto principal a construção ou a sua promoção e a aquisição de fogos para habitação dos seus membros, bem como a sua reparação ou remodelação.

O movimento cooperativo habitacional foi muito forte, sobretudo no Norte no pós-25 de Abril tendo-se

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

organizado mais de 200 cooperativas de habitação, que depois de ultrapassarem dificuldades significativas, desenvolveram, ainda na década de 70, conjuntos residenciais com reconhecidos níveis de qualidade ao nível não só das habitações, mas também de espaços exteriores e equipamentos sociais, muitos dos quais até aí inexistentes em habitação com controlo de custos.

(Secretaria do Estado da Habitação, 2000)

Se no início do movimento a preocupação dominante era conseguir casas para os seus associados a preços acessíveis, hoje em dia as cooperativas começam a preocupar-se mais com os aspectos qualitativos dos empreendimentos, ou seja, construir com qualidade, o que levou ao aparecimento de urbanizações onde se conseguiu um equilíbrio notável em termos arquitectónicos e funcionais, com projetos que integram várias componentes, a de habitação, comércio, equipamentos sociais e desportivos, englobando também uma preocupação urbanística (Gomes, 2013)

Todavia, as cooperativas prosseguem ainda com algum dinamismo, principalmente no que diz respeito à gestão dos empreendimentos e equipamentos a eles associados, marcado por um forte associativismo, especialmente no campo desportivo.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

REGIME ESPECIAL DE  
COMPARTICIPAÇÃO NA  
RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS  
ARRENDADOS (RECRIA,1988)

Em finais da década de 80, foram criados programas de apoio à recuperação urbana e em 1988 foi criado o RECRIA, segundo o Decreto-Lei nº. 4/88, o programa que se destinou à reabilitação de habitações arrendadas, procurando-se contribuir para a melhoria das edificações urbanas e para a actualização das rendas de casa.

PLANO ESPECIAL DE  
REALOJAMENTO (PER,1993)

Em 1993 surge o PER – Plano Especial de Realojamento, através do Decreto-Lei 163/93, de 7 de Maio, direccionado para as Áreas Metropolitanas de Porto de Lisboa, com o objectivo de proporcionar aos municípios abrangidos um meio que lhes permitisse eliminar os bairros de barracas e realojar os moradores para habitações de custos controlados em regime de arrendamento social. Este plano permitiu que entre 1994 e 2005 fossem construídos mais de 31 mil fogos, números que diminuíram drasticamente após a crise na construção pública e na habitação social (Guerra et. al, 2008).

Nesta altura, apesar de se ter evoluído muito no sector habitacional, existiam ainda alguns pontos a melhorar no processo do realojamento, como a presença duma equipa de projecto completa, especializada e multidisciplinar, que deveria ser articulada com a gestão local dos bairros; as condições específicas de realojamento, quer para a população que tem exigências específicas ligadas ao modo de vida e ao habitar (por exemplo, grupos de etnia cigana), quer para a população que não se integra com facilidade na nova habitação e que implica outras condições em termos de gestão e de segurança; e, por fim, a demolição de barracas após o realojamento dos respectivos moradores e consequente vigilância contra novas instalações de barracas (Lima, 2011).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

*Outros programas com menor impacto foram criados entre o final da década de 90 do século XX, e a primeira década do século XXI, nomeadamente:* Programa de Construção de Habitações Económicas (1993); Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) (1993); Programa Iniciativa Comunitária Urban (1994); Programa da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) (1996); Programa Intervenção Operacional / Renovação Urbana (IORU) (1996); Projecto Operação Arco-íris – (1996); Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH) (1996); Programa de Reabilitação Urbana (PRU) (1996); Programa Integrado de Qualificação das Áreas Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa (PROQUAL) (2001); Programa de Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (2005); Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) (2006); Programa Porta 65 jovem (2007); Plano Estratégico da Habitação (2007); Programa Local da Habitação (2008 a 2013).

O REHABITA - Regime de Apoio à Participação Habitacional em Áreas Antigas, e prevê uma operação municipal de reabilitação urbana, unicamente aplicável aos núcleos urbanos históricos assinalados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, atendendo à questão do planeamento e da responsabilidade pública (Guerra et al., 2008).

REGIME DE APOIO À  
COMPARTIMENTAÇÃO  
HABITACIONAL EM ÁREAS  
ANTIGAS (REHABITA,1996)

Em 2004 foi definido o PROHABITA, tendo este decreto o objectivo de incorporar uma revisão crítica dos programas de realojamento anteriores, apostando na reabilitação e

PROHABITA (2004)

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

disponibilizando uma grande diversidade de opções de alojamento para agregados familiares carenciados.

Em 2007 o programa sofre um alargamento dos seus objectivos, passando a responder a situações de grave carência habitacional de agregados familiares carenciados; e a requalificação de bairros degradados ou desprovidos de equipamentos existentes (Guerra, et al., 2008).

Por fim, o 2º Relatório das Políticas de Habitação dos Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008-2013, expõe uma série de recomendações técnicas de habitação social a serem revistas.

Actualmente, não só se continua a construir novas habitações, como também se reabilita, património recente e histórico. Desta forma a reabilitação “deve ser acompanhada de parâmetros de elegibilidade nos diferentes graus de intervenção e condicionada e definida pelo valor patrimonial e enquadramento urbano, mas sobretudo, pelos níveis de habitabilidade a atingir” (Guerra, et al., 2008, p.149).

A mesma autora indica que a procura de casa tornou-se ainda mais variada, pelo que para dar respostas com garantias qualitativas é necessário um estudo de soluções para as diferentes ocupações específicas decorrentes da heterogeneidade do actual contexto social. Importa por isso propor casas adaptáveis a diferentes funções e agregados familiares, possíveis de se adaptarem à sua evolução.

Devem ser considerados novos materiais emergentes no mercado e a corrente evolução tecnológica, associada à evolução social e às exigências sobre os espaço e a forma de

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

habitar, que facilitem a variação tipológica e a fácil instalação e remoção de redes e tecnologias sem recurso a grandes obras.

A habitação social está sujeita ao surgimento de nova regulamentação normativa, pelo que devem atentar às alterações ao Regulamento Geral de Edificações Urbanas e ainda à integração de técnicas bioclimáticas de acondicionamento passivo da habitação, ao nível solar, ventilação e águas pluviais e ainda rever as dimensões de compartimentos.

A exigência ao nível dos materiais, elementos e componentes da construção, requer a utilização de materiais duradouros, de baixa manutenção, reciclados e recicláveis, dando garantias de conforto térmico, qualidade do ar interior, reprovando o uso de químicos agressivos e matérias nocivas (Guerra, et al., 2008).

A autora refere que as soluções e o dimensionamento da HCC são definidos, não só pelas actividades relacionadas com o modo de vida dos agregados familiares e da sua evolução, mas por um número grande de diferentes modos de vida de diversos grupos que ocupam um mesmo território doméstico. O paradigma posiciona-se nas questões da flexibilidade e adaptabilidade do espaço habitável.

Identificam-se quatro momentos-chave que marcam as políticas de habitação em Portugal. Destaca-se o período da Primeira República, na qual foi elaborado o decreto 4137 de 1918, referente às casas económicas. Este é um momento de consciencialização relativamente ao problema habitacional e também um momento de ruptura com o pensamento da casa unifamiliar. Desta forma, dá-se o surgimento de algumas

REFLEXÕES DEDUTIVAS

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

construções em bloco multifamiliar, principalmente próximas do centro das cidades. Contudo, sempre prevaleceu a construção unifamiliar e a continuação das ilhas nos núcleos urbanos mais desenvolvidos, modelos mais comuns até então.

Com a chegada do Estado Novo, a partir de 1926, o modelo da casa unifamiliar isolada ganha ainda mais destaque, uma vez que esta era valorizada e construída como forma de contenção social. Porém uma série de planos urbanísticos a partir da década de 40, permitiram o desenvolvimento de alguns projectos, segundo o modelo da cidade-jardim, onde a habitação multifamiliar e o espaço público ganhavam algum relevo a nível urbano.

Na segunda metade do século XX, as construções multifamiliares ganham mais destaque, fruto também do desenvolvimento tecnológico que se fazia sentir na época. Este modelo permitia dar destaque à qualificação do espaço público próximo destes conjuntos habitacionais.

O período de 1974, pós-revolução, é um momento de grande apoio ao financiamento de habitação de custos controlados, prevalecendo a construção de conjuntos urbanos de grande qualidade ao nível dos espaços exteriores e dos equipamentos sociais.

O último período de destaque é o da década de 80, após o ingresso de Portugal na CEE, que permitiu ao Estado receber vários apoios para responder ao problema da habitação, resultando numa série de investimentos nesta área e na melhoria significativa da qualidade habitacional.

Este momento, originou um aumento no número de complexos construídos, passando-se a dar total preferência à habitação

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

multifamiliar, quando próxima de centros urbanos. Nos centros ruralizados, as opções recaem maioritariamente no modelo de habitação unifamiliar com logradouro, sem desenho qualificado do espaço público.

**PARTE IV**  
CONJUNTOS DE  
HABITAÇÃO SOCIAL  
E ECONÓMICA EM  
VIANA DO CASTELO



# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

## 4.1 ENQUADRAMENTO VIANA DO CASTELO

### 4.1.1 LOCALIZAÇÃO E TERRITÓRIO

O concelho de Viana do Castelo localiza-se no Norte de Portugal, insere-se na província do Minho e no distrito de Viana do Castelo, estando limitado a norte pelo concelho de Caminha, a leste por Ponte de Lima, a sul por Barcelos e a oeste pelo Oceano Atlântico. O concelho dista aproximadamente 55km de Braga, 76km do Porto, 390km de Lisboa e 95km de Vigo.

O concelho de Viana do Castelo possui uma área de 318,6km<sup>2</sup> (INE,2012), o que corresponde a cerca de 14% do território do distrito. Está subdividido em 27 freguesias e uniões de freguesias: a cidade é constituída pela União de Freguesias de Santa Maria Maior, Monserrate e Meadela, e os seus subúrbios estendem-se até às freguesias de Areosa e Darque, as restantes freguesias são Afife, Alvarães, Amonde, União de Freguesias de Barroselas e Carvoeiro, União de Freguesias de Cardielos e Serreleis, Carreço, Castelo De Neiva, Chafé, Freixieiro de Soutelo, União de Freguesias de Geraz do Lima e Deão, Lanheses, União de Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, Montaria, Mujães, União de Freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda, Outeiro, Perre, Santa Marta Portuzelo, São Romão de Neiva, União de Freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã, União de Freguesias de Torre e Vila Mou, Vila Franca, Vila Nova de Anha, Vila de Punhe.

A actual Viana do Castelo foi elevada a cidade a 20 de Janeiro de 1848, data até à qual se chamava simplesmente “Viana” (também referida como Viana da Foz do Lima e Viana do Minho, para diferencia-la de Viana do Alentejo, e é “uma das cidades de maior renome no país pela sua beleza, riqueza monumental, belíssimos panoramas, riqueza gastronómica, festas e romarias,



Fig.21

Fig.21. Localização do concelho de Viana do Castelo e freguesias pertencentes

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

festas e romarias, funcionando como pólo da região Minho-Lima” (Soares & Ferreira, 2000, p.6313).

O clima do concelho de Viana do Castelo, é resultado da sua posição geográfica e proximidade com o Oceano Atlântico e da disposição dos principais relevos. Em Viana do Castelo existem três tipologias de paisagem distintas: a costeira, a ribeirinha e a montanhosa, destacando-se os terrenos férteis, a abundância de vegetação e a linha de costa de aproximadamente 24km. A excentricidade da região permite “relações mais fáceis com as povoações ribeirinhas do Vale do Lima e uma forte ligação provocada para Sul, com o Porto, através do traçado de vias que aproveitam a permeabilidade da faixa litoral” (Ferreira, 1995, p.40). Esta zona, define-se pela influência da “parte mais aberta da bacia do Lima e às cotas favoráveis para Sul e é limitada, para Norte, pelo aproximar dos relevos de Serra de Arga que estrangulam, contra o mar, as possibilidades de comunicação e expansão” (Ferreira, 1995, p.40).

CLIMA

As temperaturas médias anuais oscilam entre os 9.8°C e os 20,8°C. Os verões são do tipo moderado, cuja temperatura média máxima varia entre os 24 e 39,5°C, mas registam-se temperaturas superiores a 35°C durante os meses mais quentes do ano. Os invernos são do tipo moderado, cuja temperatura média mínima varia entre os 4.9°C e 15.3°C, mas registam-se temperaturas inferiores a 0°C durante os meses mais frios do ano. A pluviosidade média anual atinge valores de 1139,5mm. Os períodos de insolação têm uma longa duração, sendo uma média de 2400 horas por ano, ou seja cerca de 7 horas diárias, diminuindo este valor com a aproximação das zonas interiores e de maior altitude, pela existência de maior nebulosidade. A

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

humidade do ar é elevada pela proximidade com o oceano, com valores médios entre 70 e 80%. Em relação aos ventos, são de influencia marítima, pelo oceano Atlântico, faz com que predominem os do quadrante Norte e Noroeste nos meses de Março a Outubro, seguindo-se os de quadrante Sudoeste, nos restantes meses.

Segundo a classificação de Thornthwaite, o clima do Distrito de Viana do Castelo varia essencialmente entre o tipo A (super húmido) e o tipo B (muito húmido), sendo classificado de clima atlântico pela classificação de Koppen, integrando a Província Atlântica do Norte (Ribeiro, Lautensach & Daveau, 1988), Geografia de Portugal, Volume II). Tem condições de salubridade, exceto nas encostas mal insoladas voltadas a Norte e em pequenas áreas de terrenos baixos. O concelho tem verões quentes e secos e invernos frios e húmidos.

### RELEVO E RIOS

Existem morfologicamente três unidades de relevo: o vale do rio Lima, que atravessa o concelho diagonalmente, em direcção NE-SW; as serras litorais, localizadas principalmente a norte do rio Lima e; a plataforma litoral, com direcção N-S e limita o concelho no seu lado oeste em contacto com o Atlântico.

O vale do rio Lima, deixa ao longo do seu percurso a presença de vales laterais alargados, na confluência com os seus afluentes. Trata-se de um vale aberto, próximo do perfil de equilíbrio e inclinação muito reduzida, com um vale de inundação muito amplo; as serras litorais, são de altitude média, destacando a Serra d'Arga, a NE do concelho com 824 m, a Serra de Santa Luzia com 549 m de altitude e a Serra de Paradela com 487m, a sul do rio Lima. Trata-se em todos os casos de relevos em granito, separados por bandas de xistos,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

com declives pronunciados nas encostas, coroadas por superfícies antigas aplanadas; a plataforma litoral, trata-se duma plataforma de abrasão marinha, que se desenvolve a nível do mar, tem aproximadamente 100 m de largura, duplicando esta medida na zona sul da foz do Lima.

O concelho é atravessado por 3 rios, Âncora, Lima e Neiva, para os quais correm diversos ribeiros que formam uma extensa zona de contínuas bacias hidrográficas, das quais se destacam as ribeiras de Amonde, do Pego, de Cabanas, de Fornelos, de Portuzelo, de Santa Martinha, do Seixo, de Rio Tinto, da Silvareira, de São Simão, de Subportela, de Deão, de Anha e a dos Reis Magos.

A zona costeira apresenta, a norte, características rochosas e com pequenas praias encaixadas entre promontórios e afloramentos rochosos e a sul regista a presença de um cordão dunar, de largas e contínuas faixas de areal, (dunas embrionárias e frontal com larguras variáveis de 50m a 300m) sustentadas por pequenos tómbolos naturais, e muitas praias. Este complexo ambiente costeiro é ainda formado pelos estuários dos rios Minho, Lima e Neiva. “Neles se alia a Arte à Natureza. Cada um conserva as suas características próprias e exclusiva fisionomia” (Crespo, 1960, p.47). Aliado aos diversos aspectos culturais e pontos de vista que apresentam, “conjugando o maravilhoso com o panorâmico, produzem um efeito imediato e contundente. São fundamentalmente abertos e diáfanos” (Crespo, 1960, p.48).

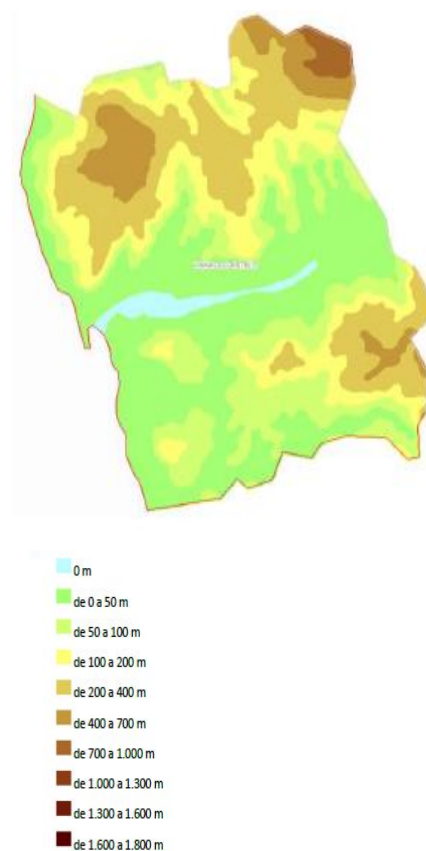


Fig.22



Fig.23

Fig.22. Carta hipsométrica de Viana do Castelo

Fig.23. Carta Hidrográfica de Viana do Castelo

# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

## INFRA-ESTRUTURAS FERROVIÁRIAS

Viana do Castelo beneficia da existência de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias. Ao nível ferroviário, Viana do Castelo beneficia da passagem da Linha do Minho, que faz a ligação entre Ermesinde e Valença, conectando esta internacionalmente com Tuy até Vigo e com os ramais das linhas de Braga, Guimarães, Douro e Leixões.

Fig.24. Linha do Minho



## INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS

Relativamente às infraestruturas portuárias, destaca-se o Porto de Viana do Castelo, que integra o Porto Comercial, Porto de Recreio, Porto de Pesca e Porto Industrial.

Fig.25. Planta de Localização do Porto de Viana do Castelo



## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Relativamente à rede viária que liga o concelho ao resto do país, destacam-se a A28, que faz a ligação entre o Porto e Lanhelas, atravessando o concelho e a A27, que faz a ligação entre Viana do Castelo e Ponte de Lima. O Concelho de Viana do Castelo é marcado por uma configuração viária que ocupa os fundos dos vales e a costa atlântica.

INFRA-ESTRUTURAS  
RODOVIÁRIO

No ano 2000, o Plano Rodoviário Nacional, definiu a existência de duas vias estruturantes ou Itinerários Principais, no concelho. No eixo Norte/Sul, a A28, estabelece a ligação entre o Porto e Caminha ao longo da costa litoral, e à rede de nível inferior na freguesia de Freixeiro de Soutelo, Outeiro, Meadela, Darque e Neiva.

A A27, situa-se no eixo Poente/Nascente e liga Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, e é a via estruturante que estabelece a ligação à rede de nível inferior na freguesia de Nogueira e Lanheses (Passos, 2016).

As vias estruturantes, A28 e A27, têm como principal tarefa, servirem de ligação rápida e directa as diferentes regiões.

Em relação aos Itinerários Complementares, existem os troços junto à A28, na freguesia da Meadela, que estabelecem a ligação entre a mesma via estruturante e as Estradas Regionais ou as vias envolventes da cidade. Quanto às Estradas Regionais, destacam-se a EN13, EN202, EN305, EN203 e EN308, a saber:

A EN13 estabelece ligação em todas as freguesias do litoral, desde Afife até Anha. Com a implementação da via estruturante A28, que passou a ser a principal via de ligação entre concelhos, a ER13 aumentou o seu carácter de distribuição do tráfego local.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

A EN202 alinha-se paralelamente à margem Norte do Rio Lima e serve de ligação intra-concelhia entre Viana do Castelo e Ponte de Lima Poente. Atravessa todas as freguesias, deste Monserrate até Lanheses, com a presença de ligações curtas e directas para as vias estruturantes A27 e A28.

A EN203 alinha-se paralelamente à margem Sul do Rio Lima e serve de ligação intra-concelhia entre Viana do Castelo e Ponte de Lima Poente. Atravessa todas as freguesias, deste Darque até Moreira de Geraz do Lima, com a presença de apenas uma ligação com a via estruturante A28 na freguesia de Mazarefes.

A EN308 é uma via de acesso radial à cidade que, por sua vez, faz ligação intra-concelhia entre Viana do Castelo e Ponte de Lima Sul. Liga a freguesia de Darque a Carvoeiro e, à semelhança da ER203, apenas faz ligação à A28 através do nó de Darque.

A rede ferroviária do Concelho de Viana do Castelo é classificada como rede complementar, na Linha do Minho a Sul da estação de Viana do Castelo, e como rede secundária com uma via única a Norte da mesma estação. A rede atravessa verticalmente o concelho a Norte do Rio Lima e declina para o interior a Sul do mesmo. Possui estações em Afife, Carreço, Areosa, Viana do Castelo, Darque, Alvarães, Vila do Punhe, Barroselas e Carvoeiro, destacando-se a estação de Darque que acumula a função de Terminal de Mercadorias (Passos, 2016).

### PATRIMÓNIO EDIFICADO

Viana do Castelo dota de um vasto património histórico e arqueológico datado desde o período da pré-história. Enumeram-se a Citânia de Santa Luzia; a Igreja de Santa Cruz (São Domingos); a Igreja de São Cláudio; a Misericórdia de

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Viana do Castelo; os Paços Municipais de Viana do Castelo; o Palácio dos Viscondes de Carreira ou dos Távoras ou Câmara Municipal de VC; a Casa de João Velho ou dos Arcos; a Casa de Miguel de Vasconcelos ou Casa dos Medalhões e o Chafariz da Praça da Rainha são esplendorosos exemplares do espólio vianense estando classificados, pelo IGESPAR, como Monumentos Nacionais. Destacam-se ainda as pinturas rupestres de Montedor, os moinhos de vento, as fachadas manuelinas, a Torre de Nossa Senhora das Neves; o Fortim da Areosa; o Fortim de Montedor ou Forte Paçô; o Forte ou Castelo de Santiago da Barra; o Castelo de Portuzelo; o Convento de São João de Cabanas; a Igreja Matriz de Viana do Castelo; a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, classificados pelo IGESPAR, como imóveis de Interesse Público.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

### EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Dos equipamentos e serviços existentes, destacam-se os seguintes:

Tab.3. Equipamentos e serviços existentes no concelho de Viana do Castelo

<b>Categoria</b>	<b>Designação</b>	<b>nº</b>	<b>Freguesia (s)</b>	
<b>Justiça</b>	Tribunal Judicial	1	Viana do Castelo	
	Tribunal do Trabalho	1	Viana do Castelo	
<b>Serviços</b>	Serviço Tributário	1	Viana do Castelo	
	Conservatória do Registo Civil	1	Viana do Castelo	
	Correios	6	Barroselas, Darque, Lanheses, Viana do Castelo e V. N. de Anha	
<b>Cultura</b>	Arquivo Municipal	1	Viana do Castelo	
	Biblioteca Municipal	1	Viana do Castelo	
	Coliseu	1	Viana do Castelo	
	Núcleos Museológicos	14	Carreço, Castelo do Neiva, Lanheses, Meadela, Outeiro, São Lourenço da Montaria, Sta. Leocádia de Geraz do Lima, Santa Maria de Geraz do Lima e Viana do Castelo	
	Museus	2	Viana do Castelo	
	Teatro	1	Viana do Castelo	
	Navio-Hospital Gil Eannes	1	Viana do Castelo	
	Centro de Interpretação Ambiental	1	Viana do Castelo	
	<b>Saúde</b>	Hospital Público	1	Viana do Castelo
		Hospital Privado	1	Viana do Castelo
Centros de Saúde		3	Barroselas, Darque e Viana do Castelo	
Extensões de Saúde		13	Afife, Alvarães, Carreço, Castelo do Neiva, Darque, Geraz do Lima, Lanheses, Meadela, Viana do Castelo, Vila Franca e V. N. de Anha	
Unidade Local de Saúde		1	Viana do Castelo	
Unidade de Saúde Familiar		2	Darque e Viana do Castelo	
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados		1	Viana do Castelo	
<b>Escolas</b>	Jardins de Infância	22	Alvarães, Anha, Areosa, Barroselas, Carreço, Castelo do Neiva, Darque, Meadela, Meixedo, Castelo do Neiva, Serreleis, Sta. Marta de Portuzelo, Torre, Viana do Castelo, Vila de Punhe e Vila Fria.	
	Escolas Básicas	45	Afife, Alvarães, Anha, Areosa, Barroselas, Cardielos, Carreço, Carvoeiro, Castelo do Neiva, Chafé, Darque, Deão, Deocriste, Geral do Lima, Lanheses, Mazarefes, Meadela, Moreira de Geral do Lima, Mujães, Neiva, Nogueira, Outeiro, Perre, Portela Susã, Sta. Marta de Portuzelo, Subportela, Torre e Viana do Castelo	
	Escolas Básicas e Secundárias	4	Anha, Barroselas, Lanheses e Sta. Marta de Portuzelo	
	Escolas Secundárias	2	Viana do Castelo	
	Escolas Profissionais	2	Viana do Castelo	
	Escolas Particulares	9	Afife, Areosa, Chafé, Perre e Viana do Castelo	
	Escolas Particulares e Corporativas	5	Areosa, Meadela e Viana do Castelo	
	Instituto Politécnico (Escolas Superiores e Sede)	4	Viana do Castelo	

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

<b>Categoria</b>	<b>Designação</b>	<b>nº</b>	<b>Freguesia (s)</b>	
<b>Desporto</b>	Estádios de Futebol	2	Barroselas e Viana do Castelo	
	Centros Desportivos	3	Darque e Viana do Castelo	
	Centro Hípico	1	Viana do Castelo	
	Piscinas Municipais	3	Barroselas e Viana do Castelo	
	Recintos Polidesportivos	6	Afife, Meadela, Sta. Marta de Portuzelo, Viana do Castelo e Vila Nova de Anha	
	Pista de Atletismo	1	Meadela	
	Kartódromos	2	Chafé e Darque	
	<b>Ação Social</b>	Segurança Social	2	Viana do Castelo
		Instituições Particulares de Solidariedade Social	52	Afife, Alvarães, Areosa, Barroselas, Cardielos, Carreço, Castelo do Neiva, Chafé, Darque, Deão, Geral do Lima, Lanheses, Mazarefes, Meadela, Castelo do Neiva, Perre, Sta. Marta de Portuzelo, Subportela, Viana do Castelo, Vila de Punhe, Vila Franca e Vila Nova de Anha
<b>Transportes</b>	Praças de Táxis	4	Viana do Castelo	
	Interface de Transportes Urbanos e Interurbanos	1	Viana do Castelo	
	Estações de Caminho-de-Ferro	3	Barroselas, Darque e Viana do Castelo	
	Apeadeiros de Caminho-de-Ferro	6	Afife, Alvarães, Areosa, Barroselas, Carreço e Darque	
	Terminais de Barco	2	Viana do Castelo	
	Pontos de Carregamento Elétrico de Rede MOBI.E	10	Barroselas, Darque, Deocriste, Lanheses, Castelo de Neiva e Viana do Castelo	
	<b>Turismo</b>	Turismo Porto e Norte	1	Viana do Castelo
Postos de Turismo		2	Viana do Castelo	
<b>Atividades Económicas</b>	Parque e Zonas Empresariais	4	Meadela, Lanheses, Castelo de Neiva e Viana do Castelo	
	Associação Empresarial	2	Viana do Castelo	
	Associação Industrial	1	Viana do Castelo	
	Cooperativas	5	Geraz do Lima Castelo de Neiva e Viana do Castelo	
<b>Segurança</b>	Polícia de Segurança Pública	1	Viana do Castelo	
	Guarda Nacional Republicana	4	Barroselas, Lanheses e Viana do Castelo	
<b>Proteção Civil</b>	Bombeiros Municipais	1	Viana do Castelo	
	Bombeiros Voluntários	1	Viana do Castelo	
	Comissão Municipal de Proteção Civil	1	Viana do Castelo	

Tab.3 (cont.). Equipamentos e serviços existentes no concelho de Viana do Castelo

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

DEMOGRAFIA A revolução industrial teve um forte impacto nas cidades europeias pelas grandes transformações que impôs, muitas delas causadas pela grande evolução demográfica, originada pelas movimentações da população do meio rural para o meio urbano e pela conseqüente procura de habitação que servisse estas pessoas. No caso português, a revolução industrial e a conseqüente progressão demográfica aconteceu tardiamente em relação às principais cidades europeias, fazendo-se notar com maior enfoque no Porto e Lisboa, sentindo-se um grande dinamismo metropolitano nas décadas de 60 e 70. Nestes vinte anos houve uma reorganização da população no interior destas unidades espaciais observando-se uma tendência de declínio demográfico das duas cidades centrais e o desenvolvimento do processo de suburbanização de outros territórios (Gomes, 2013).

São estas cidades portuárias, bem enlaçadas sempre no quadro natural, que, sem quebrarem o localismo de uma terra de rurais, anunciam, pela intensa vida do mar, não só a pesca e a navegação de cabotagem, mas as relações distantes com outros continentes, outras gentes, outros produtos, a eles ligadas e deles separadas por um grande oceano que os seus naturais, antes de ninguém, aprenderam a percorrer. (Ribeiro, 1987, p.97)

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

A partir de 1878, com o aumento de centralidade que lhe proporcionaria a construção do caminho de ferro e das estradas de Famalicão a Caminha e de Viana do Castelo a Ponte de Lima, iniciou-se uma fase de claro crescimento populacional, no entanto, nunca chegou a ser notável e até 1930 o seu crescimento populacional, assim como o número de fogos, não foi superior a 30%. (Fernandes, 1995, p.46)

Segundo o Inquérito Industrial de 1890, Viana do Castelo não teria até à data conseguido arrancar industrialmente. O mesmo não se tinha alterado ainda em 1911, considerando a Câmara, que o concelho estava atrasado, arrastando uma vida de pouca prosperidade, onde cerca de 50% da população ocupada trabalhava no sector primário (Ribeiro, 1969).

Viana manteve-se, até à década de cinquenta, organizada e respondendo coerentemente aos usos e às atividades que nela se processavam e veio, desde aí a desarticular-se, perdendo a capacidade de proporcionar conforto, identificação e segurança aos seus habitantes a sua imagem vai-se desfigurando, na sequência de múltiplas intervenções no desligar da cidade da sua envolvente natural na incompreensão total em relação a um estuário

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

magnífico que gradualmente se vai reduzindo a um canal  
amparedado. (Ferreira, 1995, p.42)

DADOS CENSOS (2001-2011)

A região do Alto Minho, possui cerca de 244.836 habitantes, o que representa cerca de 7% da Região Norte e 2% da população do país (INE, 2011). Relativamente ao enquadramento na NUT III, o concelho de Viana do Castelo apresenta a maior população residente e uma densidade populacional de 278,1 habitantes por km<sup>2</sup>.

O concelho de Viana do Castelo tem um uma população residente de 88.725 habitantes, dos quais 46.836 são mulheres (53%) e 41.889 são homens (47%). Relativamente à distribuição da população, são as freguesias do núcleo urbano (Sta. Maria Maior, Monserrate, Darque), mais a freguesia da Meadela e Areosa, as que tem maior representação e em contrapartida as freguesias com menor representação as que correspondem a zonas de montanha.

Tab.4. As 5 maiores freguesias do  
Concelho em termos  
populacionais

Designação	nº hab.	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Populacional (hab/km <sup>2</sup> )
Viana do Castelo (Sta. Maria Maior)	10 605	2,32	4 571,1
Meadela	9 763	7,47	1 307,0
Darque	7 790	6,62	1 176,7
Viana do Castelo (Monserrate)	4 914	2,07	2 373,9
Areosa	4 857	11,22	432,9

Tab.5. As 5 mais pequenas  
freguesias do Concelho em  
termos populacionais

Designação	nº hab.	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Populacional (hab/km <sup>2</sup> )
Montaria	541	26,09	20,7
Freixeiro de Soutelo	506	16,48	30,7
Meixedo	459	6,03	76,1
Amonde	285	6,04	47,2
Vilar de Murteda	206	5,16	39,9

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Anos	2001	2011	DIF.	VAR 2011-2001
Portugal	10 356 117	10 562 178	206 061	2,0%
Norte	3 687 293	3 689 682	2 389	0,1%
Minho-Lima	250 275	244 836	-5 439	-2,2%
<b>Viana do Castelo</b>	<b>88 631</b>	<b>88 725</b>	<b>94</b>	<b>0,1%</b>
0-14 anos	14 062	12 496	-1 566	-11,1%
15-64 anos	60 271	58 894	-1 377	-2,3%
65 ou mais anos	14 298	17 335	3 037	21,2%

Tab.6. População residente segundo os Censos: total e por grupos etários

Segundo a análise do quadro acima, conclui-se que o grupo etário com maiores perdas é o dos mais jovens, perspectivando alguma dificuldade do território em renovar a sua população.

Em 2011, no escalão etário dos 0-14 anos existiam 12.496 pessoas (14% do total), no escalão etário dos 15 aos 64 anos existiam 58.894 pessoas (66% do total) e no escalão etário mais de 65 anos existiam 17.335 pessoas (20% do total).

Em Viana do Castelo, a evolução da taxa de natalidade, registou em 2011, um valor de 7,8 nados-vivos por 1000 habitantes, quanto à taxa de mortalidade regista-se uma tendência crescente, nos últimos 10 anos, fixando-se em 2011, num valor de 9,2 óbitos por 1000 habitantes.

### INDICADORES DEMOGRÁFICOS

No que diz respeito às famílias, em 2011, a maioria é constituída por 2 a 5 pessoas (80%), verificando-se um valor muito inferior de famílias com 1 pessoa (17%) e 3,1% de famílias com 6 e mais pessoas. Na última década, as famílias com uma pessoa aumentaram 51% e com duas pessoas aumentaram 38% face a 2001. Em sentido inverso as famílias com 6 ou mais pessoas decresceram 43%.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Tab.7. Famílias clássicas segundo os Censos: total e por números de indivíduos no Concelho

	2001		2011	
Total	28 156	100%	31 733	100%
1 pessoa	3 634	12,9%	5 474	17,3%
2 pessoas	6 832	24,3%	9 399	29,6%
3 a 5 pessoas	15 966	56,7%	15 876	50,0%
>6 pessoas	1 724	6,1%	984	3,1%

Em Viana do Castelo, em 2011, por cada 100 jovens existem 136 idosos, o que se torna relevante no progressivo envelhecimento populacional, o mesmo fenómeno se verifica no índice de dependência total onde se regista um rácio de 49,4 pessoas jovens e idosas por cada 100 pessoas em idade ativa.

### ESCOLARIDADE

Verifica-se que, em 2011, a esmagadora maioria da população do concelho (89,5%) possui algum grau de escolaridade, destes 59,5% possuem o nível básico de escolaridade (escolaridade obrigatória até ao 3º ciclo), sendo que o 1º ciclo tem maior peso relativo cerca de 26,7% que corresponde a 19.882 pessoas, seguido do 3º ciclo com 19,6% e o 2º ciclo com 14,6%. Regista-se a existência de 11.702 pessoas com o ensino secundário completo o que corresponde a 15,7% da população e ao nível do ensino superior contabilizam-se 11.179 pessoas (14,7%). Observa-se que existem 7.975 pessoas sem qualquer nível de instrução o que corresponde a 10,7% da população. Quanto ao género, observa-se que são os homens que têm uma percentagem mais elevada sem o ensino secundário (71,8%) tendência que se verifica desde 2001. No ano lectivo 2012/2013 estavam a frequentar em todos os ciclos de estudos dos estabelecimentos de ensino públicos e privados do Concelho de Viana do Castelo um total de 12.990 alunos.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Presentemente existem 4 zonas e parques empresariais em Viana do Castelo - Parque Empresarial da Praia Norte; Parque Empresarial da Meadela; Parque Industrial de Lanheses e Zona Industrial do Neiva - nos quais se encontram sedeadas algumas das empresas existentes no Concelho. Referente ao Concelho de VC encontram-se registadas 8.007 empresas. A maioria do tecido empresarial está sedeada na Freguesia de Santa Maria Maior correspondente a 18% das empresas do Concelho.

ACTIVIDADE ECONÓMICA

Freguesias	Empresas (nº)	Freguesias	Empresas (nº)
Afife	76	Montaria	8
Alvarães	81	Mujães	78
Amondé	13	Perre	79
União de Freguesias de Barroselas e Carvoeiro	751	União de Freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã	90
Areosa	215	Santa Marta de Portuzelo	152
Carreço	46	São Romão do Neiva	102
União de Freguesias de Cardielos e Serreleis	57	União de Freguesias de Torre e Vila Mou	13
Castelo De Neiva	80	Vila Franca	53
União de Freguesias de Mazarefes e Vila Fria	71	União de Freguesias de Santa Maria Maior, Monserrate e Meadela	2 423
Chafé	131	Vila de Punhe	99
União de Freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	22	União de Freguesias de Geraz do Lima e Deão	112
Darque	325	Vila Nova de Anha	58
Freixeiro de Soutelo	26	Outeiro	7
Lanheses	131		
Indefinidas (Concelho)			2 708
<b>TOTAL</b>			<b>8 007</b>

Tab.8. Número de empresas sediadas no concelho por freguesia

A distribuição do número de empresas pelos tipos de atividades permite destacar, os tipos de empresas com maior peso relativo na economia do Concelho. Assim, as empresas de “Comércio por grosso e a retalho” e a “Construção” são aquelas que apresentam maior peso relativo no tecido empresarial correspondente a 37%.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Tab.9. Empresas não financeiras:  
total e por setor de atividade  
económica

	Ano 2010	Peso Relativo
<b>TOTAL</b>	<b>9225</b>	<b>100%</b>
Comércio por grosso e a retalho	2027	22,0%
Construção	1381	15,0%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	830	9,0%
Atividades de saúde humana e apoio social	779	8,4%
Educação	756	8,2%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	754	8,2%
Indústrias transformadoras	738	8,0%
Alojamento, restauração e similares	656	7,1%
Outras actividades e serviços	415	4,5%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	211	2,3%
Atividades imobiliárias	187	2,0%
Pesca	137	1,5%
Transporte e armazenagem	109	1,2%
Atividade de informação e comunicação	53	0,6%
Captação, tratamento e distribuição de água	9	0,1%
Indústrias extrativas	7	0,1%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	6	0,1%

Agregando as empresas por sectores de actividades, a sectorização apresenta 1,6% dedicado ao sector primário, referente à agricultura, silvicultura e pescas é relativamente inexistente no total das empresas do Concelho. O sector secundário, composto pela indústria extrativa, a indústria transformadora, a eletricidade, gás e água e a construção representam cerca de 23% da totalidade e 73,5% atuando no sector terciário, composto por empresas de serviços, comércio, alojamento e/ou restauração, transportes, atividades não financeiras, serviços prestados e outros.

### EMPREGO E REMUNERAÇÕES

Em Viana do Castelo, a população ativa segundo os Censos, contabilizava em 2011, 41.585. Destas cerca de 32.866 pessoas (79%) têm idades compreendidas entre os 25 e 54 anos, 12 % na faixa etária entre os 55 e 64 anos, 8% são jovens entre os 15 e 24 anos e cerca de 1% tem mais de 65 anos de idade.

A taxa de atividade da população total ativa em 2011, registava um valor de 54,6%. Por grupo etário, a faixa etária dos 25 a 34

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

anos representava cerca de 90% da população ativa. Em relação ao género, os homens apresentam um valor de 60,5% e as mulheres 49,4% da população ativa.

Grupo etário	Total	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+
%	54,4	35,9	90,9	89,2	79	43,3	2,34

Tab.10. População ativa por grupo etário em 2011 no concelho.

A população empregada (INE, 2011) registava um total de 36.403 trabalhadores, destes 64% estavam alocados ao sector terciário, 34% ao sector secundário e apenas 2% da população ao sector primário (n=742). Regista-se na última década a terciarização da economia do Concelho com quebras de -46% e 26% das pessoas alocadas aos sectores primário e secundário respectivamente. Regista-se que em 2011 80% são trabalhadores por conta de outrem (n=29.153), 11% empregadores (n=3.853) e cerca de 8% trabalhadores por conta própria (n=2.784). No que diz respeito à taxa de emprego, regista-se em 2011 uma taxa de 47,8%, a maioria da população com atividade económica é constituída por homens, com uma percentagem de 53,9%, contra 42,4% de mulheres em 2011.

Já no que respeita à população sem atividade económica verifica-se a existência de 34.644 pessoas o que corresponde a 39% da população total do Concelho. Por género, a situação inverte-se, assumindo o sexo feminino a maioria, 44,1%, contra 33,4% do sexo masculino.

A população inativa desagregada por condição perante o trabalho regista-se a existência de 20.723 reformados (60% do total dos inativos), 5.854 estudantes (17%), 4.090 domésticos (12%) e 1.156 incapacitados (11%).

Nos Censos de 2011, registou-se uma taxa de 12,5 % de desempregados sobre o total da população ativa, sendo que as

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

mulheres apresentam valores mais elevados 14,1% em relação aos homens, 10,9%, no Concelho. Em Dezembro de 2012, estavam inscritas no IEFP, 5.503 pessoas em situação de desemprego e a média anual em 2012 foi de 5.421 pessoas. As freguesias com maior taxa de desemprego são as de Monserrate, Neiva e Vila Fria com uma taxa média de 16,45%. As que apresentam menor taxa são as de Montaria, Portuzelo e Serreleis com uma taxa média de 9,06%. Uma realidade partilhada com a NUT III Minho-Lima com 11,84%, a região Norte com 14,47% e mesmo o Continente Português com 13,19% (Passos, 2016).

O rendimento médio mensal em 2009 no Concelho de Viana do Castelo era de 901,20 , por género verifica-se que os homens auferiam um valor médio de 993 euros (+10%) e as mulheres obtinham um valor bastante inferior na ordem dos 784 euros (-13%). Segundo os dados divulgados pelo INE (Julho de 2013) a propósito do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EUSILC), realizado anualmente junto das famílias residentes em Portugal, indica que 17,9% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2011.

As taxas de risco de pobreza mais elevadas foram estimadas para os agregados constituídos por um adulto que vive só (24,2%), por um adulto com pelo menos uma criança dependente (30,5%) e por dois adultos com três ou mais crianças (41,2%), enquanto os agregados constituídos por três ou mais adultos sem crianças dependentes apresentam a taxa de risco de pobreza mais baixa, 10,1%.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Um alojamento é um local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que, considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a servir de habitação, normalmente apenas de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer directamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico/fogo são consideradas como parte integrante do mesmo. (INE, 2011).

### HABITAÇÃO

Freguesia/Designação	Nº fogos	Nº agregados	T2	T3	T4	T5
Alvarães / U.M. da Costeira	24	24	12	12		
Alvarães / U.M. de S. José	10	10		6	3	1
Areosa / U.M. do Malhão	48	48	24	24		
Areosa / U.M. do Meio	32	32	16	16		
Barroselas / U.M. do Souto	12	12	6	6		
Castelo do Neiva / U.M. de Sendim	12	12	6	6		
Chafé / Reinas	3	3		1	2	
Darque (Cabedelo)	1	1		1		
Darque / Edifício Mira-Lima	3	3	1	2		
Darque / IHRU	8	8	2	3	2	
Darque / U.M. da Areia	42	42	21	18	3	
Meadela / IHRU	2	2	1	1		
Monsserrate (Campo da Agonia)	1	1		1		
Monsserrate / IHRU	4	4	2	2		
Perre / U.M da Felgueira	32	32	16	16		
Santa Maria Maior (Liceu)	1	1		1		

Tab.11. Nº de Fogos propriedade do Município, por freguesia e tipologia

O Município de Viana do Castelo é proprietário de 235 fogos, em urbanizações municipais (UM).

Freguesia	Nº de fogos
Darque	129
Monsserrate	72
Meadela	40

Tab.12. Quadro nº 9 - Nº de fogos propriedade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Face à necessidade de conhecimento sobre as condições de sensibilidade social ao nível da habitação social, o estudo elaborado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, intitulado por Caracterização das condições de habitação das comunidades Ciganas Residentes em Portugal, publicado em 2015, refere que existem entre 500 e 1000 indivíduos pertencentes a comunidades ciganas no concelho de Viana do Castelo, um dos concelhos com maior concentração de indivíduos de etnia cigana no país. No concelho de Viana do Castelo, são 153 as famílias ciganas, ao que correspondem 153 alojamentos. O IHRU e o ACIDI, denominado actualmente por ACM - Alto Comissariado para as Migrações, refere que as estimativas deram a conhecer que entre 2013 e 2014, eram 621 os indivíduos de etnia cigana concentrados no concelho de Viana do Castelo (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., n.d.).

Relativamente, a caracterização das condições de habitação destas comunidades ciganas residentes no concelho, retractam-se 43 famílias a viver em alojamentos não clássicos, isto é, habitação em barracas, acampamentos ou alojamentos móveis. Complementarmente, em Viana do Castelo existem 110 alojamentos de habitação social com famílias de etnia cigana, e 43 famílias que ainda necessitam de uma habitação. No concelho de Viana do Castelo, a habitação social representa 25% da habitação total do município, estando atribuídos às famílias da comunidade cigana entre 50% e 74% dos alojamentos de habitação social existentes. Desta forma o concelho, é um dos 22 do país que têm entre 50% e 74% dos alojamentos da comunidade cigana a habitar em habitação social.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O concelho de Viana do Castelo tem sedeados no seu território três órgãos de polícia criminal: a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Polícia Marítima (PM).

SEGURANÇA E CRIMINALIDADE

A categoria de crimes mais registados no decorrer dos últimos 5 anos, é a dos Crimes Contra o Património (categoria que inclui os furtos, os roubos, os danos, entre outros), representando 49% da criminalidade registada no concelho, seguidos dos crimes contra as pessoas.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Total</b>	<b>2 544</b>	<b>2 174</b>	<b>2 753</b>	<b>2 822</b>	<b>2 425</b>
Crimes contra o património	1 011	975	1 235	1 296	1 185
Crimes contra as pessoas	734	704	780	794	713
Crimes contra a vida em sociedade	539	332	493	491	334
Crimes previstos em legislação avulsa	216	133	212	197	153
Crimes contra o estado	44	30	33	44	40
Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	x	x	x	x	x

Tab.13. Crimes Registados pelas Autoridades no concelho de Viana do Castelo; 2008 a 2012

No Concelho de Viana do Castelo, são contabilizados 21 equipamentos cuja utilização se relaciona com a promoção de eventos culturais e de lazer e 14 equipamentos relacionados com a atividade desportiva distribuídos pelo território.

CULTURA E LAZER

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Tab.14. Quadro nº 11 - Equipamentos culturais e desportivos disponíveis no Concelho de Viana do Castelo

<b>Categoria</b>	<b>Designação</b>	<b>Quantidade (nº)</b>	<b>Freguesia (s)</b>
<b>Cultura</b>	Arquivo Municipal	1	Viana do Castelo
	Biblioteca Municipal	1	Viana do Castelo
	Núcleos Museológicos	14	Carreço, Castelo do Neiva, Lanheses, Meadela, Outeiro, S. Lourenço da Montaria, Geraz do Lima e Viana do Castelo
	Museus	2	Viana do Castelo
	Teatro	1	Viana do Castelo
	Navio-Hospital Gil Eannes	1	Viana do Castelo
	Centro de Interpretação Ambiental	1	Viana do Castelo
<b>Desporto</b>	Estádios de Futebol	2	Barroselas e Viana do Castelo
	Centro Hípico	1	Viana do Castelo
	Piscina Municipal	3	Barroselas e Viana do Castelo
	Recintos Polidesportivos	5	Afife, Meadela, Sta. Marta de Portuzelo, Viana do Castelo, e Vila Nova de Anha
	Pista de Atletismo	1	Meadela
	Kartódromos	2	Chafé e Darque

No universo associativo deste Concelho foram contabilizadas em 2012, pelos Serviços da Câmara Municipal de Viana do Castelo, um total de 248 entidades devidamente registadas e legalizadas. Destas, o maior peso recai sobre as Associações Culturais, Recreativas e Desportivas que no seu conjunto representa cerca de 40% (n=103) do total do associativismo. Registas a existência de 28 Grupos Folclóricos, 23 Grupos de Organizações Juvenis e 20 Grupos ligado à área musical. Quanto às Associações de cariz desportivo, regista-se a existência de 41 Associações Desportivas e 33 Clubes Desportivos nas diversas modalidades.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

“Cidade Velha”, era o nome pelo qual se designava a citânia de Viana do Castelo, localizada no monte de Santa Luzia, sobre uma cota de 226m, estendendo-se por terras de Areosa. Graças ao fácil controlo da navegação costeira e entradas no estuário do rio Lima, tratava-se de um território privilegiado e de uma localização estratégica para a implantação de uma zona habitada no período castrejo. Os castros, dispunham-se segundo a topografia, com entradas voltadas para quadrantes para abrigar dos ventos do Norte. Os materiais dominantes eram a cerâmica, os metais, o material lítico e os numismas. Nesta altura, os homens dedicavam-se à guerra e à pilhagem, bem como à prática da pesca ao anzol, e as mulheres realizavam trabalhos agrícolas, eram um povo ateísta. A sua ocupação remonta por isso ao “paleolítico, mas foi com a romanização que o seu desenvolvimento ganhou nova dinâmica” (Soares & Ferreira, 2000, p.6313).



### 4.1.2 CONTEXTO HISTÓRIO VIANA DO CASTELO

#### ORIGEM E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Fig.26. Vista aérea da cidade de Viana do Castelo.

Com a romanização dos castros, a Gallaecia invadida pela expedição de Décio Júnio Bruto, tornava-se uma importante matriz política e romanizada. Durante o século I a.C e d.C, este território foi urbanizados e ocupado nas suas zonas rurais, levando ao abandono das cotas mais elevadas. Nesta altura surgem as construções a meia-encosta, com influência romana,

#### INVASÕES ROMANAS

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

ao nível dos sistemas de fossos e taludes, fazendo ressaltar a actividade agrícola e a exploração mineira. O povoamento centrado tornou-se disperso e livre de sistemas de defesa, o que mais tarde obrigou ao recuo para povoados em altura, face à degradação da segurança. Com a oficialização do fim do império, dissolvem-se os costumes, passa a existir um clima de alguma perturbação, perdendo-se alguma da dimensão e riqueza das típicas civilizações romanas. Assim surge um novo povoamento a sudoeste da citânia, designado de “povoença” ou “povoança”, nascido dos castros agrícolas. Passa a instalar-se o cristianismo, ao mesmo tempo que a Noroeste se enraízam os suevos e se dissemina a vida monástica. Os mosteiros eram os estruturadores dos povoamentos, fixavam nobres e a instituição de famílias troncais e davam terras a arrotear a populares livres ou servis em processo de emancipação. Durante este tempo ocorreram invasões árabes, às quais as povoações cristãs conseguiram resistir, sendo reconquistadas por Afonso I. Durante o século XI e XII, aumenta o número de fiéis, começam a surgir as paróquias, multiplicam-se as edificações de culto, ganhando autonomia a sistematização territorial das paróquias.

### ORGANIZAÇÃO URBANA

Viana surgiu da expressa vontade política de D. Afonso III, que decidiu criar um concelho implantado no sítio da paróquia de São Salvador do Adro, onde existia um porto piscatório. Os moradores requereram a D. Afonso III “a instituição dum concelho com as suas leis municipais” (Crespo, 1960, p.11). Tratava-se de um aglomerado habitacional, que tinha como componentes um reguengo agrícola e um ancoradouro onde aportavam as embarcações. Este local desenvolveu-se, fomentou a construção de uma igreja à qual ficou correspondida a sede da paróquia. A pirataria levou a população que habitava

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

o exterior de “Viana” a se refugiar no interior, levando a uma desertificação do litoral. Desta forma, Viana surge como núcleo central entre a foz do Douro e do Minho, fundando em meados do século XIII, de forma paroquialmente organizada. Por ordem de D. Afonso III, João Gonçalves foi ordenado a redesenhar moradias, a organização do espaço urbano, ruas, equipamentos e as primeiras muralhas prosseguidas em reinados posteriores. Tal acresceu-lhe importância como “porto que movimentava produtos para o comércio exterior, incentivou a construção naval e atraiu uma importante colónia judaica” (Soares & Ferreira, 2000, p.6313). Assim surgiu a fortificação defensiva, iniciada em 1263 e já em 1374 a muralha tinha um perímetro oval de 1685m, com 10m de altura e 2,20m de espessura, num total de 4 portas e torres de 15m de altura.

Durante o século XIX a muralha foi praticamente destruída, restando apenas vestígios inseridos no paramento de casas.

Até ao final do século XI a população da cidade de Viana aumentou bastante, espalhando-se e levando ao crescimento da malha urbana da cidade em quatro subfases, desenvolvendo-se partes da cidade como a envolvente da igreja da Matriz, o sector a norte do Campo do Forno. Rua da Bandeira e a Rua Nova de São Bento e o actual Largo de São Domingos. A segunda fase de urbanização em Viana do Castelo, refere-se ao período Manuelino, desenvolvendo-se durante o século XV e XVI. No reinado de D. Manuel começara a extravasar para fora do recinto das muralhas, encontrando largas superfícies de terreno. No século XVI, a área urbana da vila era quase o quádruplo da vila amuralhada de 1377, constatando-se um grande peso demográfico acentuado pela presença de emigrantes

CRESCIMENTO E PLANOS URBANOS

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

domiciliados, por via do comércio marítimo. Aliás, nesta altura Viana já se encontrava totalmente fortificada, e o castelo de S. Tiago da Barra defendia a entrada do porto (Crespo, 1960). Durante o século XVII, com a isenção de guerras no território, dá-se uma estabilização demográfica tão significativa, que até ao início do século XIX, fez com que o índice da esperança média de vida tanto dos homens como das mulheres subisse.

No início do século XVIII, a vila vianense era descrita por conter 9 bairros que dividiam o território. Desta forma, é no espaço de tempo desde o século XVII até ao XVIII, que se dá uma consolidação viária em termos urbanísticos, assim como a definição dos quarteirões já existentes, aumento de edifícios e implantação de igrejas entre edificações mais modestas, distribuídas pela rede viária preexistente. Em 1848, D. Maria II, elevou Viana do Castelo à categoria de cidade, que muito se tinha desenvolvido desde o reinado de D. Manuel. A expansão urbana realizou-se progressivamente no sentido do mar, do rio e da montanha. Até meados do século XIX, não houveram grandes alterações ao plano urbano definido no século XVIII. Na segunda metade deste século, dá-se um declínio económico, onde ressalta uma paragem do ritmo de expansão urbana da vila e a quebra de habitantes, causada também pela oportunidade de emigração para o Brasil. Viana recebeu um golpe na sua vida marítima, quer “pelas invasões francesas, seguidas da independência do Brasil e abertura dos portos aos navios das nações estrangeiras e ainda pelo assoreamento da barra pelas areias do rio, impedindo a entrada e acesso a navios de grande tonelagem” (Crespo, 1960, p.18).

Segundo o mesmo autor (1960, p.20), nos meados do século XX, Viana do Castelo, ocupava uma área de 875 hectares, tinha desenvolvido as indústrias locais como os “fogos-de-artifício,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

trabalhos regionais, cerâmica, marcenaria, fósforos, construção civil, moagem, lacticínios, serração de madeiras, serralharias mecânicas, etc.". Já a construção de navios foi declinada, depois de em tempos a comunicação com o mar lhe ter aberto o caminho para o comércio da pesca, da navegação e da construção naval e ter sido a principal razão de progresso e prestígio. O mesmo autor (1960, p.31), indica que "a criação dos estaleiros navais veio dar ao porto uma nova feição e à cidade uma fisionomia antropológica e económica mais acentuada".

O modelo urbano explorado pelo Estado Novo, visava a centralidade de todos os equipamentos em torno das áreas residenciais, criando assim um anel periférico, enquadrando alguns equipamentos religiosos e escolares.

Em 1941 destacou-se a construção do bairro dos trabalhadores dos caminhos-de-ferro, conhecido por Bairro da CP, e apenas em 1948 foi elaborado um Antepiano para a cidade, prevendo o crescimento das zonas de Monserrate, Areosa e Abelheira. Até à década de cinquenta, o espaço de Viana conservou-se, de forma estruturada e coerente, dando resposta positiva aos usos e actividades que nele se desenvolviam, vindo desde aí, a desarticular-se, desproporcionando conforto, identificação e segurança à população residente (Ferreira, 1995).

A partir desta altura, a cidade inicia nova fase expansiva, ultrapassando a via-férrea. A edificação de um bairro periférico junto ao traçado da projectada Linha do Vale do Lima é o ponto de partida para a ocupação das periferias urbanas. Este bairro, o Bairro do Jardim, constitui-se como a primeira aplicação prática, a nível nacional, das novas teorias urbanísticas, inseridas nos princípios reformistas da cidade-jardim, que

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

depois se desenvolveram sob diversas matrizes projectuais noutras cidades portuguesas.

Contudo, o crescimento urbano processou-se, durante muito tempo, sem obedecer a mecanismos reguladores especialmente importantes na orientação do desenvolvimento urbanístico da cidade. Tal como veio a verificar-se no resto do país, a cidade é dotada apenas em 1948, com o primeiro documento de planeamento urbano, na sequência da legislação urbana produzida na esteira da revolucionária política urbanística protagonizada por Duarte Pacheco. O Plano Geral de Urbanização, apesar da reduzida eficácia, dada a sua rigidez e a falta de força legal suficiente para ser aplicado plenamente, marcou fortemente o processo urbano vianense, uma vez que serviu de orientação a algumas das posteriores intervenções urbanísticas, propiciando também a elaboração de muitos outros planos de incidência parcelar na estrutura urbana (Barreto, 2003).

Nas últimas décadas do século XX, a cidade progrediu sob a forma de bairros residenciais. Na direcção do Liceu, do Matadouro e do Horto Municipal, do Límia Parque e das Ursulinas. Alguns, adquiriram “a individualidade de pequenas aldeias bem definidas no plano da cidade” (Crespo, 1960, p.46).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

A principal actividade da economia vianense, a pesca, passou por vários períodos de crise, tendo ultrapassado a crise do século XVII, e resistido à depressão pombalina. A cidade definiu-se como “porto atlântico, num permanente contacto com novas culturas e navegantes, situação que vem a justificar o desenvolvimento urbano dos séculos XVI e XVII.” (Ferreira, 1995, p.41). A segunda metade do século XVIII, trouxe o declínio económico, ressaltando a estagnação do crescimento urbano e a quebra no numero de habitantes, o que veio agravar ainda mais a crise na actividade piscatória.

### 4.1.3 EVOLUÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS PESCA

A agricultura vianense, e na generalidade a do norte de Portugal, sempre foi marcada pelos excessivos encargos dos agricultores. Em 1830, a população que se dedicava à agricultura atingia os 88%, no entanto a prática era estruturalmente arcaica, que subsistiram até ao século XX. Destacava-se a colheita da azeitona e o cultivo para produção de vinho verde.

### AGRICULTURA

Durante o século XIX, outra das culturas presentes era a do linho, vindo posteriormente a ser substituído pelo algodão, visto ser mais propício à industrialização. Esta foi uma época de revolução também para a cultura do milho e para a actividade da moagem, onde surgiram algumas inovações que facilitaram os processos de trabalho, através da utilização da força das águas e da energia eólica. Durante este período de modernização agrícola, registaram-se o aparecimento de novas culturas como a da batata, a melancia e os prados artificiais.

Na segunda metade do século XIX as culturas que se destacavam continuavam a ser o milho, o centeio e o trigo. Mantinham-se ainda com alguma importância a plantação de feijão, a produção vinícola e a presença do linho como material

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

de confecção de vestuário e para uso doméstico. Em 1891 Viana era o terceiro distrito com mais densidade populacional. No início do século XX surge a fábrica dos chocolates e durante o resto do século destacaram-se 2 picos de crescimento, o primeiro na década de 40, antecedendo a criação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e o segundo, na década de 70, com o aparecimento da Portucel.

Os estaleiros navais surgiram para aproveitar a política de fomento das pescas empenhada pelo Estado Novo e tornaram-se durante longos anos o único agente económico modernizador da região. No entanto e apesar da cidade ter colhido muitos benefícios incitados por esta empresa, a sua actividade rapidamente se estagnou, tendo em 1949 a empresa se transformado em sociedade anónima, passando os estaleiros navais a apoiar a época charneira dos anos 60, da qual se destaca a construção do navio-hospital Gil Eannes.

“Actualmente a economia assenta na agro-pecuária com produção de milho, vinho, criação de gado bovino e suíno, e no desenvolvimento industrial, com construção naval e indústrias alimentares de celulose” (Soares & Ferreira, 2000, p.6313).

### INDÚSTRIA

Na última década do século XIX, constava que existia uma fábrica de gesso, duas de curtumes, uma de lanifícios, uma de moagem, duas de curtumes, uma de lanifícios, uma de moagem, duas de loiça ordinária, uma de refinaria de açúcar, uma de fundição de ferro e duas serrilharias, aproveitando estas últimas duas a inovação do ferro fundido.

O artesanato dominava as atividades do sector secundário com o desenvolvimento do vestuário e roupas de casa.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

As necessidades comerciais, permitiram a evolução das redes viárias e dos transportes, surgindo a estrada que ligava Viana a Caminha, o surgimento da “carreira” entre Viana e Braga, e as ligações diárias entre Viana e Porto. Pelos mesmos motivos surgiu a construção de uma ponte metálica que ligava as duas margens do concelho, que permitiu o avanço para a construção de vias férreas, e mais tarde a ligação com Espanha. Assim a linha férrea com ligação Porto – Braga – Viana do Castelo – Espanha, foi autorizada em 1867, tendo as obras se iniciado apenas em 1872.

Antes dos caminhos-de-ferro os barcos faziam a ligação entre as localidades Ribeirinhas, e os carros de cavalos e outros tipos de carruagens que efectuavam o transporte de mercadorias e pessoas.

No início do século XX, Viana do Castelo contava com dezasseis pequenas fábricas ligadas a sectores de primeira necessidade: o alimentar, o têxtil e o civil. E noventa e seis oficinas no sector do vestuário, alimentar e construção civil. A maior parte da produção do sector secundário era de carácter artesanal, existindo também a indústria de ferragens e serralharia.

#### **4.2 CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA**

Este capítulo pretende dar resposta ao 1º objectivo desta investigação, pelo que se procede à identificação dos modelos de habitação social e económica, utilizados no concelho de Viana do Castelo, seguindo-se a posterior caracterização dos mesmos através de fichas de inventariação. Por último, embora não seja um dos objectivos do trabalho, procede-se à análise geral das formas edificadas associadas às tipologias – morfotipologia - dos conjuntos habitacionais, uma vez que a concepção e as características do espaço público destes conjuntos pode ter sido condicionado ou não, quer pelos princípios da Carta de Atenas, quer pelo seu zonamento em relação com a Planta de Ordenamento do PDM da cidade de Viana do Castelo e pela política municipal.

A habitação social, por vezes, desenvolve tipologias geminadas que apresentam uma relação directa com o espaço público. Esta relação directa praticamente não apresenta um espaço público qualificado, uma vez que, é caracterizado apenas por passeio e por vezes associado com o espaço de estacionamento. Nas tipologias de habitação multifamiliar, o espaço público já apresenta uma definição mais nobre.

**Tab.15.**  
 Cronologia:  
 Políticas de  
 Habitação  
 Aplicadas no  
 Concelho de  
 Viana do  
 Castelo.

### **1933 Programas de Casas Económicas**

Decreto-Lei 23 052, 23 de Setembro de 1933



**1962** Bairro do Jardim

**1970's** Bairro da Rua Doutor João da Rocha Paris

### **1937 Programa de Casas para Pescadores**

Lei 1953, 11 de Março de 1937



**1942** Bairro de Casas para Pescadores de Viana do Castelo

### **1945 Programa de Casas para Alojamento de Famílias Pobres**

Decreto-Lei 34 486, 6 de Abril de 1947



**1968** Bairro dos Benfeitores de Sta. Casa da Misericórdia

**1968** Bairro do Conde de Bertandos

**1968** Bairro de Santiago

**1968** Bairro Padre Luís Faria

**1970's** Bairro da Rua de Ourense

### **1965 Plano Intercalar do Fomento**

Lei 2123, 14 de Dezembro de 1964



**1960's** Bairro do IGAPHE – Monserrate

### **1969 Fundo de Fomento de Habitação**

Decreto-lei 49033, 28 de Maio 1969



**1983** Bairro do IGAPHE – Darque

**1998** Bairro do IGAPHE – Meadela

### **1974 Cooperativas de Habitação**

Decreto-Lei 218/82, 2 de Junho 1982



**1980's** Bairros da Cooperativa de Habitação Económica  
 Capitães de Abril (1ª e 2ª Fases)

### **1985 Contractos para Desenvolvimento de Habitação (CDH)**

Decreto-Lei 236/85, 5 de Julho 1985



**1992** Urbanização Municipal de S. José

### **1987 Programa de Habitação Social para Arrendamento**

Decreto-Lei 226/87, 6 de Junho de 1987



**1994** Urbanização Municipal de Sendim de Baixo

**1995** Urbanização Municipal do Meio

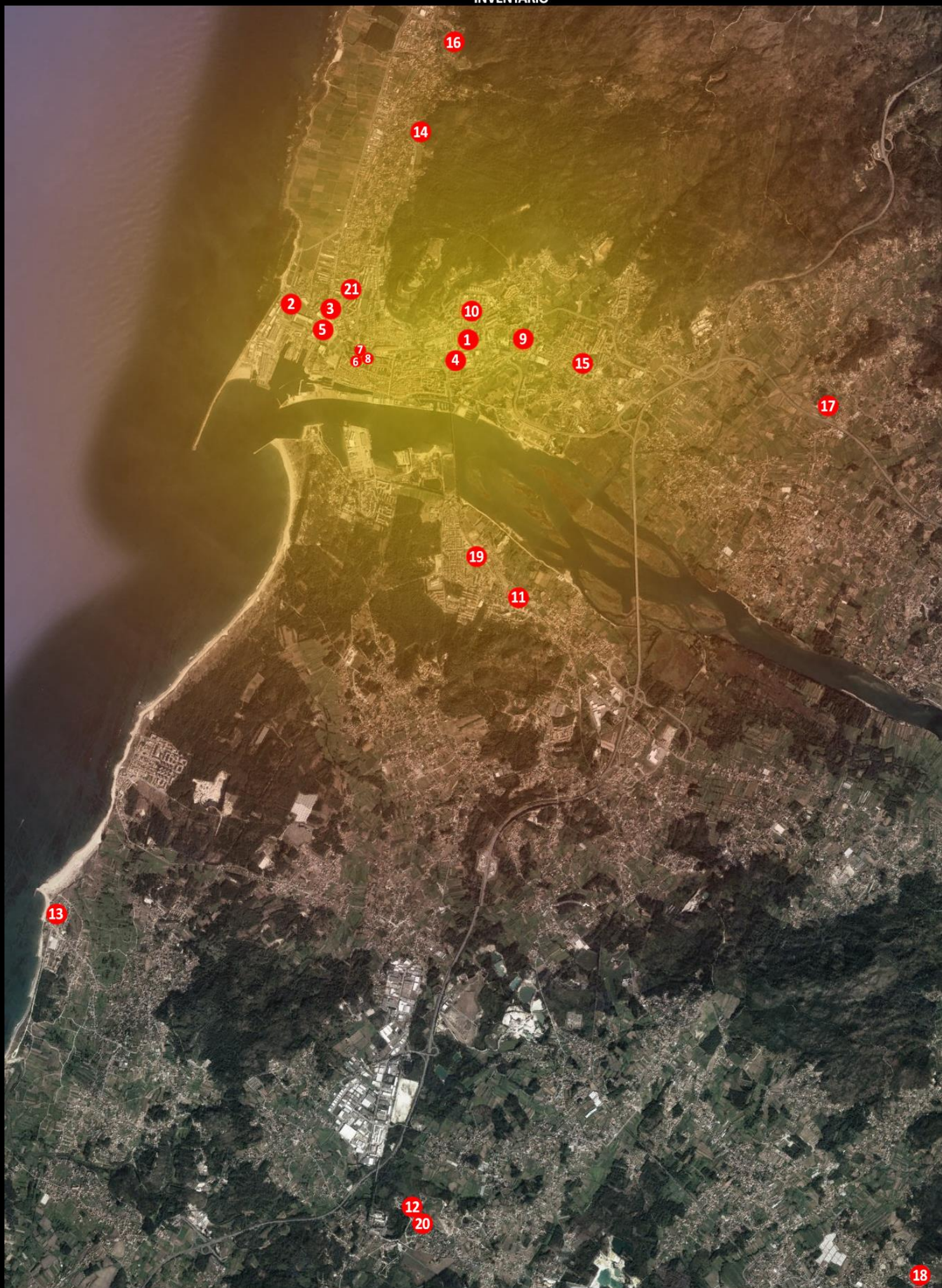
**1998** Urbanização Municipal do Malhão

**2000** Urbanização Municipal da Felgueira

**2003** Urbanização Municipal do Souto

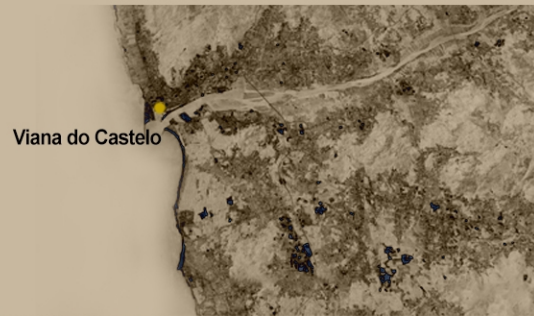
**2004** Urbanização Municipal de Areia

**2004** Urbanização Municipal da Costeira



1 - Bairro do Jardim(Final de 1930's) | 2 - Bairro de Casas para Pescadores de Viana do Castelo (1942) | 3 - Bairro do IGAPHE – Monserrate (1960's) | 4 - Bairro da Bandeira ou da Providência (1960's) | 5 - Bairro dos Benfeitores de Sta. Casa da Misericórdia (1968) | 6 - Bairro do Conde de Bertiandos (1968) | 7 - Bairro de Santiago (1968) | 8 - Bairro Padre Luís Faria (1968) | 9 - Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril (1ª fase - 1980) | 10 - Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril (2ª fase - 1980) | 11 - Bairro do IGAPHE – Darque (1983) | 12 - Urbanização Municipal de S. José (1992) | 13 - Urbanização Municipal de Sendim de Baixo (1994) | 14 - Urbanização Municipal do Meio (1995) | 15 - Bairro do IGAPHE – Meadela (1998) | 16 - Urbanização Municipal do Malhão (1998) | 17 - Urbanização Municipal da Felgueira (2000) | 18 - Urbanização Municipal do Souto (2003) | 19 - Urbanização Municipal de Areia (2004) | 20 - Urbanização Municipal da Costeira (2004) | 21 - Bairro da Rua de Ourense (Séc. XX)

Nome	Bairro do Jardim
Arquiteto	Rogério de Azevedo
Localização	Santa Maria Maior, Viana do Castelo
Ano de construção	Final de 1930's



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					64
Habitação multifamiliar   Bloco					



**Tipologias espaço público**

- Ruas:
- Eixos Pedonais
- Ruas predominantemente motorizadas
- Rua de tráfego restrito

**Praças/Largos:**

- Praceta
- Pequenos Largos

**Espaços Verdes:**

- Espaços intersticiais
- Parque residencial
- Recintos

**Arranjos exteriores**

- Praceta
- Parque Infantil
- Estacionamento
- Passeios

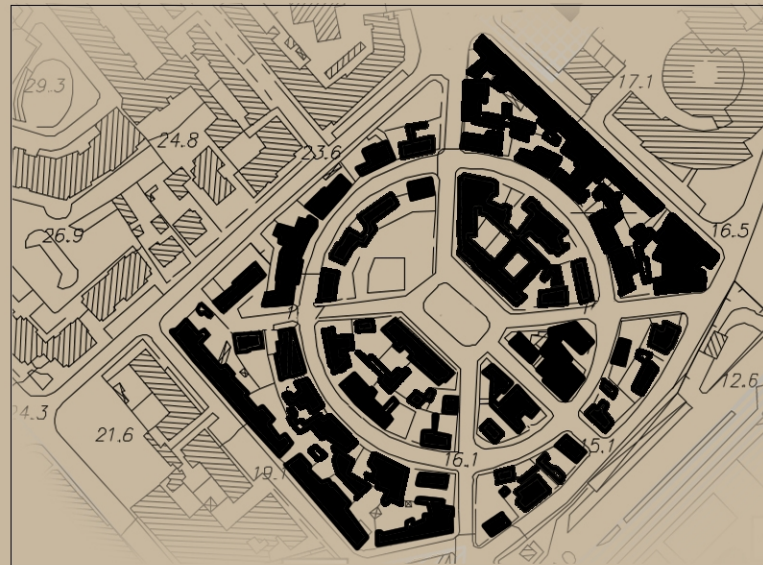
Localizado em setor urbano, possui área com unidade morfológica contemporânea de traçado regular. Trata-se de habitação económica de promoção pública estatal, formando um bairro de casas económicas de média dimensão composto por casas em banda unifamiliares térreas, com logradouro no tardoz. O bairro desenvolve-se radialmente com uma série de ruas que ligam ao espaço central da urbanização, onde se encontra o espaço público que serve os habitantes.

**Atividades**

- Recreio/Lazer

**Equipamentos e Serviços**

- Cafés e Restaurantes (a partir de 50m)
- Espaços comerciais (a partir de 50m)
- Junta de Freguesia de VC (a 100m)
- Pavilhão Municipal (a 150m)
- Escola Secundária (a 200m)
- Cemitério (a 300m)
- Igreja (a 500m)
- Escola E.B 2,3 (a 300m)
- Escola Superior de Educação (a 400m)



Nome	Bairro de Casas para Pescadores de Viana do Castelo
Localização	Monsserrate, Viana do Castelo
Ano de construção	1942



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar geminada					50
Habitação multifamiliar   Bloco					



**Tipologias espaço público**

- Ruas:
- Eixos pedonais
- Rua de tráfego restrito

- Espaços Verdes:
- Espaços intersticiais
- Recintos

- Atividades**
- Recreio/Lazer
- Culturais/ Recreativas

**Arranjos exteriores**

- Estacionamento
- Passeios
- Canteiros
- Parque Infantil
- Campo de Jogos

Conjunto arquitetónico residencial unifamiliar, trata-se de habitação económica de promoção pública estatal, isto é um conjunto de casas para pescadores de média dimensão, composto por casas geminadas unifamiliares térreas, com logradouro, formando quarteirões.

**Equipamentos e Serviços**

- Cafés e Restaurantes
- Campo de Jogos
- Jardim Infantil
- Espaços Comerciais (a partir de 50m)
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão (a 150m)
- Escola Secundária (a 400m)
- Escola Básica 2 e 3 (a 250m)
- Pavilhão Municipal (a 250m)
- Centro Formação Profissional das Pescas e do Mar (a 300m)
- Piscina Municipal (a 300m)



Plano Diretor Municipal | Zonas de Equipamentos Existentes | Zonas de edifícios uni ou bifamiliares | Zona urbana de explicação para estudo de reconversão do Bairro dos Pescadores

Nome	Bairro do IGAPHE - Monserrate
Arquitecto	António Cardona
Promotor	IGAPHE
Financiamento	IGAPHE
Localização	Monserrate, Viana do Castelo
Ano de construção	Década 1960



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco		X	X		72



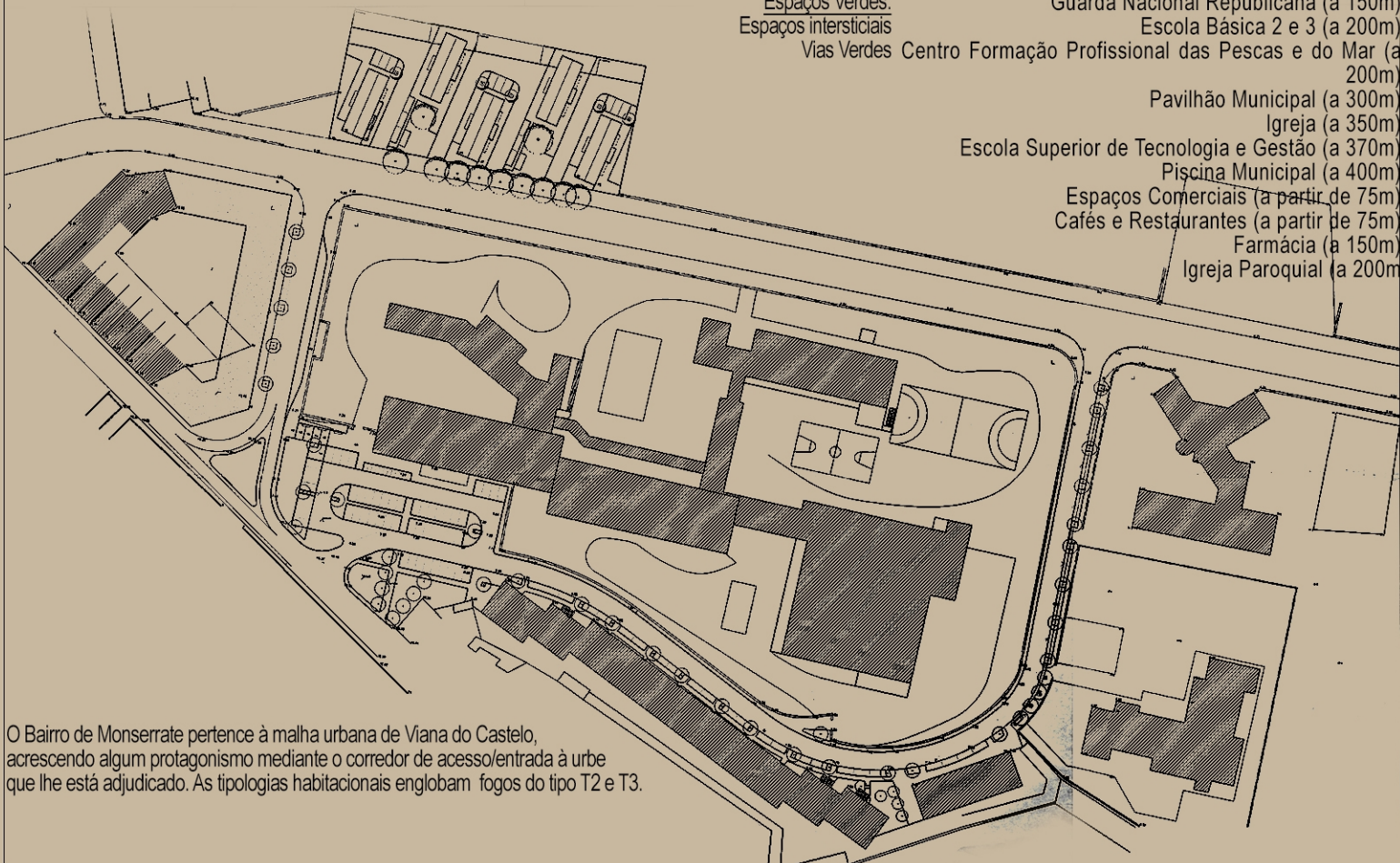
**Arranjos exteriores**  
 Estacionamento  
 Passeios  
 Canteiros  
 Vias Verdes

**Atividades**  
 Sem Atividades

**Tipologias espaço público**  
 Ruas:  
 Eixos Pedonais  
 Rua de tráfego restrito

Espaços Verdes:  
 Espaços intersticiais  
 Vias Verdes

**Equipamentos e Serviços**  
 Cafés e Restaurantes (a partir de 50m)  
 Espaços Comerciais (a partir de 50m)  
 Escola Secundária (a 100m)  
 Escola Básica 2 e 3 (a 100m)  
 Guarda Nacional Republicana (a 150m)  
 Escola Básica 2 e 3 (a 200m)  
 Centro Formação Profissional das Pescas e do Mar (a 200m)  
 Pavilhão Municipal (a 300m)  
 Igreja (a 350m)  
 Escola Superior de Tecnologia e Gestão (a 370m)  
 Piscina Municipal (a 400m)  
 Espaços Comerciais (a partir de 75m)  
 Cafés e Restaurantes (a partir de 75m)  
 Farmácia (a 150m)  
 Igreja Paroquial (a 200m)



O Bairro de Monserrate pertence à malha urbana de Viana do Castelo, acrescentando algum protagonismo mediante o corredor de acesso/entrada à urbe que lhe está adjudicado. As tipologias habitacionais englobam fogos do tipo T2 e T3.

Nome	Bairro da Bandeira ou da Providência
Localização	Santa Maria Maior, Viana do Castelo
Ano de construção	1960's



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco					48



**Tipologias espaço público**

Ruas:  
Eixos pedonais  
Rua de tráfego restrito

Praças/Largos:  
Praceta  
Pequenos Largos

Espaços Verdes:  
Espaços intersticiais  
Jardim Residencial

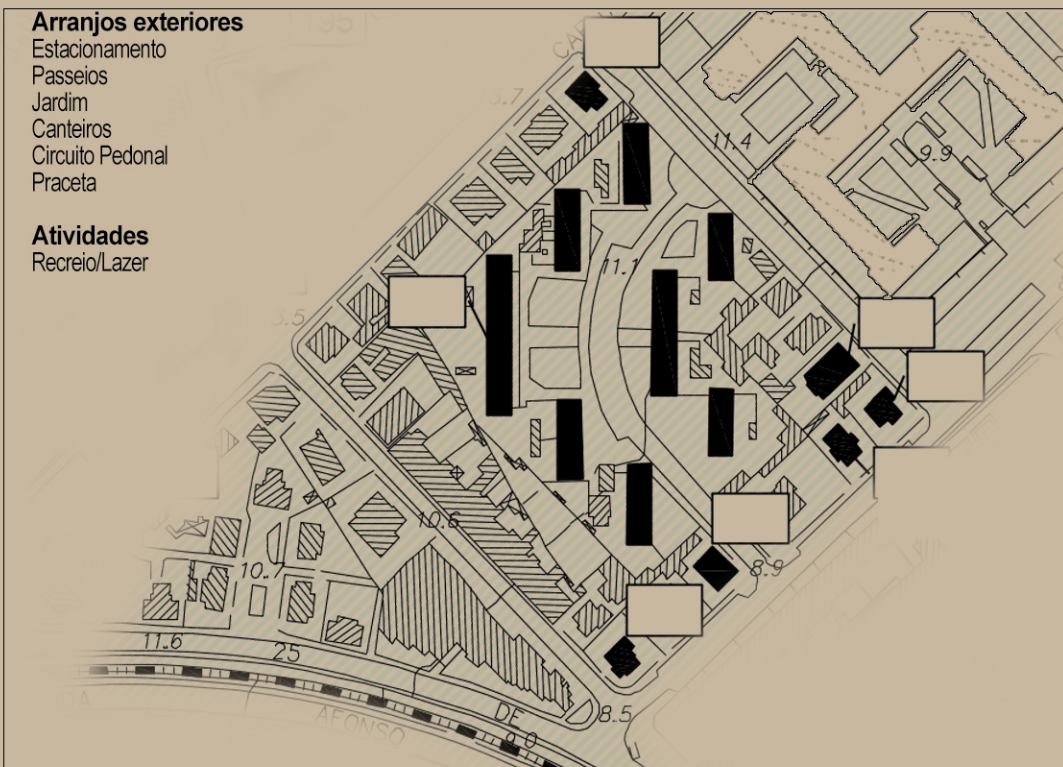
**Equipamentos e Serviços**

Cafés e Restaurantes (a partir de 50m)  
Espaços comerciais (a partir de 50m)  
Pavilhão Municipal (a 150m)  
Escola Secundária (a 200m)  
Cemitério (a 300m)  
Igreja (a 500m)  
Escola E.B 2,3 (a 400m)  
Junta de Freguesia de VC (a 400m)  
Escola Superior de Educação (a 500m)

**Arranjos exteriores**

Estacionamento  
Passeios  
Jardim  
Canteiros  
Circuito Pedonal  
Praceta

**Atividades**  
Recreio/Lazer



Nome	Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia
Engenheiro Civil	José do Lago Arrais Torres de Magalhães
Promoção	Santa Casa da Misericórdia
Localização	Monserate, Viana do Castelo
Ano de construção	1965-1968



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco					30



**Tipologias espaço público**

- Ruas:
- Percurso /eixos pedonais
- Ruas predominantemente motorizadas
- Rua de tráfego restrito

- Praças/Largos:
- Pequenos largos

- Espaços Verdes:
- Espaços intersticiais
- Recintos
- Vias Verdes

**Arranjos exteriores**

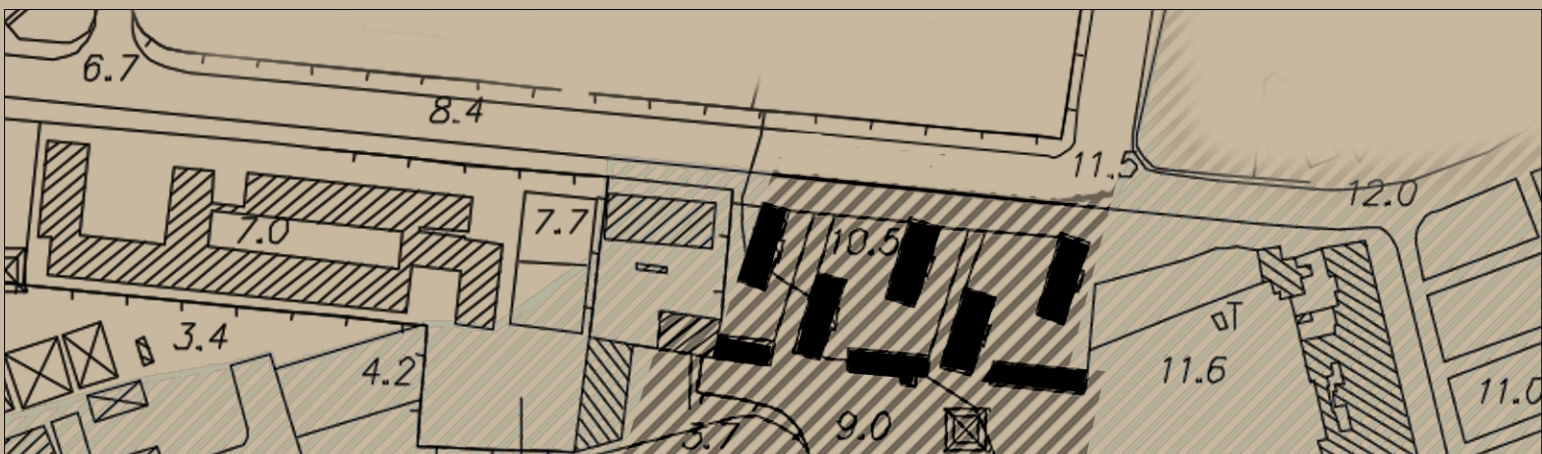
- Estacionamento
- Passeios
- Canteiros
- Jardim residencial
- Ciclovía

- Actividades**
- Recreio/Lazer

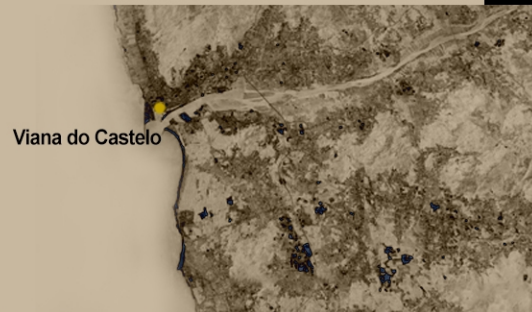
Conjunto arquitetónico residencial multifamiliar. Habitação económica de promoção privada. Conjunto de pequena dimensão, composto por edifícios em banda de três pisos, formando quarteirões abertos.

**Equipamentos e Serviços**

- Garagens
- Cafés e Restaurantes (a partir de 50m)
- Espaços Comerciais (a partir de 50m)
- Escola Secundária (a 100m)
- Escola Básica 2 e 3 (a 100m)
- Guarda Nacional Republicana (a 150m)
- Escola Básica 2 e 3 (a 200m)
- Centro Formação Profissional das Pescas e do Mar (a 200m)
- Pavilhão Municipal (a 300m)
- Igreja (a 350m)
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão (a 370m)
- Piscina Municipal (a 400m)
- Espaços Comerciais (a partir de 75m)
- Cafés e Restaurantes (a partir de 75m)
- Farmácia (a 150m)
- Igreja Paroquial (a 200m)



Nome	Bairro do Conde de Bertandos
Promotor	Santa Casa da Misericórdia
Localização	Monserate, Viana do Castelo
Ano de construção	1968



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					20
Habitação multifamiliar   Bloco					



**Tipologias espaço público**

Ruas:  
Eixos pedonais  
Rua de tráfego restrito

Espaços Verdes:  
Espaços intersticiais

**Arranjos exteriores**

Estacionamento  
Passeios  
Canteiros

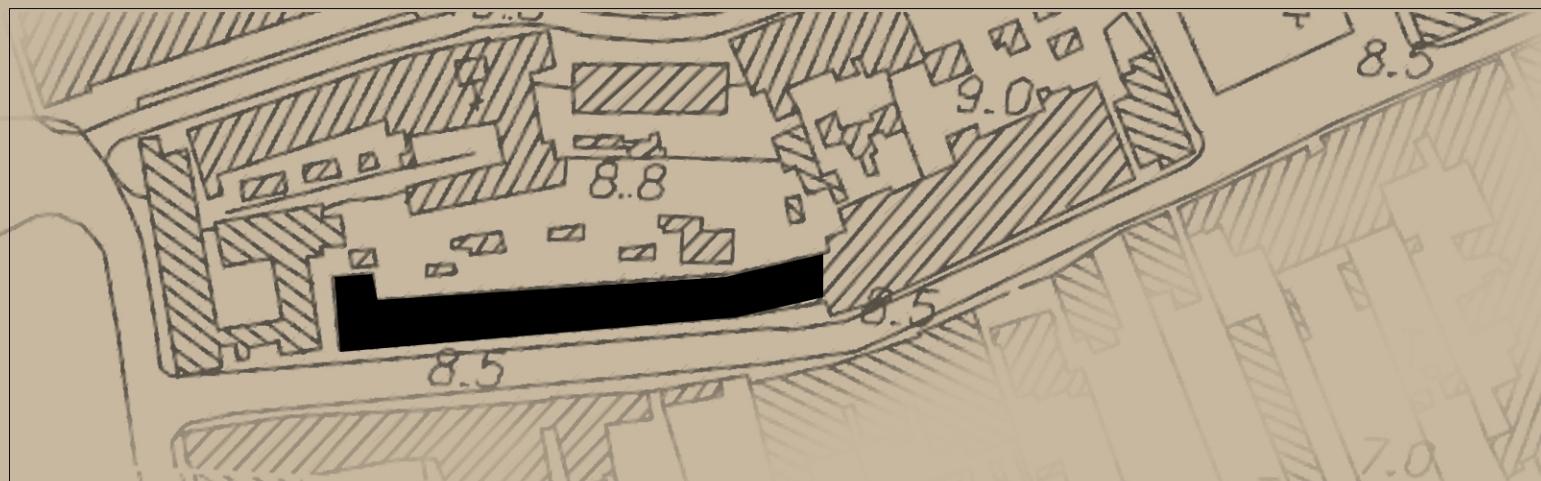
**Equipamentos e Serviços**

Cafés e Restaurante (a partir de 20m)  
Espaços Comerciais (a partir de 20m)  
Colégio (a 70m)  
Campo de Jogos (a 80m)  
Jardim Infantil (a 100m)  
Parque urbano (a 100m)  
Igreja (a 100m)  
Shopping (a 200m)  
Estação de Comboio (a 300m)

**Actividades**

Sem actividades

Conjunto arquitetónico residencial multifamiliar, trata-se de habitação económica de promoção privada, isto é, um conjunto de pequena dimensão, composto por casas em banda multifamiliares de dois pisos com logradouro no tardo, e fachada principal orientada para a rua. Acesso individualizado às habitações do piso térreo, e comum, através de escada interior, às habitações do 2.º piso.



Nome	Bairro Padre Luís Faria (1)
Localização	Monsserrate, Viana do Castelo
Ano de construção	1968



Viana do Castelo



Conjunto arquitetónico residencial unifamiliar. Habitação económica de promoção pública estatal e privada (Santa Casa da Misericórdia). Conjunto de Casas para Famílias Pobres de pequena dimensão, composto por casas em banda unifamiliares de dois pisos (projeto-tipo "duplex") com logradouro no tardo, e fachada principal orientada para a rua. O Bairro de Santiago, fica implantado na mesma rua (um adossado, o outro apenas separado por uma estreita passagem privada) junto à Capela do Recolhimento de Santiago. Os conjuntos habitacionais têm enquadramento urbano, situado a Noroeste do núcleo.

Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					8
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco					

#### Tipologias espaço público

Ruas:  
Eixos pedonais  
Rua de tráfego restrito

Espaços Verdes:  
Espaços intersticiais

#### Arranjos exteriores

Passeios  
Canteiros

#### Atividades

Sem Atividades

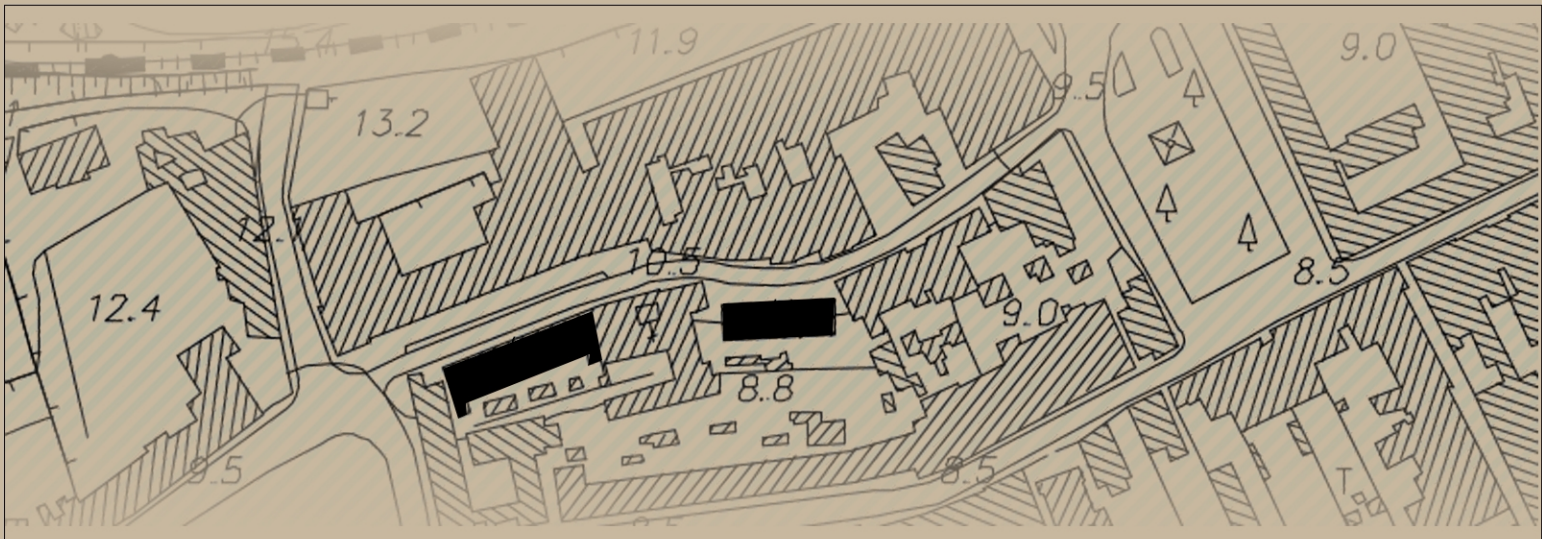
#### Equipamentos e Serviços

Cafés e Restaurante (a partir de 20m)  
Espaços Comerciais (a partir de 20m)  
Colégio (a 10m)  
Campo de Jogos (a 100m)  
Jardim Infantil (a 100m)  
Parque urbano (a 100m)  
Igreja (a 150m)  
Shopping (a 150m)  
Estação de Comboio (a 250m)

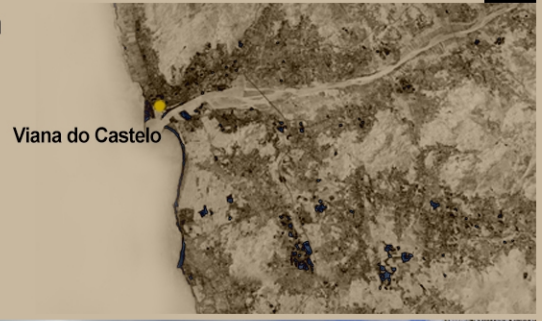
Nome	Bairro de Santiago (2)
Localização	Monsserrate, Viana do Castelo
Ano de construção	1968



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					6
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco					



Nome	Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril (1ª Fase)
Arquiteto	Couto Jorge
Promoção	Cooperativa
Localização	Santa Maria Maior, Viana do Castelo
Ano de construção	Década 1980



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco					242



**Tipologias espaço público**

Ruas:  
Percurso /eixos pedonais  
Rua de tráfego restrito

Praças/Largos:  
Praceta

Memoriais:  
Espaços de homenagem ou celebração

Espaços Verdes:  
Jardim  
Espaços intersticiais  
Vias Verdes  
Parque residencial  
Recintos

**Equipamentos e Serviços**

- Cafés
- Centro Comercial
- Campo de Jogos
- Escola Superior de Educação (a 20m)
- Cafés e Restaurantes (a partir de 50m)
- Espaços comerciais (a partir de 50m)
- Hipermercado (a 200m)
- Bombeiros Municipais (a 250m)
- CTT (a 300m)
- Pavilhão Municipal (a 450m)
- Igreja (a 500m)
- Escola E.B 2,3 (a 350m)
- Junta de Freguesia de VC (a 400m)

**Arranjos exteriores**

- Praceta
- Estacionamento
- Passeios
- Canteiros
- Parque Infantil
- Campo de Jogos
- Jardim

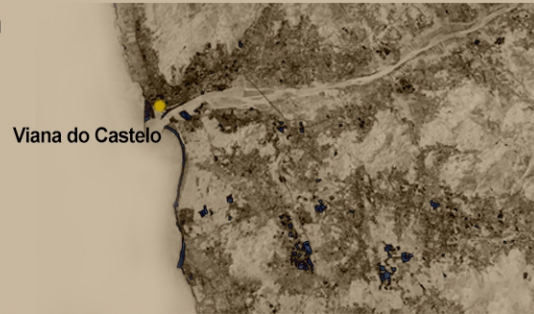
**Atividades**

- Culturais/Recreativas
- Recreio/Lazer

Conjunto arquitetónico residencial multifamiliar. Conjunto de média dimensão composto por edifícios multifamiliares em banda de quatro pisos, incluindo no piso térreo, formando quarteirões abertos. Esta cooperativa de habitação ocupa uma vasta área de um terreno ligeiramente inclinado junto a uma entrada da cidade. É formado por dois grupos correspondendo a dois tempos na construção da Cooperativa. Um primeiro bloco de galeria comercial e habitação paralelo à estrada e rematado por uma torre de 11 pisos e um segundo grupo de quatro blocos habitacionais e que ocupam o perímetro do terreno e um outro que bissecta o jardim interno. Estes blocos, de esquema distributivo em esquerdo/direito “ziguezagueam” mantendo um afastamento das vias de circulação ou por entre a vegetação.



Nome	Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril (2ª Fase)
Arquiteto	Couto Jorge
Promoção	Cooperativa
Localização	Santa Maria Maior, Viana do Castelo
Ano de construção	Década 1980



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco					265



**Tipologias espaço público**

- Ruas:
- Percursos /eixos pedonais
- Rua de tráfego restrito
- Praças/Largos:
- Praceta
- Pequenos largos
- Memoriais:
- Espaços de homenagem ou celebração

- Espaços Verdes:
- Espaços intersticiais
- Parque residencial
- Recintos

**Arranjos exteriores**

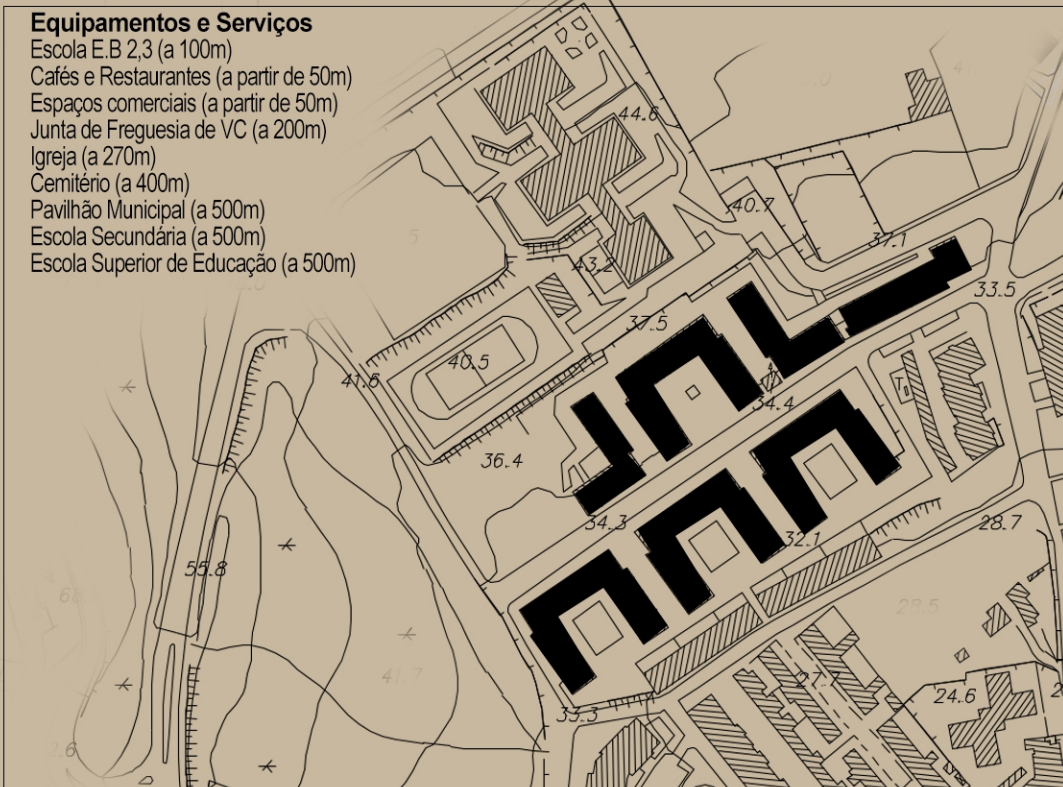
- Praceta
- Estacionamento
- Passeios
- Canteiros
- Parque Residencial

**Atividades**

- Recreio/Lazer

**Equipamentos e Serviços**

- Escola E.B 2,3 (a 100m)
- Cafés e Restaurantes (a partir de 50m)
- Espaços comerciais (a partir de 50m)
- Junta de Freguesia de VC (a 200m)
- Igreja (a 270m)
- Cemitério (a 400m)
- Pavilhão Municipal (a 500m)
- Escola Secundária (a 500m)
- Escola Superior de Educação (a 500m)



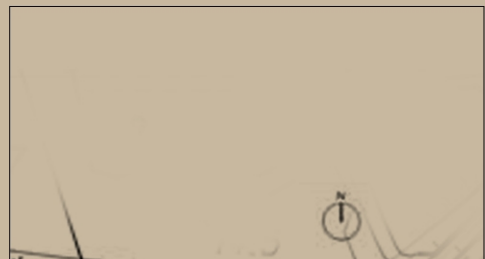
Nome	Bairro do IGAPHE - Darque
Promotor	IGAPHE
Financiamento	IGAPHE
Localização	Darque, Viana do Castelo
Ano de construção	1ª fase -1983; 2ª fase - 1991



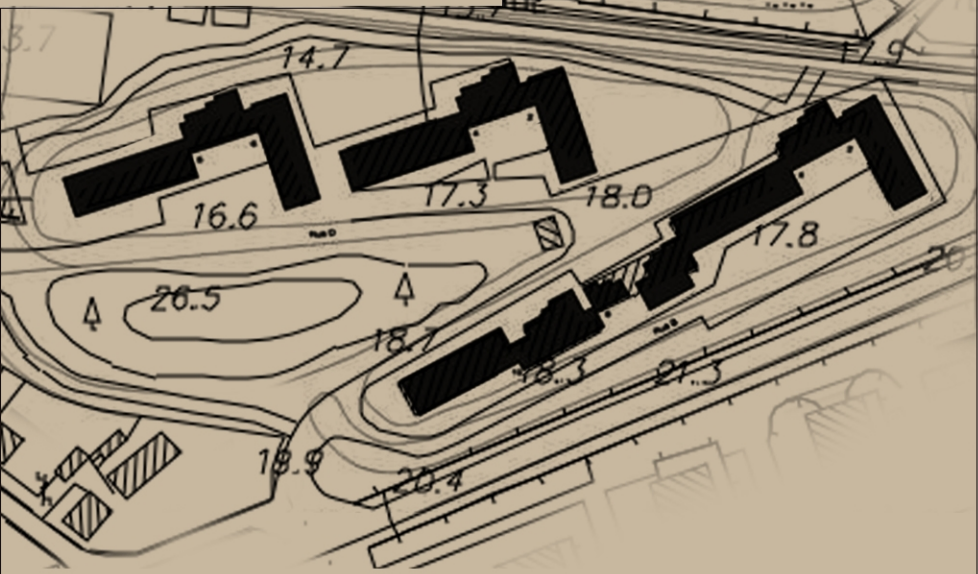
Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco	X	X	X	X	129



- Arranjos exteriores Equipamentos e Serviços**
- Jardim Junta de Freguesia de Darque
  - Recinto Espaços Comerciais (a partir de 100m)
  - Estacionamento Cemitério (a 150m)
  - Passeios Apeadeiro (Caminho-de-ferro (a 240m))
  - Canteiros Agências Bancárias (a 250m)
  - Campo de Jogos Campo de Jogos (a 350m)
  - Cafés e Restaurantes (a partir de 100m)
  - Espaços intersticiais



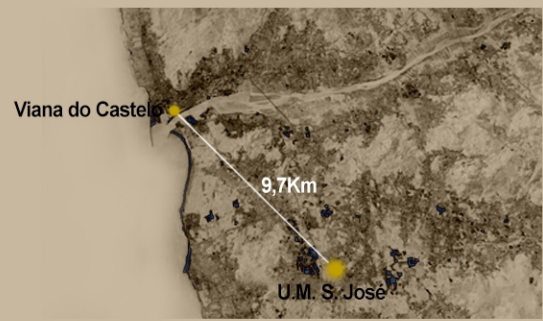
- Actividades**
- Recreio/Lazer
- Tipologias espaço público**
- Ruas
  - Eixos Pedonais
  - Rua de tráfego restrito



- Espaços Verdes:**
- Parque residencial
  - Recintos
  - Espaços intersticiais

Conjunto habitacional com traçado regular de média densidade constituído por módulos construtivos com diversas conjugações. Um módulo A caracterizado por planta retangular, com quatro pisos, correspondendo a dois duplexes. O módulo B apresenta planta de perímetro irregular e três pisos. O módulo C, apenas aplicado no lote 4, uma construção com um piso, onde anteriormente se localizava um estabelecimento de ensino e onde atualmente está instalada a Junta de Freguesia de Darque. Os lotes apresentam maioritariamente fogos de tipologia T3, havendo algumas frações de tipologia T2 e T4. As frações localizadas em cave são essencialmente de tipologia T0. Enquadramento periurbano, inserido em área de expansão recente, rodeado por zona residencial e por zona ainda rural, na margem oposta ao núcleo urbano da cidade de Viana do Castelo.

Nome	Urbanização Municipal de São José
Arquitectos	Diana Garcia
Promotor	Câmara Municipal de Viana do Castelo
Financiamento	INH
Localização	Costeira, Alvarães – Viana do Castelo
Ano de construção	1992



Conjuntos habitacionais / blocos	T2	T3	T4	T5	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda		6	3	1	10
Habitação multifamiliar   Bloco					



10 fogos de habitação social, ficando imediatamente adjacentes a um outro núcleo de habitações sociais. A concepção urbana trata de dois arruamentos em torno dos quais se distribuem as habitações em banda, compostas por tipologias T3, T4 e T5. O espaço exterior surge como elemento necessário à circulação pública.

**Tipologias espaço público**

Ruas:  
Rua de tráfego restrito

**Equipamentos e Serviços**

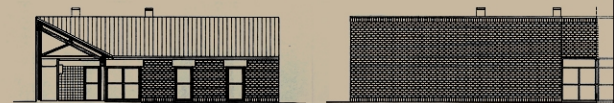
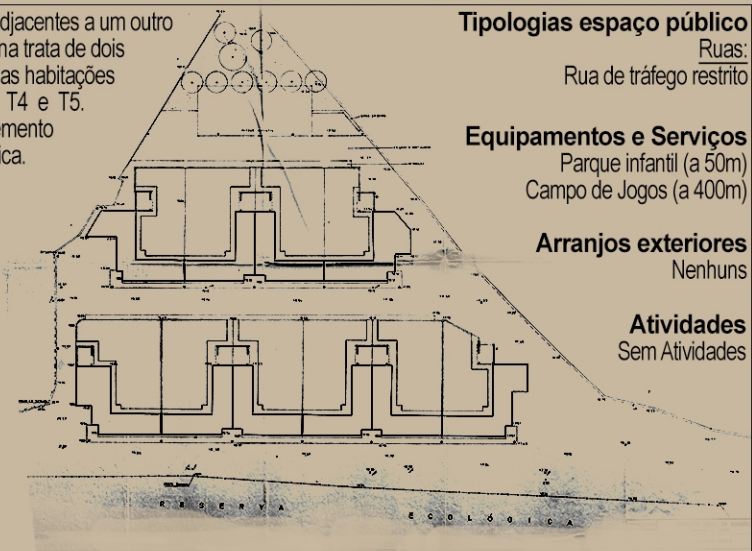
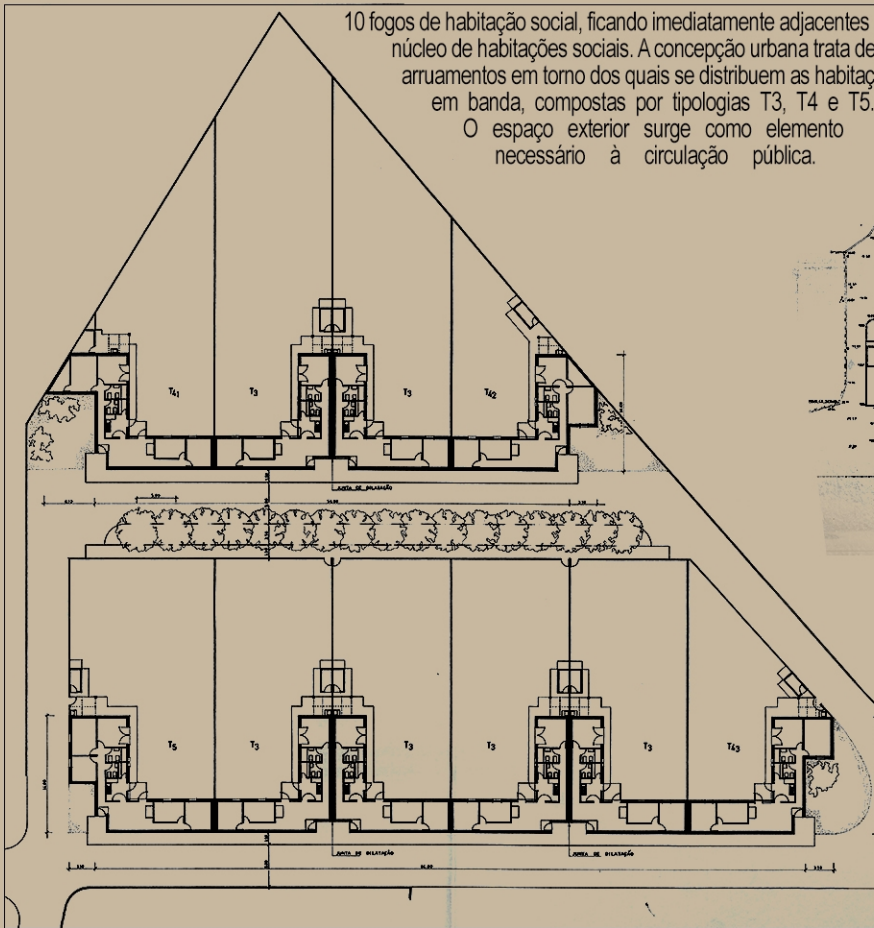
Parque infantil (a 50m)  
Campo de Jogos (a 400m)

**Arranjos exteriores**

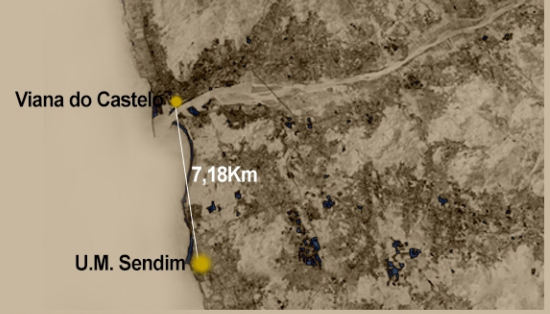
Nenhuns

**Atividades**

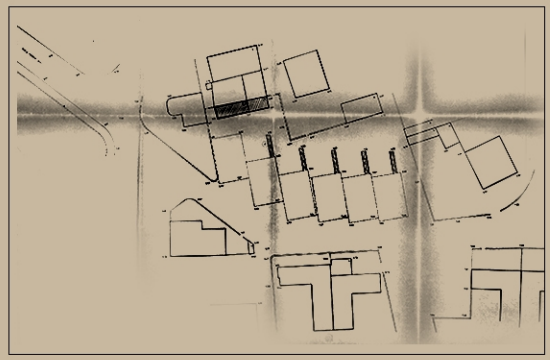
Sem Atividades



Nome	Urbanização Municipal de Sendim de Baixo
Arquitectos	Rocha Ferreira Arquitecto
Promotor	Câmara Municipal de Viana do Castelo
Construtor	Ilídio e Cunha, Lda.
Financiamento	INH
Localização	Castelo do Neiva, Viana do Castelo
Ano de construção	1994



Conjuntos habitacionais / blocos	T2	T3	T4	T5	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda	6	6			12
Habitação multifamiliar   Bloco					



A pré-existência deste aglomerado situado na zona litoral do concelho, tinha relação com as características piscatórias do local. A falta de qualidade de vida e a degradação existente, levou a autarquia à construção de 12 fogos, em edifícios de 2 pisos e bandas de 6 módulos cada. Cada fogo possui um pequeno logradouro ao nível do r/c.

**Tipologias espaço público**

- Ruas:
- Eixos Pedonais
- Rua de tráfego restrito

- Espaços Verdes:
- Espaços intersticiais

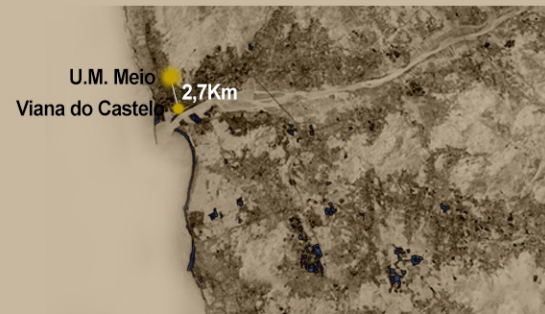
- Atividades**
- Sem Atividades

- Arranjos exteriores**
- Passeios
- Canteiros

**Equipamentos e Serviços**

- Lota (a 130m)
- Restaurantes (a 100m)
- Jardim de Infância (a 200)
- Campo de Jogos (a 250m)

Nome	Urbanização Municipal do Meio
Arquitectos	José Carpeto e Paulo Vieira
Promotor	Câmara Municipal de Viana do Castelo
Construtor	Ilídio e Cunha, Lda.
Financiamento	INH
Localização	Lugar do Meio, Quinta da Guilhermina, Areosa, Viana do Castelo
Ano de construção	1995



Conjuntos habitacionais / blocos	T2	T3	T4	T5	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco	16	16			32



Este empreendimento é constituído por 4 blocos em banda com dois pisos, num total de 32 fogos, cuja exposição surge com magníficas vistas sobre a veiga e o mar. Uma praçeta configura o espaço, tomando-se o centro da composição e área de lazer em torno do qual se organizam percursos pedonais e se distribuem os blocos habitacionais. Este bairro surge no seguimento do Bairro do Malhão, em organização ortogonal, conta com logradouros e áreas de estacionamento e face à qualidade do projeto, este foi reconhecido com o Prémio INH/95.

#### Tipologias espaço público

Ruas:  
Eixos Pedonais  
Rua de tráfego restrito

Praças/Largos:  
Praçeta

Espaços Verdes:  
Espaços intersticiais  
Parque residencial

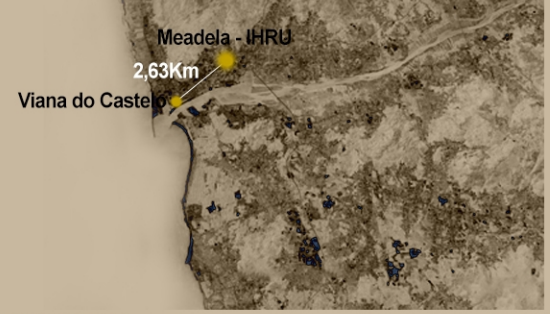
Equipamentos e Serviços  
Nenhuns (num raio de 500m)

#### Arranjos exteriores

Passeios  
Canteiros  
Praçeta  
Estacionamento

Actividades  
Recreio e Lazer

Nome	Bairro do IGAPHE - Meadela
Arquitecto	Marques Franco
Promotor	IGAPHE
Financiamento	IGAPHE
Localização	Meadela, Viana do Castelo
Ano de construção	1998



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco		5	29	6	40



**Tipologias espaço público**  
 Ruas:  
 Ruas estritamente pedonais  
 Eixos Pedonais  
 Rua de tráfego restrito

**Equipamentos e Serviços**  
 Espaços Comerciais (a partir de 75m)  
 Cafés e Restaurantes (a partir de 75m)  
 Farmácia (a 150m)  
 Igreja Paroquial (a 200m)  
 Junta de Freguesia da Meadela (a 280m)

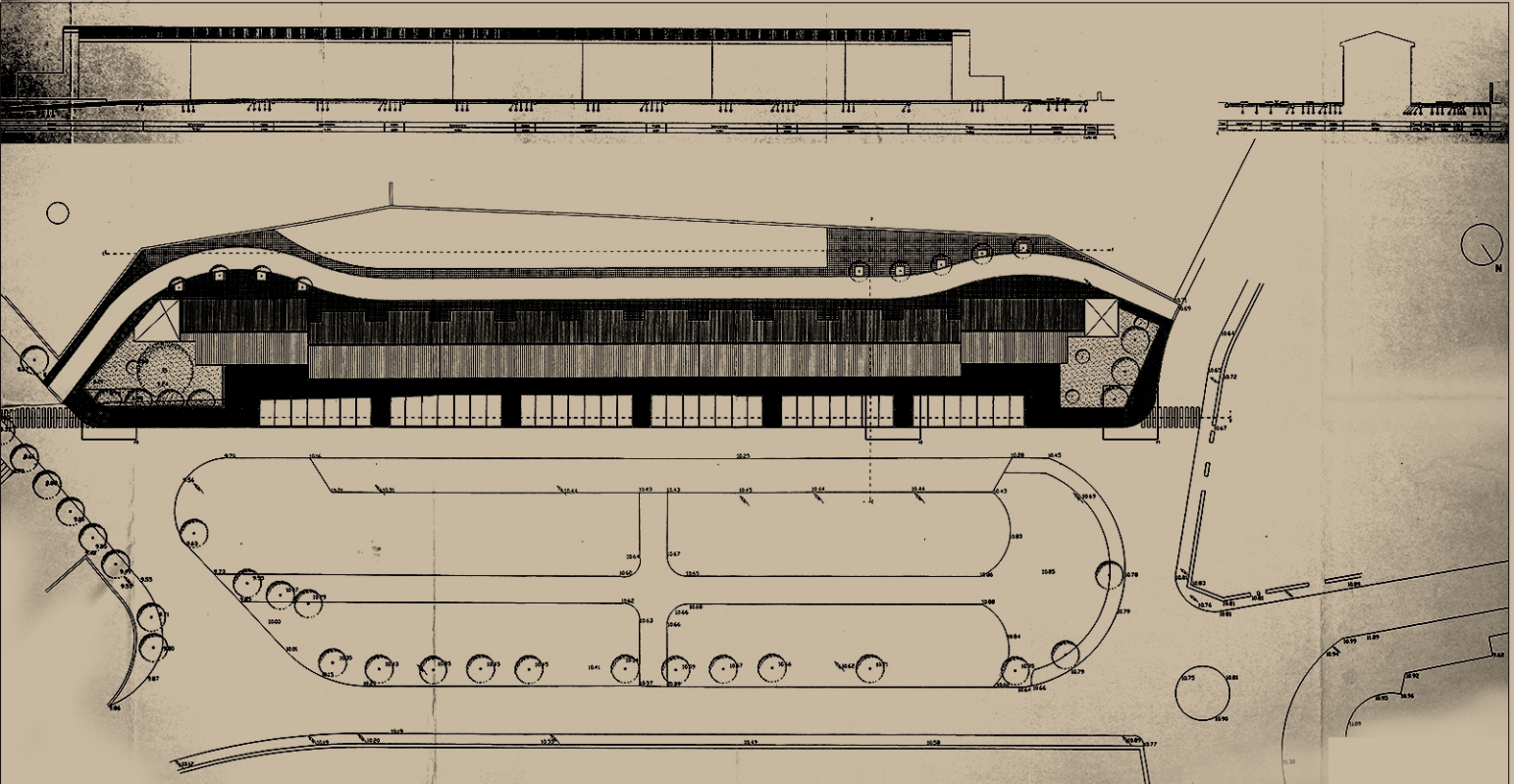
**Arranjos exteriores**  
 Praça  
 Estacionamento  
 Passeios  
 Canteiros

Conjunto habitacional de média densidade, composto por uma banda de sete edifícios, com três pisos, paralela à principal via de acesso. Cada lote apresenta seis frações habitacionais, duas por piso, à exceção de um e apresentam tipologia T2 e T3 e T4. O enquadramento é urbano, inserido em área de expansão recente da cidade de Viana, rodeado por zona residencial e que pelas suas características e pelo seu mau estado de conservação, este conjunto destoa da envolvente.

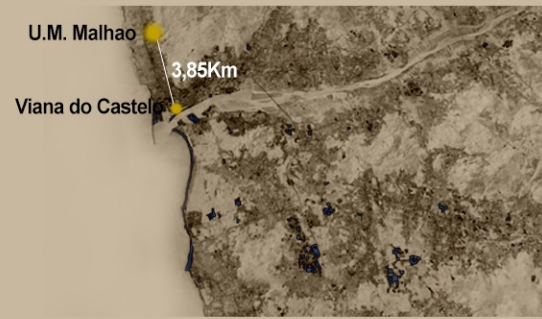
**Praças/Largos:**  
 Praça

**Atividades**  
 Sem Atividades

**Espaços Verdes:**  
 Espaços intersticiais



Nome	Urbanização Municipal do Malhão
Arquitectos	Paulo Vieira
Promotor	Câmara Municipal de Viana do Castelo
Financiamento	INH
Localização	Lugar do Malhão, Areosa , Viana do Castelo
Ano de construção	1998



Conjuntos habitacionais / blocos	T2	T3	T4	T5	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco	24	24			48



O Bairro do Malhão tem a sua pré-existência num aglomerado de habitações pré-fabricadas em madeira, construídas nos anos setenta. Face à degradação do mesmo, a autarquia iniciou a construção de 80 fogos divididos em dois bairros, motivadas por questões sociais, sendo este um desses bairros. As tipologias correspondem a um edifício de 2 pisos, com T2 e T3 em que cada fogo tem uma área de logradouro ao nível do rés-do-chão.

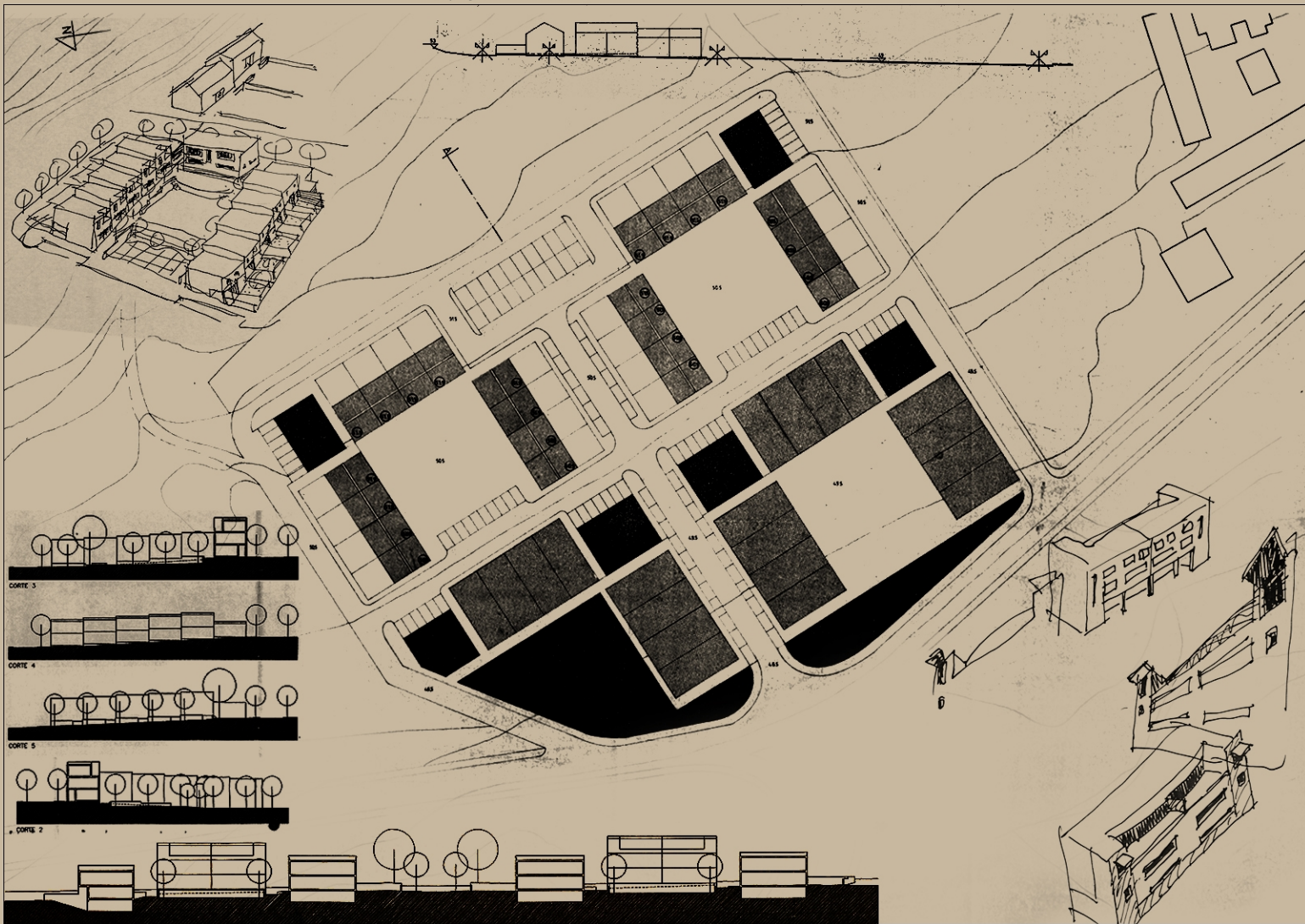
**Tipologias espaço público**  
 Ruas:  
 Eixos Pedonais  
 Rua de tráfego restrito

**Atividades**  
 Recreio/Lazer

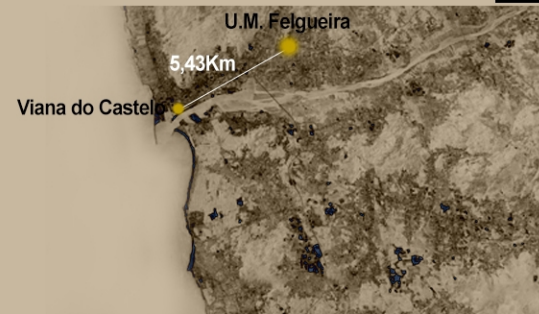
**Arranjos exteriores**  
 Passeios  
 Canteiros  
 Estacionamento  
 Recintos  
 Campo de Jogos

**Equipamentos e Serviços**  
 Apeadeiro (Caminho-de-ferro (a 400m))

**Espaços Verdes:**  
 Parque residencial  
 Recintos  
 Espaços intersticiais



Nome	Urbanização Municipal da Felgueira
Arquitecto	Rocha Ferreira Arquitecto
Promotor	Câmara Municipal de Viana do Castelo
Financiamento	INH
Localização	Perre, Viana do Castelo
Ano de construção	1995-2000



Conjuntos habitacionais / blocos	T2	T3	T4	T5	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda	16	16			32
Habitação multifamiliar   Bloco					



#### Tipologias espaço público

Ruas:  
Eixos Pedonais  
Rua de tráfego restrito

Praças/Largos:  
Praceta

Espaços Verdes:  
Espaços intersticiais  
Parque residencial  
Recintos

#### Arranjos exteriores

Praceta  
Estacionamento  
Passeios  
Canteiros  
Parque Infantil  
Jardim / Parque de merendas

**Atividades**  
Culturais/Recreativas  
Recreio/Lazer

#### Equipamentos e Serviços

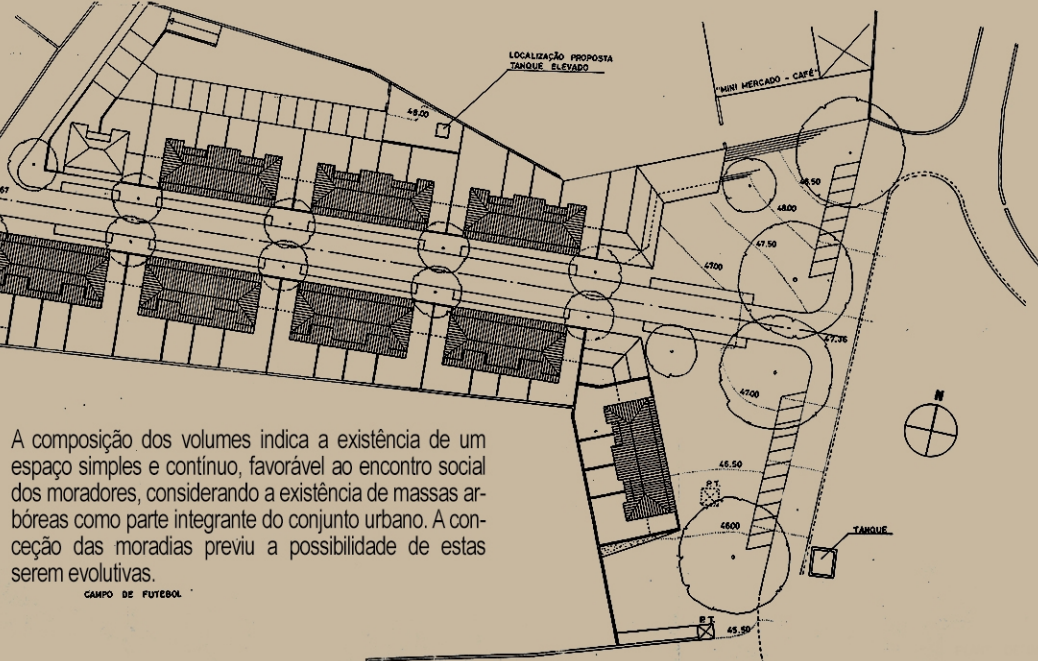
Campo de Jogos  
Café  
Bar  
Associação de Moradores

Centro Escolar (a 350m)  
Igreja (a 280m)  
Capela (a 390m)  
Cemitério (a 390m)



O Bairro de Felgueira, tem a sua pré-existência num núcleo de habitações unifamiliares pré-fabricadas em estrutura de madeira e cobertura em chapa. A conceção atual baseia-se num arranjo ladeado pelas habitações. O local forma na concordância de duas vias uma praceta, caracterizada por ser um local de encontro e existência de um café.

O local serve-se de lugares de estacionamento e proximidade de campo de jogos. As moradias agrupam-se 4 a 4 e têm tipologias T2 e T3 dispostas de um lado e outro do arranjo. Todas as moradias têm quintal e o desenho do espaço público contou com a participação dos moradores, que sugeriram ao arranjo do espaço exterior a criação de um parque de merendas e de um bar que servisse de apoio à Associação de Moradores e às atividades desenvolvidas no local.

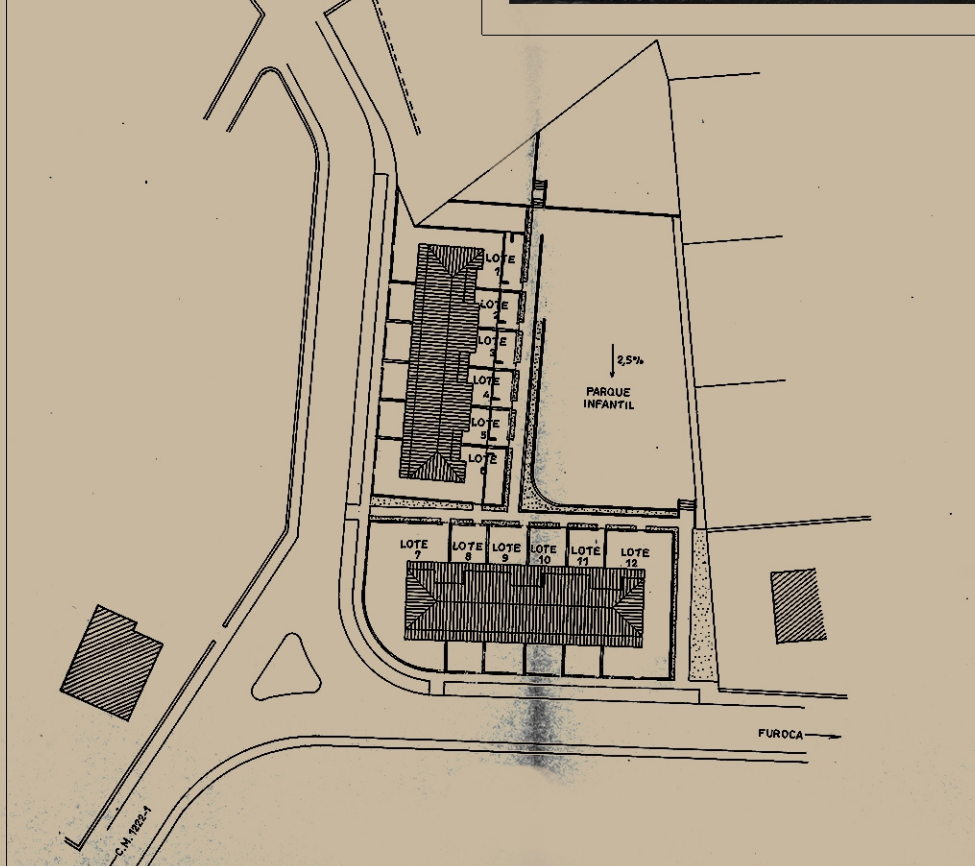


A composição dos volumes indica a existência de um espaço simples e contínuo, favorável ao encontro social dos moradores, considerando a existência de massas arbóreas como parte integrante do conjunto urbano. A conceção das moradias previu a possibilidade de estas serem evolutivas.

Nome	Urbanização Municipal do Souto
Arquitectos	Rocha Ferreira Arquitecto
Promotor	Câmara Municipal de Viana do Castelo
Financiamento	INH
Localização	Souto, Barroselas, Viana do Castelo
Ano de construção	2003

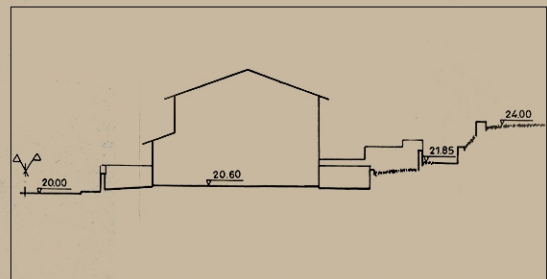


Conjuntos habitacionais / blocos	T2	T3	T4	T5	Total
Habitação unifamiliar	6	6			12
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco					

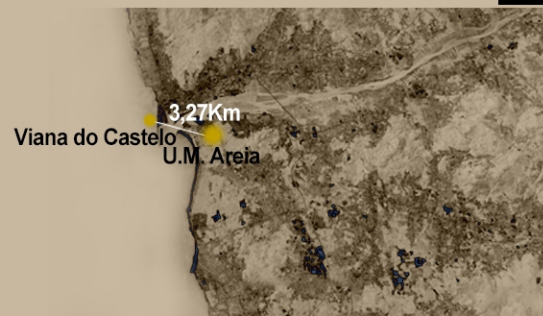


<b>Tipologias espaço público</b>	Ruas: Eixos Pedonais Rua de tráfego restrito	<b>Arranjos exteriores</b> Passeios Canteiros Estacionamento Parque Infantil
	Espaços Verdes: Espaços intersticiais Parque residencial	
<b>Equipamentos e Serviços</b> Nenhuns (num raio de 500m)	<b>Actividades</b> Recreio e Lazer	

12 moradias de r/c e andar de habitação social e espaço verde público com zona destinada a parque infantil, mas que nunca chegou a ser construído. Fazendo frente aos arruamentos existentes, estão dois grupos de 6 casas, em ala contínua com jardim e quintais nas traseiras. O espaço público é visível quase na totalidade de todos os fogos, encontrando-se cheio de mato.



Nome	Urbanização Municipal da Areia
Promotor	Câmara Municipal de Viana do Castelo
Construtor	Icons – Indústria de Construção, S.A.
Financiamento	INH
Localização	Lugar da Areia, Darque, Viana do Castelo
Ano de construção	2004



Conjuntos habitacionais / blocos	T2	T3	T4	T5	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco	21	18	3		42



### Equipamentos e Serviços

Centro Comunitário de Darque (centro de dia, centro de convívio, lar residencial, ginásio, refeitório social, gabinetes para serviços públicos como o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Instituto de Reinserção Social e o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social).

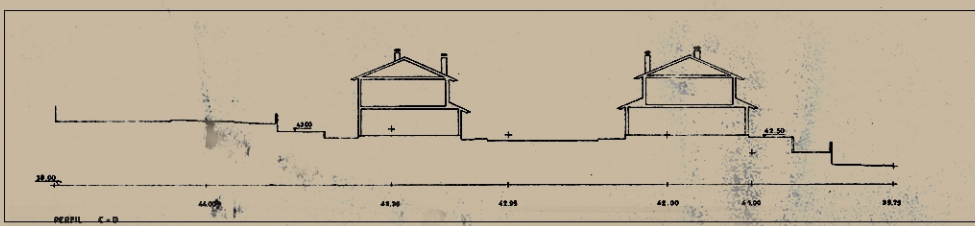
Cafés e Restaurantes (a partir de 50m)  
Apeadeiro (Caminho-de-ferro (a 400m))

A Urbanização Municipal da Areia tem a sua pré-existência num aglomerado de barracas onde vivia maioritariamente população cigana. Face à falta de condições de habitabilidade, estas foram destruídas dando lugar a um novo bairro social constituído por 42 fogos, com tipologias T2, T3 e T4. O complexo habitacional foi ampliado pela construção do Centro Comunitário de Darque, inaugurado em 2008, e integra um centro de dia, um centro de convívio, um lar residencial, ginásio, refeitório social e vários gabinetes para serviços públicos, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Instituto de Reinserção Social e o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social, que servem os habitantes do bairro social e ainda toda a comunidade envolvente.

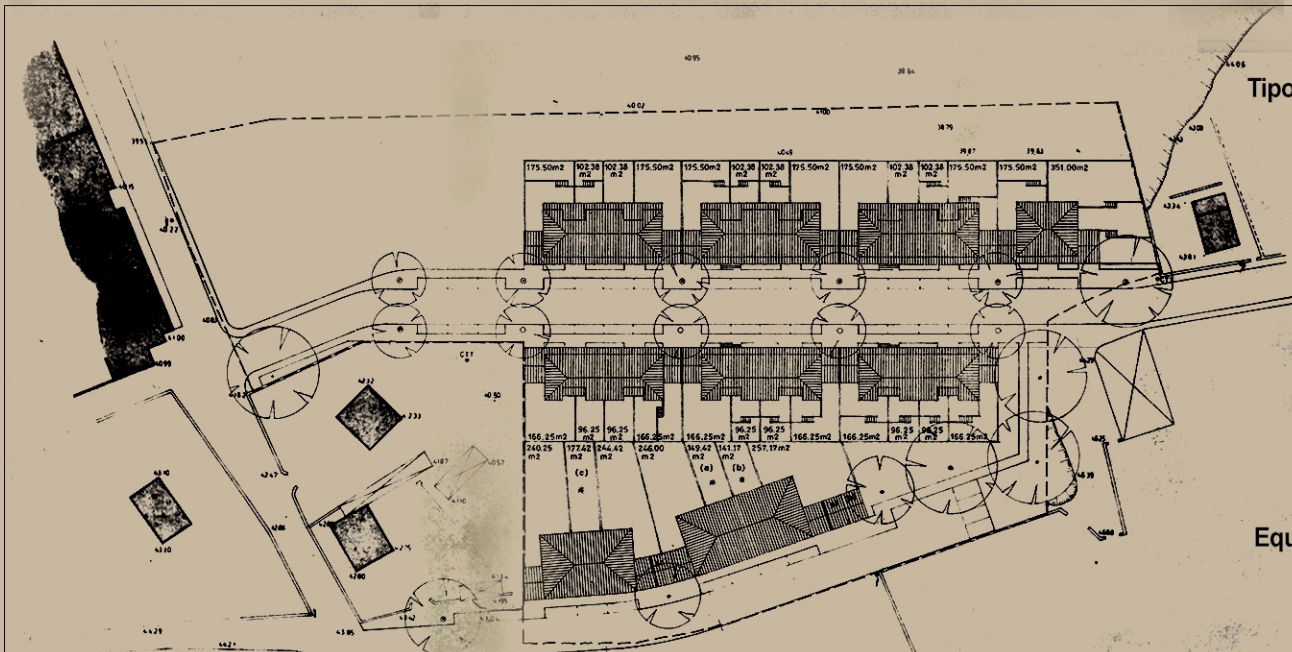
Nome	Urbanização Municipal da Costeira
Arquitectos	Rocha Ferreira Arquitecto
Promotor	Câmara Municipal de Viana do Castelo
Financiamento	INH
Localização	Costeira, Alvarães – Viana do Castelo
Ano de construção	2004



Conjuntos habitacionais / blocos	T1	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda		12	12		24
Habitação multifamiliar   Bloco					



24 fogos de habitação social, ficando imediatamente a Sul de um outro núcleo de habitações com as mesmas características sociais. A conceção urbana trata de um arruamento de 6,5m de largura, delimitado nos dois lados por uma faixa de estacionamento e passeio, que se prolongam num outro arruamento já existente e que se delimita a Sul. O traçado de perfil destaca o acesso por duas entradas a todas as propriedades. Do lado sudeste estão construídos os fogos T3 e do lado noroeste os T2.



- Tipologias espaço público**
- Ruas:
- Eixos Pedonais
- Rua de tráfego restrito
  
- Espaços Verdes:**
- Parque residencial
  
- Atividades**
- Recreio e Lazer
  
- Arranjos exteriores**
- Parque infantil
- Estacionamento
  
- Equipamentos e Serviços**
- Campo de Jogos (a 350m)

Nome	Bairro da Rua de Ourense
Localização	Monsserrate, Viana do Castelo
Ano de construção	Século XX



Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T2	T3	T4	Total
Habitação unifamiliar					
Habitação unifamiliar banda					
Habitação multifamiliar   Bloco					36

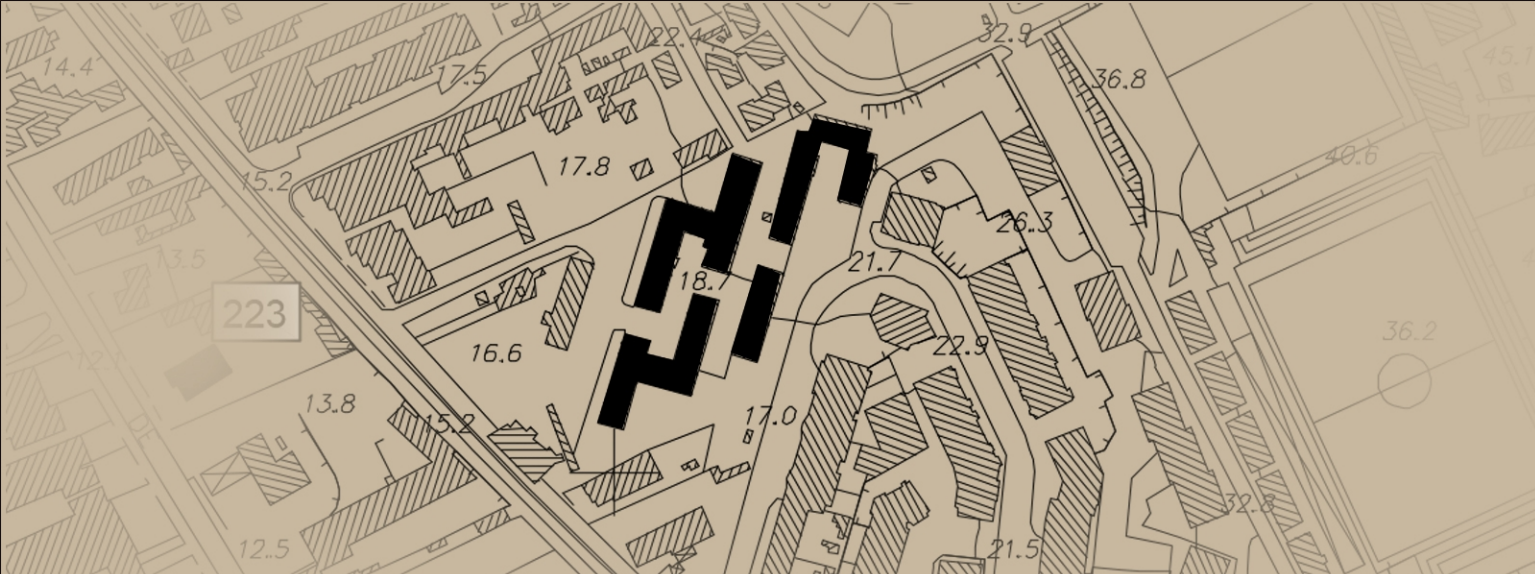


**Tipologias espaço público**  
 Ruas:  
 Ruas exclusivamente pedonais  
 Eixos pedonais  
 Rua de tráfego restrito  
  
 Praças/Largos:  
 Pequenos Largos  
  
 Espaços Verdes:  
 Espaços intersticiais



**Arranjos exteriores**  
 Estacionamento  
 Passeios  
 Canteiros  
  
**Atividades**  
 Sem atividades

**Equipamentos e Serviços**  
 Cafés e Restaurante (a partir de 20m)  
 Espaços Comerciais (a partir de 50m)  
 Igreja (a 350m)  
 Escola Secundária (a 350m)  
 Escola Básica 2 e 3 (a 350m)  
 Pavilhão Municipal (a 400m)  
 Centro Formação Profissional das Pescas e do Mar (a 400m)  
 Piscina Municipal (a 450m)  
 Escola Superior de Tecnologia e Gestão (a 500m)



<b>Zona de construção de colmatção/continuidade:</b> Aglomerado urbano com área edificada e infra-estruturada; Ter em consideração os parâmetros da morfologia urbana e das tipologias da envolvente; Garantir a continuidade das tipologias observadas na envolvente, cêrceas e alinhamentos.
<b>Zonas de Equipamentos Existentes:</b> Ocupação com equipamentos; Admitidas intervenções de conservação, reconstrução, alteração e ampliação de estruturas existentes, sob análise individual à especificidade funcional, integração urbana, arquitectónica, ambiental e paisagística do equipamento e legislação aplicável.
<b>Zonas Urbanas de Aplicação de PMOT:</b> Zonas de edifícios uni ou bifamiliares; Predominam as moradias, isoladas ou agrupadas, com logradouro privado; Não deve ser ultrapassada uma altura de dois pisos, sempre que se tratem de moradias isoladas ou geminadas, e a três pisos, caso se tratem de moradias em banda contínua; A edificabilidade deverá respeitar as tipologias de ocupação definidas para as respectivas subcategorias identificadas na carta de zonamento; Poderão admitir-se outras tipologias de ocupação desde que sejam respeitados os índices e parâmetros urbanísticos definidos e desde que justificadas com estudo de enquadramento; Os edifícios deverão destinar-se a habitação, comércio ou serviços
<b>Zonas Urbanas de Aplicação de PMOT:</b> Zonas de edifícios multifamiliares; Predominam edifícios de habitação colectiva, isolados ou agrupados, sem logradouro privado ou cujo logradouro, embora privado, possa ser de utilização colectiva; Não deve ser ultrapassada uma altura correspondente a quatro pisos; Os anexos não deverão ocupar mais de 20% da área total do lote ou propriedade, não podendo ultrapassar 50 m <sup>2</sup> ou 25 m <sup>2</sup> por fogo no caso de edifícios multifamiliares; A edificabilidade deverá respeitar as tipologias de ocupação definidas para as respectivas subcategorias identificadas na carta de zonamento; Poderão admitir-se outras tipologias de ocupação desde que sejam respeitados os índices e parâmetros urbanísticos definidos e desde que justificadas com estudo de enquadramento; Os edifícios deverão destinar-se a habitação, comércio ou serviços.
<b>Zona especial de protecção a imóveis classificados como monumentos:</b> Zonas Urbanas de Aplicação de PMOT; Zona especial de protecção a imóveis classificados como monumentos; Pelo valor dos imóveis encontram-se numa zona especial de protecção; Beneficiam de uma zona de protecção de 50 m contados a partir dos seus limites exteriores. Qualquer obra nestes imóveis, ou nas respectivas zonas de protecção carece de autorização prévia do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico; Devem ser mantidos os materiais construtivos e as características estruturais e arquitectónicas originais; Admite-se a possibilidade da realização de obras de conservação e de obras de ampliação ou novas edificações, desde que justificadas com estudo de enquadramento e condicionadas pela qualidade do projecto.
<b>Zonas urbanas de explicação de PP:</b> Zona Urbana de Aplicação de PMOT; Zona urbana de explicação de plano de pormenor para o lugar da Areia, em Darque; Área com uma estrutura urbana caótica, deficientemente infra-estruturada; Coexistência de edifícios com diversas tipologias e volumetrias, com deficientes condições de habitabilidade; Plano de pormenor procura garantir a sua conveniente reestruturação, infra-estruturação e compatibilização com a malha urbana envolvente; Admite-se a edificação desde que devidamente justificada com estudo de enquadramento, ficando condicionada à qualidade do projecto.
<b>Zonas Urbanas de Aplicação de PMOT:</b> Zona urbana de explicação para estudo de reconversão do Bairro dos Pescadores, em Monserrate; Área habitacional degradada, isolada de qualquer contexto urbano, rodeada de zona industrial; O estudo da área tem em vista a sua reabilitação e enquadramento na envolvente; A edificabilidade restringe-se a obras de conservação.
<b>Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Urbano:</b> Espaços destinados à construção de infra-estruturas que potenciem a fruição da componente ambiental e paisagística; Espaços que devem ser objeto de projeto de arranjo urbanístico e paisagístico; Admitida a edificação de equipamentos e de estruturas de apoio a estes espaços, desde que previstas em projecto; Nos edifícios com uso habitacional existentes são permitidas obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação, não podendo resultar alteração tipológica e devendo ser observados os critérios edificatórios da categoria de espaço adjacente.
<b>Áreas com Risco de Avanço das Águas do Mar:</b> estas áreas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento.
<b>Zonas Urbanas de Aplicação de PMOT:</b> Zona urbana de explicação para estudo para a área adjacente à EN 13 no lugar do Meio, em Areosa; Área com estrutura urbana caótica onde coexistem habitação, armazéns e oficinas, com volumetrias variáveis; O estudo da área tem em vista a sua reorganização, quer em termos urbanísticos, quer em termos volumétricos e funcionais; Admite-se a edificação desde que devidamente justificada com estudo de enquadramento, ficando condicionada à qualidade do projecto.

Tab.13 Tabela de zonamento do PDM

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

### MORFOTIPOLOGIA

Muito embora não seja o objectivo do trabalho, a análise geral das formas edificadas associadas às tipologias – morfotipologia - dos conjuntos de habitação social e económica em Viana do Castelo, importa destacar que no contexto em estudo se identifica que:

Um espaço público é definido pelo modelo de emparcelamento e apresentam características de habitação unifamiliar em banda, com logradouro privado, que se limita num dos lados do edificado por passeio/via de circulação pedonal/automóvel. O espaço público destes complexos habitacionais, segue a lógica de dar primordial importância ao automóvel no desenho do espaço exterior da habitação. Com estas características identificam-se o Bairro do Jardim – Sta. Maria Maior (1); Bairro de Casas para Pescadores de Viana do Castelo – Monserrate (2); Bairro do Conde de Bertandos (6), Bairro de Santiago (7), Bairro Padre Luís Faria (8); UM do Meio – Areosa (14); UM do Malhão – Areosa (16); U.M. de S. José – Alvarães (12); U.M. de Sendim de Baixo – Castelo de Neiva (13); U.M. da Felgueira – Perre (17); U.M. do Souto – Barrocelas (18); U.M. da Costeira – Alvarães (20).

O outro espaço público é definido pelos princípios da Carta de Atenas, caracterizados por serem de habitação multifamiliar, cujo espaço público ganha relevo no desenho do conjunto habitacional, uma vez que é pensado numa estrutura hierárquica e funcional, onde o espaço exterior de cada habitação é o jardim ou a praça pública. Com estas características identificam-se o Bairro da Bandeira ou da Previdência – Sta. Maria Maior (4); Bairro dos Benfeitores de Sta. Casa da Misericórdia – Monserrate (5); Bairro da Rua de Ourense – Monserrate (21); Bairro do IGAPHE – Monserrate (3); Bairro do IGAPHE – Darque (11); Bairro do IGAPHE – Meadela (15); Bairros da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril (9 e 10); e a U.M. da Areia – Darque (19).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Os Planos Directores Municipais, bem como toda a legislação em vigor em torno da construção de habitação económica ou cooperativa, afectam o espaço público gerado nas urbanizações. Desta forma, destacam-se segundo a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal da cidade de Viana do Castelo, os zonamentos e características das zonas nas quais estão implantados os conjuntos de habitação estudados nesta investigação. A análise permite concluir que existem 4 grupos principais onde se inserem os diferentes conjuntos urbanos de habitação económica.

A **Urbanização Municipal de S. José – Alvarães (12)**, **Urbanização Municipal de Sendim de Baixo – Castelo de Neiva (13)**, **Urbanização Municipal da Felgueira - Perre (17)**, **Urbanização Municipal do Souto – Barrocelas (18)**, **Urbanização Municipal da Costeira - Alvarães (20)**, localizam-se numa zona de construção de colmatação/continuidade. Estas urbanizações localizam-se em freguesias rurais pertencentes ao concelho de Viana do Castelo. Trata-se de aglomerados urbanos com área edificada e infra-estruturada, cujas construções devem ter em consideração os parâmetros da morfologia urbana e das tipologias da envolvente, o que resulta em construções de tipologia unifamiliar em banda de 2 pisos, com espaço de logradouro, de forma a garantir a continuidade das tipologias na envolvente, cêrceas e alinhamentos. A Urbanização Municipal de Sendim de Baixo (11), está também implantada numa área sinalizada com Risco de Avanço das Águas do Mar.

**Bairro de Casas para Pescadores de Viana do Castelo – Monserrate (2)**, **Bairro do Jardim – Sta. Maria Maior (1)**, **Urbanização Municipal do Meio - Areosa (14)**, **Urbanização Municipal do Malhão - Areosa (16)**, **Bairro da Bandeira ou da Previdência – Sta. Maria Maior (4)**, ficam implantadas em freguesias não rurais, em zonas pertencentes ao núcleo urbano da

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

cidade ou em zona de expansão da mesma. Estas áreas estão sujeitas à aplicação do PMOT, tratando-se de zonas destinadas a edifícios uni ou bifamiliares, onde predominam moradias agrupadas, com logradouro privado. As construções não ultrapassam a altura de dois pisos, são em banda contínua, e destinam-se a habitação.

O **Bairro da Bandeira ou da Previdência (4)**, fica também implantado num local onde se sobrepõe uma Zona especial de protecção a imóveis classificados como monumentos, da qual também fazem parte o **Bairro dos Benfeitores de Sta. Casa da Misericórdia (5)**, **Bairro do Conde de Bertandos (6)**, **Bairro de Santiago (7)**, **Bairro Padre Luís Faria (8)**. Esta zona urbana de Aplicação de PMOT, é caracterizada pela protecção a imóveis classificados como monumentos, isto é todo o centro histórico da cidade de Viana do Castelo. Pelo valor dos imóveis, encontram-se numa zona especial de protecção de 50 m contados a partir dos seus limites exteriores. Os materiais construtivos, as características estruturais e arquitectónicas dos edifícios têm-se mantido como as originais.

O **Bairro do IGAPHE – Monserrate (3)**, **Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril – Sta. Maria Maior (9 e 10)**, **Bairro do IGAPHE – Darque (11)**, **Bairro do IGAPHE – Meadela (15)**, **Urbanização Municipal de Areia – Darque (19)**, **Bairro da Rua de Ourense - Monserrate (21)**, localizam-se em freguesias pertencentes ao núcleo urbano da cidade e em zona de expansão da urbe. Estas são zonas de edifícios multifamiliares, nas quais predominam edifícios de habitação colectiva em blocos isolados ou agrupados, sem logradouro privado. Os edifícios variam entre os 3 e 4 pisos, com a exceção de um bloco no Bairro Capitães de Abril, com 11 pisos. Os edifícios destinam-se maioritariamente à habitação, e no caso único dos Capitães de Abril existem também atividades de comércio ou serviços e espaços de lazer e recreação.

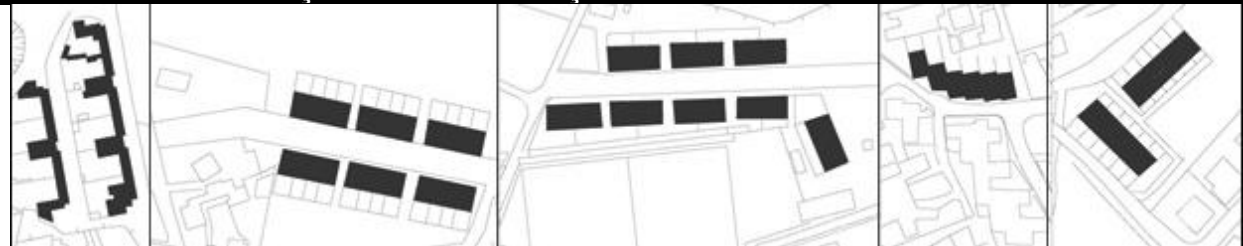
## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Ganham destaque também, os casos do **Bairro do Jardim – Sta. Maria Maior (1)** e **Bairro do IGAPHE – Darque (11)**, sinalizados no PDM como possuidores de Espaços Públicos de Recreio e Lazer em Solo Urbano. Embora em zonas bastante distintas, estes espaços possuem infra-estruturas que potenciem a fruição da componente ambiental e paisagística, sendo constantemente objetos de projeto de arranjo urbanístico e paisagístico. Também com alguma relevância, existe o caso particular do **Bairro de Casas para Pescadores de Viana do Castelo – Monserrate (2)**, implantado numa zona urbana de reconversão do próprio bairro. Trata-se de uma área habitacional degradada, isolada de qualquer contexto urbano, rodeada de zona industrial, estando em decurso a sua reabilitação e enquadramento na envolvente. O caso da **Urbanização Municipal do Meio – Areosa (14)**, deve-se à sua proximidade com a zona urbana de exploração para estudo da área adjacente à EN 13. Caracteriza-se a área pela sua estrutura urbana caótica onde coexistem habitação, armazéns e oficinas, com volumetrias variáveis. O estudo da área tem em vista a sua reorganização, quer em termos urbanísticos, quer em termos volumétricos e funcionais. Já no caso da **Urbanização Municipal de Areia - Darque (19)**, esta implanta-se numa zona urbana de exploração de Plano de Pormenor, devido a tratar-se também de uma área com uma estrutura urbana caótica, deficientemente infra-estruturada. Coexistem edifícios com diversas tipologias e volumetrias, com deficientes condições de habitabilidade. O Plano de pormenor procura garantir a sua conveniente reestruturação, infra-estruturação e compatibilização com a malha urbana envolvente.

### FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO DE ZONAMENTO

Face à principal implantação em 4 zonas distintas dos conjuntos habitacionais do marco mostral, é possível identificar as diferentes morfologias urbanas e organiza-las em 4 grupos com características semelhantes na forma de ocupação:

## ZONA DE CONSTRUÇÃO DE COLMATAÇÃO/CONTINUIDADE



Zona de Construção de Colmatação/Continuidade (Da esquerda para a direita: UM de São José e UM da Costeira, UM da Felgueira, UM de Sendim de Baixo, UM do Souto)

## CARACTERÍSTICAS

Apontamentos de espaço construído que se situam na parte mais ruralizada do concelho de Viana do Castelo.

A ocupação dispersa é caracterizada na sua maioria pela falta de articulação com o espaço envolvente construído ou natural.

Locais com grandes lacunas e em vários casos com ausência de espaços públicos, existindo apenas ligações viárias de suporte.

São partes do território marcadas por extensas manchas construídas. Como base surge o lote e o espaço de circulação.

Falta legibilidade no território, não havendo diferenciação entre a malha e o tecido urbano, tornando-os monótonos.



## ZONAS DE EDIFÍCIOS UNI OU BIFAMILIARES



Zonas de edifícios uni ou bifamiliares: (Da esquerda para a direita: Bairro de Casas para Pescadores de Viana do Castelo, Bairro do Jardim, UM do Malhão, UM do Meio, Bairro da Bandeira ou da Providência)

## CARACTERÍSTICAS

Zonas presentes em vários pontos do concelho de Viana do Castelo.

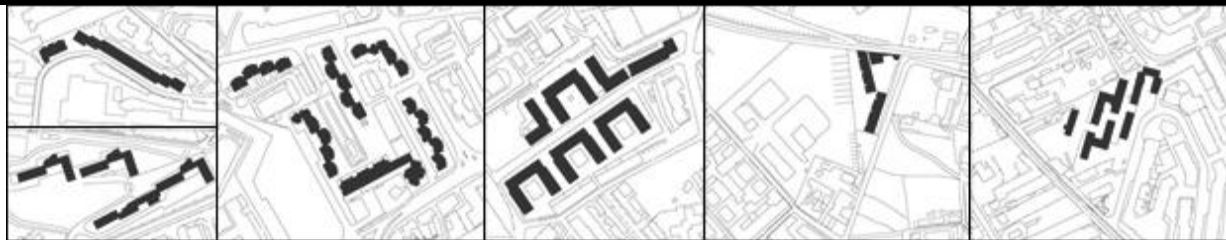
As urbanizações caracterizam-se na sua maioria por serem espaços estruturados por uma malha ortogonal com hierarquia e distinção funcional dos espaços de circulação.

Modelos urbanos que variam entre o modelo de emparcelamento e o proposto pela Carta de Atenas. Embora se trate de zona de habitação uni ou bifamiliar, os casos da UM do Meio, UM do Malhão e Bairro da Bandeira ou Providência, revelam ser habitação em bloco multifamiliar.

Espaço público funciona como elemento central das urbanizações, sendo desenvolvido como elemento estruturante e distribuidor nos acessos ao edificado.



## ZONAS DE EDIFÍCIOS MULTIFAMILIARES



Zonas de edifícios multifamiliares (Da esquerda para a direita: Bairro do IGAPHE – Monserrate (cima), Bairro do IGAPHE – Darque (Baixo), Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril - Fase 1, Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril (Fase 2), UM da Areia, Bairro da Rua de Ourense)

### CARACTERÍSTICAS

Zonas presentes em vários pontos da área em estudo.

Próximas na sua maioria dos principais eixos de circulação ou entradas da cidade.

Surgem como limite entre o espaço construído e os eixos de circulação.

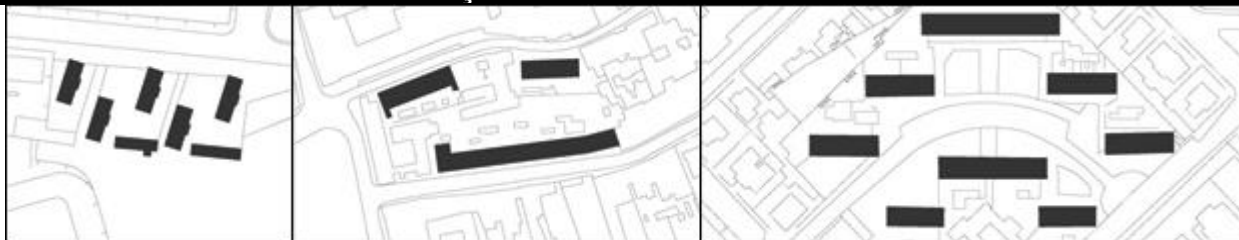
Zonas presentes junto do núcleo urbano da cidade ou na zona de expansão da mesma e marcadas pela habitação multifamiliar de elevada volumetria.

Raramente existem âncoras de estruturação do território, como um elemento de destaque como o jardim ou outro elemento. Existem situações de excepção, nas quais existe um maior cuidado com o espaço público.

Esta forma ocupacional demonstra a diversidade das implantações existentes. Todas elas com a integração de espaços públicos, de estacionamento e circulação que se desenvolvem paralelamente aos eixos de circulação automóvel, não sendo estes últimos elementos estruturantes da ocupação.



## ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO A IMÓVEIS CLASSIFICADOS COMO MONUMENTOS



Zona especial de protecção a imóveis classificados como monumentos: (Da esquerda para a direita: Bairro dos Benfeitores de Sta. Casa da Misericórdia (baixo), Bairro do Conde de Bertandos e Bairro de Santiago (cima), Bairro da Bandeira ou da Providência)

### CARACTERÍSTICAS

Zonas existentes na proximidade do centro histórico da cidade de Viana do Castelo, em zona de protecção a monumentos e edifícios protegidos.

Locais atualmente centrais, com ocupação relativamente antiga.

Existe preocupação ao nível do desenho do espaço público, evitando que este se limite ao espaço de circulação. Estão presentes espaços verdes e equipamentos nas proximidades que valorizam todo o espaço de implantação do conjunto habitacional.



## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

A seleção dos casos de estudo recai sobre os objetos físicos desta dissertação: o espaço público dos conjuntos habitacionais de carácter social. Ao longo da pesquisa foi analisado um conjunto abrangente de conjuntos urbanos que, de alguma forma, se revelaram importantes para esta investigação. No entanto, dado o elevado número de conjuntos urbanos existentes no concelho de Viana do Castelo, com carácter de habitação social, foi necessário desde logo estabelecer critérios de seleção que permitissem obter uma amostragem significativa de casos de estudo.

Os 6 casos de estudo seleccionados, correspondem a 6 conjuntos habitacionais representativos de diferentes épocas de construção, Políticas Habitacionais Aplicadas, Estado de Conservação Atual, Estrutura e Tipologia Variada, Nº de Fogos e Dimensão, Variedade de Tipos de Espaço Público; e Proximidade ao centro urbano. Desta forma foi escolhido 1 caso, que se distinguisse em cada um dos critérios seleccionados, podendo abranger o maior número de estudos de caso com diferentes características.

Assim o 1º caso seleccionado corresponde ao **Bairro do Jardim**, construído em 1962 segundo o Decreto-lei 23052, de 23 de Setembro de 1933 - Programa de Casas Económicas. Apresenta tipologia de habitação em banda linear, organizada radialmente. O bairro encontra-se no núcleo urbano da cidade de Viana, está em bom estado de conservação, possuindo 64 fogos e segundo as fichas de caracterização é possível encontrar até 8 tipos de espaço público diferentes.

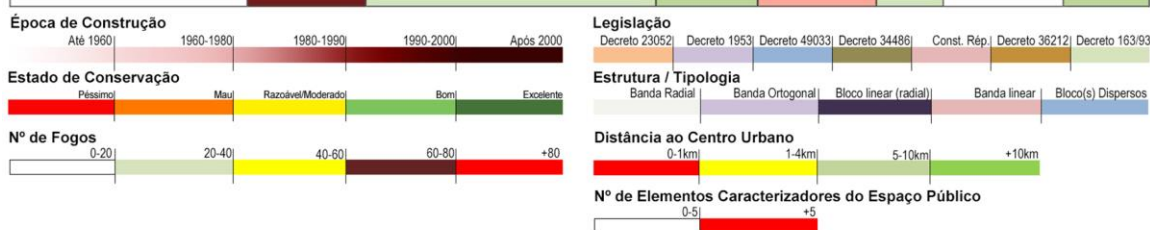
### 4.3 ANÁLISE INDIVIDUAL

#### 4.3.1 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO AMOSTRAGEM

# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Tab.16. Critérios de Seleção

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO							
	Época	Legislação	Estado	Estrutura/ Tipologia	Nº de fogos	Elementos Espaço Público	Dist. ao centro urbano
Bairro do Jardim	Final de 1930's	Decreto-lei 23052, de 23 de Setembro de 1933 - Programa de Casas Económicas	4	Banda Radial	64	8	0km
Bairro de Casas para Pescadores de Viana do Castelo	1942	Lei nº1953, de 11 de Março de 1937 - Programa de Casas dos Pescadores	2	Banda Ortogonal	50	4	1Km
Bairro da Bandeira ou da Providência	1960's	Decreto-lei 23052, de 23 de Setembro de 1933 - Programa de Casas Económicas	4	Blocos orgânicos/ dispersos	48	6	0km
Bairro do IGAPHE – Monserrate	Década 1960	Decreto-Lei 49033, 28 Março de 1965 - Fundo de Fomento de Habitação	1	Bloco linear (curva)	72	4	0.67k m
Bairro dos Benfeitores de Sta. Casa da Misericórdia	1968	Decreto-lei 34486, de 6 de Abril de 1945 - Programa Casas para Alojamento de Famílias Pobres	3	Bloco orgânicos/ disperso	30	7	3km
Bairro do Conde de Bertandos	1968	Decreto-lei 34486, de 6 de Abril de 1945 - Programa Casas para Alojamento de Famílias Pobres	4	Banda linear	20	3	0km
Bairro de Santiago	1968	Decreto-lei 34486, de 6 de Abril de 1945 - Programa Casas para Alojamento de Famílias Pobres	3	Banda linear	6	3	0km
Bairro Padre Luís Faria	1968	Decreto-lei 34486, de 6 de Abril de 1945 - Programa Casas para Alojamento de Famílias Pobres	3	Banda linear	8	3	0km
Bairro da Rua de Ourense	1970's		2	Blocos orgânicos/ dispersos	36	5	0.8km
Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril	1980	Constituição da República, artigo 201.º - Cooperativismo	5	Blocos orgânicos/ dispersos	242 +265	9+8	0km
Bairro do IGAPHE – Darque	1983	Decreto-Lei 49033, 28 Março de 1965 - Fundo de Fomento de Habitação	1	Blocos orgânicos/ dispersos	129	6	3.25k m
Urbanização Municipal de S. José	1992	Decreto-Lei 36 212, 7 de Abril de 1947	4	Banda linear	10	3	9.7km
Urbanização Municipal de Sendim de Baixo	1994	Decreto-Lei 163/93, 7 de Maio de 1993	3	Banda linear	12	3	7.18k m
Urbanização Municipal do Meio	1995	Decreto-Lei 163/93, 7 de Maio de 1993	3	Banda ortogonal	32	5	2.7km
Bairro do IGAPHE – Meadela	1998	Decreto-Lei 49033, 28 Março de 1965 - Fundo de Fomento de Habitação	1	Bloco linear	40	5	2.63k m
Urbanização Municipal do Malhão	1998	Decreto-Lei 163/93, 7 de Maio de 1993	3	Banda ortogonal	48	5	3.85k m
Urbanização Municipal da Felgueira	2000	Decreto-Lei 163/93, 7 de Maio de 1993	4	Banda linear	32	6	5.43k m
Urbanização Municipal do Souto	2003	Decreto-Lei 163/93, 7 de Maio de 1993	3	Banda ortogonal	12	4	12.5k m
Urbanização Municipal de Areia	2004	Decreto-Lei 163/93, 7 de Maio de 1993	2	Blocos orgânicos	42	4	3.27k m
Urbanização Municipal da Costeira	2004	Decreto-Lei 163/93, 7 de Maio de 1993	4	Banda Linear	24	3	9.75k m



## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O 2º caso seleccionado corresponde ao **Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril**, construído em 1980 (1ª fase), fruto do movimento Cooperativo. Apresenta tipologia de habitação em bloco multifamiliar, com organização dispersa. O bairro encontra-se no núcleo urbano da cidade de Viana, está em excelente estado de conservação, possuindo 242 fogos e segundo as fichas de caracterização é possível encontrar até 9 tipos de espaço público diferentes.

O 3º caso seleccionado corresponde ao **Bairro do IGAPHE – Darque**, construído em 1983 (1ª fase), segundo o Decreto-Lei 49033, 28 Março de 1965 - Fundo de Fomento de Habitação. Apresenta tipologia de habitação em bloco multifamiliar, com organização dispersa. O bairro encontra-se na zona de expansão da cidade de Viana, na margem Sul do Rio Lima, encontra-se em péssimo estado de conservação, possuindo 129 fogos e segundo as fichas de caracterização é possível encontrar até 6 tipos de espaço público diferentes.

O 4º caso seleccionado corresponde à **Urbanização Municipal do Meio**, construído em 1995. Apresenta tipologia de habitação em banda, com estrutura ortogonal. O bairro encontra-se na periferia da cidade de Viana, a cerca de 3km do núcleo urbano, encontra-se em estado de conservação razoável, possuindo 32 fogos e segundo as fichas de caracterização é possível encontrar até 5 tipos de espaço público diferentes.

O 5º caso seleccionado corresponde à **Urbanização Municipal da Felgueira**, construído em 2000. Apresenta tipologia de habitação em banda, com estrutura linear. O bairro encontra-se na periferia da cidade de Viana, a mais de 5km do núcleo urbano, encontra-se em bom estado de conservação, possuindo 32 fogos e segundo as fichas de caracterização é possível encontrar até 6 tipos de espaço público diferentes.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O 6º caso seleccionado corresponde à **Urbanização Municipal de Areia**, construído em 2004. Apresenta tipologia de habitação em bloco multifamiliar, organizado em 2 blocos habitacionais. O bairro encontra-se na zona de expansão da cidade de Viana, a cerca de 3km do núcleo urbano, encontra-se em mau estado de conservação, possuindo 42 fogos e segundo as fichas de caracterização é possível encontrar até 4 tipos de espaço público diferentes.

Face à irrelevância ou inexpressão do espaço público existente nas urbanizações mais longínquas do centro urbano, foram excluídos tais conjuntos urbanos na selecção dos casos de estudo.

No decorrer da análise individual dos estudos de caso, que se apresenta a seguir, será utilizada a seguinte correspondência de cores:

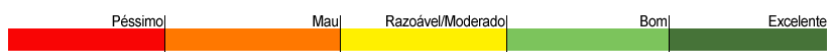


Fig.27

Legendas Utilizadas:

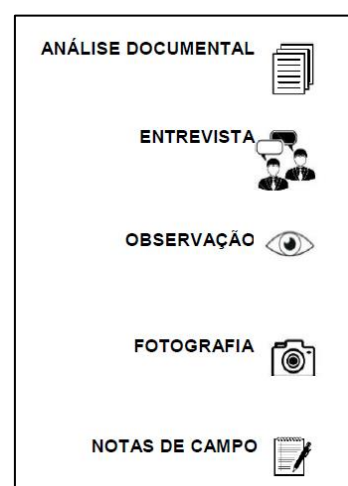


Fig.28





#### 4.3.2. BAIRRO DO JARDIM

# BAIRRO DO JARDIM

PARAGENS PERCURSO PEDONAL (VISÃO SERIAL, CULLEN 1960)



# BAIRRO DO JARDIM

## FOTOS PERCURSO PEDONAL (VISÃO SERIAL, CULLEN 1960)



## BAIRRO DO JARDIM

Categoria: Integração Urbana (Coelho, 2009)



Plantas de Implantação e Localização

Trata-se de um conjunto habitacional de **média dimensão**, constituído por **casas unifamiliares em banda**, localizado em sector urbano, possui área com unidade morfológica contemporânea de traçado regular.



Mapa Bidimensional (Ferramenta Digital)

O conjunto habitacional localiza-se no centro urbano da cidade de Viana do Castelo, na freguesia de Santa Maria Maior, a menos de **1km do centro histórico da cidade**. O conjunto habitacional tem na sua envolvente uma série de **equipamentos** privilegiados e únicos, como Escolas Básicas e Universitárias, Pavilhão Desportivo, Junta de Freguesia, Cafés, Restaurantes e Hipermercado.



Registo do Bairro no Inventário do Património Arquitectónico do SIPA

O bairro localiza-se na **freguesia de Santa Maria Maior** em Viana do Castelo, tem um total de **64 fogos** habitacionais, distribuídos em bandas, desenvolvendo-se radialmente com um conjunto de ruas que ligam ao espaço central da urbanização, onde se localiza o espaço público que serve a população.



Horários da Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo

O local de implantação do conjunto habitacional é servido pela Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo, a qual dispõe nesta zona de **autocarros** que fazem a ligação até ao Interface, localizado no Estação Viana Shopping, no centro da cidade. Os autocarros funcionam em vários horários ao longo do dia, desde as 8h até às 19h, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados.



(Data: 13-02-2017)



O conjunto habitacional está localizado muito próximo do **centro do núcleo urbano** da cidade de Viana do Castelo, encontrando-se numa zona servida por muitos **equipamentos e serviços** e tem incluído na sua estrutura alguns estabelecimentos comerciais, parque residencial com equipamento desportivo e parque infantil. Pode alcançar-se facilmente os **acessos a A28, IC1, EN302-2**.



(Data: 23-05-2017)

Uma entrevista foi realizada a uma trabalhadora de 32 anos, moradora no Bairro do Jardim desde 1985. A entrevista possibilitou compreender a opinião da moradora face à boa localização do bairro. Para ela trata-se de um bairro situado numa zona central da cidade que privilegia de ser económico, sossegado, sem grandes multidões ou confusões, com uma boa organização no uso dos espaços. É destacada a facilidade de acessos e oferta de transportes públicos, serviços e equipamentos, e a abundância de comércios nas proximidades.



(Data: 29-03-2017)

**Percurso pedonal:**

O percurso pedonal realizado pelo autor, desenvolveu-se ao longo do espaço público do conjunto habitacional, onde em **9 paragens** consecutivas se atendeu às questões mais físicas do edificado e do espaço público. No entanto, a observação prolongou-se ainda ao campo sensorial na leitura do espaço do todo, que permitiu concluir tratar-se de um conjunto residencial cujo espaço público é razoável.

**Conjuntos Funcionais:**

O conjunto é composto por conjuntos pedonais, 1 conjunto funcional de ornamentação e transição e ainda, conjuntos de circulação de veículos, dos quais fazem parte 5 ruas e ainda 1 praça e 1 espaço verde (imagem 1).

**Áreas Pedonais, de Ornamentação e Transição, de Circulação Motorizada e Estacionamento:**

O espaço tem **ÁREAS PEDONAIS** desadequadas, embora se realce positivamente a largura adequada de **passeios**. Porém existem grandes lacunas ao nível das **áreas sem vegetação ou das passagens de peões desarticuladas**. As **ÁREAS DE ORNAMENTAÇÃO E TRANSIÇÃO** revelam também bastantes falhas, quer pelas dificuldades na **visualização e leitura do espaço**, quer pela **não implementação de estatuária ou fontes**, ou ainda pela inexistência de **limites e alinhamentos** das diferentes espécies de árvores que se encontram isoladas e em cima de **eixos pedonais** (imagem 2). Por fim, relativamente à **CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO**, ressaí a inexistência de **pontos de conflito**, o que facilita o **atravessamento de peões**, no entanto o conjunto habitacional não tem **estacionamentos**, pelo que o aparcamento das viaturas é feito na via de circulação, não chegando a impedir a circulação pedonal (imagem 3).

**Circulação:**

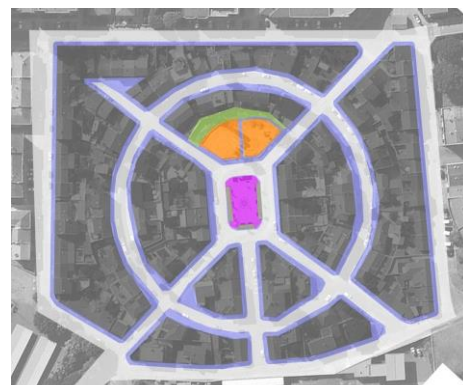
Trata-se de um espaço que responde de forma razoável às especificidades para a **CIRCULAÇÃO MISTA**, uma vez que embora os **espaços de circulação** não funcionem de **forma hierárquica**, estes permitem a **fácil circulação** nas redes. Complementarmente os **materiais utilizados** ajudam a definir as **condições de circulação**, que tornam bastante identificáveis as potenciais funções a desenvolver no espaço público ou o controlo de velocidades através do material dos pavimentos (imagem 4). A **CIRCULAÇÃO DE BICICLETAS** e outros meios pode ser feita, mas não existe no conjunto urbano o **desenho de pistas ou percursos** próprios, tendo de se aproveitar os espaços de circulação automóvel para a prática. A comunhão entre peões, veículos e outros meios pode ser feita com **conforto e segurança** a todos os utilizadores (imagem 5).

**Redes Públicas:**

Em relação à instalação de redes públicas todo o conjunto está equipado com redes de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais, respondendo às necessidades do espaço público.

**Espaços de Reserva e Desafogo:**

Os **ESPAÇOS DE RESERVA OU DESAFOGO** existem, adequando-se aos restantes espaços, **equipamentos e instalações**, assegurando a **continuidade física e visual**, e prevenindo o **congestionamento de acessos**.



Áreas de Ornamentação ou Separação	Estacionamento
Campo de Jogos / Parque Infantil	Jardim Público Residencial
Áreas de Circulação Automóvel	Edifício Habitacional
Áreas Pedonais Pavimentadas	Largo / Praceta



1

2

3

4

5



(Data: 29-03-2017)

6



7



8



9



10



11



12



### Direitos:

Todo o conjunto parece respeitar de forma satisfatória a **LIBERDADE DE ACESSO** dos utilizadores, já que o **espaço público** é claramente **identificável** por parte de qualquer grupo independentemente da sua faixa etária, tornando-se **acessível a qualquer grupo**, sem restrições e durante todo o dia. Por vezes observam-se algumas **barreiras físicas**, como as **árvores integradas nos passeios**, que podem dificultar a **articulação dos percursos pedonais** e outros elementos de suporte ao espaço público, retirando **segurança e conforto** principalmente a diminuídos psicomotores. A **visibilidade e iluminação** poderiam ser melhoradas, principalmente esta última no que respeita à quantidade de **iluminação artificial** (imagem 6). O desenho urbano e arquitetónico induzem a um equilíbrio razoável entre **privacidade e segurança**. A **LIBERDADE DE ACÇÃO E DE FRUIÇÃO** no espaço público do conjunto habitacional é razoável, destacando-se o **equilíbrio** entre todos os **utilizadores** e as suas **atividades desenvolvidas**, bem como a **segurança e o conforto** de qualquer indivíduo ou grupo que utilizem o espaço. Facilmente qualquer grupo pode identificar o espaço público exterior e usa-lo durante todo o dia, embora não seja possível observar a **utilização do espaço** por parte de grupos ou indivíduos, fazendo-se notar uma **não identificação dos utilizadores** com o espaço para a realização de actividades (imagem 7). O espaço está preparado para alguns momentos ao longo do dia (paragem 5 e 6), mas faltam **subespaços articulados** aos percursos pedonais, onde seja possível a **coexistência de diferentes grupos**, através de uma hierarquia da estrutura espacial, vital e clara da identidade do espaço.

Embora seja um espaço com alguns **recintos para atividades**, este demonstra-se **pouco manipulável** e disponível para ser alterado na sua forma e reversível no posicionamento de elementos para a adaptação a outras. Falta ao espaço poder para induzir os utilizadores a explorarem todo o seu potencial (imagem 8).

### Fachadas:

O estado de conservação do conjunto habitacional é razoável. As **FACHADAS** das habitações são bastante distintas umas das outras, principalmente no que diz respeito às das construções mais recentes, pelo que em comparação à arquitetura original se revelam bastantes alterações. Salienta-se o **aumento do número de pisos** para 2, em algumas construções (imagem 9), a **implementação de componentes tecnológicos e de sombreamento**, no caso de palas, e a **substituição de materiais**.

### Campo Visual e Leitura do Espaço:

O lugar revela muitas falhas ao nível da qualidade no **CAMPO VISUAL** e na facilidade da sua **LEITURA**, a possibilidade de **ligação física e visual** com a envolvente é possível em vários pontos, no entanto a natureza dos limites físicos aliados à **continuidade** das formas e superfícies e estrutura radial do bairro (imagem 10), condicionam a percepção do espaço do conjunto (paragens 3,4,7,8 e 9). Face à estrutura densa do bairro, a sensação de **conforto, segurança e apazibilidade** ficam afectadas, quer pela forma como as **ligações entre os elementos** são realizadas, onde um elemento está associado ao que o precede e ao que se lhe segue, mas deixando o utilizador confuso em relação ao seu próprio **movimento real ou potencial** no espaço de estrutura radial. Em vários pontos denota-se a falta de **permeabilidade**, na possibilidade de ligação física e visual com a envolvente, a **continuidade** das fachadas é afectada, bem como a **simplicidade da forma visual** no seu sentido geométrico e limitação das partes, já que cada habitação é **singular** na sua forma, geometria, cores, texturas e materiais (imagem 11). Embora estes aspectos pudessem contribuir para a **consciência de movimento**, torna-se difícil ter consciência do mesmo pela estrutura radial do bairro que não estabelece um início e um fim de percurso. Relativamente às paragens 5 e 6, destaca-se o **alcance visual** possível nas mesmas, graças às vistas e panoramas que aumentam a profundidade da visão (imagem 12). Nem sempre se pode identificar **conforto e segurança** plena ao nível dos espaços, pois a falta de **manutenção e a iluminação limitada** contribuem para tal, assim como para a falta de **legibilidade** na leitura e compreensão do espaço de forma a torna-lo reconhecível e identificável, garantindo o **acesso e a articulação** entre todos os pontos. Ao nível do todo, destaca-se a **geometria** que segundo Cullen (2006, p.77) revela “a escala, a independência e a austeridade” do bairro em relação à envolvente, tratando-se de um conjunto bem integrado na restante malha urbana.



(Data: 29-03-2017)

### Funções e Inserção Social:

Relativamente às sensações sobre as **FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL**, ressalta o espaço de parque infantil e parque residencial (paragem 6), onde existe **equipamento** para exercício físico, espaços estes que são locais de encontro, que potenciam as **relações humanas** independentemente da raça e género dos utilizadores.

A existência de **barreiras físicas**, que por um lado podem condicionar a circulação a indivíduos com problemas psicomotores, garantem por outro a separação entre redes de circulação, e os equipamentos como o parque residencial e o parque infantil que se encontra vedado, garantindo mais **segurança** e funcionando como barreira protectora nos percursos pedonais, principalmente para as crianças. O espaço permite o **encontro social**, oferecendo alguma diversidade de usos que possibilita a **agregação de pessoas** de várias faixas etárias, auxiliado pela presença de **mobiliário urbano** que enriquece o espaço (imagem 13). Ao nível das unidades da vida social, ressaem os pequenos comércios que se encontram de forma aleatória no espaço do bairro, entre habitações, contrariando os princípios do zonamento, já que **atividades de lazer, comércio, trabalho e habitação** se podem encontrar num mesmo espaço destinado na sua maioria à habitação.



13

### Manutenção e Gestão:

No que respeita à **MANUTENÇÃO E GESTÃO** do conjunto, destaca-se a **resistência, durabilidade e qualidade dos materiais** utilizados, principalmente ao nível do **mobiliário urbano** das paragens 5 e 6, que se encontram em bom estado de conservação; a escolha de **equipamentos** é em quantidade adequada. Nas paragens 7,8 e 9 é possível observar alguns passeios danificados que podem condicionar a circulação (imagem 14). O ponto mais negativo de todo o conjunto é a falta de **massa arbórea**, já que a **integração de árvores** é praticamente inexistente, e as que existem estão mal situadas pois condicionam a **circulação pedonal**. A relação das árvores com os edifícios pode ser extraordinariamente expressiva, quer como extensão do seu conteúdo, quer como definição por contraste, mas neste conjunto não há **integração** das mesmas na **paisagem**.



14



(Data:29-03-2017)

**Informante-Chave:**

O percurso pedonal realizado foi acompanhado na sua totalidade por um informante-direto, um professor, morador no Bairro do Jardim desde 1993, e actualmente com 61 anos.

**Fachadas:**

O informante-direto destaca que muitos dos edifícios têm sofrido **obras de recuperação**, houve várias **demolições** para dar lugar a **construções novas**. O bairro teve uma primeira fase de construção próxima da década de 40 do século XX, passando por uma segunda fase de consolidação na posterior década de 60. Desta forma raras são as fachadas e os edifícios fiéis à primeira fase de construção do bairro, sendo uma urbanização que ao longo do tempo se foi consolidando na **malha urbana** da cidade, e também que se mantêm em constantes mutações, face à sua caracterização inicial (imagem 15). Segundo o informante, atualmente é possível reconhecer o **aumento do nº de pisos** das construções mais recentes, a **implementação de componentes tecnológicos**, e essencialmente a **substituição de materiais e tipologias** que dão individualidade a cada habitação, algo que contraria as moradias tipo do projecto original (imagem 16).

**Circulação, Áreas Pavimentadas e Direitos:**

Num primeiro momento, o morador afirma que quem não conhece o espaço, não tem a sensação de que se vai entrar num bairro “originalmente típico” (paragem 1), revelando a um bom equilíbrio entre **privacidade e segurança** sentida na zona. Em relação à questão da **CIRCULAÇÃO MISTA, MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO** o informante refere inicialmente a falta de **estacionamentos** públicos, visto que só algumas casas têm garagem e que por isso a maior parte dos aparcamentos é feito na via de circulação automóvel ou em cima dos passeios (imagem 17). Por outro lado, os **passeios largos** facilitam a **circulação e movimento pedonal**, porém a inexistência de passadeiras e o fluxo automóvel dificulta a travessia das vias principais. O morador refere os casos de **pavimentação desadequada**, por exemplo ao nível da praça (paragem 4), em que o espaço se torna desagradável para permanência, principalmente no verão porque o pavimento é demasiado quente. Ainda focados no espaço da paragem 4, é referido que o espaço não convida ao convívio, pois é demasiado rígido na **disposição do mobiliário**, tornando-se pouco espontâneo (imagem 18), o que revela a incapacidade do espaço garantir os devidos **DIREITOS DE FRUIÇÃO COMO DE TRANSFORMAÇÃO/ALTERAÇÃO**. Este espaço é para o morador um espaço de transição e cujos ruídos dos carros o tornam irritante e não convidativo. O mesmo espaço, e ainda o parque infantil e o parque residencial (paragem 5), são criticados quanto à **iluminação** insuficiente e à inadaptação a pessoas com mobilidade reduzida. Trata-se de um espaço que no seu todo serve mais a **CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL**, criando no entanto, **subespaços articulados** aos percursos pedonais, onde é possível a coexistência de diferentes **utilizadores**, através de uma **hierarquia da estrutura espacial** mais ou menos harmoniosa. Segundo o informante, a colocação de **barreiras físicas** que separam o percurso pedonal do eixo viário dão a sensação de protecção (imagem 19), no entanto não responde às necessidades dos habitantes que gostariam de passear os animais domésticos, pois falta mobiliário urbano adequado, indicando que o espaço na sua generalidade cumpre razoavelmente as exigências ao nível de **DIREITO DE ACESSO, ACÇÃO, FRUIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO/ALTERAÇÃO**, mas tem bastantes lacunas a resolver.

**Campo Visual e Leitura do Espaço:**

Aquando das passagens 1 e 2 é referido pela primeira vez o carácter subjectivo de cada habitação no bairro face à **individualidade** e diferença em cada uma, afirmando que não se trata de um bairro tipologicamente igual. As casas pequenas e personalizadas, mas sem elementos demasiado característicos, indicam as características de **contraste e escala**, pela tensão emocional que se manifesta a nível de toda a estrutura espacial, através das inter-relações na paisagem, extraordinariamente expressivas e bastas, graças à variedade de elementos estruturais, cores, texturas e materiais, permitindo perceber o **contraste espacial** das diferentes épocas de consolidação do bairro. Estes aspectos podem ser também verificados à passagem pela paragem 3, 6 e 8, quando o morador volta a referir as texturas (imagem 20) e cores diferentes nas fachadas dos edifícios.

15



16



17



18



19



20





(Data:29-03-2017)

A envolvente dos limites físicos e visuais entre o público e o privado, e a possibilidade de **ligação física** com essa mesma envolvente leva o informante a referir-se às ruas que “parecem um labirinto”, e que as mesmas “são confusas, pois o percurso não é óbvio para se percorrer ou sair do bairro” e “temos a sensação de estar perdidos no meio de um conjunto, porque é tudo labiríntico” (imagem 21). É ainda apontado que é impossível de se ver o fim da rua, criando-se um ambiente claustrofóbico, pois nem sequer proporciona curiosidade no desvendamento do que “vem a seguir”. Com tais referências ficam esclarecidos aspectos como a **legibilidade** mas também a **clareza das ligações**, condicionados pela estrutura radial do bairro, que demasiado massificado afectou a sua leitura e compreensão. Contudo, é também possível compreender a estrutura contínua da urbanização, graças às “secções sempre muito iguais em cada sítio do bairro” e a **permeabilidade** nas ligações físicas, aliadas a características que permitem ao utilizador ter **consciência do seu movimento**, pois “não existe a sensação de se estar no mesmo sítio” já que “há sempre um elemento mais distinto”, isto é, as qualidades que tornam o observador sensível ao seu próprio **movimento real ou potencial**, através dos sentidos visuais e cinestéticos. Contudo, embora haja consciência de se estar num espaço diferente, a sensação é de se sentir perdido no bairro. De salientar à passagem pelas paragens 5 e 6 (praceta e jardins), o enfoque das figuras de fundo na evidência dos limites e contraste das superfícies e das formas, bem como da localização espacial, o centro da urbanização, revelando a singularidade destas secções do bairro (imagem 22). Ao nível da paragem 5, destaca-se “uma grande extensão de céu, num espaço controlado”, revelando características como a **geometria**, descrita por Cullen (2006, p.77) como o resultado da “imensidão e a ordem Newtonianas do céu” que se fazem sentir na paisagem, incutindo nela “a escala, a independência e a austeridade”. Ao nível do **conforto, segurança e aprazibilidade** nestes espaços (paragem 4), é referido pelo morador a inexistência de uma sensação agradável de cobertura e protecção, já que o espaço é demasiado aberto para o céu, não há **integração de árvores** e é descrito como um espaço desinteressante, pois “não se percebe, não tem árvores ou elementos com água como uma fonte. Existem bancos, mas não há mesas. Tem uma **disposição desadequada**”. Para o informante o **mobiliário** está mal distribuído e as casas voltadas para o centro da praceta impedem uma sensação de escape, sentindo-se rodeado, observado e exposto, **sem protecção** porque não existem árvores nem locais com sombra ou iluminação suficiente durante a noite (imagem 23). Ao conjunto habitacional fica a sensação da falta de um forte sentido de **urbanidade**, no carácter e qualidade da vida urbana, notado pelas lacunas ao nível da elegância e alta densidade, e do requinte de um jardim público com vegetação exuberante.

**Funções e Inserção Social:**

Ao nível das **FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL** do espaço público do conjunto habitacional, o informante revela que a maior parte é “um espaço impessoal” e onde “faltam **elementos naturais**” e **mobiliário urbano** que preencha os **passeios largos**, evitando que tudo pareça “vazio e frio” (imagem 24). Especialmente nas paragens 4 e 5 é destacado o mobiliário urbano mal distribuído na praceta e **em número desproporcional** de um lado e outro, não criando um todo simétrico; ou ainda o bebedouro existente no parque residencial, que para o informante não se encontra **adaptado a qualquer individuo** segundo as várias **faixas etárias**, face às dimensões do objeto. Contudo, a paragem 5 é alvo de comentários mais positivos, destacando-se a **materialidade dos pavimentos**, melhor adaptados às **funções e actividades** a desenvolver, mas que no entanto se encontram sujos. A falta de **implementação de árvores** torna-se um grande problema no conjunto habitacional, no entanto é referido positivamente a implementação em bom número de caixotes do lixo que servem o espaço de jardim residencial e parque infantil e o equipamento de ginástica cuja distribuição proporciona a **interacção** entre os hipotéticos **utilizadores** do espaço. Há passagem pelas paragens 6, 7, 8 e 9 o informante realça o ambiente mais sossegado desta zona do bairro, onde existe mais silêncio pela menor **circulação automóvel** e onde é possível ouvir o barulho de aves. Ainda nesta secção do bairro, o morador aponta para a existência de pequenos comércio (imagem 25), dando indicações acerca da **sobreposição de usos**, verificando-se a coexistência de várias actividades numa mesma zona.



21



22



23



24



25



(Data:29-03-2017)

26



27



### Manutenção e Gestão:

Desde o momento inicial é referido pelo morador o actual momento de **obras** levadas a cabo pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, visando a recuperação da urbanização e das **redes públicas**. No entanto, são apontados como os elementos mais danificados, os **passeios** que se encontram estragados, partidos e a precisarem de manutenção, já que são frequentes os pequenos remendos elaborados por cada morador à porta da sua própria casa (imagem 26). O morador revela ainda a falta de manutenção ao nível de **canteiros** que se encontram estragados, **sem manutenção** e **sem vegetação** e refere a falta de **iluminação** em certas passagens da urbanização (paragem 2, 3,4 e 5). Porém, a principal preocupação do informante recai na falta de **espaços verdes**, pequenos jardins ou canteiros que se relacionem com o edificado e sejam uma extensão do seu conteúdo integrado na paisagem. O informante refere em várias paragens (2, 3) que “faltam **árvores**, as que existem são poucas e não se articulam com o espaço”, e que as mesmas “não fazem sentido, estão **desintegradas e desarticuladas**” entre si e no espaço, já que as poucas árvores existentes encontram-se implantadas sobre os **eixos pedonais** condicionando a circulação e encontram-se dispersas sem ordem ou relação no espaço público do bairro (imagem 27). Por fim, relativamente aos **materiais** utilizados no espaço público e, mais concretamente na praça (paragem 4), o morador afirma que esse espaço se torna sufocante no Verão, e que por estar demasiado exposto ao sol, não convida as pessoas a ir até lá. Tal é causado pela **ausência de vegetação** que pode proporcionar sombras, mas também pelos materiais do pavimento, quer pelo “calor” exagerado que absorvem e libertam, quer pelas cores que se tornam cansativas de observar.



(Data: 29-03-2017)

Trata-se de um conjunto com falhas ao nível do sentido de lugar, já que o espaço público do conjunto parece não criar ligações com os moradores. Por exemplo, é frequente ver-se canteiros ao abandono e sem manutenção, e os parques ou a praça vazios. Por outro lado, observa-se uma procura de identidade com o espaço, as ruas são personalizadas graças às fachadas individuais de cada habitação e na passagem 8, uma composição de vasos à porta de casa ocupa o passeio, numa clara apropriação do espaço, que revela também lacunas entre a passagem do domínio privado para o domínio público.

As lacunas ao nível do sentido de lugar são reveladas também pela desarmonia entre factores como a relação da arquitectura com os elementos urbanos e as actividades desenvolvidas no bairro, que não acontecem, embora os espaços existam para esse efeito.

Numa fase inicial do percurso o informante destaca a privacidade entre as várias habitações, bem como entre logradouros, tratando-se de um bairro com um ambiente saudável entre moradores. Inicialmente, à passagem pela paragem 2, são destacados os muros das habitações com decorações próprias, afirmando o morador que “existe liberdade para se fazer o que se quiser”. Este é um indicador positivo da apropriação do espaço, confirmado pela “sensação de pertença, liberdade e individualidade” sentidas à passagem pela paragem 6,7 e 8. Por vezes, o informante demonstra que há quem tenha necessidade de ocupar os passeios com vasos e plantas, para que não lhes estacionem à porta de casa. Esta é uma consequência da falta de estacionamento público, já que apenas algumas casas têm garagem privativa. Para o morador, a iluminação por vezes é escassa, tal como são escassas as árvores que proporcionem sombras e contrastes com as habitações. Tal penaliza o sentido com que os moradores se identificam com o bairro, já que por exemplo na paragem 5, é afirmado que esse “é um espaço impessoal, faltam elementos naturais”. O informante afirma que o conjunto é relativamente sossegado no seu todo, que é agradável morar no bairro e que a proximidade com o núcleo urbano da cidade é muito vantajosa.



(Data:23-05-2017)

De modo geral, a informante refere que a vizinhança é afável e não existe qualquer tipo de discriminação ou conflitos entre moradores, nem faltas de respeito ou civismo. Todos se conhecem uns aos outros e ajudam-se mutuamente, num clima familiar e de relações fortes.

Desta forma é destacada a vizinhança simpática, o sossego da zona, a centralidade e proximidade com zonas lúdicas e de lazer como um parque infantil e zonas verdes. A moradora enfoca principalmente nos pontos positivos, não dando grande relevância aos negativos, pelo que se denota uma identificação positiva com lugar e a identidade do espaço. Contudo, a informante aponta como aspectos negativos a dificuldade de estacionamento, os passeios degradados e por vezes a pouca privacidade, já que existem muitas casas juntas umas às outras.



(Data: 29-03-2017)

- **Diminuição de barreiras físicas** no acesso a espaço e colocação de vedações que garantam segurança aos utilizadores;
  - **Mais iluminação pública;**
  - **Programas de actividades** que estimulem o encontro social através de grupos de moradores;
  - Dinamização de espaço de praça com **actividades ou eventos;**
  - **Integração de árvores** com espécies adequadas no espaço central do bairro, a praça;
  - **Instalação de mobiliário urbano** ao longo dos passeios, que permita o encontro social ao longo da rua e próximo das habitações;
  - Promover os **transportes públicos** de forma a reduzir o número de automóveis estacionados à face da via;
  - **Recuperação de passeios** e outras áreas pavimentadas de circulação;
- Manutenção de canteiros e áreas de ornamentação.**



(Data:23-05-2017)

- Especial atenção à questão do **estacionamento**, pois perto das casas não existe, à excepção das garagens, mas há quem não as tenha.
- Alguns dos **passeios deviam ter manutenção** visto já se encontrarem degradados.

A moradora afirma que até agora não tem razões de queixa, nem grandes expectativas e acredita que se deveria continuar a apostar no restauro ou **reabilitação das habitações existentes.**

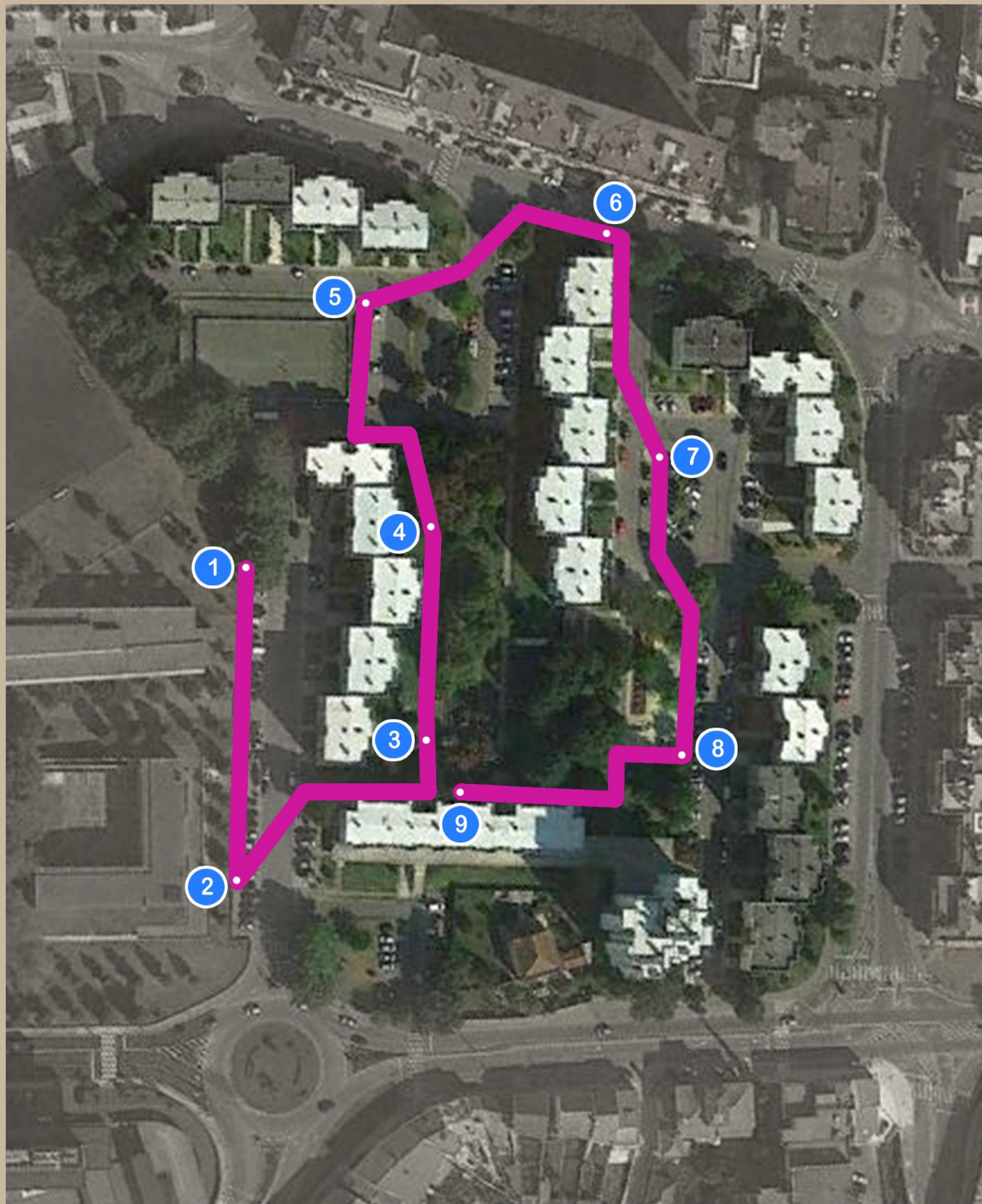
# BAIRRO DO JARDIM

	INDICADORES	DADOS
INTEGRAÇÃO URBANA	IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Complexo de média dimensão em sector urbano, a menos de 1km do centro histórico;</li> <li>Localizado na freguesia de Santa Maria Maior;</li> </ul>
	TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transportes Públicos: Autocarros das 08:00 à 19:00;</li> </ul>
	EQUIPAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamentos e serviços privilegiados na envolvente;</li> </ul>
	ACESSOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acessos à A28, IC1 e EN302-2 e fácil acesso pedonal até ao centro da cidade;</li> </ul>
	REDES PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redes Públicas de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais.</li> </ul>
ESPAÇO E QUALIDADE	DIREITOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaços claramente identificáveis por qualquer indivíduo; Acessível a qualquer grupo sem restrições;</li> <li>Existência de barreiras físicas que podem dificultar a articulação dos percursos pedonais</li> <li>Segurança e conforto não garantida a diminuídos psicomotores;</li> <li>Iluminação artificial insuficiente;</li> <li>Equilíbrio razoável entre privacidade e segurança entre utilizadores e actividades desenvolvidas;</li> <li>Espaço sem utilizadores, embora com condições de ser utilizado para actividades variadas; Não identificação dos utilizadores com o espaço; Falta de subespaços e de identidade do espaço;</li> <li>Espaços pouco manipuláveis e disponíveis para serem alterados.</li> </ul>
	FACHADAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fachadas bastante distintas umas das outras;</li> <li>Aumento recente do número de pisos; Algumas demolições</li> <li>Implementação de componentes tecnológicos e de sombreamento;</li> <li>Substituição de materiais e formas.</li> </ul>
	ÁREAS PEDONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Largura adequada de passeios facilita a circulação, mas existência de passeios degradados; Passagens de peões desarticuladas; Áreas sem vegetação;</li> <li>Pavimentação desadequada no espaço público da praça;</li> <li>Rigidez na distribuição do mobiliário urbano;</li> <li>Subespaços articulados aos eixos pedonais, numa boa hierarquia da estrutura espacial;</li> </ul>
	ORNAMENTAÇÃO E VEGETAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dificuldade na visualização do espaço; Existência de limites e alinhamentos bem definidos;</li> <li>Falta de estatuárias ou fontes;</li> <li>Árvores isoladas e dispersas em cima de eixos pedonais.</li> </ul>
	CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inexistência de pontos de conflito; Facilidade no atravessamento de peões;</li> <li>Inexistência de estacionamento; estacionamento na via de circulação;</li> <li>Presença de algum tráfego automóvel no interior do bairro.</li> </ul>
	CIRCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fácil circulação; Inexistência de percursos para bicicletas;</li> <li>Materiais utilizados nos pavimentos definem as condições de circulação e contribuem para o controlo de velocidades;</li> <li>Boa comunhão entre peões e veículos com conforto e segurança.</li> </ul>
	CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de ligação física e visual com a envolvente em vários pontos;</li> <li>Formas contínuas e estrutura radial do bairro que condicionam a leitura e percepção do espaço;</li> <li>Estrutura radial do bairro afecta a legibilidade e a clareza das ligações;</li> <li>Conforto, segurança e apazibilidade afectadas face à densidade do edificado e iluminação limitada;</li> <li>Confusão face ao movimento real e potencial de cada utilizador; Alcance visual apenas em alguns momentos;</li> <li>Singularidade de cada habitação na sua forma, geometria, cores, texturas e materiais;</li> <li>Contraste espacial de diferentes épocas de consolidação do bairro; Diferenças de escala e geometria entre habitações;</li> <li>Falta de permeabilidade e de sentido de urbanidade.</li> </ul>
	FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaços com equipamentos para actividades que potenciam as relações humanas;</li> <li>Existência de barreiras físicas que condicionam a circulação, mas dão segurança aos espaços próximos de vias de circulação automóvel;</li> <li>Espaço permite o encontro social a qualquer indivíduo, oferece diversidade de usos e mobiliário urbano de qualidade nas áreas de lazer ou recreio; Recintos vedados, garantindo segurança aos utilizadores.</li> <li>Diversidade de usos, através da existência de pequenos comércio, espaços de lazer, comércio e habitação.</li> </ul>
MANUTENÇÃO E GESTÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resistência, durabilidade e qualidade dos materiais e mobiliário urbano – bom estado de conservação;</li> <li>Equipamentos em quantidade adequada;</li> <li>Passeios danificados que podem afectar a circulação;</li> <li>Integração de árvores isoladas e dispersas em eixos pedonais; Falta de mancha arbórea.</li> </ul>	
SENTIDO DE LUGAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de ligações entre espaço, moradores e actividades;</li> <li>Canteiros ao abandono e sem manutenção; Parques residenciais e infantil e praças vazios;</li> <li>Ruas personalizadas; Apropriação do espaço;</li> <li>Ambiente saudável entre moradores;</li> <li>Iluminação e vegetação escassas retiram qualidade ao espaço.</li> </ul>	
NECESSIDADES/ EXPECTATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção e recuperação de passeios e habitações existentes;</li> <li>Diminuição de barreiras físicas; Instalação de mobiliário urbano;</li> <li>Promoção de transportes públicos;</li> <li>Programas de actividades e realização de eventos de carácter “bairrista”.</li> </ul>	





**4.3.3. URBANIZAÇÃO DA COOPERATIVA  
DE HABITAÇÃO ECONÔMICA CAPITAES DE ABRIL**



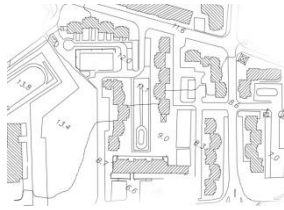
# URBANIZAÇÃO DE HABITAÇÃO ECONÓMICA CAPITÃES DE ABRIL

## FOTOS PERCURSO PEDONAL (VISÃO SERIAL, CULLEN 1960)



# BAIRRO DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA CAPITÃES DE ABRIL (1ª FASE)

Categoria: Integração Urbana (Coelho, 2009)



Plantas de Implantação e Localização

Trata-se de um conjunto habitacional de média dimensão, constituído por blocos que formam quarteirões abertos, integrado numa zona que se localiza junto a uma das principais entradas da cidade.



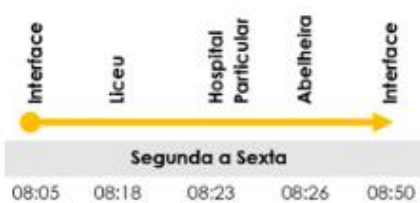
Mapa Bidimensional (Ferramenta Digital)

O conjunto habitacional localiza-se no **centro urbano da cidade** de Viana do Castelo, na freguesia de Santa Maria Maior, a cerca de **1km do centro histórico** da cidade. O conjunto habitacional tem na sua envolvente uma série de **equipamentos privilegiados** e únicos, como Escolas Básicas e Universitárias, Pavilhão Desportivo, Bombeiros, Posto CTT, Cafés, Restaurantes e Hipermercado.



Registo do Bairro no Inventário do Património Arquitectónico do SIPA

O bairro localiza-se na **freguesia de Santa Maria Maior** em Viana do Castelo, tem um total de **242 fogos** habitacionais, distribuídos em **blocos** que ocupam uma vasta área de terreno ligeiramente inclinado junto a uma entrada da cidade.



Horários da Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo

O local de implantação do conjunto habitacional é servido pela Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo, a qual dispõe nesta zona de **autocarros** que fazem a ligação até ao Interface, localizado na Estação Viana Shopping, no centro da cidade. Os autocarros funcionam em vários horários ao longo do dia, desde as 8h até às 19h, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados.



(Data: 13-02-2017)



O conjunto habitacional está localizado muito próximo de um dos principais pontos de **acesso** e entrada da cidade, podendo alcançar-se facilmente a **A28, IC1, EN302-2**. O conjunto habitacional é servido por bastantes **equipamentos e serviços** de qualidade na sua envolvente, e tem incluído na sua estrutura um café, centro comercial com diversas lojas, campo de jogos e parque infantil, que não só servem os moradores, mas também utilizadores externos ao bairro, que criam uma série de **dinâmicas e afluência** em certas zonas públicas do perímetro habitacional, como pode ser analisado através da observação do local.



(Data: 23-05-2017)

Uma entrevista foi realizada a uma trabalhadora de 26 anos, moradora na Urbanização dos Capitães de Abril no período de 2011 a 2015. A entrevista possibilitou compreender a opinião da moradora face à boa localização do bairro. Para ela a urbanização favorece da proximidade com o centro da cidade, trata-se de um local tranquilo onde todos se conhecem. É destacada a facilidade de acessos e oferta de transportes públicos, serviços e equipamentos, e a abundância de comércio nas proximidades.



(Data: 09-03-2017)

### Percurso pedonal:

O percurso pedonal realizado pelo autor, desenvolveu-se ao longo do espaço público do conjunto habitacional, onde em **9 paragens** consecutivas se atendeu às questões mais físicas do edificado e do espaço público. No entanto, a observação prolongou-se ainda ao campo sensorial na leitura do espaço do todo, que permitiu concluir tratar-se de um conjunto residencial cujo espaço público é de excelência.

### Conjuntos Funcionais:

O conjunto é composto por 2 conjuntos pedonais, 6 parques de estacionamento, 4 conjuntos funcionais de ornamentação e transição e ainda 3 conjuntos de circulação de veículos, dos quais fazem parte 3 ruas, 1 espaço memorial e 3 espaços verdes (imagem 1).

### Áreas Pedonais, de Ornamentação e Transição, de Circulação Motorizada e Estacionamento:

O espaço tem **ÁREAS PEDONAIS** de grande qualidade, realça-se a verificação de **pavimentação** e dimensionamento adequado de **passaios e degraus** e, a boa delimitação de **áreas de vegetação** e colocação de **elementos**. As **ÁREAS DE ORNAMENTAÇÃO E TRANSIÇÃO** garantem também uma qualidade excelente, quer pela **plasticidade conceptual**, quer pela separação de faixas e pela implantação da **fonte** ou ainda pelo favorecimento de **eixos perspéticos** que facilitam a **visualização e leitura do espaço** (Imagem 2). Por fim relativamente à **CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO**, embora existam alguns **pontos de conflito** no conjunto, o que perturba o **atravessamento de peões e o estacionamento**, todo o espaço permite um fácil controlo do tráfego e limites de velocidade, e garante a **continuidade de passeios e passagens de peões** pelo que se pode classificar de boa qualidade (Imagem 3).

### Circulação:

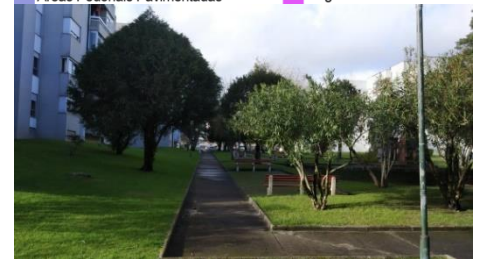
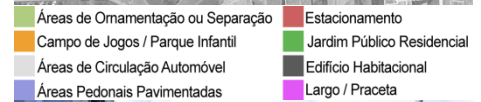
Trata-se de um espaço capaz de responder às especificidades para a **CIRCULAÇÃO MISTA**, uma vez que os espaços de circulação funcionam de **forma hierárquica** (paragens, estacionamentos, espaços de permanência, acessos) (Imagem 4). Complementarmente os **materiais** utilizados ajudam a definir as **condições de circulação**, que se tornam bastante identificáveis no que diz respeito às **condutas e funções** a desenvolver no espaço público, inclusive nas medidas de condicionamento em **pontos críticos**. A **CIRCULAÇÃO DE BICICLETAS** e outros meios pode ser feita, mas sem **desenho de pistas ou percursos** próprios, tendo de se aproveitar os espaços predominantemente pedonais para a prática, podendo coexistir com restrições. Por exemplo na área pedonal adjacente ao parque infantil é proibida a circulação de bicicletas, realçando-se uma equilibrada comunhão entre peões, veículos e outros meios, garantindo **conforto e segurança** a todos os utilizadores nas demais áreas (Imagem 5).

### Redes Públicas:

Em relação à instalação de redes públicas todo o conjunto está equipado com redes de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais, respondendo às necessidades do espaço público.

### Espaços de Reserva e Desafogo:

Os **ESPAÇOS DE RESERVA OU DESAFOGO** existem em **dimensão e localização** adequadas aos espaços, equipamentos e instalações, asseguram a **continuidade física e visual**, e previnem o **congestionamento de acessos**.



1

2

3

4

5



(Data: 09-03-2017)

6



7



8



9



10



11



### Direitos:

Todo o conjunto parece respeitar categoricamente os direitos de acesso, já que o **espaço público** é claramente **identificável** por parte de qualquer grupo independentemente da sua faixa etária, tornando-se **acessível** a qualquer grupo, sem restrições. As **barreiras físicas** são inexistentes facilitando a **articulação dos percursos pedonais, estacionamentos** e outros elementos de suporte ao espaço público, dando **segurança e conforto** a todas as faixas etárias e diminuídos psicomotores, oferecendo liberdade de permanecer longe de ameaças, riscos e distúrbios. A **visibilidade e iluminação** são boas e o desenho urbano e arquitetónico induzem a um bom equilíbrio entre **privacidade e segurança** (Imagem 6). A **LIBERDADE DE ACÇÃO E DE FRUIÇÃO** no espaço público do conjunto residencial, é também de boa qualidade, destacando-se o **equilíbrio** entre todos os **utilizadores** e as suas **atividades desenvolvidas**, bem como a segurança e o conforto de qualquer indivíduo ou grupo que utilizem o espaço (Imagem 7). Facilmente qualquer grupo pode identificar o espaço público exterior e usa-lo durante todo o dia para variadas actividades. Desta forma, pode-se observar a **utilização do espaço** por parte de grupos com características diferentes, fazendo-se notar que existe uma **clara identificação** dos utilizadores com o espaço e que nele é possível a realização de **atividades variadas**, sem qualquer tipo de constrangimento (Imagem 8). O espaço está preparado para diversos momentos ao longo do dia e conta com **subespaços articulados** aos percursos pedonais, onde é possível a coexistência de diferentes grupos, através de uma hierarquia da estrutura espacial harmoniosa, vital e clara da identidade do espaço (Imagem 9).

Embora seja um espaço apto para actividades variadas, este demonstra-se **pouco manipulável e disponível** para ser alterado na sua forma e reversível no posicionamento de elementos. Contudo, trata-se claramente de um espaço com poder para induzir os utilizadores a **explorarem** todo o seu potencial.

### Fachadas:

O estado de conservação do conjunto habitacional é excelente. Para tal contribui a caracterização das **FACHADAS** que se mantém adequadas à arquitetura original, salientando-se a **implementação de componentes tecnológicos**, referentes a antenas, parabólicas e caixas de ar-condicionado, assim como **componentes de sombreamento**, no caso de palas e toldos. Deste ponto de vista, as fachadas mantêm-se muito próximas da sua caracterização inicial.

### Campo Visual e Leitura do Espaço:

O lugar revela boa qualidade no **CAMPO VISUAL** e na facilidade da sua **LEITURA**, sentindo-se em vários pontos a possibilidade de **ligação física e visual** com a envolvente, influenciada pela natureza dos **limites físicos e visuais** entre o público e o privado, aliados à **simplicidade e continuidade** das formas e superfícies, e pela proximidade de todas as partes (Imagem 10). O espaço transmite uma sensação de **conforto, segurança e aprazibilidade**, quer pelas ligações simples dos elementos, onde um elemento está associado ao que o precede e ao que se lhe segue, criando **séries** que estão estruturadas no tempo e, assim, se tornam melódicas na natureza, deixando o utilizador sensível ao seu próprio **movimento real ou potencial**; ou ainda pelas transparências, sobreposições, vistas e panoramas que aumentam a **profundidade da visão** e que se aliam às assimetrias, mudanças e referências radiais que diferenciam uma direcção de outra. O **espaço público** transparece uma clara sensação de **intimidade e nostalgia** quer pelo silêncio e luminosidade ténue que se aliam paralelamente à noção de **proporção e elegância**, quer pela **complexidade**, respeito mútuo e **escala** entre os diferentes elementos que compõe o lugar (Imagem 11). A constante **manutenção**, a ausência de **vandalismo**, boa **iluminação e articulação dos espaços**, tal como o reconhecimento das diferentes zonas e momentos do espaço, torna-o portador de uma excelente **legibilidade**, à qual se associa em diversos momentos a **singularidade e clareza** das figuras de fundo, embora por vezes sejam construções sólidas e fortes como rochas que se impõe na paisagem, mas nas quais é possível ler os seus limites, forma, complexidade, tamanho e localização espacial ao longo do percurso.



(Data: 09-03-2017)

### Funções e Inserção Social:

Os pontos de maior destaque no espaço público do conjunto habitacional, dizem respeito às sensações relativas às **FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL**. Ressaltam aspectos como a inexistência de **barreiras arquitectónicas**, a separação entre **redes de circulação**, os **equipamentos** como o parque infantil e o campo de jogos bem vedados (Imagem 12), e ainda os **percursos pedonais** que dão segurança no **atravessamento de vias** de circulação, o que permite compreender a boa **visibilidade** das ligações e costuras dos espaços assim como a relação clara e interligação entre todos. O espaço permite o **encontro social**, necessário às relações humanas, e a **diversidade de usos** que possibilita a agregação de pessoas de várias faixas etárias, auxiliado pela presença de **objectos significativos**.



12

### Manutenção e Gestão:

Um ponto de excelência do todo é referente à **MANUTENÇÃO E GESTÃO** do conjunto (Imagem 13), onde se destaca a **resistência, durabilidade e qualidade dos materiais** utilizados, assim como utilização de materiais endógenos, recicláveis e não poluentes; a escolha de **equipamentos** em quantidade adequada; a boa **acessibilidade pedonal e transportes públicos** adequados; a garantia de utilização do espaço em condições de **conforto e segurança**; e a sua **manutenção**. Neste ponto destaca-se a persistente **integração de árvores** que se relacionam corretamente com o edificado e se integram perfeitamente na paisagem, sem a perturbar excessivamente, preservando ao máximo o meio natural.



13



(Data:09-03-2017)

**Informante-Chave:**

O percurso pedonal realizado foi acompanhado na sua totalidade por uma informante-chave, uma psicóloga, moradora no Bairro desde 2005, e actualmente com 25 anos.

**Fachadas:**

A informante-direta destaca que os edifícios se mantêm inalterados há bastante tempo, mantendo-se fiéis à **caracterização inicial**.

**Circulação, Áreas Pavimentadas e Direitos:**

Em relação à questão da **CIRCULAÇÃO MISTA, MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO** a existência de alguns **pontos de conflito**, onde existe alguma confusão por causa do movimento constante de pessoas e carros, faz sentir a necessidade de tomar algum cuidado com crianças e animais, pois por vezes existem automóveis em demasia. Contudo, as **zonas de circulação** estão bem delimitadas e explícitas (Imagem 14) e a moradora ressalta a inexistência de conflitos nas zonas de **espaços verdes**, onde até refere que “não é um sítio de passagem”. A informante garante que o espaço serve todo o tipo de pessoas e “corresponde às **necessidades de vários grupos**”. Segundo ela, os espaços convidam a entrar e a estar em contacto, sentindo-se protegida, indicando assim o cumprimento das exigências ao nível de **DIREITO DE ACESSO, AÇÃO E FRUIÇÃO**. A moradora indica a boa diferenciação de **pavimentos e iluminação** de qualidade, garantindo que os **diversos usos** (estacionamento, parques, recintos, jardim, percursos) se integram num todo de excelente qualidade (Imagem 15).

**Manutenção e Gestão:**

Numa fase inicial do percurso a informante destaca a **MANUTENÇÃO** regular dos prédios, que estão sempre limpos, assim como o restante espaço que é cuidado e nunca fica ao abandono. De um modo geral a moradora chega mesmo a referir que há “respeito e manutenção”, contribuindo para o sentido de **sustentabilidade** do conjunto habitacional, auxiliado pela constante **integração de árvores, espaços verdes e elementos naturais** como as árvores, animais e água (fonte) que incitam à calma (Imagem 16). Na passagem pela paragem 9, a moradora refere as elevações no jardim, que “parecem naturais”, o que indica qualidade ao nível da **integração discreta**, que Segundo Cullen (2006, p.154) trata da intromissão do homem na natureza sem causar uma perturbação excessiva, preservando ao máximo o meio natural (Imagem 17).

**Campo Visual e Leitura do Espaço:**

Os elementos anteriores, servem de qualidades que tornam o observador sensível ao seu próprio **movimento real ou potencial**, através dos sentidos visuais e cinestéticos causados e à criação de **séries temporais** onde o observador se apercebe das ligações entre os vários elementos existentes.

Ainda na fase inicial, nas paragens 1 e 2, destaca-se alguma ambiguidade de sensações por parte da moradora, já que a mesma parece sentir alguma **exposição e isolamento** acerca do mesmo espaço. Por um lado sente-se protegida e resguardada pela configuração recolhida do espaço, que no entanto é perturbada pela confusão dos carros e aparcamentos que criam alguns fluxos naquela zona do conjunto habitacional (Imagem 18).

Nos pontos mais próximos do edificado a moradora descreve a falta de **contrastes**, já que “os prédios são todos iguais, tirando algumas variações de cor, mas sempre em tom pastel”. A mesma, refere uma sensação de **continuidade das fachadas**, já que os prédios não possuem nenhum elemento demasiado característico (Imagem 19). A informante ainda assemelha os prédios a blocos simples de cores calmas, de onde se interpreta uma sensação de **rudeza e vigor**, pelas construções sólidas que se impõe na paisagem.

Para a informante, o jardim (paragem 3 e 4) é indicador de **isolamento, intimidade e nostalgia**, pois trata-se do “cortar com o ambiente dos restantes espaços” e “ser recompensada com um lugar de refúgio”, isolado de tudo, longe da ideia de cidade, onde se pode permanecer, respirar e reflectir em silêncio e com luminosidade ténue (Imagem 20). No deslocamento até ao ponto 4, a moradora refere a sensação de **exposição**, devido à

14



15



16



17



18



19



20





(Data:09-03-2017)

proximidade com as janelas dos prédios (Imagem 21) e, a inexistência positiva de contraste entre as cores dos prédios, as árvores e a relva. Segundo a informante “o todo é bem integrado” desde a harmonia das cores, às sensações agradáveis e à possibilidade do espaço servir as necessidades de vários grupos, prevalecendo assim uma noção de **urbanidade** também inerente à proporção, elegância, densidade e requinte do jardim público, características fundamentais ao carácter de qualidade da vida urbana.

Nos pontos de cota mais alta da urbanização (paragem 5) fica a sensação de um espaço amplo, permitindo caracterizar um bom **alcance visual**, já que é referida a menor densidade arbórea e a possibilidade de observar o espaço público no seu todo, desde as janelas dos prédios, promovendo algumas vistas e panoramas que aumentam a profundidade visual (Imagem 22).

A moradora referiu em alguns momentos a **singularidade** das espécies arbóreas implantadas ao longo dos vários pontos da urbanização, apontou a boa diferenciação de pavimentos, ficando claro a diferenciação de **usos** e a fácil **leitura dos percursos**, o que nos indica uma boa qualidade ao nível da **legibilidade, clareza das ligações e diferenciação direccional**.

Ainda num olhar sobre o todo, na passagem pelo ponto 6, a informante realça o desgaste dos **materiais** dos pavimentos e já nos pontos 7 e 8, indica a boa **iluminação** do lugar, o que contribui para o **conforto e apazibilidade** no espaço, afirmando ainda que se trata de um “ambiente próprio, com os mesmos tons, mesmas alturas, havendo **continuidade** entre os prédios”. Estes aspectos fornecem indicações relativas à **geometria e escalas** utilizada, denotando-se um claro respeito mútuo entre os diferentes elementos, isto é **correção**, referida também na passagem pela paragem 9 já que há uma “boa mistura de árvores, pessoas e prédios que estão a proteger este sítio e dão segurança” (imagem 23).

#### Funções e Inserção Social:

O espaço está preparado para receber **variadas actividades e grupos**, fundamentais à **INSERÇÃO E COESÃO SOCIAL**. A informante salienta a existência de **objectos significativos**, como os vários bebedouros ao longo de vários pontos do percurso, e particularmente na paragem número 3, o à vontade pela presença da fonte, dos jogos de sombras, do som da água e os reflexos da água nas árvores (Imagem 24). Na zona da paragem 5, a informante sinaliza a **singularidade** e a **personalização** de alguns canteiros, que se tornam mais pessoais dando indicações quanto ao **sentido de lugar**.



21



22



23



24

## BAIRRO DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA CAPITÃES DE ABRIL (1ª FASE)

Categoria: Significado/Sentido de Lugar (Lynch, 1960)



(Data: 09-03-2017)

Trata-se de um conjunto com forte **SENTIDO DE LUGAR**, pela forma como as pessoas e os vários ecossistemas se **relacionam** entre si, revelando **identidade** com o espaço. Facilmente se identificam **padrões de vida** que caracterizam a paisagem, desde os avós e pais que trazem as crianças ao parque; aos moradores que vêm passear os animais domésticos; os **grupos de indivíduos** que praticam desporto ao ar-livre; o café e centro comercial cheios de **pessoas e fluxos**. O **SENTIDO DE LUGAR** é revelado também pela **harmonia** entre a arquitectura e elementos urbanos que permite o desenvolvimento de **actividades desenvolvidas** no bairro, privilegiando da presença de **elementos naturais** como a água e o número de árvores existentes.

Em vários momentos, especialmente nas paragens próximas de zonas onde se desenvolvem **actividades lúdicas, recreativas e de lazer**, a moradora deu indicações acerca da forma como se **identifica e relaciona** com o espaço. Numa primeira abordagem indica que não é um sítio de sonho, mas que também não é mau, e na paragem numero 8, próxima do parque infantil, refere que se identifica com o sítio e que “trazia cá os meus filhos mesmo que não morasse aqui”.

Categoria: Significado/Sentido de Lugar (Lynch, 1960)



(Data: 23-05-2017)

A informante enfoca o facto de todos os vizinhos se conhecerem e facilitarem na **integração** de novos moradores. Trata-se de um local tranquilo e propício ao ambiente familiar, já que o **espaço público** é de grande **qualidade e variedade**. Para ela “a vizinhança é fantástica, todos se dão bem e até combinam horas para levar os filhos até ao parque e os pais aproveitam para socializar entre eles”.

A mesma, realça que o bairro está em constante **manutenção**, tendo sofrido obras recentes ao nível do parque infantil. Contudo, existem outros espaços a necessitar de **melhoramentos**, como o campo de jogos, tendo em conta que o seu estado actual causa impacto visual negativo. Além disso na opinião da informante, é este factor que impede uma maior utilização do mesmo.

Em suma, a globalidade do espaço público é de grande qualidade, as **ligações são fortes** tal como o ambiente familiar, pelo que se identifica um **FORTE SENTIDO DE LUGAR**.

**Melhoramentos** no campo de jogos que se encontra com equipamento e vedações danificadas.



(Data: 09-03-2017)

**Colocação de mais mobiliário urbano** diverso, principalmente no jardim residencial, nomeadamente “mesas de piqueniques já que é um espaço verde com bancos”, pode ser aproveitado para fazer um lanche ao ar livre com as crianças;

Sugeridas **actividades** que garantam mais uso ao campo de jogos, através de programas de actividades que induzam a uma ainda maior **socialização** dos moradores, nomeadamente: torneios desportivos, aulas de dança ou ginástica ao fim da tarde.



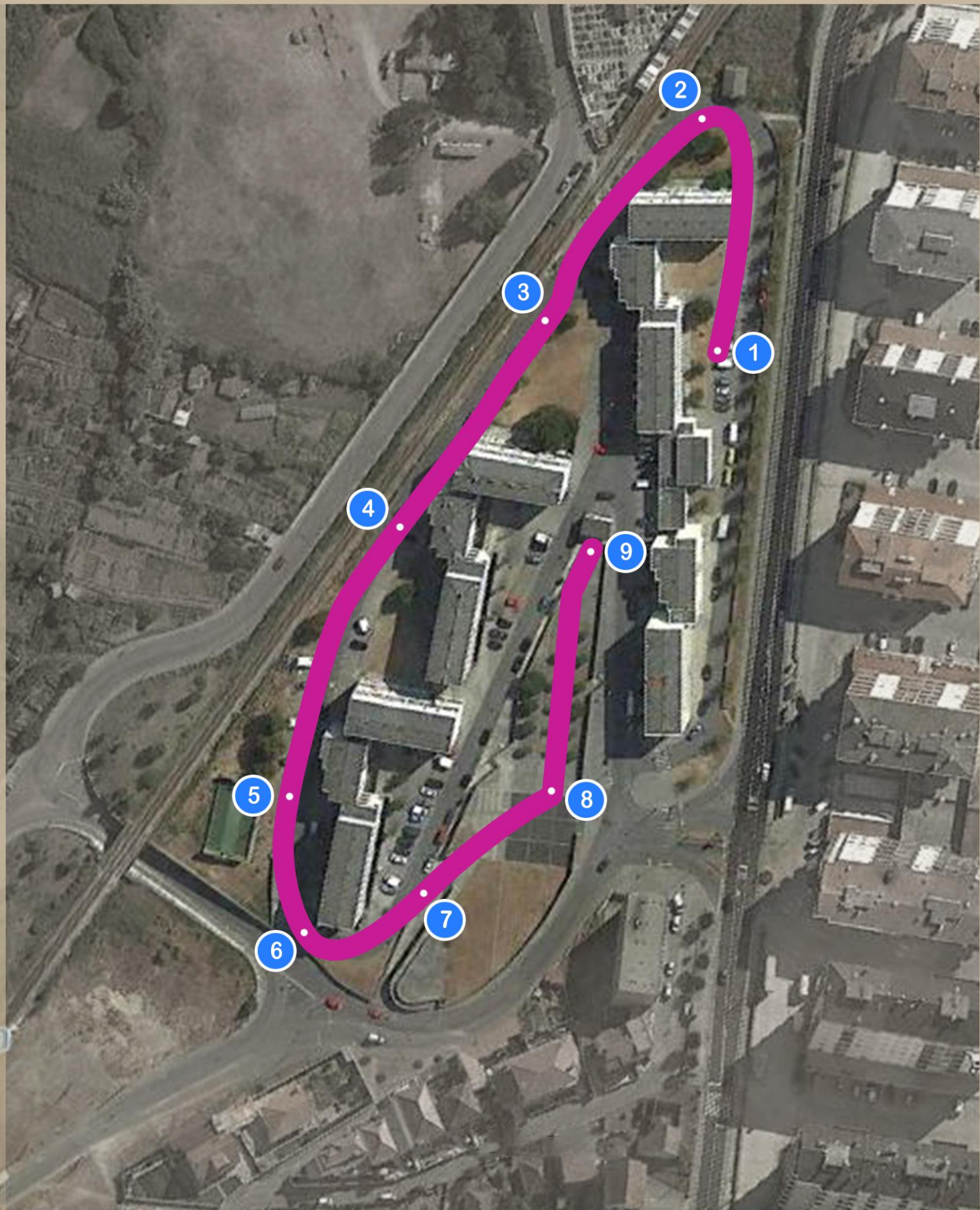
(Data:23-05-2017)

**BAIRRO DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA CAPITÃES DE ABRIL (1ª FASE)**

	INDICADORES	DADOS
INTEGRAÇÃO URBANA	IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexo de média dimensão no centro urbano da cidade, a 1km do centro histórico;</li> <li>• Localizado na freguesia de Santa Maria Maior, junto a uma das principais entradas da cidade;</li> </ul>
	TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transportes Públicos: Autocarros das 08:00 à 19:00;</li> </ul>
	EQUIPAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamentos e serviços privilegiados na envolvente, Centro Comercial inserido no complexo; Várias dinâmicas e afluências durante o dia</li> </ul>
	ACESSOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessos à A28, IC1 e EN302-2 e fácil acesso pedonal até ao centro da cidade;</li> </ul>
	REDES PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes Públicas de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais.</li> </ul>
ESTADO E QUALIDADE	DIREITOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço público claramente identificável a todos os utilizadores</li> <li>• Acessível, sem existência de barreiras físicas; Garantia de conforto e segurança;</li> <li>• Fácil articulação de percursos pedonais com outros elementos do espaço público; Existência de subespaços;</li> <li>• Visibilidade e iluminação adequadas</li> <li>• Equilíbrio entre todos os utilizadores e as variadas actividades desenvolvidas</li> <li>• Utilização do espaço por parte de grupos diferentes; Clara identificação destes com o espaço;</li> <li>• Espaço preparado para diversos momentos ao longo do dia; Pouco manipulável e passível de ser alterado;</li> <li>• Espaço potencia a sua exploração por parte dos utilizadores.</li> </ul>
	FACHADAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservação excelente, adequadas às fachadas originais.</li> <li>• Implementação de componentes tecnológicos e de sombreamento.</li> </ul>
	ÁREAS PEDONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pavimentação adequada, passeios e degraus bem dimensionados;</li> <li>• Boa separação e delimitação de áreas; e diferenciação de pavimentos.</li> </ul>
	ORNAMENTAÇÃO E VEGETAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boa plasticidade conceptual</li> <li>• Boa separação de faixas e implementação de fontes e elementos naturais;</li> <li>• Favorecimento de eixos perspécticos</li> </ul>
	CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de alguns pontos de conflito</li> <li>• Atravessamento de peões dificultado em momentos de maiores dinâmicas</li> <li>• Fácil controlo do tráfego e limites de velocidade</li> <li>• Continuidade de passeios e passagens de peões</li> </ul>
	CIRCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funcionamento de forma hierárquica;</li> <li>• Materiais do pavimento definem as condutas e funções a desenvolver no espaço público;</li> <li>• Circulação de bicicletas em eixos pedonais. Proibida em algumas zonas;</li> <li>• Comunhão equilibrada ente peões, veículos e outros meios;</li> <li>• Garantia de conforto e segurança.</li> </ul>
	CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilidade de fácil ligação física e visual com a envolvente;</li> <li>• Fácil leitura dos limites físicos e visuais; Formas simples e contínuas; Figuras singulares e claras;</li> <li>• Espaços transmitem sensação de conforto, segurança e aprazibilidade; Espaços íntimos e nostálgicos;</li> <li>• Ligações simples, criando séries temporais tendo o utilizador sensível ao seu movimento;</li> <li>• Profundidade da visão, boa iluminação e legibilidade;</li> <li>• Sensação de exposição e isolamento, bem como intimidade e nostalgia no jardim público</li> <li>• Edifícios proporcionais e complexos;</li> <li>• Espaços com manutenção e sem vandalismos;</li> <li>• Singularidade das espécies arbóreas;</li> <li>• Sentido de urbanidade.</li> </ul>
	FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Barreiras físicas inexistentes;</li> <li>• Redes de circulação e equipamentos bem delimitados e vedados;</li> <li>• Percursos pedonais e atravessamento de vias em segurança;</li> <li>• Espaço potencia o encontro social com diversidade de usos e existência de bastante mobiliário urbano.</li> </ul>
	MANUTENÇÃO E GESTÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boa resistência, durabilidade e qualidade dos materiais;</li> <li>• Equipamentos em quantidade adequada;</li> <li>• Boa acessibilidade pedonal e de transportes públicos;</li> <li>• Excelente integração de árvores, espaços verdes e elementos naturais;</li> <li>• Manutenção constante e regular</li> </ul>
SENTIDO DE LUGAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte sentido de lugar e identidade do espaço; Excelente relação entre todos os ecossistemas;</li> <li>• Padrões de vida saudáveis e grupos de indivíduos variados; Existência de várias pessoas e fluxos;</li> <li>• Vontade dos utilizadores permanecerem no espaço;</li> <li>• Boa relação entre espaço construído, as variadas actividades desenvolvidas e os elementos naturais.</li> </ul>	
NECESSIDADES/ EXPECTATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior oferta de mobiliário urbano no jardim residencial;</li> <li>• Actividades que promovam mais encontro social;</li> <li>• Intervenção de recuperação do campo de jogos.</li> </ul>	



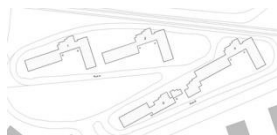
#### 4.3.4. BAIRRO DO FOMENTO IGAPHE - DARQUE



# BAIRRO DO FOMENTO - IGAPHE

## FOTOS PERCURSO PEDONAL (VISÃO SERIAL, CULLEN 1960)





Plantas de Implantação e Localização

Trata-se de um conjunto habitacional de grande dimensão, constituído por edifícios multifamiliares em banda. A urbanização tem enquadramento periurbano e está localizada numa zona de expansão recente da cidade, na margem oposta ao núcleo urbano.



Mapa Bidimensional (Ferramenta Digital)

O conjunto habitacional localiza-se numa zona de expansão recente da cidade de Viana do Castelo, na **freguesia de Darque**, a cerca de **3,5km do núcleo urbano** da cidade. A urbanização tem na sua estrutura o edifício da Junta de Freguesia de Darque e na sua envolvente é servido por vários equipamentos e serviços. É rodeado por zona rural e zona residencial.

As ligações directas ao exterior que se oferecem, facilitam essa articulação potenciando as áreas exteriores como funcionalmente complementares (recreio e lazer) e justificando também aí uma intervenção.

Memória Descritiva

A urbanização localiza-se na freguesia de Darque em Viana do Castelo, compõe-se por 4 módulos construtivos de habitação, num total de 129 fogos com **tipologias T0, T2, T3 e T4**. Este conjunto foi construído através de promoção pública estatal (IGAPHE).

Darque	Viana	Viana	Darque
<b>Segunda a Sexta</b>			
7:05	7:20	7:20	7:40
7:20	7:40	7:40	8:00
7:40	8:03	8:00	8:20
8:00	8:20	8:15	8:40
7:55	8:15	8:45	9:05

Horários da Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo

O conjunto habitacional localiza-se na freguesia de Darque. A mesma, é servida pela Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo, a qual dispõe de **autocarros** que fazem a ligação até ao Interface, localizado no Estação Viana Shopping, no centro da cidade. Os autocarros funcionam em vários horários ao longo do dia, desde as 7h até às 00:30h, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados. O local de implantação do conjunto habitacional, fica a cerca de 240m de um **apeadeiro para comboios**, existindo 13 ligações diárias em cada sentido (Areia-Viana do Castelo e Viana do Castelo-Areia) que facilitam o acesso à cidade de Viana.



(Data: 08-02-2017)



O conjunto habitacional está localizado na **margem oposta ao núcleo urbano da cidade** de Viana do Castelo, encontrando-se numa **zona habitacional e rural**. Existem **equipamentos e serviços**, na envolvente próxima, estando incluído na urbanização o edifício da Junta de Freguesia de Darque e um campo de jogos. Pode alcançar-se facilmente os **acessos** à EN13, que faz a ligação entre Porto e Valença, passando por Viana do Castelo, ou os acessos à A28 (Porto-Caminha).



(Data:01-05-2017)

Uma entrevista foi realizada a uma jovem trabalhadora de 24 anos, moradora no bairro desde 1993. A entrevista possibilitou compreender a opinião da moradora face à **boa localização** do bairro, que se encontra no centro da vila de Darque. Para ela, existem bons **acessos**, principalmente pela proximidade à EN13. Ao nível dos **transportes públicos**, a informante manifesta a boa oferta em relação a autocarros e comboios.



(Data: 20-05-2017)

**Percurso pedonal:**

O percurso pedonal realizado pelo autor, desenvolveu-se ao longo do espaço público do conjunto habitacional, onde em **9 paragens** consecutivas se atendeu às questões mais físicas do edificado e do espaço público. No entanto, a observação prolongou-se ainda ao campo sensorial na leitura do espaço do todo, que permitiu concluir tratar-se de um conjunto residencial cujo espaço público está em péssimo estado.

**Conjuntos Funcionais:**

O conjunto é composto por 3 conjuntos pedonais, 4 conjuntos funcionais de ornamentação e transição e ainda 2 conjuntos de circulação de veículos e 5 de estacionamento (imagem 1). Do complexo habitacional fazem parte 4 ruas e 2 espaços verdes.

**Áreas Pedonais, de Ornamentação e Transição, de Circulação Motorizada e Estacionamento:**

O espaço tem **ÁREAS PEDONAIS** em estado razoável, realça-se positivamente a **largura adequada de passeios**, o **dimensionamento adequado de degraus** e as soluções de desenho para vencer **desníveis e pendentes** (imagem 1). As **ÁREAS DE ORNAMENTAÇÃO E TRANSIÇÃO** garantem de forma positiva o **controlo de taludes** e permitem a separação adequada de faixas de circulação bem como o **limite e alinhamento** de áreas diferentes. Relativamente a **CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO**, destaque negativo para os **pontos de conflito** devido ao número de estacionamentos insuficientes no conjunto, bem como a dificuldade no **controlo dos limites de velocidade** e das formas de circulação no espaço público. Contudo, o **atravessamento** e as **passagens de peões** são possíveis graças à **continuidade dos passeios** (Imagem 2).



Áreas de Ornamentação ou Separação	Estacionamento
Campo de Jogos / Parque Infantil	Jardim Público Residencial
Áreas de Circulação Automóvel	Edifício Habitacional
Áreas Pedonais Pavimentadas	Largo / Praceta

1



2

**Circulação:**

Trata-se de um espaço capaz de responder razoavelmente às especificidades para a **CIRCULAÇÃO MISTA**, uma vez que os espaços de circulação funcionam de **forma hierárquica** (paragens, estacionamentos, espaços de permanência, acessos) (Imagem 3). Os **materiais** utilizados definem as **condições de circulação**, bem como o traçado das redes, tornando identificáveis as **condutas adequadas e funções** a desenvolver no espaço público. A existência de pontos de conflito, por vezes dificulta a comunhão entre veículos e peões. A **CIRCULAÇÃO DE BICICLETAS** e outros meios, é feita unicamente por crianças, mas sem **desenho de pistas ou percursos** próprios, aproveitando as áreas de circulação automóvel com menor afluência para a prática. Desta forma nem sempre o **conforto e segurança** de todos os utilizadores ficam garantidos.



3

**Redes Públicas:**

Em relação à instalação de redes públicas todo o conjunto está equipado com redes de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais, respondendo às necessidades do espaço público.

**Espaços de Reserva e Desafogo:**

Os **ESPAÇOS DE RESERVA OU DESAFOGO** existem em **dimensão e localização** adequadas aos espaços, equipamentos e instalações, asseguram a **continuidade física e visual**, e previnem o **congestionamento de acessos** (imagem 4).



4



(Data: 20-05-2017)

5



6



7



8



9



10



**Direitos:**

Todo o conjunto responde de forma razoável aos direitos de acesso, já que o **espaço público** é claramente **identificável** por parte de qualquer grupo independentemente da sua faixa etária, tornando-se **acessível** sem restrições. Contudo, existem **barreiras físicas** no acesso a algumas áreas, pelo que nem todos os utilizadores ficam possibilitados de usufruir da totalidade do espaço (paragem 5 e 7). A **articulação dos percursos pedonais, estacionamentos** e outros elementos de suporte ao espaço público, pode ser feita em **segurança e conforto** a todas as faixas etárias e diminuídos psicomotores (imagem 5), embora surjam dificuldades em alguns pontos críticos nas proximidades da paragem 9. A **visibilidade e iluminação** são boas, contudo o desenho urbano e arquitetónico não induz a uma total **privacidade e segurança** entre utilizadores e espaço. A **LIBERDADE DE ACÇÃO** no espaço público do conjunto residencial, é também razoável, destacando-se a **participação pública** de parte da população nos processos de gestão do espaço público (paragens 1,2,3). Contudo o **equilíbrio entre todos os utilizadores** não é garantido, uma vez que existem minorias impedidas de estar em **segurança e conforto** no espaço público, fora de ameaças ou distúrbios, face às abordagens realizadas por alguns indivíduos nas visitas ao local.

Relativamente ao **DIREITO DE FRUIÇÃO**, importa realçar positivamente, os **subespaços** articulados aos percursos pedonais, que permitiriam a coexistência de diferentes grupos, caso não houvessem abordagens por parte de outros grupos ou indivíduos. Desta forma fica afectada a possibilidade de existirem **níveis individuais de controlo** sobre o espaço, estimulando a identificação de todos os utilizadores com o meio, graças aos **grupos ou elementos isolados** que ameaçam a liberdade de utilização dos restantes, ou se apropriam do espaço, originando constrangimento nos **direitos de acesso** (imagem 6). Assim pode-se observar que o espaço é utilizado maioritariamente pelos mesmos grupos de utilizadores.

É possível a realização de **actividades variadas**, já que o espaço está preparado para diversos momentos ao longo do dia e graças à **hierarquia da estrutura espacial** que é clara para a identidade do espaço (Imagem 7).

O espaço demonstra-se apto para actividades variadas, e passível de algumas **manipulações** na sua forma e reversível no posicionamento de elementos. Contudo, trata-se de um espaço cujos utilizadores não **exploraram** todo o seu **potencial**.

**Fachadas:**

O estado de conservação do conjunto habitacional relativamente às fachadas dos edifícios é de mau estado. Para tal contribui a **substituição de materiais**, as **formas clandestinas** que surgem para fechar varandas ou janelas com fileiras de tijolos, servindo também para tapar acessos a habitações (imagem 8). Contribui ainda a **iluminação deficiente** em certas zonas do bairro, os **vãos desajustados** e a **substituição de elementos arquitectónicos**. Contudo, salienta-se de forma menos agressiva a **implementação de componentes tecnológicos e de sombreamento**.

**Campo Visual e Leitura do Espaço:**

O lugar revela um **CAMPO VISUAL** e de **LEITURA DO ESPAÇO** com qualidade razoável, sentindo-se em vários pontos a **permeabilidade** na possibilidade de ligação física e visual com as áreas envolventes do complexo habitacional. Tal é influenciado pela **simplicidade das formas**, tornando clara a visualização do espaço e limitação de todas as partes no seu sentido geométrico, assim como as **superfícies contínuas**, a proximidade das várias partes do bairro e a repetição rítmica das mesmas, visíveis principalmente desde as paragens 3,5,7 e 9 (imagem 9). Estas qualidades reflectem-se na capacidade do espaço transmitir aos utilizadores **consciência** sobre o seu **movimento**, tornando-os sensíveis ao seu movimento real ou potencial; introduzir **séries temporais** graças às ligações simples entre todos os elementos; garantir um **alcance visual** através dos elementos que articulam visualmente o espaço, principalmente nas paragens 3, 7 e 8.



(Data: 20-05-2017)

O edificado, impõe-se na paisagem através da sua **rudeza e vigor**, pois trata-se de construções sólidas e fortes de grande tamanho e intensidade, que garantem também a **singularidade** das figuras de fundo, a evidência de limites e os **contrastes** entre as várias superfícies (imagem 10). Desta forma é possível identificar à passagem pela paragem 8 e 9, qualidades como a **complexidade** através dos tons e dinâmicas das superfícies e formas que se respeitam mutuamente entre os diferentes elementos, sendo isto **correção** segundo Cullen (2006); e **geometria e escala**, na independência e austeridade dos volumes, a sua relação com o céu e na dimensão que reivindicam na paisagem.

Contudo, na globalidade do espaço a **segurança, conforto e apazibilidade** ficam afectadas, pela falta de **manutenção** ao nível das habitações, pelo **vandalismo** dos prédios e fachadas e pelos indivíduos que ameaçam os direitos de permanência e usufruto dos espaços.

**Funções e Inserção Social:**

Os pontos de maior destaque pela negativa no espaço público do conjunto habitacional, dizem respeito às sensações relativas às **FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL**. Ressaltam aspectos como a impossibilidade de qualquer utilizador potenciar os **encontros sociais** no espaço público. Por um lado o espaço oferece **diversidade de usos e espaços adaptáveis** que possibilitam a agregação de pessoas de várias faixas etárias, com motivações e interesses distintos como o parque residencial e o campo de jogos (paragens 5,8 e 9), por outro este parece ser maioritariamente e unicamente utilizado pela comunidade cigana.

Posto isto, assinala-se ainda o edifício da Junta de Freguesia de Darque, que faz parte da estrutura do complexo habitacional, inserindo algumas **dinâmicas e sobreposição de usos** especialmente durante o dia (imagem 11).

**Manutenção e Gestão:**

Outro dos aspectos negativos do bairro, está ligado à **MANUTENÇÃO E GESTÃO** do conjunto (Imagem 12), onde se destaca a falta de **resistência, durabilidade dos materiais** utilizados, principalmente nas fachadas dos blocos das traseiras e campo de jogos (paragens 4,5,8,9). O estado actual dos **materiais** não se deve à falta de qualidade dos mesmos, mas ao uso indevido e vandalismo a que estiveram sujeitos.

Destaca-se a persistente **integração de árvores** que se relacionam correctamente com o edificado e se integram perfeitamente na paisagem, sem a perturbar excessivamente, preservando ao máximo o meio natural (paragens 1,2,4 e 5). Contudo, exceptua-se no caso da paragem (8 e 9) a utilização de pinheiros na zona do recinto residencial, que levou ao desgaste e quebra das superfícies pedonais (imagem 13).



11



12



13



(Data:20-05-2017)

14



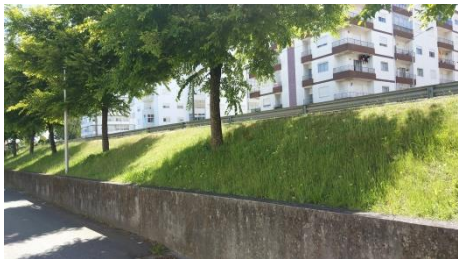
15



16



17



18



19



**Informante-Chave:**

O percurso pedonal realizado foi acompanhado na sua totalidade por uma **informante-direta**, uma mulher, moradora no Bairro do Fomento desde 1985, e actualmente com 54 anos.

**Fachadas:**

Inicialmente a informante compara os blocos habitacionais da frente do complexo e os das traseiras. Os blocos das traseiras são habitados maioritariamente por indivíduos de etnia cigana, enquanto os edifícios da frente não.

Posto isto, os blocos da frente estão em bom estado de conservação e sofreram obras recentes nas fachadas e coberturas, graças aos condomínios criados recentemente, que permitiram que todos os moradores juntos pagassem as obras (paragem 1 e 2) (imagem 14).

O mesmo não se passa em relação aos blocos das traseiras, pois não existem condomínios, estando os blocos habitacionais em mau estado. Nestes blocos traseiros são apontados os acessos às habitações que foram tapados a tijolo, para que, segundo a informante não houvessem despejos, após ser retirado o direito a habitação social a algumas famílias (paragens 4 e 5) (imagem 15).

A informante refere a existência de varandas tapadas também a tijolo, porque há famílias cujas habitações não respondem ao número de divisões necessárias, pelo que as varandas são fechadas para lhes ser atribuído um novo uso (paragem 4 e 5).

Desta forma é revelado a **substituição de materiais**, a implementação de **formas clandestinas**, a **exclusão e substituição de elementos arquitectónicos**, o vandalismo e a falta de manutenção nos edifícios traseiros do complexo habitacional (imagem 16).

**Circulação e Áreas Pavimentadas:**

Segundo a informante ao nível das **CIRCULAÇÕES MISTA OU DE BICICLETAS E OUTROS MEIOS**, as crianças costumavam andar de bicicleta, principalmente nas traseiras do complexo habitacional, uma vez que o tráfego automóvel era reduzido nessa zona. No entanto, eram vários os indivíduos a condicionarem e a ameaçarem a **segurança e conforto** impedindo a permanência no espaço com tranquilidade.

Desta forma, o desenho do espaço possibilita a **comunhão natural de peões e veículos**, que se torna condicionada pela presença de alguns grupos de pessoas.

Relativamente às **ÁREAS PAVIMENTADAS** é referido que a estrada nacional passa acima da cota do bairro, ou seja, o terreno fica abaixo da estrada principal que fica adjacente ao bairro, não existindo qualquer tipo de problemas em relação a esse ponto (paragem 1). Desta forma é revelado que ao nível do desenho urbano é garantido o bom **controlo de pendentes e desníveis** e já ao nível das áreas de ornamentação/vegetação o bom **controlo de taludes** (imagem 17).

As **ÁREAS DE ORNAMENTAÇÃO OU VEGETAÇÃO** são identificadas como **canteiros com árvores** que encaixam harmoniosamente junto dos blocos habitacionais. Contudo, as obras recentes realizadas para criar um recinto residencial no centro do bairro, levaram à ornamentação deste espaço com a **plantação** de pinheiros cujas raízes estão a danificar e levantar o pavimento da área (paragem 8) (imagem 18).

A moradora indica que as **ÁREAS DE CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO** são insuficientes, principalmente porque a comunidade cigana tem vários veículos, precisando de vários estacionamentos.

Desta forma os moradores acabam por estacionar em qualquer sítio, mesmo nas vias de circulação, criando por vezes **pontos de conflito** entre circulação pedonal e automóvel (paragem 1).

A informante indica que o espaço de recinto criado, não responde às necessidades e usos dos moradores, pelo que deveria ter sido destinado para criar lugares de estacionamento para os moradores (imagem 19).



(Data:20-05-2017)

**Direitos:**

Ao nível dos **DIREITOS DE ACESSO, FRUIÇÃO E ACÇÃO** no espaço público do conjunto habitacional, a moradora rapidamente destaca que quando alguém estranho entra no bairro, é logo abordado por outros moradores e que há situações em que estes moradores cometem assaltos em plena via pública.

A falta de **segurança** é de tal ordem que a informante afirma à passagem pela paragem 4 e 5 que a maior parte dos moradores que não mora nestes blocos traseiros, evita passar por lá. Esta não gosta, nem vem para esta zona e acaba por detestar morar no bairro, mas afirma que comprou casa lá e não tem outra alternativa. Tais acontecimentos revelam a presença de **peçoas que inibem o acesso natural de cidadãos**, bem como o **equilíbrio entre todos os utilizadores e as actividades** desenvolvidas condicionando de forma severa o bem-estar no espaço público do bairro.

É revelado ainda que existem habitações na cave dos blocos traseiros (paragens 7, 9), mas que face à falta de segurança e medo, a moradora nem se atreve a aproximar dessa zona (imagem 20).



20

**Campo Visual e Leitura do Espaço:**

Sobre o **CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO**, este é o ponto menos referenciado pela observadora. Esta faz alusão ao facto de haver vandalismo e várias paredes pintadas a spray, o que dificulta a **legibilidade** na medida em que torna o lugar de fácil leitura e compreensão (imagem 21).

Por outro lado, os vãos tapados a tijolo causam impacto visual negativo, que segundo a moradora fazem transparecer um bairro vandalizado e perigoso, revelando as lacunas ao nível da **continuidade** das fachadas, uma vez que afecta a harmonia das superfícies, a repetição do intervalo rítmico e a semelhança de todas as partes.

Por último, à passagem pela paragem 1, são identificados os brinquedos e outros objectos espalhados pelos espaços exteriores dos edifícios (imagem 22), que muitas vezes vão parar ao meio dos canteiros ou ficam mais tarde ao abandono, revelando dificuldades na **transição entre o domínio público e privado**.



21

**Funções e Inserção Social:**

No que diz respeito a este ponto da avaliação qualitativa do lugar, a moradora afirma que existe uma boa **relação entre as pessoas** que habitam os blocos da frente do complexo habitacional, mas que em relação às pessoas dos blocos traseiros, falta entrosamento com as mesmas e também entre elas. A informante chega a afirmar que “quando há conflitos entre pessoas de etnia cigana é assustador”, pois já houve situações de muita violência.

Face a estas situações, aliadas ao facto de existirem grupos que ameaçam a liberdade de acesso ao espaço público do conjunto, a informante conclui que o espaço público é um local de **encontro social**, mas apenas para alguns indivíduos, já que outros se vêem impedidos desse usufruto. Desta forma apenas alguns grupos usufruem do direito de potenciar as suas relações humanas no espaço público, algo que no caso deste bairro fica condicionado por questões **de raça e género**.

Por fim, a informante refere que a Junta de Freguesia, teve a iniciativa de promover um evento natalício no ano passado, no recinto residencial, contando com espectáculos e actuações de grupos ciganos locais e outros artistas (paragem 8) (imagem 23).

Assim, ressaltou o papel fundamental das **entidades públicas e instituições** no contributo para a **inserção social** de minorias desfavorecidas, apostando na **diversidade cultural** e em **programas de actividades** que dêem resposta a todas as pessoas.



22



23



(Data:20-05-2017)

24



25



26



### Manutenção e Gestão:

Ao nível da **MANUTENÇÃO E GESTÃO** dos espaços, a informante destaca a falta de manutenção e cuidado com os mesmos, já que existe uma grande diferença entre o espaço da frente e o das traseiras. O da frente tem caixotes do lixo, os que foram colocados nas traseiras desapareceram (imagem 24). A informante tem a opinião de que o espaço da frente do complexo é favorecido por ter o edifício da Junta de Freguesia, que obriga a que esta zona tenha um aspecto melhorado e apresenta “uma cara lavada” (paragem 1). Contudo, salienta que a grande diferença nestes espaços da frente, se deve aos condomínios criados recentemente, que vieram melhorar muito a forma como os espaços eram geridos.

A informante indica na passagem pelas paragens 4 e 5, que existe demasiado lixo no chão, “é tudo sujo e amontoado, torna-se nojento” (imagem 25).

Ainda sobre a paragem 5, é referido que o estado actual do campo de jogos, uma obra recente no bairro, se encontra todo destruído, de onde alguns moradores já roubaram as redes das balizas e os cestos, e já destruíram as vedações do recinto.

A informante, refere na paragem 8 e 9, acerca da **integração de árvores**, a má escolha das espécies plantadas, pinheiros, que estão a levar ao desgaste dos pavimentos. Por outro lado, junto aos blocos habitacionais, é elogiada a integração das árvores, que se tornam expressivas, quer como extensão do conteúdo dos blocos habitacionais, quer como por contraste com as superfícies dos mesmos (imagem 26).



(Data: 20-05-2017)

O lugar privilegia de ter na estrutura do bairro o edifício da Junta de Freguesia, que tem o efeito de criar fluxos e dinâmicas durante o dia no local. Desta forma, a Junta de Freguesia, está associada ao Bairro do Fomento, encaixando no que Lynch (1960) define como **nomes e significados**, isto é, características não físicas que podem reforçar a imagem do lugar e que ajudam na cristalização da identidade dos utilizadores para com o sítio.

O conjunto sofre de lacunas ao nível do **SENTIDO DE LUGAR**, já que o espaço público não cria **ligações** com a maioria dos moradores, reflectindo-se nas fachadas dos edifícios vandalizadas com grafite (imagem 27), **lixo e falta de manutenção, habitações vandalizadas** com formas clandestinas e substituição de materiais.

O espaço exterior junto aos blocos habitacionais traseiros tem frequentemente **grupos de indivíduos** que ocupam o espaço em largos períodos ao longo do dia, no entanto não se observa desenvolvimento de **actividades** no bairro, não havendo um contributo da arquitectura da urbanização para contrariar essa tendência.

Na parte inicial do percurso a informante refere **divisão cultural** existente na urbanização entre comunidade cigana e não cigana, reflectindo-se nos blocos habitacionais atribuídos a uns e outros. A mesma indica que os blocos traseiros foram entregues maioritariamente às famílias ciganas e os da frente a famílias não ciganas.

Para ela a criação dos **condomínios** nos blocos da frente permitiu alguma organização na gestão e manutenção dos espaços, responsabilizando os habitantes pela preocupação em manter o lugar em condições.

À passagem pela paragem 5, a moradora revela alguma desilusão face ao estado do campo de jogos, criado recentemente, mas que já se encontra degradado (imagem 28). A moradora afirma que são os próprios moradores a danificar as coisas, justificando com a **falta de civismo e noção de viver em sociedade**. Segundo ela as pessoas “não têm a capacidade de estimar aquilo que é feito para eles, dão-nos as coisas e depois destroem. Não há amor por nada”.

Este é um indicador negativo da identidade dos moradores com o espaço, uma vez que ao invés da **manutenção e gestão** do próprio espaço, este é alvo de actos de **vandalismo** (imagem 29). Salientam-se os assaltos feitos a pessoas exteriores ao bairro que o visitam, exemplificando com o caso do namorado da filha, que nas primeiras vezes que ia visita-la era abordado e assaltado.

Para concluir, a moradora afirma que a Junta de Freguesia de Darque teve um papel importante no **envolvimento** recente dos moradores com o bairro, graças ao evento de Natal realizado no ano anterior.

A moradora termina afirmando que gostaria de não morar ali, pois foi uma má opção, mas que inicialmente o complexo habitacional não foi previsto para abrigar certo tipo de famílias.



27



28



29

Acerca do **SENTIDO DE LUGAR**, a entrevista realizada a moradora da urbanização permitiu entender a divisão entre as pessoas de etnia cigana e as restantes que habitam o bairro. Na sua óptica, tal reflecte-se ao nível da **manutenção e gestão** dos prédios, existindo diferenças abismais nas zonas habitadas por um grupo e outro. A informante refere que os prédios da frente do complexo habitacional, entregues a população não cigana, se encontram em bom estado, graças aos condomínios criados. Por outro lado, os prédios das traseiras do complexo habitacional, onde habita maioritariamente população de etnia cigana, estão muito destruídos.

A informante afirma serem muito difíceis as **relações sociais** com as pessoas do bairro, evitando até passar tempo em casa, e principalmente nos espaços exteriores do complexo. Para ela, desde muito cedo foi vítima de situações constrangedoras e violentas por parte de alguns indivíduos que habitam no bairro, que impediam a **liberdade** das pessoas permanecerem no espaço público, existindo ainda furtos e apedrejamentos.

Para concluir, a moradora indica que preferia morar num sítio mais sossegado, mas que não tem outra alternativa para já.



(Data:01-05-2017)



(Data: 20-05-2017)

- Resolução do **problema de estacionamento**, de forma a reduzir pontos de conflito;
- **Instalação de mobiliário urbano e reestruturação do espaço de recinto residencial**, para que garanta segurança e privacidade aos seus utilizadores; Substituição de espécies arbóreas neste espaço;
- Medidas que reduzam o **número de indivíduos ou grupos que condicionam ou controlam o espaço público** da urbanização, por exemplo através de programas de actividades;
- **Recuperação dos edifícios** traseiros e suas fachadas e **criação de condomínios** nestes blocos.
- **Controlo das condições de circulação** automóvel / Controlo de tráfego automóvel;
- Maior **envolvimento de entidades e grupos associativos**, ou criação de medidas que reduzam a sensação de marginalização e segregação sentida por grande parte da comunidade;  
Maior **recolha de lixo** e formas variadas de **manutenção**.



(Data:01-05-2017)

- **Mais estacionamentos**, sugerindo o aproveitamento de um espaço já existente para a criação de aparcamentos.
- Melhorias ao nível da **organização de condomínios**, que podem potenciar a limpeza e manutenção dos prédios.
- **Obras no campo de jogos** e a reconstrução de pavimentos, principalmente próximos de zonas verdes ou de implementação de árvores.

**BAIRRO DO IGAPHE - FOMENTO – DARQUE**

	INDICADORES	DADOS
INTEGRAÇÃO URBANA	IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexo de grande dimensão com enquadramento periurbano, a 3,5km do núcleo urbano;</li> <li>• Localizado em zona habitacional e rural na freguesia de Darque, na margem oposta ao núcleo urbano;</li> </ul>
	TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transportes Públicos: Autocarros das 07:00 à 00:30 e Comboio;</li> </ul>
	EQUIPAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamentos e serviços na envolvente, e Junta de Freguesia de Darque;</li> </ul>
	ACESSOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessos à EN13 e A28;</li> </ul>
	REDES PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes Públicas de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais.</li> </ul>
	ESTADO E QUALIDADE	DIREITOS
FACHADAS		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edifícios em mau estado e vandalizados, principalmente nos edifícios traseiros;</li> <li>• Materiais originais substituídos; formas clandestinas; iluminação deficiente em algumas zonas; vãos desajustados; substituição de elementos arquitectónicos ao nível dos blocos traseiros;</li> <li>• Acessos bloqueados a habitações nos blocos traseiros</li> <li>• Obras recentes de recuperação de fachadas e coberturas nos blocos frontais.</li> <li>• Implementação de componentes tecnológicos e sombreamento</li> </ul>
ÁREAS PEDONAIS		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado razoável; Passeios com largura e dimensionamento adequados;</li> <li>• Desníveis e pendentos bem resolvidos ao nível do desenho urbano.</li> </ul>
ORNAMENTAÇÃO E VEGETAÇÃO		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bom controlo de taludes e separação de faixas de circulação; Boa limitação e alinhamento de áreas diferentes; Zonas de transição verdes em harmonia junto do edificado;</li> <li>• Má escolha de espécies de árvores no recinto residencial central.</li> </ul>
CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pontos de conflito devido a estacionamento insuficiente;</li> <li>• Dificuldade no controlo dos limites de velocidade e nas formas de circulação;</li> <li>• Atravessamento e passagens de peões possíveis graças à continuidade de passeio.</li> </ul>
CIRCULAÇÃO		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaços de circulação funcionam hierarquicamente; Circulação de bicicletas sem pistas ou percursos;</li> <li>• Comunhão de peões e veículos afectada por pontos de conflito;</li> <li>• Materiais dos pavimentos definem as condições de circulação e traçado de redes;</li> <li>• Conforto e segurança nem sempre garantidos, pela presença de indivíduos que condicionam os outros.</li> </ul>
CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade razoável, permeabilidade garantida pela simplicidade das formas e continuidade das superfícies;</li> <li>• Possibilidade de consciência de movimento e séries temporais; Bom alcance visual;</li> <li>• Edificado transmite rudeza e vigor, singularidade e contrastes entre superfícies;</li> <li>• Fachadas complexas; geometria e escala reivindicadas na paisagem urbana;</li> <li>• Segurança, conforto e apazibilidade afectados pela falta de manutenção, vandalismo e presença de determinados grupos ou indivíduos;</li> <li>• Transição entre domínio público e privado afectada.</li> </ul>
FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nem todos os utilizadores podem usufruir do espaço público para o encontro social ou prática de actividades;</li> <li>• Diversidade de usos e espaços adaptáveis;</li> <li>• Edifício da Junta de Freguesia de Darque cria dinâmicas e fluxos, bem como sobreposição de usos.</li> <li>• Junta de Freguesia contribui para a dinamização do bairro com programas de actividades e eventos.</li> </ul>
MANUTENÇÃO E GESTÃO		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de resistência e durabilidade dos materiais, face ao uso e vandalismo e uso indevido; Lixo no chão; Campo de jogos destruído; Adequada integração de árvores junto aos blocos habitacionais;</li> <li>• Utilização inadequada de pinheiros no recinto residencial central; Desgaste de pavimentação, fachadas danificadas;</li> <li>• Maior manutenção e gestão do espaço dos blocos frontais, graças ao edifício da Junta de Freguesia e criação de condomínios.</li> </ul>
SENTIDO DE LUGAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Junta de Freguesia traz nome e significado ao bairro; Falta de actividades diárias;</li> <li>• Edifícios e espaço público vandalizado; falta de manutenção; Condomínios permitiram mudar essa tendência nos blocos frontais;</li> <li>• Grupos de indivíduos que condicionam a liberdade dos restantes utilizadores; Separação cultural;</li> <li>• Falta de civismo e vida social; Relações sociais difíceis entre habitantes; Falta de liberdades e direitos.</li> </ul>	
NECESSIDADES/ EXPECTATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solução para maior número de estacionamento; Instalação de mobiliário urbano;</li> <li>• Recuperação do campo de jogos, recinto residencial, edifícios e fachadas;</li> <li>• Criação de mais condomínios; envolvimento de entidades e grupos associativos;</li> <li>• Manutenção e recolha de lixos domésticos.</li> </ul>	





**4.3.5. URBANIZAÇÃO MUNICIPAL  
DO MEIO - AREOSA**



# URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO

## FOTOS PERCURSO PEDONAL (VISÃO SERIAL, CULLEN 1960)





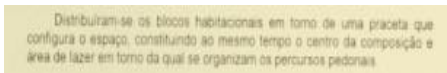
Plantas de Implantação e Localização

Trata-se de um conjunto habitacional de pequena dimensão, constituído por blocos em banda, organizados ortogonalmente e integrados junto à encosta do Monte de Santa Luzia.



Mapa Bidimensional (Ferramenta Digital)

O conjunto habitacional localiza-se na **periferia da cidade** de Viana do Castelo, na freguesia da Areosa, a cerca de **3km do núcleo urbano** da cidade. O conjunto habitacional encontra-se localizado numa zona de cota elevada, afastado do centro da freguesia e **sem equipamentos e serviços** num raio de 500m.



Memória Descritiva

O bairro localiza-se na **freguesia da Areosa** em Viana do Castelo, tem um total de **32 fogos** habitacionais. Este bairro surge após decisão da Câmara Municipal de Viana do Castelo, de construir habitação social para famílias pobres que vivam anteriormente num aglomerado de casas pré-fabricadas em madeira, localizado próximo do local de implantação da UM do Meio.



Partida	Chegada
06h21	06h25

Horários da Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo

O local de implantação do conjunto habitacional, fica a cerca de 500m de um **apeadeiro para comboios**, existindo 5 ligações diárias que passam pelo apeadeiro da Areosa e a estação da cidade de Viana. Também a Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo, dispõe nesta zona de **autocarros** que fazem a ligação até ao Interface, localizado no Estação Viana Shopping, no centro da cidade. Os autocarros fazem a ligação Areosa-Viana do Castelo e vice-versa em vários horários ao longo do dia, desde as 7:45h até às 19h, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados, facilitando o acesso de todas as pessoas ao centro da cidade de Viana do Castelo.



(Data: 07-02-2017)



O conjunto habitacional está localizado muito próximo da **encosta do Monte de Santa Luzia**, longe dos **acessos** principais à cidade. O conjunto habitacional fica **isolado** a nível de **equipamentos e serviços**, já que são inexistentes na sua envolvente próxima, não existindo sequer na sua estrutura. O conjunto habitacional serve apenas os moradores não existindo **dinâmicas** nem **fluxos** diários, como pode ser analisado através da observação do local.



(Data:29-05-2017)

A entrevista realizada a uma moradora de 63 anos, moradora na Urbanização Municipal do Meio, desde 1993, revelou a **falta de integração** do lugar, face à **dificuldade de ligações** com a envolvente e **acesso a meios de transporte**. Estes ficam longe do local de implantação do complexo. Por outro lado, a oferta de **equipamentos e serviços** é muito reduzida, pelo que obriga a deslocações maiores, quando há necessidade de recorrer a algum tipo de estabelecimento comercial por exemplo.



(Data: 21-03-2017)

### Percurso Pedonal:

O percurso pedonal realizado pelo autor, desenvolveu-se ao longo do espaço público do conjunto habitacional, onde em **7 paragens** consecutivas se atendeu às questões mais físicas do edificado e do espaço público. No entanto, a observação prolongou-se ainda ao campo sensorial na leitura do espaço do todo, que permitiu concluir tratar-se de um conjunto residencial cujo espaço público é mediano.

### Conjuntos Funcionais:

O conjunto é composto por 2 conjuntos pedonais, 2 parques de estacionamento, 1 conjunto funcional de ornamentação e transição e ainda 2 conjuntos de circulação de veículos, dos quais fazem parte 2 ruas e ainda 1 praça (imagem 1).

### Áreas Pedonais, de Ornamentação e Transição, de Circulação Motorizada e Estacionamento:

As **ÁREAS PEDONAIS** do espaço são de qualidade mediana, realça-se a verificação de **pavimentação e dimensionamento** adequado de **passeios e degraus**. No entanto, existem lacunas sérias ao nível da falta de **áreas de vegetação**, que é praticamente inexistente. As **ÁREAS DE ORNAMENTAÇÃO E TRANSIÇÃO** garantem boa qualidade, quer pela **plasticidade conceptual**, quer pela **separação de faixas**, ou pelo favorecimento de **eixos perspécticos** que também facilitam a visualização e leitura do espaço. Por fim relativamente à **CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO**, embora não existam **pontos de conflito**, surgem alguns pontos de fraca qualidade, não chegando a perturbar o **atravessamento de peões** e o **estacionamento**. Denota-se o mau **dimensionamento** de um conjunto funcional de estacionamentos, obrigando alguns carros a invadir a faixa de circulação (paragem 2) e a inexistência de **refúgios** para o atravessamento de vias, não prejudicando em todo o caso o seu atravessamento (Imagem 2). Todo o espaço permite um fácil **controlo do tráfego** e limites de velocidade e garante a **continuidade dos passeios**.

### Circulação:

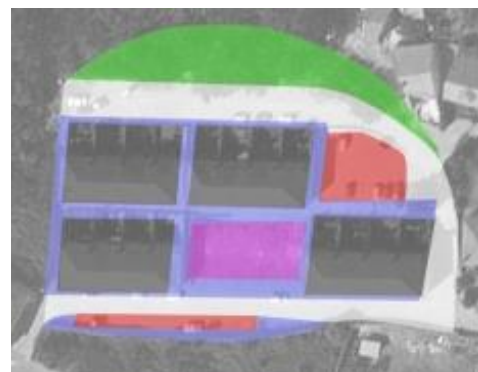
Trata-se de um espaço que responde de forma razoável às especificidades para a **CIRCULAÇÃO MISTA**, uma vez que se trata de um terreno onde é necessário combater **declives** acentuados, os espaços de circulação funcionam de **forma hierárquica**. Complementarmente os **materiais** utilizados ajudam a definir as **condições de circulação**, que se tornam identificáveis no que diz respeito às **condutas e funções** a desenvolver no espaço público. A **CIRCULAÇÃO DE BICICLETAS** e outros meios é inexistente, não há **desenho de pistas** ou percursos próprios, realçando-se uma equilibrada **comunhão entre peões e veículos**, garantindo nesse **aspecto conforto e segurança** a todos os utilizadores (Imagem 3).

### Redes Públicas:

Em relação à instalação de redes públicas todo o conjunto está equipado com redes de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais, respondendo às necessidades do espaço público.

### Espaços de Reserva e Desafogo:

Os **ESPAÇOS DE RESERVA OU DESAFOGO** existem em **dimensão e localização** adequadas aos espaços e instalações, que asseguram a **continuidade física e visual**, e previnem o congestionamento de acessos.



Áreas de Ornamentação ou Separação	Estacionamento
Campo de Jogos / Parque Infantil	Jardim Público Residencial
Áreas de Circulação Automóvel	Edifício Habitacional
Áreas Pedonais Pavimentadas	Largo / Praça

1



2



3



(Data: 21-03-2017)



### Direitos:

A urbanização apresenta algumas lacunas a nível de **DIREITOS DE ACESSO**. Por um lado, a **identificação do espaço público** exterior torna-se clara e perceptível para qualquer grupo etário ou étnico e o **espaço** passível de ser **utilizado** durante todo o dia. Contudo, existem falhas ao nível do número de **barreiras físicas** que afectam o **acesso** a pessoas com mobilidade reduzida, condicionando-se por isso a **articulação entre percursos pedonais, estacionamentos** e outros elementos de suporte do espaço público e a própria **entrada para as habitações** (Imagem 4). Tais aspectos podem levar a alguma **inibição da entrada** de alguns cidadãos, o que reduz a **LIBERDADE DE ACÇÃO** no espaço do conjunto a alguns **grupos minoritários** como deficientes psicomotores que podem ver-se impedidos de permanecer no espaço em **segurança e conforto**.

Destaca-se ainda assim a **participação pública** nos processos de criação e gestão do espaço público, colmatando as carências sentidas, nomeadamente a criação de pequenos lugares de cultivo, embora em zona de monte, não reunindo as melhores condições para plantação de legumes ou fruta (Imagem 5). Realça-se a possibilidade do espaço ser **manipulado** de forma **reversível**, havendo **liberdade** para os utilizadores **alterarem** o espaço para atingirem os seus próprios, mais concretamente na praceta (paragem 2) (Imagem 6) e a zona das hortas (paragem 7). O **espaço**, independentemente de que tipo, resulta apenas em **zona de circulação**, onde não há permanência, podendo considerar-se disponível de ser **MANIPULÁVEL E ALTERÁVEL** de forma reversível no posicionamento de elementos (Imagem 7) e (paragem 1 e 2).

Ao nível do **DIREITO DE FRUIÇÃO** no espaço público do conjunto residencial, este por vezes vê-se condicionado, quer pela falta de **programas de atividades** e espaços dirigidos à **diversidade de interesses** dos moradores, quer pela não **identificação** dos indivíduos com o meio ou o **constrangimento** dos direitos de acesso. O espaço não gera **atividades** ao longo do dia, e nem sequer existem **espaços** para tal. No entanto salienta-se a produção de **subespaços** articulados aos percursos pedonais, onde é possível a coexistência de **diferentes grupos**, através de uma **hierarquia da estrutura do espaço** (paragem 2,3,4). Contudo pode-se observar que o espaço não é utilizado na maior parte do tempo por qualquer grupo ou indivíduo, fazendo-se notar algum constrangimento até ao nível dos **eixos pedonais**, já que existem também algumas complicações ao nível dos **percursos**, para pessoas com mobilidade reduzida. Infelizmente, trata-se de um espaço que não induz os utilizadores a explorarem o seu potencial.

### Fachadas:

O estado de conservação do conjunto habitacional é razoável. Para tal contribui a caracterização das **FACHADAS** que já sofreram algumas **alterações** face à arquitetura original, principalmente ao nível das partes traseiras dos edifícios, salientando-se a **implementação de componentes tecnológicos**, referentes a antenas e parabólicas, substituição de materiais, **exclusão e substituição de elementos arquitectónicos** ou existência de **formas clandestinas** como anexos e cobertos (paragem 1,5,6) (Imagem 8). Deste ponto de vista, a fachada de cada edifício sofreu **modificações** relativamente à sua caracterização inicial.

### Campo Visual e Leitura do Espaço:

O lugar revela qualidade moderada no **CAMPO VISUAL** e na facilidade da sua **LEITURA**, sentindo-se em vários pontos a possibilidade de **ligação física e visual** com a envolvente, embora a **permeabilidade** seja um pouco afectada por algumas lacunas na transição dos **limites visuais** entre o público e o privado (Imagem 9). Destaca-se a **continuidade** da forma e das fachadas, graças a continuação ritmada dos limites e superfícies, que acompanhadas ao longo dos eixos pedonais (paragens 4 e 5), permite identificar a **simplicidade da forma**, na clareza e simplicidade da forma visual no seu **sentido geométrico e limitação das partes**. Os aspectos de maior realce são bastante positivos, pois permitem ao observador ter uma clara consciência do seu **movimento real ou potencial**, contribuindo para tal o **alcance visual**, dos espaços e elementos articulantes que potenciam as vistas e panoramas, aumentando a profundidade da visão (paragens 1 e 4) (Imagem 10).



(Data: 21-03-2017)

A praça funciona como **elemento configurador** do espaço, tornando-o amplo e permeável, potenciando a sensação de **exposição e isolamento**, pois trata-se de um espaço vazio, abrindo-se para uma grande extensão de céu, ao mesmo tempo que revela a **geometria** de todo o conjunto, que segundo Cullen (2006, p.77) revela “a escala, a independência e a austeridade” do bairro em relação à envolvente, tratando-se de um núcleo isolado; também os blocos residenciais tratam de parecer construções sólidas e fortes que se impõe na paisagem, revelando **rudeza e vigor** (Imagem 11).

O conjunto habitacional parece viver num limbo entre a existência ou não de **conforto e segurança** ao nível dos espaços, denota-se alguma falta de **manutenção** ao nível do tratamento dos pavimentos e fachadas traseiras dos edifícios, bem como algumas dificuldades ao nível das **acessibilidades**, no entanto tal é compensado pela **legibilidade** do lugar, tornando-o de fácil **leitura e compreensão**, reconhecível e **facilmente identificável**, garantindo o **acesso** e a **articulação** entre diferentes espaços. A este último aspeto alia-se a **singularidade** das figuras de fundo, que se tornam claras, com limites evidentes, contrastando com as superfícies existentes na sua forma, intensidade, tamanho e localização espacial. O espaço revela um forte sentido de **correção** (Cullen, 2006, p.77) que surge do respeito mútuo entre os diferentes elementos, enquadrados de forma civilizada no todo; e de **contraste** através do relacionamento de todos os elementos, percebendo-se algumas inter-relações complexas ao nível dos elementos estruturais, cores, texturas e materiais, que adquirem algum significado pela sua situação no todo (parágrafos 2, 3 e 4).

Ao nível de **acessos**, denota-se a promoção do alinhamento; da separação entre redes de circulação; a garantia de segurança na travessia de vias de circulação através de percursos pedonais e principalmente a superação de declives acentuados, que garantem facilidade na **clareza das ligações** através da **boa visibilidade** nas ligações e costuras e na interligação com o todo (Imagem 12).

Falta ao conjunto algum sentido de **urbanidade**, isto é proporção, elegância e alta densidade, a par do requinte do jardim público e da vegetação exuberante, falta de intimidade, falta de atmosferas de interioridade, intimidade e cordialidade.

### Funções e Inserção Social:

Ao longo do percurso revela-se a dificuldade ao nível de **INSERÇÃO SOCIAL**, já que o espaço público não se revela um **lugar de encontro** e tampouco está preparado para a possibilidade de existência de **diversidade de usos e espaços multifuncionais** que possibilitem a agregação de pessoas de várias faixas etárias, com motivações e interesses distintos. O **espaço para o encontro social** existe, espaço este necessário às relações humanas, mas a praça não acautela as possíveis finalidades e usos de acordo com os **hábitos e usos** dos moradores (Imagem 13).

### Manutenção e Gestão do Espaço:

Relativamente à **MANUTENÇÃO E GESTÃO** do espaço, importa destacar que é um ponto de fraca qualidade no conjunto. Os **materiais** utilizados mostram sinais de pouca **resistência, durabilidade e qualidade**, revelados por exemplo pelo estado dos bancos da praça (parágrafo 2). Não está garantida a boa **acessibilidade pedonal** e transportes públicos adequados (relação distância bairro-paragem/apeadeiro); a otimização da utilização do espaço em condições de **conforto e segurança**; e o assegurar de **manutenção** constante dos espaços. A **integração de árvores** é inexistente, em quantidade e qualidade que sejam satisfatórias, não existindo **espaços múltiplos** concebidos para as receber numa relação com os edifícios que seja expressiva, quer como extensão do seu conteúdo, quer como definição por contraste do existente (Imagem 14).



11



12



13



14



(Data:21-03-2017)

15



16



17



18



19



### Informante-Chave:

O percurso pedonal realizado foi acompanhado na sua totalidade por uma informante-direta, uma moradora no Bairro desde 1995, doméstica e com 67 anos.

### Fachadas:

A informante destaca que os edifícios têm as fachadas traseiras sujas pois “cada um faz o que quer, não há civismo” (paragem 5). A moradora indica os **anexos** construídos indevidamente por parte de alguns moradores nos logradouros e a tentativa de outros fazerem **jardins**, afirmando a ideia de que o **espaço público** se torna **insuficiente** para as necessidades das pessoas.

### Circulação e Áreas Pavimentadas:

A informante garante que o espaço público da praça (paragem 2) não está adaptado para nenhum uso, não serve ninguém pois não respeita nenhum tipo de necessidade, servindo apenas para o passeio de animais de companhia (Imagem 15).

Em relação à questão da **CIRCULAÇÃO MISTA E MOTORIZADA**, não há referência à existência de **pontos de conflito**, as **zonas de circulação** estão bem **delimitadas e explícitas** e a moradora ressalva a inexistência de conflitos derivados à circulação.

A moradora indica que os **materiais utilizados** quer nas casas, quer nos espaços públicos são fracos, principalmente nos pavimentos, pois estão-se sempre a estragar. Acerca do **ESTACIONAMENTO** a informante refere os carros que não cabem no estacionamento desenhado (paragem 3) (Imagem 16), deixando claros os sinais de mau dimensionamento dos estacionamentos, naquele caso particular.

### Direitos:

Na passagem pela paragem 1 ressaltam as primeiras lacunas ao nível do espaço público, a informante indica que há **acessibilidades difíceis** para pessoas com mobilidade reduzida, obrigando por vezes a percursos mais longos para evitar alguns degraus; **passagens obstruídas** (Imagem 17); e ainda a falta de um **jardim residencial** com espaços para as crianças. Segundo ela, faltam **acessos e zonas de rampa** para vencer os declives, revelando que o espaço fica aquém das exigências ao nível de **DIREITO DE ACESSO, AÇÃO E FRUIÇÃO**. Ora estes indicadores permitem perceber as lacunas ao nível do **conforto e segurança** dos utilizadores, sensações acrescidas pela falta de **programas de atividades**, e espaços dirigidos à **diversidade de interesses** dos moradores, quer pela não **identificação** dos indivíduos com o meio, quer pelo constrangimento na liberdade de acesso.

### Campo Visual e Leitura do Espaço:

Segundo a moradora, o espaço torna-se desagradável pela constante **exposição** ao vento, tornando o ambiente frio e **desconfortável**, no entanto como pontos positivos destaca as boas **proporções** entre espaço público e edificado e o **alcance visual** do sítio, graças a uma paisagem ampla para a veiga e para o mar, traduzindo-se num panorama que aumenta a profundidade da visão, quer pela sensação de **exposição e isolamento** devido ao facto de se tratar de um espaço vazio, um parque de estacionamento (paragem 1), quer pela possibilidade de se poder observar uma grande extensão de céu (Imagem 18).

Na paragem 4, estando mais próximos dos blocos habitacionais, a moradora refere as **formas simples** das habitações, tudo na mesma cor (Imagem 19), sentindo-se calma e tranquila, ao mesmo tempo que volta a referir o espaço amplo que permite observar uma imensa paisagem de mar e céu, confirmando as indicações quanto à qualidade ao nível da **continuidade** das fachadas, **simplicidade da forma, legibilidade e alcance visual**.



(Data:21-03-2017)

**Funções e Inserção Social:**

Alguns aspetos são apontados como negativos neste campo, desde as **passagens apertadas** e escuras entre os blocos habitacionais, onde a **iluminação natural** é fraca e onde existem elementos como candeeiros, que obstruem o **movimento pedonal** (Imagem 20). Também em relação a este último ponto, a informante refere que “não faz sentido os **degraus** no acesso às casas, porque criam dificuldades às pessoas deficientes”. Para a informante, sobre este aspecto faltam **acessos e zonas de rampa** para vencer os declives, já que a situação atual obriga as pessoas de mobilidade reduzida a fazer percursos mais longos (paragem 5). Nestas paragens a informante sugere também os estendais para a roupa ao nível do rés-do-chão, que invadem os **eixos pedonais**, indicando as lacunas ao nível da **transição do domínio público e privado**, comportamento perpetuado segundo ela porque as traseiras dos blocos são **lugares húmidos e desprotegidos**, onde existe demasiada sombra e frio, que se tornam propícios à sujidade dos logradouros, que segundo a mesma são **pequenos e sem privacidade**. Como revela a moradora, “tiram-me fotografias ao quintal, invadem-me a propriedade, não há privacidade”.

A paragem 6 e 7 ganham principal destaque por ficarem próximas da zona onde existe maior **apropriação do espaço** em todo o bairro (Imagem 21). Uma iniciativa da própria informante, que pediu à Câmara Municipal para que o monte fosse limpo, já que existia muito mata correndo o risco de incêndio. Tal permitiu a posterior apropriação de pequenos pedaços de terra em zona de monte, para fazer **zonas de cultivo**. A ideia da moradora que iniciou este movimento, levou a que outros moradores fizessem o mesmo, na procura daquilo que é o espaço que não existe. Contudo as hortas em pleno monte, são caracterizadas pela **dificuldade de acessos** a um terreno de cota alta, que segundo a informante se tornam perigosas pelo difícil acesso, além da presença de pinheiros em risco de queda (Imagem 22).

**Manutenção e Gestão do Espaço:**

A passagem pela paragem 2 faz sobressair aspectos negativos quanto à **MANUTENÇÃO E GESTÃO** do espaço. A moradora indica que a Câmara Municipal de Viana do Castelo levou a cargo a **limpeza e pintura** das fachadas frontais de todos os edifícios, mas ignorou por completo os **problemas** das fachadas traseiras, que ficam escondidas para qualquer visitante do exterior (Imagem 23). Posto isto, rapidamente a informante nos aponta para os **passeios em obras**, indica a presença de **ervas**, revelando que o único **uso** dado à praca é o passeio de cães que enchem tudo com dejectos, reforçando novamente a ideia de que não existem **actividades adaptadas** aos diferentes utilizadores e tampouco o espaço potencia a sua **exploração de forma adequada** (Imagem 24). Já na chegada à paragem 3 e voltando o olhar para a praca a informante afirma mesmo que “não se percebe a **intenção** do espaço central, não há **árvores**, o espaço não tem **uso**. É preciso que as pessoas queiram ir para lá, para isso não basta ser verde”. Neste ponto ressaltou além do já falado anteriormente acerca dos direitos de acesso, fruição e acção, a falta de **integração de árvores e manutenção** dos espaços públicos.

Por fim, numa perspectiva geral da urbanização, a moradora relembra que há 22 anos que não existem **obras** no bairro, resultando disso alguns **espaços degradados**, como a praca ou as traseiras dos blocos habitacionais.



20



21



22



23



24



25



(Data: 21-03-2017)

26



Trata-se de um conjunto com falhas ao nível do **SENTIDO DE LUGAR**, pela forma como os moradores se relacionam com o **espaço público**, já que este é praticamente **inutilizado**, e o principal espaço central do conjunto, a praça está ao abandono com **mobiliário urbano** danificado (Imagem 26). Existe uma procura de **identidade** com o espaço ao nível dos logradouros, visível nas passagens pelas paragens 4, 5, 6 e 7, mas principalmente pela tentativa forçada dos moradores procurarem o espaço que não foi planeado no monte adjacente à urbanização, através de hortas para cultivo próprio (Imagem 27).

27



Numa fase inicial do percurso a informante destaca que o **ambiente social** do bairro é complicado, face à **diversidade cultural** de pessoas que ali habitam, chegando algumas das vezes a haver desacatos e discussões entre moradores, muitas delas originadas pela falta de **privacidade** entre logradouros e pela falta de **respeito** pela cultura dos outros. De um modo geral, chega a referir que há até actos de **vandalismo**, principalmente quando alguém tenta expressar algum gosto pelo lugar, nomeadamente na colocação de elementos personalizados de decoração na fachada frontal dos prédios. Estes aspectos dão-nos indicação quanto a uma possível separação entre moradores, uns na procura de uma **identidade** para o lugar, outros a defraudar essa busca. Pressupõe-se com isto, bastantes problemas ao nível do sentido de lugar e da **procura de significados** que enalteçam os elementos existentes. Contudo a moradora informa de que não é um bairro perigoso, mas torna-se desagradável afirmando que “não gosto de viver aqui, mas há pessoas que sim, se pudesse saía daqui”.



(Data:29-05-2017)

Em relação ao sentido de lugar, a entrevista realizada, permitiu identificar principalmente a dificuldade entre os habitantes, para estabelecerem relações de vizinhança. A moradora refere as características negativas de parte dos moradores, revelando que muitos têm falta de respeito uns pelos outros, invadindo a privacidade alheia, principalmente ao nível dos logradouros. Tal leva a não existência de encontro social e a uma vida alienada da comunidade próxima.

Por outro lado, é referido também o desagrado em relação às moradias edificadas, indicando que a construção é simples e que por isso se ouvem ruídos de umas casas para as outras tornando-se incomodo.

Posto isto, também a qualidade dos materiais é apontada, já que logo após a inauguração do bairro, se viu obrigada a substituir materiais e a fazer algumas obras no interior da habitação. Contudo, é apontado positivamente a vista panorâmica para o mar.



(Data: 21-03-2017)

**Espaço verde de qualidade**, com mancha arbórea diversificada e que contribua para a apazibilidade no espaço público, convidando ao encontro social, próximo de elementos naturais, transmitindo conforto e intimidade. **Recuperação da praça.**

Recuperação e substituição do **Mobiliário Urbano**, para incentivo à estadia no espaço público.

**Recuperação de áreas pavimentadas**, principalmente ao nível de passeios que se encontram danificados.

**Melhorar a iluminação pública**, principalmente nos percursos pedonais entre blocos habitacionais, já que existem espaços que se tornam demasiado escuros e sombrios, até durante o dia.

**Potenciar o uso do espaço** por grupos variados de indivíduos e a **Integração social**, através da socialização entre utilizadores com diferentes características culturais, levando ao entrosamento entre todos, através de programas de actividades.

**Espaços adequados para cultivo** próprio ou em comunidade, que garantam área suficiente para todos, segurança e conforto na utilização.



(Data:29-05-2017)

A informante revelou a necessidade de **manutenção** ao nível das **fachadas**, lavagem e pintura, principalmente da parte traseira das habitações.

**Falta de espaço** próprio de logradouro para expandir a vida para lá da habitação.

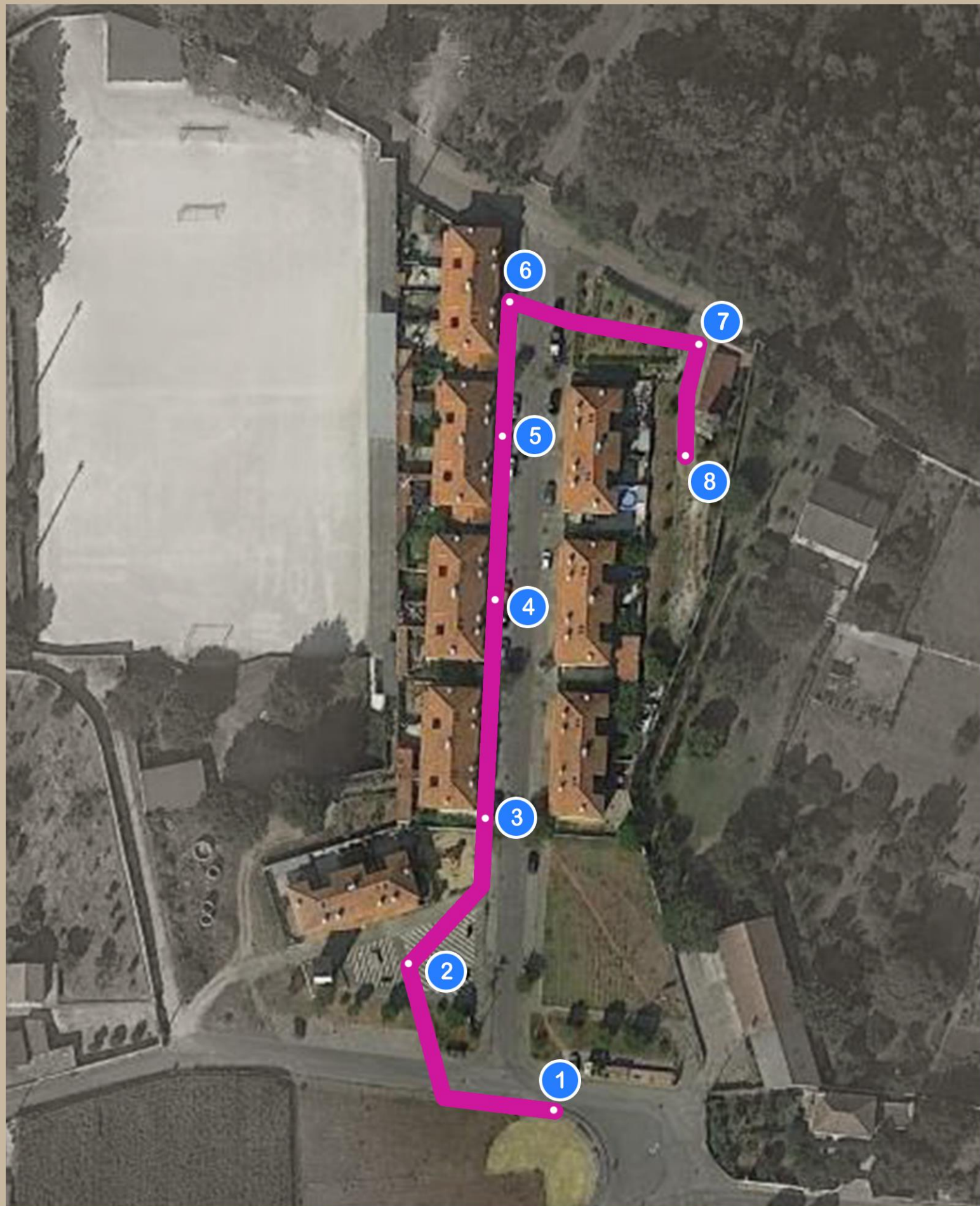
**Manutenção e gestão** dos espaços de horta, construídos em cima da encosta e **construção de acessos** seguros a estes espaços.

# URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO - AREOSA

	INDICADORES	DADOS
INTEGRAÇÃO URBANA	IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Complexo de pequena dimensão em zona de expansão da cidade, a 3km do núcleo urbano, junto à encosta;</li> <li>Localizado em zona habitacional e rural na freguesia de Areosa;</li> </ul>
	TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transportes Públicos: Autocarros das 07:45 às 19:00 e Comboio;</li> </ul>
	EQUIPAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamentos e serviços inexistentes na envolvente próxima;</li> </ul>
	ACESSOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acessos reduzidos;</li> </ul>
	REDES PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redes Públicas de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais.</li> </ul>
ESPAÇO E QUALIDADE	DIREITOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaço público identificável e utilizável durante o dia; Participação pública na criação e gestão do espaço;</li> <li>Barreiras físicas afectam acesso a pessoas com mobilidade reduzida; Passagens obstruídas;</li> <li>Acessibilidades difíceis;</li> <li>Falta de jardim residencial;</li> <li>Articulação entre percursos pedonais condicionada entre espaço público, habitações e estacionamento;</li> <li>Espaço manipulável e alterável; Espaço público de circulação maioritariamente;</li> <li>Falta de actividades para a diversidade de interesses; Falta de identificação dos indivíduos com o meio.</li> <li>Subespaços articulados aos percursos pedonais permitem a coexistência de vários grupos.</li> </ul>
	FACHADAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fachadas alteradas face às originais por substituição de elementos arquitectónicos, formas clandestinas; implementação de componentes tecnológicos; Fachadas traseiras sujas;</li> </ul>
	ÁREAS PEDONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pavimentação adequada, tal como o dimensionamento de passeios e degraus;</li> <li>Zonas com materiais fracos e degradados ao nível de alguns pavimentos;</li> <li>Lacunas nas áreas de vegetação, que é quase nula.</li> </ul>
	ORNAMENTAÇÃO E VEGETAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Boa plasticidade conceptual;</li> <li>Separação de faixas e favorecimento de eixos perspécticos;</li> <li>Jardim público não responde às necessidades das pessoas.</li> </ul>
	CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inexistência de pontos de conflitos; Fácil controlo do tráfego, limites de velocidade</li> <li>Pontos de fraca qualidade que não afectam o atravessamento de peões ou estacionamento.</li> <li>Mau dimensionamento de estacionamentos;</li> <li>Inexistência de refúgios para a travessia de vias; Passeios contínuos;</li> </ul>
	CIRCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Soluções razoáveis ao nível da funcionalidade para combaterem declives acentuados;</li> <li>Espaços de circulação bem delimitados e explícitos hierarquicamente; Inexistência de circulação de bicicletas;</li> <li>Materiais definem condições de circulação, condutas e funções a desenvolver no espaço público;</li> <li>Equilibrada comunhão entre peões e veículos, em conforto e segurança;</li> <li>Iluminação deficiente</li> </ul>
	CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuidade dos limites visuais, fachadas e formas; Simplicidade das formas na sua geometria e proporções;</li> <li>Consciência de movimentos, alcance visual;</li> <li>Praceta como elemento configurador e ordenador de todo o espaço;</li> <li>Sensações de exposição e isolamento; Rudeza e vigor dos blocos habitacionais;</li> <li>Falta de manutenção dos pavimentos e fachadas traseiras dos edifícios;</li> <li>Dificuldade em alguns acessos, compensados pela fácil leitura e compreensão do espaço; Promoção do alinhamento, clareza das ligações; Boa visibilidade;</li> <li>Singularidade das figuras de fundo e contrastes; Respeito mútuo entre os vários elementos;</li> <li>Falta de sentido de urbanidade.</li> </ul>
	FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaço público não se revela como lugar de encontro;</li> <li>Espaço inadaptado para diversidade de usos ou para ser multifuncional;</li> <li>Espaço não potencia a sua exploração, nem vai de encontro aos hábitos e usos dos moradores;</li> <li>Lacunas na transição entre domínio público e privado; Dificuldade de acessos;</li> <li>Apropriação do espaço para zonas de cultivo.</li> </ul>
SENTIDO DE LUGAR	MANUTENÇÃO E GESTÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fraca manutenção e gestão do espaço; Materiais pouco resistentes, duráveis e de baixa qualidade;</li> <li>Mobiliário urbano danificado; Espaço de praceta degradado; Recente limpeza e pintura das fachadas frontais;</li> <li>Acessibilidade pedonal por vezes não é garantida a todos os utilizadores; Conforto e segurança afectados;</li> <li>Transportes públicos distantes;</li> <li>Inexistente integração de árvores em quantidade e qualidade; Falta de espaços múltiplos para tal.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaço público maioritariamente inutilizado; Praceta ao abandono, mobiliário danificado;</li> <li>Procura de identidade com espaço ao nível dos logradouros e espaços de cultivo;</li> <li>Ambiente social complicado; Diversidade cultural; Desrespeito pela privacidade; Vandalismo e roubos;</li> <li>Separação entre grupos de moradores, os que procuram identidade e busca de significados e os que não.</li> </ul>
NECESSIDADES/ EXPECTATIVAS		<ul style="list-style-type: none"> <li>Recuperação da praceta e desenvolvimento de espaço verde de qualidade; Melhoria da iluminação pública;</li> <li>Recuperação de fachadas, substituição de mobiliário urbano; Recuperação de áreas pavimentadas (passeios);</li> <li>Potenciar o uso do espaço públicos por indivíduos variados, levando à integração social e desenvolvimento de actividades comuns.</li> <li>Criação ou adaptação de espaços de horta, adequados ao cultivo próprio.</li> </ul>



**4.3.6. URBANIZAÇÃO MUNICIPAL  
DA FELGUEIRA - PERRE**



# URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DA FELGUEIRA

## FOTOS PERCURSO PEDONAL (VISÃO SERIAL, CULLEN 1960)





Plantas de Implantação e Localização

Trata-se de um conjunto habitacional de pequena dimensão, constituído por volumes contínuos que ladeiam um arruamento, integrado numa zona distante do centro urbano da cidade.



Mapa Bidimensional (Ferramenta Digital)

O conjunto habitacional localiza-se na **freguesia de Perre**, pertencente ao concelho de Viana do Castelo, a cerca de **6km do centro histórico da cidade**. O conjunto habitacional possui alguns **equipamentos e serviços integrados**, como Café, Bar e Associação de Moradores do Bairro da Felgueira, e ainda nas suas proximidades um campo de jogos, Centro Escolar e Igreja.

existente. Na zona de concordância destas duas vias prevê-se a formação dum espaço/praceta para constituir uma referência de lugar de encontro. Um dos factores que orientaram a formação deste espaço de encontro foi a existência dum mini-mercado e de um café. Para favorecer este princípio de agregação local reservou-se um espaço de construção para instalação de interesse e uso dos moradores. A este local/encontro previram-se 19 lugares de estacionamento.

Memória Descritiva

O bairro localiza-se na freguesia de Perre, num local onde existia anteriormente um núcleo de habitações pré-fabricadas em chapa e madeira. O actual bairro tem um total de **32 fogos habitacionais**, que se dispõe de um lado e outro de um arruamento.

Perre Igrejt	Viana	Viana	Perre Igrejt
<b>Segunda a Sexta</b>			
6:45	7:15	7:15	7:45
	7:35	8:00	8:30

Horários da Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo

O local de implantação do conjunto habitacional é servido pela Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo, a qual dispõe nesta zona de **autocarros** que fazem a ligação até ao Interface, localizado no Estação Viana Shopping, no centro da cidade. Os autocarros funcionam neste itinerário em vários **horários** ao longo do dia, desde as 6:45h até às 19h, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados, facilitando o acesso de todas as pessoas ao centro da cidade de Viana do Castelo.



(Data: 06-02-2017)



O conjunto habitacional está localizado a cerca de **6km da cidade** de Viana do Castelo e a **1km do centro da freguesia** de Santa Marta de Portuzelo. O conjunto habitacional é de pequena dimensão, fica implantado num terreno junto ao principal **acesso** à freguesia de Santa Marta de Portuzelo. Os **equipamentos e serviços** na sua envolvente não são em grande quantidade, visto tratar-se de uma **zona rural**. Contudo na sua estrutura existe um café, um bar que serve a Associação de Moradores do Bairro da Felgueira e um campo de jogos. As **dinâmicas e afluências** são escassas, visto tratar-se de um bairro localizado numa **zona afastada** do centro da freguesia onde os equipamentos e serviços escasseiam. Estes aspectos podem ser analisados através da observação do local.



(Data:30-05-2017)

Uma entrevista foi realizada a um membro da Associação de Moradores do Bairro da Felgueira, um individuo do sexo masculina com 54 anos. A entrevista possibilitou compreender a opinião do morador face à **localização marginalizada** da urbanização, uma vez que esta se encontra num dos extremos da vila, ficando próxima do **acesso** à freguesia de Santa Marta de Portuzelo. O informante dá indicações que os **equipamentos e serviços** são poucos nas redondezas, pelo que normalmente os moradores recorrem aos de outras zonas. Mais se acrescenta, que o morador refere que o bairro se localiza numa **zona rural**, distante da cidade.



(Data: 15-03-2017)

### Percurso Pedonal:

O percurso pedonal realizado pelo autor, desenvolveu-se ao longo do espaço público do conjunto habitacional, onde em **8 paragens** consecutivas se atendeu às questões mais físicas do edificado e do espaço público. No entanto, a observação prolongou-se ainda ao campo sensorial na leitura do espaço do todo, que permitiu concluir tratar-se de um conjunto residencial cujo espaço público é mediano.

### Conjuntos Funcionais:

O conjunto é composto por 4 conjuntos pedonais, 4 parques de estacionamento, 4 conjuntos funcionais de ornamentação e transição e ainda 2 conjuntos de circulação de veículos, dos quais fazem parte 2 ruas, 1 praça e 3 espaços verdes.

### Áreas Pedonais, de Ornamentação e Transição, de Circulação Motorizada e Estacionamento:

As **ÁREAS PEDONAIS** do espaço estão desequilibradas qualitativamente, destaca-se principalmente passagens em que existe **pavimentação desadequada** como no parque infantil onde o solo é coberto com areia que se encontra em mau **estado de conservação** (paragem 3) (Imagem 1), ou a existência de espaços preparados para receber **vegetação** mas sendo esta **inexistente ou sem manutenção** (paragens 5,6,8) (Imagem 2), e/ou ainda as lacunas ao nível da **articulação e proteção de passagens e falta de árvores**. A situação ao nível das **ÁREAS DE ORNAMENTAÇÃO E TRANSIÇÃO** está estável, cumpre os requisitos mas não de forma extraordinária, encontrando-se lacunas ao nível da **plasticidade conceptual** que não articula da melhor forma os diversos espaços, quer na sua **subdivisão** quer ao nível dos **ritmos**, ou **vegetação**. Por fim o capítulo da **CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO** é o melhor trabalhado nesta urbanização, destacam-se a facilidade para o **atravessamento de peões** já que o tráfego automóvel é reduzido, o suficiente número de **estacionamentos** em dimensão e geometria adequada, e ainda a **continuidade** dos passeios, embora existam momentos de **conflito** aquando da entrada de automóveis nas entradas das moradias. Em relação à circulação motorizada e estacionamento, a urbanização garante boa qualidade (Imagem 3).

### Circulação:

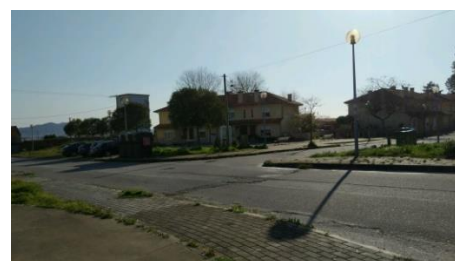
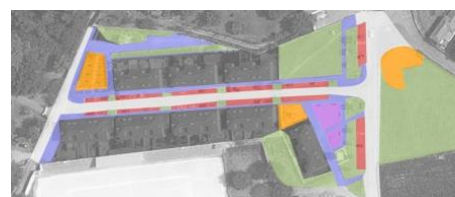
Trata-se de um espaço que não responde na totalidade às especificidades para a **CIRCULAÇÃO MISTA**, uma vez que por vezes existem **conflitos** nos espaços de circulação (paragens, estacionamentos, espaços de permanência, acessos), desequilibrando em alguns momentos a comunhão entre peões e veículos, nomeadamente aquando da entrada de veículos no espaço privado das habitações, invadindo os eixos pedonais e impedindo a circulação pedonal (Imagem 4). Os **materiais** utilizados ajudam a definir as condições de circulação, que se tornam bastante identificáveis no que diz respeito às condutas e funções a desenvolver no espaço público. A **CIRCULAÇÃO DE BICICLETAS** e outros meios pode ser feita, mas sem o desenho de pistas ou percursos próprios, tendo de se aproveitar os espaços da rua, podendo coexistir com reservas em relação ao tráfego automóvel. O **conforto e a segurança** dos utilizadores são por vezes ameaçados face às pontuais dificuldades de acesso e circulação pedonais (Imagem 5).

### Redes Públicas:

Em relação à instalação de **redes públicas** todo o conjunto está equipado com redes de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais, respondendo às necessidades do conjunto habitacional.

### Espaços de Reserva e Desafogo:

Os **espaços de reserva ou desafogo** existem mas nem sempre são suficientemente amplos e contínuos de forma a prevenir o ruído e o congestionamento de acessos, e capazes de aproveitar as condicionantes naturais, como a topografia, como no exemplo da paragem 8.



1

2

3

4

5

6



(Data: 15-03-2017)

7



8



9



10



### Direitos:

A urbanização apresenta bastantes lacunas a nível de **DIREITOS DE ACESSO**, já que o espaço não consegue garantir continuamente um **desenho urbano e arquitectónico** que induzam ao equilíbrio entre **privacidade e segurança** para o mesmo espaço, bem como a **articulação** e transição entre todos os **percursos** (parágrafos 4, 5 e 6) (Imagem 6). A **iluminação** em alguns espaços está degradada, afectando a visibilidade, especificamente durante a noite. Assim, surgem também lacunas ao nível da **identificação clara dos espaços**, e a existência de **barreiras físicas**, que leva à inibição da **entrada de alguns cidadãos** com mobilidade reduzida e à impossibilidade de **uso do espaço** a qualquer momento do dia.

O espaço público do conjunto habitacional garante as exigências mínimas ao nível do **DIREITO DE ACESSO E AÇÃO**, já que não existem actividades ou pessoas que inibam a **entrada natural dos cidadãos** no espaço (Imagem 7). Destaca-se alguma incapacidade para os grupos ou indivíduos poderem **identificar** facilmente o espaço público exterior e usa-lo durante todo o dia para **actividades**, já que o parque residencial/de merendas se encontra «escondido» na estrutura do bairro, não fazendo prever a sua existência a quem o visita, e tampouco o recinto existente (parágrafo 1) tem uma **função/actividade atribuída**. Existem **barreiras físicas** arquitectónicas que dificultam a **articulação dos percursos pedonais**, estacionamento e outros elementos de suporte ao espaço público (parágrafos 6 e 7), impedindo que alguns indivíduos e diminuídos psicomotores se sintam **confortáveis e em segurança**.

Especialmente ao nível da **LIBERDADE DE ACÇÃO**, deve-se destacar um ponto positivo: a **participação pública** nos processos de criação e gestão do espaço público, visto que são os próprios residentes a colmatar muitas das vezes as **carências** sentidas no espaço, através de **propostas e soluções** como foi o caso da proposta para o parque residencial/de merendas (parágrafos 7 e 8) (Imagem 7).

Ao **NÍVEL DA FRUIÇÃO** do espaço observam-se grandes dificuldades em garantir a produção de **subespaços articulados aos percursos pedonais**, onde seja possível a **coexistência de diferentes grupos**, através de uma **hierarquia** da estrutura espacial harmoniosa e clara da identidade do espaço e ainda de proporcionar níveis individuais de **controlo sobre o espaço**, de forma a garantir a **fruição** por um grupo ou indivíduo. Tal é visível aquando da invasão de automóveis nos eixos pedonais condicionando a **circulação pedonal** (parágrafos 1, 7 e 8). Acrescenta-se ainda a falta de **identificação** dos moradores com o meio, resultando num espaço que não gera **actividades** ao longo do dia, embora existam espaços para isso. Desta forma pode-se observar que o espaço não é utilizado na maior parte do tempo por qualquer grupo ou indivíduo, fazendo-se notar algum constrangimento já que os espaços independentemente do seu tipo, resultam apenas em espaços para circulação sem permanência. Os **espaços** foram **programados** para diversos momentos e actividades ao longo do dia, no entanto estão **desarticulados da estrutura** e da identidade do espaço (Imagem 8).

Acerca da **LIBERDADE DE TRANSFORMAÇÃO E ALTERAÇÃO** do espaço, nota-se a possibilidade de **manipulação e reversibilidade** através da alteração no posicionamento de componentes do espaço público, de forma a atingirem o seu próprio espaço. Trata-se de um espaço que não **induz** os utilizadores a explorarem todo o seu potencial (Imagem 9).

### Fachadas:

A caracterização das **FACHADAS** encontra-se alterada em relação à da arquitetura original, salientando-se a **implementação de componentes tecnológicos**, referentes a antenas e parabólicas, assim como **componentes de sombreamento** e criação de algumas **formas clandestinas** ao nível da fachada traseira, como anexos e marquises. Deste ponto de vista, as fachadas foram alteradas face à sua caracterização inicial, pelo que neste campo o estado de conservação do conjunto habitacional é razoável.

### Campo Visual e Leitura do Espaço:

O conjunto habitacional revela falhas em relação à qualidade no **CAMPO VISUAL** e na facilidade da sua **LEITURA**, sentindo-se em vários pontos a falta de **permeabilidade**, na possibilidade de **ligação física e visual** com a envolvente, influenciada pela **transição dos limites visuais** entre o público e o privado.



(Data: 15-03-2017)

Destaca-se a **continuidade da forma e das fachadas** ao longo da rua principal (paragens 4,5 e 6), e a **simplicidade da forma**, na clareza visual no seu **sentido geométrico e limitação das partes** (paragens 2,4,5,6,7). Um dos principais aspectos a destacar, é a ausência de **séries temporais**, que permitam ao observador aperceber-se de ligações simples entre elementos, o que contribui para a incapacidade do observador sentir **consciência do movimento**, visto que ao longo das paragens 4, 5 e 6, não existem elementos visuais e cinestéticos identificáveis, as fachadas são demasiado contínuas, regulares, iguais (Imagem 10). No entanto relativamente às paragens 1, 6 e 7, destaca-se o **alcance visual** possível nas mesmas, quer pelas vistas e panoramas que aumentam a profundidade da visão, quer no caso específico da paragem 6, a indicação de que outra forma irá surgir (parque residencial/de merendas) e que até ali permanece invisível. Nem todos os momentos são capazes de transmitir **conforto e segurança** ao nível dos espaços, pois a falta de **manutenção** e a **iluminação** deficiente contribuem para tal, assim como para a falta de **legibilidade na leitura e compreensão** do espaço de forma a torna-lo **reconhecível e identificável**, garantindo o **acesso e a articulação** entre todos os pontos. Ao nível do todo, destaca-se a **geometria** que segundo Cullen (2006, p.77) revela “a escala, a independência e a austeridade” do bairro em relação à envolvente, tratando-se de um núcleo à parte (Imagem 11).

Falta ao conjunto algum sentido de **urbanidade**, isto é proporção, elegância e alta densidade, a par do requinte do jardim público e da vegetação exuberante, ao mesmo tempo que se revelam aspectos negativos como a exposição e o isolamento pela existência de espaços vazios, grandes extensões de espaço, falta de intimidade, faltando atmosferas de interioridade, intimidade e cordialidade. Ao longo do percurso não existem momentos de **contraste ou complexidade da forma**, e só o parque residencial/de merendas (paragem 7 e 8) se tornam singulares quer pelo contraste na superfície, quer pela sua forma, tamanho, hábito, ou até pela sua localização espacial (Imagem 12).

**Funções e Inserção Social:**

Em relação às sensações relativas aos **ACESSOS, FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL**, ressaltam aspectos como a necessidade de superar algumas **barreiras arquitectónicas**, principalmente ao nível de degraus e rampas que condicionam o acesso de pessoas idosas ou deficientes psicomotores (Imagem 13). Posto isto a **clareza das ligações** nem sempre é conseguida, condicionando a visibilidade das ligações e costuras entre os espaços, no entanto o espaço promove um claro **alinhamento** dos seus espaços, as **vias de circulação** estão bem definidas, bem como os **eixos pedonais**, tornando-se seguro o **atravessamento de vias**. De ressaltar que espaços como o parque infantil (paragem 3), se encontram vedados, tal como recomendado por Alves (2003).

O espaço para o **encontro social** existe, espaço este necessário às relações humanas, tal como existe a **diversidade de usos** como a proximidade entre o café, o bar e as habitações, o que possibilita a agregação de pessoas de várias faixas etárias (Imagem 14). Os espaços de praça e o recinto existente, podem tornar-se **multifuncionais**, acautelando possíveis adaptações, finalidades e outros usos de acordo com os hábitos e usos da população, garantindo a capacidade de **adaptabilidade e diversidade** do espaço (Imagem 15).

**Manutenção e Gestão do Espaço:**

Relativamente à **MANUTENÇÃO E GESTÃO** do espaço, importa destacar que é o ponto de menor qualidade do conjunto. Tanto os **materiais** utilizados mostram sinais de pouca **resistência, durabilidade e qualidade**, como o caso das pinturas das paredes das fachadas ou o estado dos bancos da praça (paragem 2), assim como a escolha de **equipamentos em quantidade adequada** como no parque infantil (paragem 3) (imagem 16) ou no parque residencial pela noção de excesso de elementos (paragem 7). A **integração de árvores** é rara, em quantidade e qualidade que sejam satisfatórias, faltando locais de sombra e uma relação com os edifícios que seja expressiva, quer como extensão do seu conteúdo, quer como definição por contraste do existente. A **acessibilidade pedonal** é razoável e os transportes públicos adequados.



11



12



13



14



15



16



17



(Data: 15-03-2017)

18



### Informante-Chave:

O percurso pedonal realizado foi acompanhado na sua totalidade por uma informante-indireta, uma senhora de 49 anos, empregada de limpeza, e que com frequência visita o bairro por motivos familiares.

19



### Circulação, Áreas Pavimentadas e Direitos:

Em relação à questão da **CIRCULAÇÃO MISTA, MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO**, a informante refere que deveria “haver uma separação ou um espaço entre o passeio e a entrada para a garagem”, isto porque muitas vezes os **passeios** ficam obstruídos com carros, dificultando a **movimentação pedonal**, o que sugere a existência de **pontos de conflito** causados pelo movimento de pessoas e carros (Imagem 18). No entanto, as **zonas de circulação** estão bem delimitadas, indicando a largueza da rua para os automóveis. Relativamente aos **espaços verdes**, a informante indica que as pessoas não usam os espaços, pois alguns nem se percebe que **funções** têm, existem **pavimentos desadequados** como no parque infantil, cujo solo é coberto por uma camada de areia que se encontra em mau **estado de conservação** (paragem 3) e que em certos pontos os limites estão bem definidos como na paragem 7, noutros estão mal definidos como na paragem 8. Segundo ela, “não há **atividade**”, “parece tudo **desfragmentado**”. Contudo, a informante ressalva a **iniciativa** de construção do parque de merendas e do bar da Associação de Moradores da Felgueira, que contribuiu para a **identidade do lugar**, o que indica a **participação pública** nos processos de criação e gestão do espaço público (Imagem 19). Posto isto, o cumprimento das exigências ao nível de **DIREITO DE ACESSO, AÇÃO E FRUIÇÃO** do espaço no todo, classificam-se razoavelmente, num meio-termo entre os espaços satisfatórios (paragens 2,5,6) e os espaços degradados (paragens 3,8). A moradora indica ainda a boa **iluminação** junto das habitações, mas que o mesmo não se passa ao nível dos espaços verdes como o parque residencial e deixa a garantia de que “não é um mau bairro, mas tem falhas” e que existe uma “certa desistência e abandono da comunidade pelo espaço”.

20



### Funções e Inserção Social:

A informante sugere que a paragem 8 (Imagem 20) deveria ser a **localização** do parque infantil, por ser um local mais sossegado e calmo, sem **circulação automóvel**. Para a visitante, os **espaços** estão bem **delimitados** na zona da paragem 7, mas mal definidos na paragem 8, já que o espaço parece ser invadido por outros, apontando a inexistência de “**transição** entra as casas e o jardim”. Contudo “os espaços comuns são bonitos, é um sítio sossegado, parece que é o único sítio que é das pessoas” (Imagem 21), alertando para a existência do bar da Associação de Moradores do Bairro de Felgueira, realçando mais uma vez o **contraste de não identidade** com os restantes espaços do conjunto habitacional. Contudo, não fica esquecida a **variedade de elementos urbanos**, mas que não têm **manutenção**, a falta de sombreamento, referindo que os percursos não sugerem a que se chegue até aqui, indicadores da falta de **legibilidade e clareza das ligações** do sítio.

21



### Fachadas:

A informante destaca que os edifícios são todos iguais, mas há pessoas que fizeram **alterações** na parte traseira das habitações.



(Data:15-03-2017)

### Campo Visual e Leitura do Espaço:

Na passagem pelos pontos 4, 5 e 6, ressaí a sensação de que as pessoas vivem apenas dentro de casa, as crianças não saem para a rua, talvez porque “a entrada da casa é muito próxima da estrada e é perigoso” (imagem 22), o que mais uma vez reforça as lacunas relativas à **transição entre espaço público e privado**. Nestas paragens, são destacadas as características das casas todas iguais, sem **diversidade**, “parece que se está sempre no mesmo sítio”, o que indica uma severa **continuidade e repetição** das fachadas, a falta de **contrastes e singularidades**. Acrescenta-se a falta de noção de **consciência de movimento e séries temporais**, já que a visitante não está sensível ao seu próprio movimento, nem os elementos criam ligações entre eles (Imagem 23).

Na chegada à paragem 6, desvenda-se a existência de um parque residencial, escondido, já que nada sugere a sua existência, para a informante “faltam **percursos**, as pessoas só vêm até aqui se souberem que isto existe”, podendo concluir-se que o espaço do bairro se encontra **desfragmentando**, não havendo **clareza nas ligações** e que até esta zona o **alcance visual** do bairro é escasso (Imagem 23).

Ainda nesta fase a visitante aponta que o espaço podia ser mais amplo, este convida a entrar mas parece tudo muito forçado, “é pequeno e tem mesas a mais, parece desorganizado”, aspectos interessantes para definir a falta de **correção** (Cullen, 2006, p.77). Por diversos momentos é referida a falta de **privacidade e intimidade** para estar na rua, e mesmo no parque residencial/de merendas é referido que o espaço é “demasiado apertado e exposto”, tanto pela proximidade das janelas das habitações, como pela **visibilidade** para dentro dos logradouros. A paragem 7 e 8, encontram-se a uma cota superior do restante bairro, concluindo-se a existência de sensações de **exposição e isolamento**, face à falta de vontade da informante para estar naquele local (Imagem 24).

### Manutenção e Gestão do Espaço:

À passagem pelo ponto 2, ressaem as primeiras certezas face à falta de **MANUTENÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE** dos espaços, a informante relata que os **canteiros** estão ao **abandono** (Imagem 25), os bancos da praça **mal tratados** e a precisar de pintura, bem como as paredes das fachadas que limitam a praça, e ainda a **falta de árvores**. Ainda em relação à **MANUTENÇÃO E GESTÃO** dos espaços, ao longo do percurso a informante salienta por várias vezes as **árvores** “minúsculas” que não fornecem sombra ou protecção (paragens 1,2,4,5,6,7,8), a falta de baldes do lixo e de **espaços verdes** para permanência. A visitante lamenta a falta de bebedouros ou fontes, o parque infantil ao abandono, tornando-se perigoso na sua utilização, o chão desadequado coberto com areia e cheio de lixo e dejectos.



22



23



24



25



(Data: 15-03-2017)



26



27



28



29

Trata-se de um conjunto com falhas ao nível do **SENTIDO DE LUGAR**, pela forma como os moradores se relacionam com o espaço. Por exemplo é frequente ver-se **canteiros ao abandono e sem manutenção** (Imagem 26), compensados pelas composições de vasos à porta de casa, numa clara **apropriação do espaço**, que revela também lacunas entre a **passagem do domínio privado para o domínio público** (Imagem 27). Existe uma **procura de identidade** com o espaço, mas que resulta em espaços impessoais, contudo, destaca-se na passagem 7, um parque de merendas criado por iniciativa da Associação de Moradores do Bairro da Felgueira, cujo **tratamento e manutenção** se revelam superiores à dos restantes espaços do bairro.

Numa fase inicial do percurso a informante destaca que o espaço nunca lhe deu **curiosidade** de visitar e tampouco **gosta** de lá estar. De um modo geral a moradora destaca a grande paisagem da paragem 1 (Imagem 28), a falta de sombras e zonas cobertas e o espaço de recinto onde não há **atividade**. Para a visitante “não é um mau bairro, mas tem falhas”. Denota-se desde este ponto inicial a dificuldade na **leitura e compreensão do espaço**, para que seja reconhecível e facilmente **identificável**. Por outro lado ressaí uma primeira indicação face à não **integração de árvores** no conjunto, pois para ela faltam sombras e zonas cobertas.

A mesma, indica que a praça (paragem 2) é um espaço agradável, e tem **objectos significativos** como a mesa de ping-pong e os bancos, mas que se trata de uma zona um pouco estranha na sua **configuração** e na proximidade com as casas, e ainda que as pessoas “não tem nada aqui que **identifiquem** como delas, não há coisas para cuidar, uma horta, um pomar, algo comunitário” (Imagem 29). Esta última referência fornece dados para a sensação de **SENTIDO DE LUGAR**, transmitindo a ideia de que não há uma total **identidade** entre pessoas e espaço, agravado pela influência entre a definição dos **limites físicos e visuais** do domínio público e privado, já que “as pessoas não têm muito gosto pelo sítio, mas há quem ponha vasos à porta” (paragens 2,4,5). A informante, garante que há necessidade de canteiros entra as casas, “se houvesse, as pessoas não iriam ter vasos à porta. As pessoas saem de porta de casa e estão logo na rua a pisar o que não é deles”.



(Data: 30-05-2017)

O informante revela que os moradores dali sempre foram vistos pelos do exterior como as pessoas do **bairro social**, que os olham com um pouco de **preconceito**, apesar de não terem nada para lhes apontar.

O morador informa que é muito positivo poder usufruir de casas em **boas condições**, pois é muito superior às suas situações anteriores. Além disso, tratando-se de um ambiente rural e pequeno, é possível **todos se conhecerem**, referindo que não existem atritos entre vizinhos, vivendo-se num **ambiente tranquilo**.

Contudo, denota-se a sensação de **exclusão social**, uma vez que o morador refere que “estamos um pedaço desviados de tudo”.

O informante lamenta que nem sempre seja possível manter os espaços sob **manutenção**, mas gaba-se de que muitos dos espaços tiveram **participação dos moradores**, principalmente ao nível do parque de merendas e bar da Associação, que serve de apoio à **realização de reuniões**. Porém, aponta que a **dinamização dos espaços** não é muita, não tendo por isso uso durante largos períodos de tempo.



(Data: 15-03-2017)

**Recuperação do parque infantil** que se encontra em más condições, desde o material do chão e pavimento, aos equipamentos degradados que não oferecem segurança aos utilizadores.

**Substituição ou reparação de mobiliário urbano**, como os bancos da praca que precisam de manutenção;

**Pintura de fachadas** ou **substituição de materiais**, já que não oferecem resistência e se encontram em mau estado;

**Manutenção de canteiros**, corte de ervas, **plantação de espécies arbóreas e integração de árvores** de espécies e escala adequadas ao sítio;

**Dinamização dos espaços** com programas de actividades;

**Suporte à Associação de Moradores** para mais envolvimento local nos processos de gestão e manutenção dos espaços, bem como na **divulgação e desenvolvimento de actividades**;

**Criação de espaço**, de cariz **comunitário**, que reforce os vínculos e ligações das pessoas com o lugar, por exemplo através de uma horta comunitária.



(Data:30-05-2017)

O informante revela a necessidade de **reparação ou manutenção** de algumas partes do bairro, nomeadamente o parque infantil, as zonas de ornamentação e transição, como canteiros, no qual é necessário o corte de ervas ou a plantação de espécies arbóreas.

Necessidade de se **promover actividades** nos espaços existentes, quer para os próprios moradores, quer para pessoas exteriores ao bairro, através da **divulgação e promoção** dos espaços do bairro para usufruto de outros grupos ou associações.

# URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DA FELGUEIRA – PERRE

	INDICADORES	DADOS
INTEGRAÇÃO URBANA	IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexo de pequena dimensão em zona distante ao centro da cidade, a 6km do núcleo urbano;</li> <li>• Localizado em zona habitacional e rural na freguesia de Perre;</li> </ul>
	TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transportes Públicos: Autocarros das 06:45 às 19:00;</li> </ul>
	EQUIPAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços integrados na estrutura do bairro e alguns equipamentos na envolvente;</li> </ul>
	ACESSOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fáceis acessos à freguesia de Sta. Marta de Portuzelo;</li> </ul>
	REDES PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes Públicas de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais.</li> </ul>
ESPAÇO E QUALIDADE	DIREITOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenho urbano descontínuo; Falta de privacidade e segurança; Percursos e transições desarticulados;</li> <li>• Zonas de iluminação degradada, mas com qualidade junto às habitações; lacunas na identificação de espaços;</li> <li>• Existência de barreiras físicas que inibem a entrada de cidadãos;</li> <li>• Inexistência de actividades e áreas escondidas/desarticuladas; Espaços sem actividades/ funções atribuídas;</li> <li>• Conforto e segurança comprometidos a diminuídos psicotores;</li> <li>• Participação pública na criação e gestão do espaço público;</li> <li>• Falta de subespaços articulados a percursos pedonais para coexistência de diferentes grupos;</li> <li>• Pontos de conflito pela invasão de automóveis em eixos pedonais;</li> <li>• Falta de identificação dos moradores com o sítio; Falta programa de actividades;</li> <li>• Espaços manipuláveis e alteráveis.</li> </ul>
	FACHADAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de componentes tecnológicos e de sombreamento;</li> <li>• Formas clandestinas nas traseiras. Fachadas frontais inalteradas.</li> </ul>
	ÁREAS PEDONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pavimentação desadequada em espaços de lazer ou recreio;</li> <li>• Pavimentos em mau estado de conservação;</li> <li>• Espaços de vegetação sem manutenção;</li> <li>• Lacunas na articulação e protecção de passagens;</li> <li>• Falta de integração de árvores.</li> </ul>
	ORNAMENTAÇÃO E VEGETAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lacunas na plasticidade conceptual</li> </ul>
	CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilidade para atravessamento de peões;</li> <li>• Tráfego automóvel reduzido; Estacionamentos suficientes com dimensão e geometria adequada;</li> <li>• Passeios contínuos, com pontos de conflito.</li> </ul>
	CIRCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflitos nos espaços de circulação desequilibram a comunhão entre peões e veículos;</li> <li>• Materiais do pavimento definem condições, condutas e funções a desenvolver no espaço público;</li> <li>• Zonas de circulação bem delimitadas; Circulação de bicicletas sem desenho de pistas ou percursos.</li> </ul>
	CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de permeabilidade na ligação com a envolvente;</li> <li>• Continuidade das formas e fachadas; Simplicidade das formas; Clareza visual e geométrica; Alcance visual;</li> <li>• Lacunas na transição entre domínio privado e domínio público;</li> <li>• Ausência de séries temporais e consciência do movimento;</li> <li>• Falta de conforto, segurança e privacidade no espaço de rua; Falta de manutenção; Iluminação deficiente;</li> <li>• Sensações de exposição e isolamento;</li> <li>• Dificuldade na leitura e compreensão do espaço e no acesso e articulação entre pontos;</li> <li>• Falta de contrastes ou complexidades das formas;</li> <li>• Falta de sentido de urbanidade.</li> </ul>
	FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de superar barreiras arquitectónicas como degraus e rampas; Clareza das ligações é condicionada;</li> <li>• Promoção do alinhamento, torna seguro o atravessamento de ruas;</li> <li>• Existência de espaços para o encontro social e com diversidade de usos, mas com ausência de encontro social; Espaços multifuncionais e alteráveis para se adaptarem no uso;</li> <li>• Associação de moradores dinamiza a participação pública na dinamização do espaço.</li> </ul>
	MANUTENÇÃO E GESTÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Materiais revelam pouca resistência, durabilidade e qualidade face ao uso; Fachadas com pinturas degradadas;</li> <li>• Falta de equipamentos e mobiliário em quantidade suficiente; Inexistência de integração de árvores;</li> <li>• Áreas de transição/ornamentação sem manutenção;</li> <li>• Acessibilidade pedonal razoável, tal como o acesso a transportes públicos.</li> <li>• Associação de Moradores, potencia a gestão e manutenção dos espaços e a dinamização dos mesmos;</li> </ul>
SENTIDO DE LUGAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas ao abandono e sem manutenção; Espaços com objectos significativos mas de configuração estranha;</li> <li>• Apropriações de domínio público na transição entre domínio público e privado;</li> <li>• Busca de identidade na personalização de elementos; Dificuldade na compreensão e identificação do espaço;</li> <li>• Falta de integração de árvores e elementos que as pessoas identifiquem como delas.</li> </ul>	
NECESSIDADES/ EXPECTATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recuperação de zonas de lazer; Substituição e reparação de mobiliário urbano;</li> <li>• Manutenção de fachadas e substituição de materiais, canteiros e integração de mancha arbórea;</li> <li>• Dinamização dos espaços; Desenvolvimento de actividades; Criação de espaço comunitário; Suporte à Associação de Moradores; Divulgação e promoção do bairro no exterior.</li> </ul>	



**4.3.7. URBANIZAÇÃO MUNICIPAL  
DA AREIA - DARQUE**



# URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DA AREIA

## FOTOS PERCURSO PEDONAL (VISÃO SERIAL, CULLEN 1960)



# URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DA AREIA - DARQUE

Categoria: Integração Urbana (Coelho, 2009)



Plantas de Implantação e Localização

Trata-se de um conjunto habitacional de pequena dimensão, constituído por 2 blocos habitacionais e um bloco onde está instalado o Centro Comunitário de Darque. A urbanização está localizada numa zona de expansão recente da cidade, na margem oposta ao núcleo urbano.



Mapa Bidimensional (Ferramenta Digital)

O conjunto habitacional localiza-se numa zona de expansão recente da cidade de Viana do Castelo, na **freguesia de Darque**, a cerca de **3km do núcleo urbano** da cidade. O conjunto habitacional enquadra-se em **zona residencial**.

A presente memória descreve e justifica de forma detalhada a zona proposta de intervenção para "CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL NEOLIGAR DA AREIA - DARQUE (42 FOGOS)".

Memória Descritiva

A urbanização localiza-se na freguesia de Darque em Viana do Castelo, tem um total de **42 fogos habitacionais**, distribuídos em 2 blocos habitacionais com **tipologias T2, T3 e T4**. Este conjunto foi construído para dar lugar a um aglomerado de casas pré-fabricadas existente no mesmo lugar, onde habitava maioritariamente população cigana. O complexo habitacional foi ampliado posteriormente à sua inauguração, com a construção do Centro Comunitário de Darque.

Darque	Viana	Viana	Darque
Segunda a Sexta			
7:05	7:20	7:20	7:40
7:20	7:40	7:40	8:00
7:40	8:03	8:00	8:20
8:00	8:20	8:15	8:40
7:55	8:15	8:45	9:05

Horários da Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo

O conjunto habitacional localiza-se na freguesia de Darque. A mesma, é servida pela Agência de Transportes Urbanos de Viana do Castelo, a qual dispõe de **autocarros** que fazem a ligação até ao Interface, localizado no Estação Viana Shopping, no centro da cidade. Os autocarros funcionam em vários horários ao longo do dia, desde as 7h até às 00:30h, todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados. O local de implantação do conjunto habitacional, fica a cerca de 400m de um **apeadeiro para comboios**, existindo 13 ligações diárias em cada sentido (Areia-Viana do Castelo e Viana do Castelo-Areia) que facilitam o acesso à cidade de Viana.



(Data: 08-02-2017)



O conjunto habitacional está localizado na **margem oposta ao núcleo urbano da cidade** de Viana do Castelo, encontrando-se numa **zona habitacional e rural**. Os **equipamentos e serviços**, na envolvente não são muitos, apenas existem alguns cafés e restaurantes nas proximidades, no entanto está incluído na sua estrutura o Centro Comunitário de Darque que apoia os moradores da urbanização mas também a restante comunidade exterior. Pode alcançar-se facilmente os **acessos** à EN13, que faz a ligação entre Porto e Valença, passando por Viana do Castelo, ou os acessos à A28 (Porto-Caminha).



(Data:01-05-2017)

Uma entrevista foi realizada a um jovem estudante de 23 anos, morador no complexo habitacional desde 2004 (altura em que a urbanização ficou pronta para habitação). A entrevista possibilitou compreender a opinião do morador face à boa localização do bairro. Para ele, existem bons **acessos** e serviços de **transportes**, o que facilita o acesso à cidade. Ao nível de **equipamentos e serviços**, o informante manifesta-se satisfeito, uma que vez que embora não haja a mesma oferta da cidade, num raio de 400m existem restaurantes, cafés, supermercados e multibanco. Ao nível da **envolvente** destaca a proximidade com o monte, rio e praia, o que descreve como o "melhor ambiente da natureza".



(Data: 29-03-2017)

**Percurso pedonal:**

O percurso pedonal realizado pelo autor, desenvolveu-se ao longo do espaço público do conjunto habitacional, onde em **7 paragens** consecutivas se atendeu às questões mais físicas do edificado e do espaço público. No entanto, a observação prolongou-se ainda ao campo sensorial na leitura do espaço do todo, que permitiu concluir tratar-se de um conjunto residencial cujo espaço público é péssimo.

**Conjuntos Funcionais:**

O conjunto é composto por 1 conjuntos pedonal, 3 conjuntos funcionais de ornamentação e transição e ainda 1 conjunto de circulação de veículos e outro de estacionamento, com lugar para 32 viaturas (imagem 1). Do complexo habitacional fazem parte 1 rua e 1 praceta.

**Áreas Pedonais, de Ornamentação e Transição, de Circulação Motorizada e Estacionamento:**

O espaço tem as suas **ÁREAS PEDONAIS** em estado razoável, realça-se positivamente a **largura dos passeios**, a preparação para a colocação de **vegetação** ou outros elementos, graças à quantidade de **canteiros e áreas de vegetação** bem delimitadas que se encontram no espaço (imagem 2). Porém a **pavimentação** é desadequada e apresenta fissuras, nalguns momentos demonstra até aluimento. A **vegetação** não existe em grande quantidade, no entanto pode observar-se em número suficiente (imagem 3). Ao nível das **ÁREAS DE ORNAMENTAÇÃO E SEPARAÇÃO** existem grandes lacunas, embora se destaque positivamente as **faixas de separação** adequadas, ressei negativamente a falta de **eixos perspécticos** ou a incapacidade de **visualização e leitura do espaço** ou ainda a não implementação de **estatuária ou fontes**. Por fim, relativamente à **CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO**, esta qualifica-se razoavelmente, ressaindo positivamente o número de **estacionamentos** em dimensão e geometria adequada, a **continuidade** de passeios e passagens de peões, e a inexistência de **pontos de conflito**, o que facilita o atravessamento de peões (imagem 4).

**Circulação:**

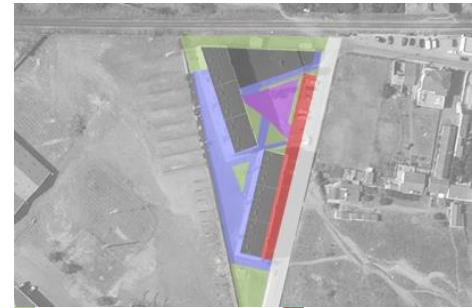
Trata-se de um espaço que responde de forma razoável às especificidades para a **CIRCULAÇÃO MISTA**, uma vez que os espaços de circulação funcionam de forma **hierárquica**, permitindo a fácil circulação nas redes. Desta forma, o espaço possibilita a **comunhão natural e equilibrada de peões e veículos** no meio. Os **materiais** utilizados ao nível dos pavimentos ajudam a definir as **condições de circulação**, que tornam bastante identificáveis as potenciais **funções** a desenvolver no espaço público. A **circulação de bicicletas e outros meios** pode ser feita, mas não existe no conjunto habitacional o desenho de **pistas ou percursos próprios**, no entanto a prática é realizada nos espaços exclusivamente pedonais ou na via de circulação automóvel (imagem 5). A **segurança e conforto** são garantidos a todos os utilizadores, no que diz respeito às especificidades dos espaços de circulação.

**Redes Públicas:**

Em relação à instalação de **redes públicas** todo o conjunto está equipado com redes de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais, respondendo às necessidades do espaço público.

**Espaços de Reserva e Desafogo:**

Os **espaços de reserva ou desafogo** existem, adequando-se aos restantes espaços e instalações, assegurando a continuidade física e prevenindo o congestionamento de acessos.



Áreas de Ornamentação ou Separação	Estacionamento
Campo de Jogos / Parque Infantil	Jardim Público Residencial
Áreas de Circulação Automóvel	Edifício Habitacional
Áreas Pedonais Pavimentadas	Largo / Praceta

1



2



3



4



5



(Data: 29-03-2017)

6



7



8



9



10



11



12

**Direitos:**

Os direitos neste complexo habitacional, são a categoria de observação onde se notou maiores lacunas. O conjunto desrespeita a **LIBERDADE DE ACESSO** dos utilizadores, já que o espaço público não é **perceptível** para qualquer grupo ou indivíduo, quer ao nível dos **acessos**, quer ao nível do funcionamento de **percursos e funções**. Embora o espaço possa ser utilizado durante todo o dia, existem inúmeras **barreiras físicas** que afectam o acesso, principalmente a pessoas com mobilidade reduzida, face ao número de degraus a vencer, nomeadamente no acesso aos blocos habitacionais (imagem 6). O ambiente do bairro torna-se condicionado pelas pessoas que inibem a **entrada natural** de cidadãos, estranhando a presença de indivíduos exteriores ao bairro (imagem 7). Tal é identificável, pelas constantes abordagens a que o observador foi sujeito durante o percurso definido. A **visibilidade** é facilitada durante o dia nos espaços mais fechados para si mesmos, que requerem uma excelente **iluminação** durante a noite, para evitar que se tornem marginalizados. Desta forma, são alguns os elementos que não equilibram o espaço ao nível da **privacidade e segurança**, tal como a desarticulação e disposição entre **percursos pedonais, estacionamentos e habitações**. A **LIBERDADE DE ACÇÃO** é mínima nos espaços deste conjunto habitacional. Inicialmente destaca-se a falta de **participação pública** na colmatação das carências que se possam sentir e o desequilíbrio entre **utilizadores** e as **actividades desenvolvidas**, que são nulas. O **conforto e segurança** não são garantidos, principalmente a diminuídos psicomotores e idosos, colocando-os em risco. Também o **DIREITO DE FRUIÇÃO** se vê extremamente condicionado nesta urbanização, quer pela falta de **identificação** dos indivíduos com o meio, quer pelos grupos de indivíduos que se formam, ameaçando a **liberdade de utilização** dos restantes utilizadores, já que existe um constrangimento na presença de indivíduos externos ao bairro. Este bairro, não proporciona aos utilizadores qualquer programa de **actividades** nos seus espaços, ou a produção de **subespaços** articulados aos percursos pedonais, que embora existam, não possibilitam a coexistência de diferentes grupos ou indivíduos numa estrutura espacial harmoniosa e vital (imagem 8). Ao nível do **DIREITO DE TRANSFORMAÇÃO/MANIPULAÇÃO**, o espaço não recebe qualquer actividade que permita aos utilizadores a identificação destes com o espaço, e tampouco este se demonstra **manipulável** e disponível para ser alterado na sua forma e **reversível** no posicionamento de elementos para a adaptação a outras. Falta ao espaço potencial e o poder para **induzir** os utilizadores a o **explorarem**.

**Fachadas:**

O **estado de conservação** do conjunto habitacional é razoável ao nível das fachadas. Estas encontram-se em estado razoável, os blocos habitacionais não sofreram alterações face ao aumento do **nº de pisos** ou substituição de **materiais** ou acréscimo de **formas clandestinas**. Salienta-se alguns actos de **vandalismo**, ao nível de janelas e persianas partidas, principalmente ao nível do piso térreo e a implementação de **componentes tecnológicos** nas habitações (imagem 9). Contudo, a **caracterização das fachadas** encontra-se bastante próxima das originais.

**Campo Visual e Leitura do Espaço:**

O **CAMPO VISUAL E DE LEITURA DO ESPAÇO** revela muitas falhas ao nível da qualidade. A inexistência de uma **estrutura verde** bem definida (imagem 10), ou a natureza dos **limites físicos e visuais** entre o espaço público e privado do conjunto habitacional, não garantem a **continuidade e permeabilidade** do campo visual, embora seja possível a **ligação física e visual** com a envolvente nas paragens 1, 2 e 7. No conjunto habitacional, denota-se a **simplicidade das formas**, graças à **clareza visual e a continuidade** das fachadas simples, ritmadas e de formas repetidas (imagem 11). Face à disposição dos blocos residenciais que marcam a organização de todo o complexo habitacional, assim como a pequena dimensão do conjunto, é possível garantir a **consciência de movimento** dos utilizadores, destacando-se o **alcance visual** conseguido nas paragens 1 e 7 (imagem 12), quer pelas sobreposições de elementos, quer pelas concavidades que expõe outros objectos à vista, e a **diferenciação direccional** das paragens 2, 3 e 4. Em relação aos blocos habitacionais destaca-se ainda a característica definida por Cullen (2006), como a **rudeza e vigor** do edificado, isto é, as construções sólidas e fortes como rochas que se impõe na paisagem.



(Data: 29-03-2017)

Quanto à **LEITURA DO ESPAÇO**, existem lacunas ao nível do **conforto e apazibilidade**, destacando-se as dificuldades nas **acessibilidades**, a falta de **manutenção**, os objectos e elementos vandalizados que afectam também a legibilidade do espaço, na medida em que dificultam a leitura e **compreensão do espaço**, e a **articulação de acessos** a diferentes espaços. Ressai a **singularidade** dos blocos habitacionais, face aos limites bem evidenciados, o tamanho dos mesmos e o **contraste** das suas superfícies com a envolvente (imagem 12). A tais características associam-se outras como a **complexidade** na composição das fachadas, ao nível dos ritmos e materiais aplicados que contribuem para o contraste e tensão emocional produzidos na estrutura espacial pelas cores e texturas do edificado que se tornam expressivas na paisagem, visíveis nas paragens 2,3,6 e 7 (imagem 13). De realçar a falta de sentido de **urbanidade** do todo, ou seja a falta de proporção e elegância, a par do requinte de um jardim público com vegetação exuberante.

#### Funções e Inserção Social:

Relativamente às sensações sobre as **FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL**, sobressai a inexistência de **espaço público** que potencie as **relações humanas** independentemente de raça ou género. Apesar do **encontro social** existir, este é apenas conseguido por uma parte da população moradora no bairro, não havendo sinais de uma total inserção por parte de todos. Tais observações podem ser influenciadas pela falta de **diversidade de usos** e de **espaços multifuncionais** que possibilitem a agregação de pessoas com interesses e motivações distintos ou pela inexistência de **objectos significativos** como mobiliário urbano de qualidade que influencie de forma positiva a vida no bairro. O espaço não se encontra adaptado aos **hábitos e usos** da população no geral, no entanto destaca-se o Centro Comunitário de Darque, que embora pertença à estrutura do bairro, parece funcionar à parte do conjunto e dos seus moradores (imagem 14). No entanto é de salientar a **sobreposição de usos** entre zona habitacional e centro comunitário, numa tentativa de oposição à segregação e zonamento que colocam em risco as unidades da vida social.

#### Manutenção e Gestão:

No que respeita à **MANUTENÇÃO E GESTÃO** do conjunto, destaca-se a falta de **mobiliário urbano**; a escolha de **equipamentos** em quantidade insuficiente. Os **materiais** utilizados encontram-se em estado razoável, embora sem **manutenção**, no entanto parecem resistir e durar à utilização a que são sujeitos. Um ponto de destaque no todo do conjunto habitacional, é a existência de espaços para receber **vegetação**, que se encontram sem **manutenção**. A **integração de árvores** existe, no entanto parece desadequada, tendo em conta que as espécies seleccionadas para o local, não criam uma relação com os edifícios de forma extraordinariamente expressiva, quer como extensão do seu conteúdo, quer como definição por contraste (imagem 15). As árvores não se integram totalmente na paisagem urbana, face ao seu tamanho e densidade que são insuficientes na relação com a escala dos blocos habitacionais.



12



13



14



15



(Data:29-03-2017)

**Informante-Chave:**

O percurso pedonal realizado foi acompanhado na sua totalidade por uma **informante-direta**, uma mulher, doméstica, moradora no UM da Areia desde a sua inauguração em 2004, e actualmente com 59 anos.

**Fachadas:**

A informante-direta afirma que a urbanização é relativamente recente, pelo que ainda não foram realizadas quaisquer tipo de obras ou alterações ao projecto original, à excepção da ampliação para implantação do Centro Comunitário de Darque. Ao nível das **FACHADAS** são destacadas essencialmente as casas com as janelas partidas e portas arrancadas (imagem 16), a maioria acontecimento causado pelos próprios moradores que partem janelas e persianas para roubarem as casas que por ventura estejam sem moradores.

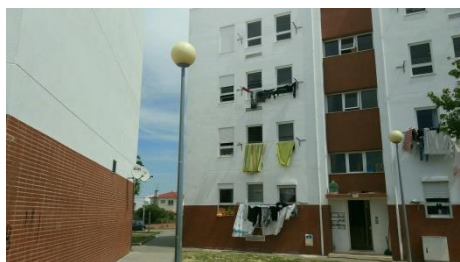
**Circulação, Áreas Pavimentadas e Direitos:**

Numa fase inicial a informante indica o número de **estacionamentos** que foram desenhados e disponibilizados para os moradores, fazendo sentir o contentamento pela solução (imagem 17). Para ela os **eixos de circulação** estão bem definidos e existe uma boa separação entre os **eixos pedonais**, o que facilita tanto a **CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL** como a **passagem de peões**. Contudo para a moradora, a pavimentação das **ÁREAS PEDONAIS** é desadequada uma vez que quando chove não fazem um bom escoamento. Os **percursos pedonais** são complicados, colocando em causa a **segurança e conforto** de alguns moradores, principalmente aqueles com problemas psicomotores e os seus familiares directos. Tal facto deve-se por exemplo à entrada para as habitações ter sido definida nas costas do edifício, voltadas contra a estrada, o que provoca **percurso pedonais** mais extensos e complexos na transição entre rua, estacionamentos e habitações. Este aspecto é agravado, pelas **barreiras físicas** que impedem a livre circulação a todo o tipo de pessoas, já que os degraus de acesso aos prédios impedem o acesso natural a pessoas em cadeiras-de-rodas, obrigando a que tenham de ser os familiares a pegar nelas ao colo e a carrega-las na transição entre o domínio privado e o público, para que possam sair de casa (imagem 18). No entanto, o desenho do espaço, condiciona os moradores com estas características de tal forma que os mesmos evitam sair de casa, privando-se da **vida social** no espaço público. A moradora afirma, que a **desarticulação dos percursos** e a complexidade do desenho dos mesmos obriga a contornar os blocos habitacionais para se chegar à porta do prédio, que acrescido do afastamento entre a mesma e a via de **CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL**, impede o acesso de um veículo de emergência (imagem 19). Relativamente aos blocos habitacionais, a informante afirma que um dos blocos foi destinado a acolher as famílias de comunidade cigana, e um outro a famílias carenciadas não ciganas. Para ela a solução pareceu desejável evitando misturas culturais, no entanto salienta que a zona destinada ao bloco da comunidade cigana, está actualmente impedida de ser acessada a alguém estranho. A informante indica que “é o território deles, não gostam que se aproxime gente estranha”, o que indica a impossibilidade de usufruto do espaço público por parte de todas as pessoas e as enormes dificuldades ao nível dos **direitos de acesso e fruição** (paragem 2, 3 e 4) (imagem 20). A mesma refere que evita o contacto com alguns indivíduos, e que no espaço público se sente condicionada pela presença de certos **grupos de pessoas**, mas que no entanto com o passar do tempo também deixou de ter medo de se movimentar mais livremente. A informante conclui referindo que “as pessoas se toleram, mas ninguém se aproxima da zona deles. Eles fazem a vida deles e eu faço a minha”.

**Campo Visual e Leitura do Espaço:**

Na passagem pela paragem 3, é referida a localização das portas de entrada para os blocos habitacionais, colocadas na fachada oposta à rede viária (imagem 21). A moradora afirma que “a gente tem de entrar pela fachada que não está virada para a rua. Quiseram esconder a gente”. Tal, é entendido como uma clara sensação de **marginalização**, e dentro do âmbito de **LEITURA DO ESPAÇO**, indica a falta de **segurança, conforto e apazibilidade**, nomeadamente ao nível da **forma do espaço**, que não atenta à questão das **acessibilidades**.

16



17



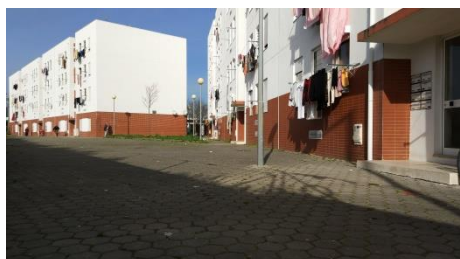
18



19



20



21





(Data:29-03-2017)

Ainda relativamente a esta questão, também se identificam sinais de uma clara quebra ao nível da continuidade e permeabilidade, uma vez que a natureza dos **limites físicos** impede uma **ligação simples e clara** entre o espaço público e privado e a boa articulação dos **percursos pedonais** do conjunto. Nas paragens 3, 6 e 7 existem referências à similaridade dos blocos habitacionais, concluindo-se que existe **continuidade** ao nível das fachadas, no que respeita a materiais, texturas e ritmos (imagem 22).

Na chegada à paragem 4, surge um espaço de distribuição aos dois blocos habitacionais, um lugar que não está visível desde a via pública, e que nada sugere a sua existência. Para a moradora trata-se de um espaço sombrio, marginalizado tendencialmente conflituoso, já que tem pouco **alcance visual** desde o exterior e potencia o aproveitamento deste espaço para encobrir todo o tipo de actividades. Em vários momentos é referida a sensação de **exposição e isolamento**, causadas pelo espaço vazio e fechado para si mesmo e pelo clima de insegurança e desconfiança nos restantes moradores da urbanização (imagem 23).

### Funções e Inserção Social:

Ao nível das **FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL** do espaço público do conjunto habitacional, necessário às relações humanas e encontro social, a informante revela inicialmente que percebe que as **entidades públicas** não possam fazer mais pela urbanização, uma vez que as rendas aplicadas são muito baixas, mas mesmo assim existem muitos moradores que não as pagam. É referido a existência do Centro Comunitário de Darque (paragem 1), que faz parte da estrutura da urbanização, mas que no entanto parece que não tem nada a ver com os moradores, já que funciona de forma totalmente independente do restante conjunto habitacional, desde a distribuição de **acessos**, à falta de relação com os habitantes. Face à **diversidade de usos** e de **espaços multifuncionais** que possibilitam a **agregação de pessoas** de várias faixas etárias, com motivações e interesses distintos, acautelando possíveis adaptações, finalidades e outros usos de acordo com os hábitos e usos da população, a moradora demonstra as incapacidades do espaço público que não concretiza as **necessidades** dos moradores. Tal é exemplificado com as crianças que moram no bairro e que não tem um espaço destinado às suas **actividades**, resultando num mau uso dos espaços do bairro, provocando danos e incomodo aos demais utilizadores. Ora, é comum as crianças aproveitarem o espaço das traseiras que sobra da implantação dos dois blocos habitacionais para a prática de jogos com bola (paragem 4), uma vez que há crianças mas não há espaços para elas brincarem (imagem 24). Posto isto é recorrente haver vidros partidos nas habitações causados pelas boladas. A informante afirma que “as crianças precisam pelo menos de um campo de futebol”.

### Manutenção e Gestão:

Desde o momento inicial é demonstrado pela informante, a ansiedade face à concretização de **obras de manutenção** e recuperação dos espaços da urbanização. A informante refere que “estão sempre a dizer que vão fazer obra aqui”. Posto isto, a moradora revela as diferenças ao nível de cuidado do espaço entre a população moradora num bloco e outro. A moradora indica que o bloco destinado à população cigana se encontra num estado degradado, principalmente pela falta de limpeza e higiene a que é sujeito. A mesma afirma que “não se pode com o cheiro desagradável e a falta de limpeza”, e que já ninguém se atreve a lá ir, pois são pessoas muito diferentes ao nível cultural. Já relativamente ao bloco onde a informante habita, o bloco destinado a população carenciada não cigana, esta indica que este está limpo e arranjado, pois as pessoas ainda fazem alguma **manutenção e limpeza**, no entanto também é possível notar-se diferenças no cuidado dos espaços entre os habitantes do mesmo bloco. A informante indica que nem todos têm ou tentam ter gosto pelo sítio, exemplificando com os **canteiros** que estão totalmente ao abandono, sem **manutenção**, com ervas altas (imagem 25). No entanto, esta indica que na área em frente à sua habitação, a mesma trata da manutenção do mesmo. Contudo salienta que a maioria dos espaços com **vegetação**, se encontram sem **manutenção**, já que “ninguém vem cuidar disto, nem os moradores querem saber. Está tudo sujo e ninguém trata dos canteiros para isto estar arranjadinho” (imagem 26). Para concluir a moradora refere que face ao estado dos canteiros, nas estações da Primavera e Verão, existe um grave problema com pulgas, carraças e outras pragas, que por vezes chegam a invadir as habitações térreas.



22



23



24



25



26



(Data: 29-03-2017)

Trata-se de um conjunto com graves lacunas ao nível do **SENTIDO DE LUGAR**, já que o espaço público do conjunto parece não criar **ligações** com os moradores. É frequente ver-se nas fachadas dos edifícios manifestações políticas através da utilização de tags grafitadas, **canteiros ao abandono** e **sem manutenção**, **habitações vandalizadas** com persianas e janelas partidas. Contudo, a praça e o espaço adjacente ao parque de estacionamento tem frequentemente **grupos de indivíduos** que ocupam o espaço em largos períodos ao longo do dia, no entanto não se observa uma **procura de identidade** com o espaço, já que estes são impessoais e descuidados ao nível da **manutenção e higiene**.

As lacunas ao nível do **SENTIDO DE LUGAR** são reveladas pela falta de **actividades desenvolvidas** no bairro, não havendo um contributo da arquitectura da urbanização para contrariar essa tendência.

A informante salienta rapidamente a **divisão cultural** existente na urbanização entre comunidade cigana e não cigana. A mesma indica que um dos blocos foi entregue às famílias ciganas e o outro a famílias carenciadas não ciganas. Para ela a **privacidade** entre as várias habitações fica afectada gravemente, principalmente pela falta de civismo de alguns habitantes. À passagem pela paragem 5, a moradora dá indicações quanto à sensação de **exclusão social** e o sentimento de **injustiça** presente nos moradores, comparando a situação actual do bairro à de um outro, localizado a cerca de 600m dali e no qual foram realizadas obras das quais surgiu por exemplo um campo de jogos. À passagem pela paragem 6, são destacadas as janelas e persianas partidas, frutos de atos de **vandalismo** que segundo ela são cometidos por parte de alguns moradores do bairro, que assaltam normalmente os fogos que ficam recentemente desocupados. Este é um indicador negativo da identidade dos moradores com o espaço, uma vez que ao invés da **manutenção e gestão** do próprio espaço, este é alvo de actos de vandalismo. Mais se salienta, a moradora afirma que a invasão da **propriedade privada** é frequente, uma vez que a habitação da mesma já foi invadida por um indivíduo morador do bairro, que dispôs da sua sala de estar para utilizar o sofá e ver televisão. Para concluir a moradora afirma que tanto ela como outros moradores já requereram a visita de algum representante da Câmara Municipal de Viana do Castelo, já tentaram o contacto com o Presidente da Junta de Freguesia de Darque, com o intuito de tomarem medidas face à situação actual da urbanização, mas sem sucesso. Desta forma, a moradora afirma que é um mau sítio para morar, mas que não tem outra alternativa.



(Data:01-05-2017)

Ao nível do **SENTIDO DE LUGAR**, a entrevista realizada ao morador da urbanização, permitiu identificar a **discriminação** sentida pela população do complexo, principalmente por parte da comunidade cigana. Segundo o informante algumas das pessoas esforçam-se por se **integrar** na sociedade, no entanto outros fazem por se afastar, o que leva as pessoas exteriores a terem reservas em relação a toda a população do bairro. Face à “fama” negativa do bairro, este acaba por se tornar **seguro**, uma vez que quase ninguém estranho ousa aproximar-se. Desta forma, as crianças podem brincar à vontade na rua. Segundo o morador “quando aparece algum estranho é abordado de imediato, todos gostamos de saber quais as intenções de um desconhecido”. O que deixa a desejar, relativamente ao significado dos espaços, é a **higiene e preservação** dos mesmos, uma vez que a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia não garantem com frequência o tratamento e **manutenção** dos jardins, deixando crescer ervas altas e parasitas que podem prejudicar a saúde pública. Em relação à **vida social**, é afirmado que nem toda a gente se consegue relacionar, principalmente a população mais idosa, até porque já houve assaltos e invasões de propriedade privada. O informante afirma que gosta de morar na Urbanização Municipal da Areia, pois “acaba por ser um ótimo sítio” para ele e comparativamente a outras situações, há pessoas em condições piores.



(Data: 29-03-2017)

**Espaço para prática desportiva e de actividades infantis**, uma vez que as crianças da urbanização não têm qualquer espaço onde possam permanecer em conforto e segurança. A circulação de bicicletas é feita em áreas pedonais e a prática desportiva, como por exemplo jogos com bola é realizada entre edifícios, entrando em conflito com os moradores e danificando por vezes o edificado.

**Mobiliário Urbano** que incentive à vida social, uma vez que este é inexistente, desencorajando a permanência nos espaços.

**Melhoramento das áreas pavimentadas** ao nível do escoamento e drenagem de águas pluviais, já que as mesmas se encontram danificadas e quando chove leva a infiltrações e à formação de poças de água.

**Reduzir/Eliminar barreiras físicas**, principalmente no acesso a habitações, já que utilizadores com mobilidade reduzida são muito condicionados e limitados nos seus direitos.

**Potenciar o uso do espaço** por grupos variados de indivíduos, reduzindo as ameaças de determinados indivíduos ou grupos que condicionam a liberdade de outros moradores.

**Integração social**, através da socialização entre utilizadores com diferentes características culturais, levando ao entrosamento entre todos e com os moradores da restante zona envolvente.



(Data:01-05-2017)

O informante revelou a necessidade de melhoria ao nível dos **pavimentos**, uma vez que quando chove mais intensamente se abrem buracos nas faixas de circulação; a necessidade de um **parque infantil ou campo de jogos** que dê resposta às actividades desenvolvidas pelas crianças do bairro. Por fim, o morador manifesta expectativas em relação a **socialização sem discriminação** ou preconceito, quer pelas próprias pessoas do bairro, quer pelas pessoas de fora, mantendo a esperança que o tempo permita a mudança de mentalidades e de alguns hábitos demasiado enraizados culturalmente.

**URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DA AREIA – DARQUE**

	INDICADORES	DADOS
INTEGRAÇÃO URBANA	IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexo de pequena dimensão em zona de expansão recente da cidade, a 3km do núcleo urbano;</li> <li>• Localizado em zona residencial na freguesia de Darque, na margem oposta ao núcleo urbano;</li> </ul>
	TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transportes Públicos: Autocarros das 07:00 à 00:30 e Comboio;</li> </ul>
	EQUIPAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamentos e serviços na envolvente, e Centro Comunitário de Darque;</li> </ul>
	ACESSOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessos à EN13 e A28;</li> </ul>
	REDES PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes Públicas de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais.</li> </ul>
ESTADO E QUALIDADE	DIREITOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de espaços imperceptíveis para todos os indivíduos;</li> <li>• Acessos e percursos dificultados;</li> <li>• Desarticulação e disposição complexa de percursos pedonais;</li> <li>• Barreiras físicas para pessoas com limitações psicomotoras, não garantindo conforto e segurança a todos;</li> <li>• Presença de indivíduos que inibem a entrada natural de cidadãos externos;</li> <li>• Boa visibilidade diurna; espaços escuros sem iluminação nocturna;</li> <li>• Falta de participação pública;</li> <li>• Desequilíbrio entre utilizadores e actividades desenvolvidas – inexistência de programas de actividades;</li> <li>• Falta de identificação dos moradores com o meio;</li> <li>• Espaço pouco manipulável ou passível de ser alterado facilmente.</li> </ul>
	FACHADAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vandalismo – janelas, persianas e portas partidas (casos individuais);</li> <li>• Muros grafitados;</li> <li>• Acrescento de componentes tecnológicos;</li> </ul>
	ÁREAS PEDONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pavimentação desadequada (estrutura afectada);</li> <li>• Largura de passeios adequada;</li> <li>• Áreas bem delimitadas e preparadas para receberem vegetação.</li> </ul>
	ORNAMENTAÇÃO E VEGETAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Faixas de separação adequadas;</li> <li>• Falta de eixos perspécticos;</li> <li>• Não implementação de estatuária ou elementos naturais</li> </ul>
	CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bom número de estacionamento;</li> <li>• Continuidade de passeios e passagens de peões;</li> <li>• Inexistência de pontos de conflito.</li> </ul>
	CIRCULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funcionamento de forma hierárquica;</li> <li>• Fácil circulação de peões e veículos, de forma natural e equilibrada;</li> <li>• Condições de circulação bem identificáveis;</li> <li>• Inexistência de pistas ou percursos para bicicletas e outros meios;</li> <li>• Segurança e conforto.</li> </ul>
	CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de estrutura verde definida;</li> <li>• Limites físicos e visuais não garantem continuidade e permeabilidade do campo visual;</li> <li>• Ligações físicas e disposição dos blocos garantem consciência do movimento;</li> <li>• Fachadas contínuas e formas simples transmitem clareza visual;</li> <li>• Bom alcance visual e diferenciação direccional;</li> <li>• Rudeza e vigor do edificado;</li> <li>• Más acessibilidades e falta de manutenção afectam o conforto e aprazibilidade, assim como a leitura e compreensão dos espaços;</li> <li>• Singularidade, bons contrastes e complexidade do edificado;</li> <li>• Falta sentido de urbanidade.</li> </ul>
	FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaços não potenciam as relações humanas;</li> <li>• Existe encontro social apenas por uma pequena parte dos moradores;</li> <li>• Falta de diversidade de usos e de espaços multifuncionais; Falta de mobiliário urbano;</li> <li>• Espaços inadaptados aos hábitos e usos da população;</li> <li>• Falta de contacto com entidades públicas.</li> </ul>
	MANUTENÇÃO E GESTÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobiliário urbano e equipamentos em quantidade insuficiente;</li> <li>• Materiais em estado razoável, com excepção dos pavimentos;</li> <li>• Vegetação existente desadequada e sem manutenção, leva à propagação de doenças e pragas.</li> </ul>
SENTIDO DE LUGAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de ligação entre moradores e espaço construído;</li> <li>• Manifestações políticas grafitadas; Sentimento de exclusão social e injustiça; Discriminação;</li> <li>• Espaços ao abandono e sem manutenção, impessoais e descuidados; habitações vandalizadas;</li> <li>• Grupos de indivíduos que ocupam o espaço sem qualquer tipo de actividade; Divisão cultural;</li> <li>• Falta de actividades desenvolvidas;</li> <li>• Invasão de propriedades privadas e falta de privacidade.</li> </ul>	
NECESSIDADES / EXPECTATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço para prática desportiva e actividades variadas; melhoramento de áreas pavimentadas;</li> <li>• Instalação de mobiliário urbano; Eliminação de barreiras físicas;</li> <li>• Potenciar o uso dos espaços e garantir mais integração social, eliminar preconceitos e discriminação exterior.</li> </ul>	

#### **4.4 ANÁLISE COMPARATIVA**

A análise de cada caso de estudo, anteriormente descrito, utilizou três ferramentas de investigação: a análise documental, a entrevista e a observação (notas de campo e a fotografia).

Para fazer a análise tendo em conta as especificidades de cada conjunto habitacional, optou-se pela comparação de subcategorias que permitissem uma leitura transversal e detalhada de cada situação, através da comparação de âmbitos comuns nos 6 casos.

##### **4.4.1 INTEGRAÇÃO URBANA**

Relativamente ao fenómeno da integração urbana, os complexos habitacionais estão melhor integrados quanto maior a proximidade com o centro urbano da cidade de Viana do Castelo. Isto porque, a quantidade de equipamentos e serviços, transportes, acessos, diversidade de utilizadores, dinâmicas e fluxos, e número de actividades é tanto maior, quanto menor a distância ao centro urbano da cidade.

Existe um factor determinante que define a integração urbana, isto é, a distância ao centro urbano.

Os 6 casos de estudo comprovam que os complexos urbanos localizados no centro urbano – Bairro do Jardim e Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril – têm uma basta oferta de transportes públicos variados, privilegiando de vários equipamentos e serviços de qualidade na envolvente e na própria estrutura dos complexos habitacionais, garantindo excelentes acessos pedonais e viários a pontos importantes.

A oferta reduz à medida que a implantação dos complexos urbanos se afasta do núcleo urbano, pelo que a UM da Areia e

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

o Bairro do Fomento, revelam menor oferta de transportes públicos, equipamentos e serviços, acesso a vias importantes, uma vez que estão localizados em zona de periferia.

No caso da UM do Meio, embora localizada numa zona periférica, como os casos anteriores, o facto de se localizar numa zona de encosta, implica que seja um complexo isolado ao nível de acessos, equipamentos e serviços, encontrando-se numa situação semelhante ao da UM da Felgueira, situada em zona rural.

A diversidade encontrada no espaço público dos 6 casos estudados, não permite que haja uma relação entre todas as subcategorias analisadas relativamente ao espaço e qualidade. Sob este ponto, o espaço público apresenta uma diversidade, pelo que cada categoria é analisada individualmente.

### 4.4.2 ESPAÇO E QUALIDADE

Os direitos dos utilizadores (Alves, 2003), relacionam-se com a liberdade de acção, de acesso, fruição, direito de transformação e manipulação do espaço público por parte dos seus utilizadores.

### DIREITOS

Neste âmbito, o espaço público qualifica-se melhor, quantas mais condições de usufruto do espaço forem garantidas.

No caso dos Capitães de Abril, estas condições são cumpridas na plenitude a toda a uma diversidade de utilizadores, mas o mesmo não acontece nos Bairros do Jardim e Fomento e nas UM da Felgueira e do Meio. Tal deve-se a factores como a existência de barreiras físicas no acesso aos espaços, lacunas nas acessibilidades, falta de identificação dos utilizadores com os espaços, desarticulação de percursos pedonais, existência

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

de pontos de conflito ou pela falta de espaços/ programas de actividades que sirvam a diversidade de utilizadores existentes.

Estas situações agravam-se aquando da presença de utilizadores ou grupos de utilizadores que condicionam e ameaçam a liberdade dos restantes utilizadores, afectando negativamente o conforto e segurança dos mesmos, como acontece na UM da Areia e no Bairro do Fomento.

### FACHADAS

As fachadas dos edifícios foram analisadas pelo impacto visual que estas têm ao nível da paisagem urbana. Estas foram analisadas segundo o seu estado de conservação e pela sua descaracterização face ao projecto original.

As fachadas que revelam maior qualidade e se encontram em melhor estado de conservação, são aquelas que sofreram menos alterações e se encontram mais conservadas (Capitães de Abril, UM da Felgueira e Areia). Estes dois últimos casos, talvez se encontrem em boas condições, face ao facto de se tratar de construções relativamente recentes.

Contudo, o Bairro do Jardim e Fomento e a UM do Meio, revelam alguma descaracterização face à implantação de componentes tecnológicos, surgimento de formas clandestinas ou pela substituição de materiais e formas construtivas.

Em situação degradada, encontra-se o Bairro do Fomento, uma vez que ao referido anteriormente, se acrescem actos de vandalismo nos edifícios e bloqueio de acessos às habitações.

### ÁREA PAVIMENTADAS (PEDONAIS, ORNAMENTAÇÃO E VEGETAÇÃO, CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO) E CIRCULAÇÃO

As áreas pavimentadas e a circulação, englobam as características físicas das áreas pedonais, de ornamentação e vegetação, de circulação motorizada e estacionamento, e as condições de circulação em cada uma delas.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Os conjuntos que proporcionam melhores condições em cada área, são aqueles com melhor qualidade. Esta foi observável através da pavimentação adequada, separação de faixas, fácil controlo do tráfego automóvel e comunhão equilibrada entre peões e veículos, numa estrutura hierárquica do espaço público, que garante conforto e segurança. Estes pontos são cumpridos no caso dos Capitães de Abril (embora com existência de pontos de conflito causados pela presença automóvel). Porém, nos demais casos estudados, principalmente no Bairro do Jardim e Fomento, e UM da Areia, revelaram-se algumas lacunas nomeadamente: pavimentos degradados, falta de vegetação, condicionamento na travessia de peões, existência de pontos de conflito, ou falta de estacionamento. Este último ponto é detectado especificamente no caso do Bairro do Fomento.

Curiosamente, identifica-se que os conjuntos urbanos com menor capacidade de controlo do tráfego automóvel, ou onde o tráfego automóvel é maior (Bairro do Jardim), representam aquelas cujas áreas pavimentadas se encontram em pior estado. O inverso acontece nos bairros com melhores condições para controlar o tráfego automóvel, garantindo melhores áreas pavimentadas (Capitães de Abril).

Tal pode dever-se à primordial importância atribuída ao automóvel no desenho do espaço público destes conjuntos, menosprezando áreas de ornamentação e vegetação, áreas pedonais e a circulação exclusivamente pedonal.

Ao nível do campo visual e leitura do espaço analisaram-se questões como a facilidade nas ligações físicas e visuais com a envolvente, leitura dos limites físicos, continuidade e singularidade das superfícies, que garantem conforto e segurança aos utilizadores.

CAMPO VISUAL E LEITURA DO  
ESPAÇO

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

A profundidade da visão, a boa iluminação, a proporção e escala dos espaços e edifícios, bem como a integração de massa arbórea, garantem ainda mais qualidade ao espaço nestes campos.

Nos Capitães de Abril, através de observação e entrevista, estas características foram facilmente identificáveis, assim como a simplicidade das formas e o bom alcance visual, sentidos também na UM do Meio e Felgueira, Bairros do Fomento e Jardim. Os mesmos complexos, exceptuando os Capitães de Abril, demonstraram negativamente dificuldade na transição entre domínio público e privado, falta de manutenção em determinadas áreas, o que afecta a compreensão do espaço.

Também a inexistência de uma estrutura verde bem definida, a falta de continuidade visual e as más acessibilidades, a falta de manutenção que condiciona também ela a compreensão do espaço, são identificadas como lacunas destes espaços, principalmente na UM da Areia e no Bairro do Jardim, tornando estes complexos menos qualificados neste âmbito.

A menor qualificação do campo visual e da leitura do espaço nestes conjuntos urbanos, pode ficar a dever-se à estrutura radial massificada, no caso do Bairro do Jardim, e à disposição dos blocos habitacionais, no caso da UM da Areia, que não promovem eixos perspécticos e continuidades visuais.

### FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL

As funções e inserção social, dizem respeito a aspectos que promovem actividades elementares como o encontro social, estadia, lazer, recreio e relaxamento no espaço público. Existe maior diversidade de funções e integração social, quando se verifica a inexistência de barreiras físicas, a existência de redes de circulação e equipamentos bem delimitados, mobiliário urbano adequado, entre outros aspectos que potenciam o

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

encontro social e o desenvolvimento de actividades, numa vasta diversidade de usos.

Os Capitães de Abril revelam o cumprimento de parâmetros que potenciam os objectivos anteriores, tal como o Bairro do Jardim e a UM da Felgueira, embora estes dois apresentem algumas lacunas ao nível da existência de barreiras físicas e pela falta de população que dê uso aos espaços existentes.

No caso da UM do Meio e da Areia, quase nenhum dos parâmetros é respeitado, e por isso facilmente se identifica a inexistência de espaços para encontro social, diversidade de usos, mobiliário urbano escasso ou desadequado às necessidades da população.

Neste âmbito, pode associar-se que os conjuntos onde existe maior diversidade cultural e existência de conflitos entre moradores, são aqueles que revelam menor qualificação ao nível das funções e inserção social.

Este âmbito é caracterizado pela capacidade de assegurar a manutenção e gestão do espaço, garantindo qualidade e conservação dos materiais, quantidade adequada de equipamentos e mobiliário urbano, integração de árvores e elementos naturais.

MANUTENÇÃO E GESTÃO

Os Capitães de Abril verificam o cumprimento destes parâmetros, no entanto o mesmo não acontece no caso da UM de Felgueira, Areia e Meio e Bairro do Jardim e Fomento, onde se verifica a falta de manutenção em várias áreas, utilização de materiais pouco resistentes, ou falta de massa arbórea de qualidade, exceptuando neste último ponto, o Bairro do Fomento, que garante a integração de árvores, principalmente nas áreas de transição adjacentes aos blocos habitacionais.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Os casos do Bairro do Fomento e da UM da Areia e do Meio, apresentam uma grande falta de qualificação ao nível da manutenção e gestão dos espaços, coincidindo com o factor multicultural dos habitantes, isto é, os conjuntos com maior diversidade cultural de utilizadores, onde existem conflitos entre moradores, revelam menor capacidade ao nível da manutenção e gestão.

Neste campo a boa qualificação relativamente à manutenção e gestão do espaço, pode dever-se à existência de condomínios como é o caso dos Capitães de Abril ou Bairro do Fomento, ou pela ausência de uma estratégia de tratamento dos espaços públicos.

### **4.4.3 SENTIDO DE LUGAR**

O sentido de lugar relaciona a identidade e os significados que um determinado espaço transmite aos seus utilizadores, numa troca de relações entre espaço e utilizadores e vice-versa. Destaca-se o papel importante das instituições públicas na organização e dinamização dos bairros sociais, uma vez que o envolvimento dos moradores nas actividades geradas, permite que os mesmos criem ligações e relações com o espaço que habitam, contribuindo para a sua manutenção ou gestão.

O sentido de lugar pode variar segundo vários aspectos como os factores ligados à integração urbana, relações, usos, actividades e sensações, qualidade dos espaços, etc. Uma vez que um destes aspectos se encontra menos qualificado, o sentido de lugar demonstra-se afectado.

Desta forma, na Urbanização da Cooperativa de Habitação Capitães de Abril e Bairro do Jardim, os moradores descrevem uma forte identidade com o lugar, quer pela relação espaço

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

público e utilizadores, quer também pela boa relação entre vizinhança, ou pelas actividades diversificadas e áreas de estar, que dão resposta a toda uma variedade de dinâmicas e fluxos que se criam diariamente e contribuem para a vivacidade dos espaços e para o sentido de lugar. Para tal também contribui o estado de conservação e a variedade do espaço público destes complexos habitacionais, que permitem padrões de vida saudáveis com conforto e segurança para todo o tipo de utilizadores.

O mesmo não acontece nas UM da Felgueira e do Meio, pois apresentam-se algumas lacunas ao nível do acesso a equipamentos e serviços de maior especificidade, existência de áreas sem manutenção, falta de dinâmicas e socialização ao nível do espaço público, pois falta mobiliário urbano qualificado, zonas de lazer, integração de árvores que estimulem a relação entre espaço e utilizadores e que garantam a qualidade do meio. Desta forma, identifica-se que o espaço público não responde às exigências e necessidades dos utilizadores. Contudo, nestes casos, revela-se de forma positiva o envolvimento dos moradores ou utilizadores dos espaços, no processo criativo e de manutenção ou gestão desses espaços, o que contribui para a continuidade e conservação da qualidade original desses lugares.

Em situação pior encontram-se a UM da Areia e o Bairro do Fomento, curiosamente localizados em zona de periferia, cujo principal problema detectado, deve-se ao choque multicultural entre habitantes, que resulta na e da marginalização de algumas minorias, que leva à divisão e afastamento entre moradores, tal como a presença de grupos ou indivíduos que ameaçam e condicionam a liberdade de outros moradores, afectando

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

consideravelmente o nível de vida, conforto e segurança em ambas as urbanizações.

É possível identificar que o sentido de lugar é menor, quando existem choques culturais entre a população residente. Curiosamente, o sentido de lugar é maior perto do núcleo urbano, onde existe maior diversidade de usos, actividades e onde o espaço público é mais qualificado. Porém, é na zona de periferia que se detectam os complexos com menor sentido de lugar, talvez por se tratar de zonas de transição entre o urbano e o rural, onde não existe uma caracterização homogénea dos espaços e da população em geral.

#### **4.4.4 NECESSIDADES EXPECTATIVAS**

As necessidades e expectativas dos utilizadores perante um determinado espaço, podem ser de índole social, reflectindo-se no espaço físico construído se este não responder às necessidades dos seus utilizadores, ou, simplesmente de índole física, face à possível degradação do espaço construído.

As necessidades e expectativas da maioria dos casos de estudo, tem uma grande componente social, na procura da identidade do lugar e na busca do encontro e coesão social. Tal reflecte-se na busca de espaços de qualidade para actividades comuns em espaços de actividades ou de lazer e a atribuição de responsabilidade a entidades e associações para o desenvolvimento de programas de actividades e promoção dos espaços públicos.

Por outro lado, a procura de soluções para uma constante manutenção e limpeza dos espaços, a instalação de mobiliário urbano e iluminação pública, reflectem o desejo de ter um

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

espaço cuidado onde os utilizadores possam permanecer com conforto durante largos períodos de tempo.

Em todos os casos de estudo, é referida a necessidade de espaços de qualidade, que incentivem a uma variedade de actividades e potenciem o encontro social, sendo expectável a construção, recuperação, ou adaptação de determinados espaços, para espaços multifuncionais, áreas pavimentadas e também edifícios habitacionais, bem como são sérias as necessidades de constante manutenção, principalmente ao nível de canteiros, áreas de ornamentação e transição, assim como recolha regular de lixos domésticos, (exceptuando os Capitães de Abril).

Na UM da Areia e Bairro do Jardim, é necessária a eliminação de barreiras físicas, que condicionam os utilizadores e lhes retiram segurança, neste último salienta-se alguma expectativa face à promoção do transporte público, uma vez que a ausência de espaços para estacionamento, pode ser combatida com mais oferta ao nível das redes públicas de transportes e não com o automóvel privado que invade as vias de circulação.

Nas UM da Felgueira e do Meio e no Bairro do Fomento, é expectável o surgimento de espaços comunitários que promovam a coesão social e os vínculos com o lugar, e haja um envolvimento de todos os utilizadores do espaço em torno do mesmo objectivo. Também foi identificada a necessidade do envolvimento de entidades e associações no desenvolvimento e dinamização dos espaços, para que os promovam tanto para os moradores como para pessoas externas. No caso específico do Bairro do Fomento, salienta-se o expectável surgimento de mais condomínios, que garantam o envolvimento de todos os

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

moradores nos processos de gestão e manutenção dos espaços.

Os casos da UM da Areia e UM da Felgueira, são característicos pela consciência social dos próprios moradores, de que há uma marginalização e preconceito quanto aos habitantes de bairros sociais, tendo-se revelado a expectativa de que tais comportamentos venham a diminuir com o tempo.

As necessidades e expectativas tornam-se maiores, quanto maior se revela a desqualificação do espaço público, o que demonstra a inadaptação do espaço à população que o habita.

De seguida apresenta-se a síntese gráfica da análise comparativa. Os gráficos apresentados são de ordem qualitativa, mostrando as categorias e indicadores de análise.

# SÍNTESE GRÁFICA DA ANÁLISE COMPARATIVA

Gráfico 1:  
Análise Comparativa  
**INTEGRAÇÃO  
URBANA**

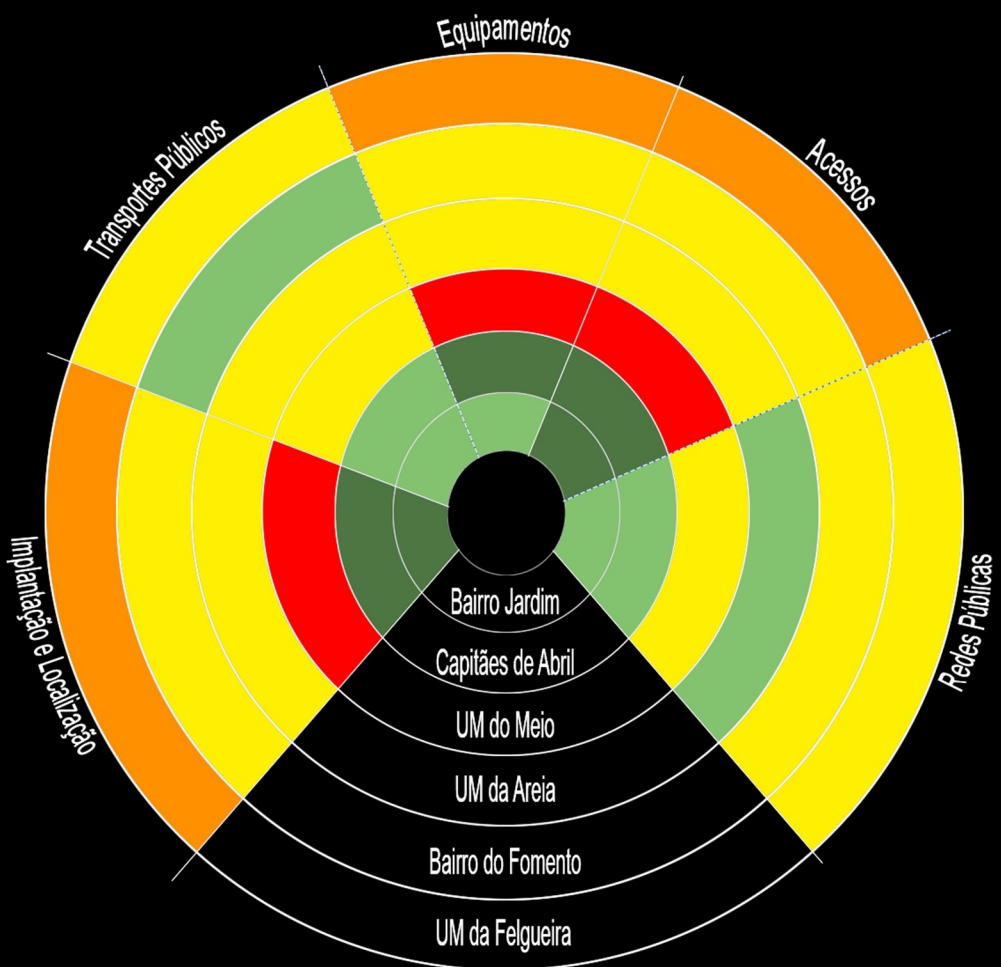
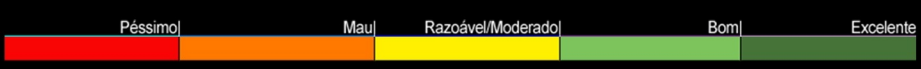
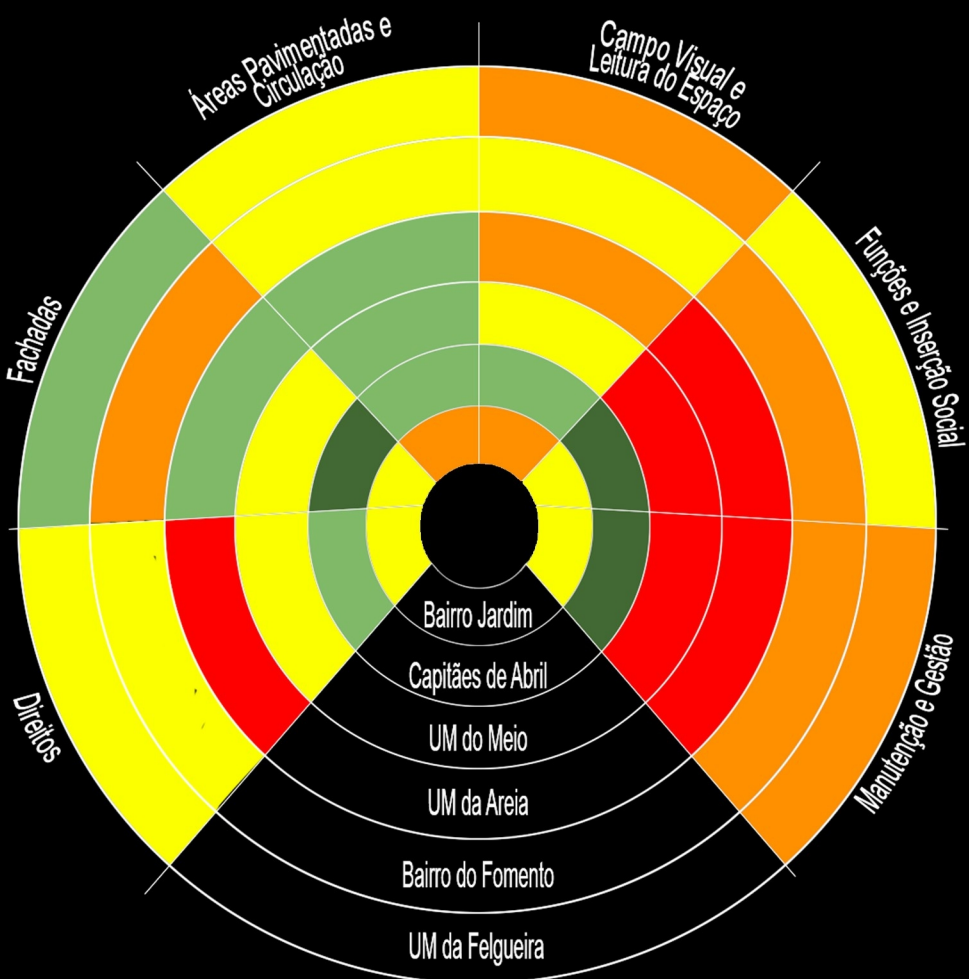


Gráfico 2:  
Análise Comparativa  
**ESTADO /  
QUALIDADE**



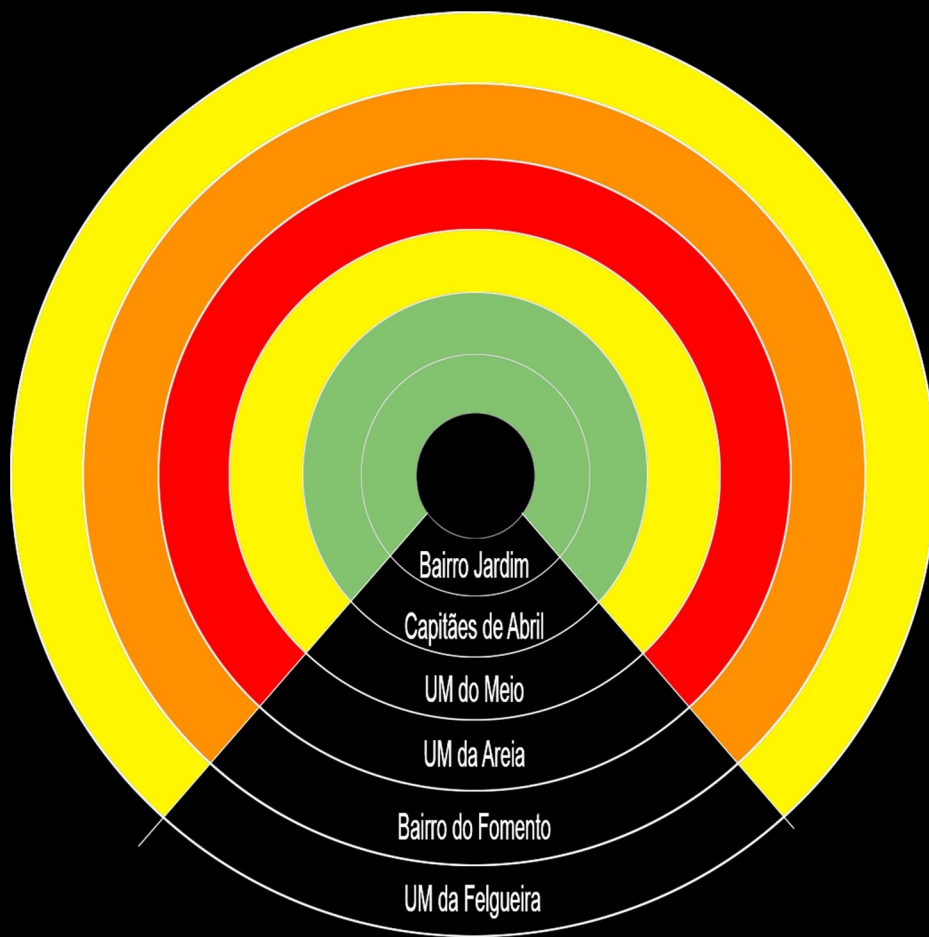


Gráfico 3:  
Análise Comparativa  
**SENTIDO  
DE LUGAR**

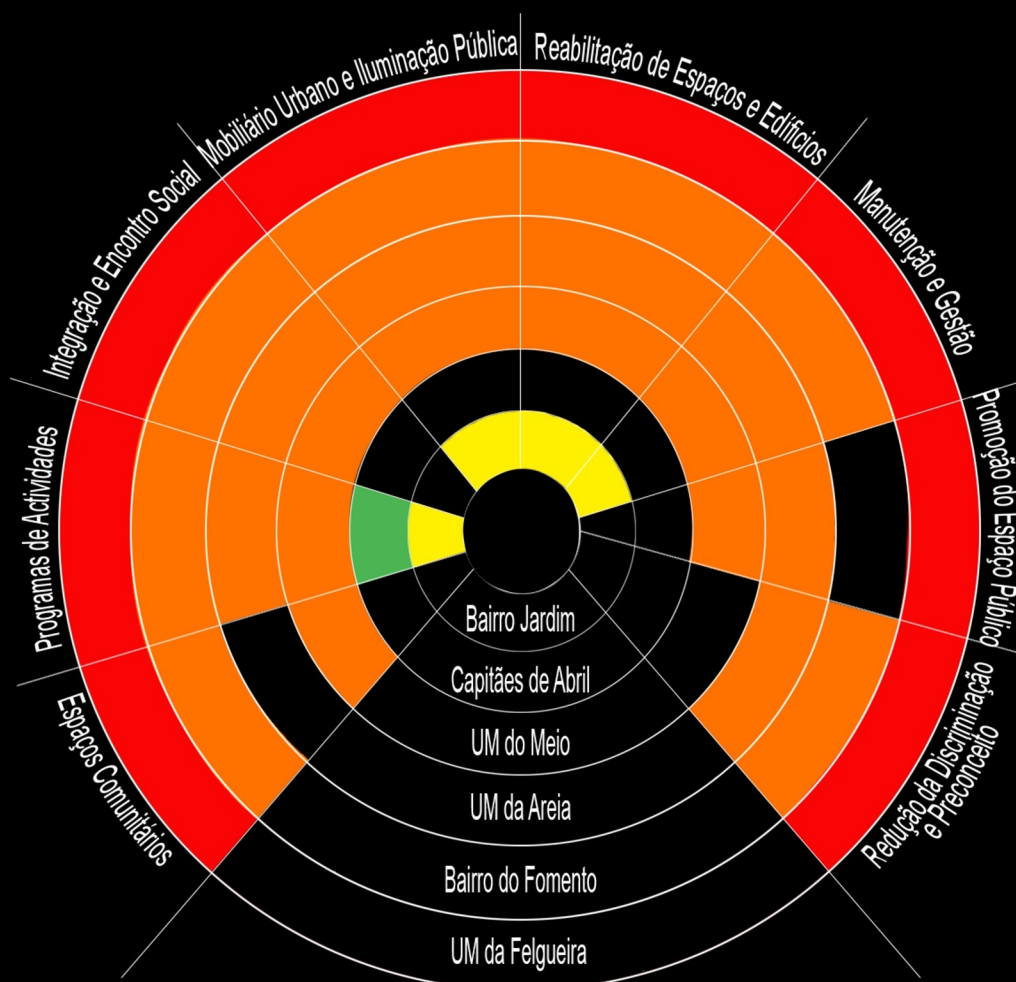


Gráfico 4:  
Análise Comparativa  
**NECESSIDADES/  
EXPECTATIVAS**



**PARTE V**  
CONSIDERAÇÕES  
FINAIS



## 5.1 CONCLUSÕES

Esta investigação procura identificar e analisar o espaço público dos conjuntos de habitação social e económica no concelho de Viana do Castelo, e estabelecer recomendações para a elaboração de programas base de intervenção neste tipo de complexos habitacionais.

O desenvolvimento económico e social do concelho de Viana do Castelo, deve o seu maior progresso às trocas comerciais via marítima, aos estaleiros navais e ao surgimento da linha de caminho-de-ferro no final do século XIX, momento que permitiu o crescimento da cidade durante o século XX. Contudo, só na década de 40 é que se fizeram sentir os sinais do crescimento demográfico, e os primeiros sinais da escassez habitacional no concelho.

Apesar dos investimentos estatais e institucionais na construção de complexos urbanos e habitacionais de carácter social e económico, principalmente a partir de meados do século XX, existe uma ampla investigação sobre este tipo de projectos que, no entanto, não se centraliza na questão dos espaços públicos. Estes têm um papel importante junto dos conjuntos habitacionais, pois são potenciadores e geradores de dinâmicas e de qualidade de vida. Assim, apenas têm sido realizadas algumas dissertações pontuais a nível académico e preâmbulos institucionais.

O primeiro objectivo “**Identificar os diferentes modelos de habitação social e económica, existentes no concelho de Viana do Castelo**”, permitiu conhecer quais as características destes conjuntos urbanos e inventariá-los.

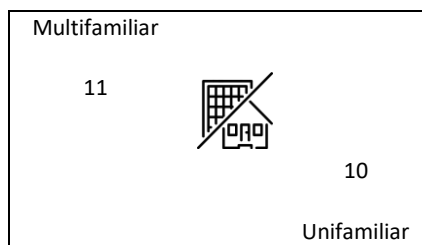


Fig.30

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Num primeiro momento, efectuou-se a identificação de 21 complexos habitacionais de carácter social e económico a estudar.

Partindo dos dados obtidos, existem três momentos chave durante os quais foi construída habitação social e económica no concelho de Viana do Castelo:

- Período do Estado Novo: 10 Complexos Urbanos
- Período Pós-Revolução 25 de Abril de 1974: 4 Complexos Urbanos
- Período Pós-entrada de Portugal na CEE: 7 Complexos Urbanos

Com estes dados foi possível realizar a análise em função do PDM de todos os conjuntos, concluindo-se que uma parte dos complexos habitacionais segue o modelo de parcelamento com habitação unifamiliar em banda, com logradouro privado, e limitado pela rua. O espaço público destes complexos habitacionais segue a lógica de dar primordial importância ao automóvel no desenho do espaço exterior da habitação.

A outra parte dos complexos habitacionais é de habitação multifamiliar, e o espaço público ganha relevo já que é pensado de forma hierarquizada e funcional, onde o espaço exterior de cada habitação é imediatamente o espaço público de todos.

Destes complexos urbanos construídos destaca-se que durante o Estado Novo, foram construídos 5 complexos de tipologia unifamiliar e 4 multifamiliar, prevalecendo a tendência de construção de habitação unifamiliar, contrariada a partir da 2ª metade do século XX, com o surgimento de projectos de habitação multifamiliar.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Durante o período pós-Revolução, dá-se a construção de 4 complexos de habitação multifamiliar, prevalecendo a lógica de melhorar os espaços públicos e equipamentos sociais.

No período pós-CEE, dá-se a construção de 5 complexos habitacionais de tipologia unifamiliar e 3 de habitação multifamiliar, revelando-se a preferência pela habitação unifamiliar com logradouro privado sem desenho qualificado do espaço público nos centros ruralizados, e a opção pela habitação multifamiliar perto dos centros urbanos.

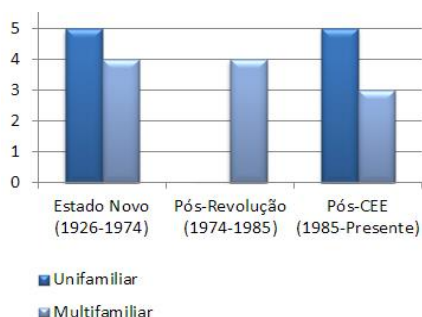


Gráfico 5

Denota-se que no caso da cidade de Viana do Castelo, esta segue a tendência das políticas de habitação em Portugal, sendo importante referir as influências da Carta de Atenas e o surgimento do antepiano de 1945 de João Aguiar, que trouxeram novas preocupações ao nível da fruição, conforto e lazer no desenho do espaço público vianense.

Durante o período do Estado Novo e do pós-CEE, identifica-se a construção de maior número de projectos de habitação social e económica, porém foi no período pós-Revolução que se deu a construção de complexos com maior dimensão, que valorizavam o espaço público e garantiam maior número de fogos habitacionais.

Durante o período do Estado Novo, conclui-se que a construção de habitação social e económica localizava-se perto do núcleo urbano, tendência que se manteve até próximo da década de 80.

A partir desta altura, a construção deste tipo de conjunto habitacional passa a ser feita na zona de expansão da cidade, isto é, na periferia. Mais tarde, a partir de meados da década de

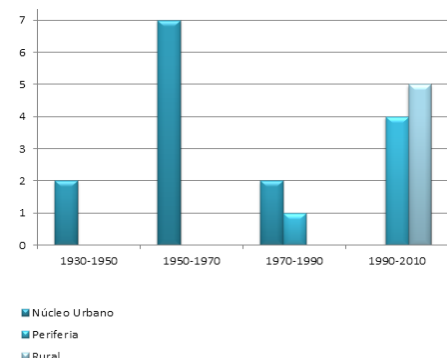


Gráfico 6

Gráfico 5. Complexos Habitacionais Multifamiliar/Unifamiliar Sociais e Económicos ao longo do tempo no concelho de Viana do Castelo.

Gráfico 6. Complexos Habitacionais Sociais e Económicos no Núcleo Urbano, Periferia e Zona Rural.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

90, a tendência passa a implantar este tipo de conjuntos, maioritariamente em zona rural.

A localização dos conjuntos urbanos tem influência ao nível da integração urbana, uma vez que quanto mais distantes do centro urbano, menor é a oferta de equipamentos e serviços, actividades, oferta de transportes públicos e facilidade de acessos viários.

Conclui-se que os complexos habitacionais, junto do núcleo urbano, são os melhores integrados, seguindo-se os da periferia e por fim os da zona rural.

O segundo objectivo trata de **“Caracterizar o espaço público e seus elementos nos conjuntos de habitação social e económica no concelho de Viana do Castelo”**.

Importa destacar que através deste objectivo pretende-se conhecer e evidenciar as características e a presença ou lacuna de qualidades do espaço público dos conjuntos de habitação social e económica do concelho de Viana do Castelo. Para tal tem-se em conta os estudos sobre espaço público, nos quais se reflectem aspectos gerais, principalmente descritivos, sobre elementos caracterizadores do espaço público e qualidades do mesmo, levando a cabo a investigação até aos aspectos mais específicos, desagregando e interpretando os processos, similaridades e diferenças de vários autores de referência.

Depois deste esclarecimento, importa mencionar que segundo a fundamentação teórica, o espaço público pode ser analisado segundo um processo cognitivo, e/ou processo técnico/funcional.

Em relação ao estado e qualidade do espaço público dos conjuntos de habitação social e económica em Viana do Castelo, destaca-se que não existe um único factor que caracterizador,

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

se não, uma série de factores como: localização do complexo habitacional, época de construção, tipologia habitacional, dimensão do conjunto urbano, utilizadores.

- A localização influencia a integração urbana e o sentido de lugar. Quanto maior a proximidade com o centro urbano, maior é a integração. Quanto mais perto do centro urbano ou da zona rural, maior o sentido de lugar.

- A época de construção influencia as tipologias habitacionais e a dimensão dos conjuntos urbanos, que por consequência:

- A tipologia habitacional influencia o desenho do espaço público. A habitação unifamiliar com logradouro privado, desprivilegia normalmente o espaço público; a habitação multifamiliar, preocupa-se com as áreas comuns.

- A dimensão do conjunto urbano, permite que quanto maior este seja, maior seja a possibilidade de haver variedade de componentes caracterizadores do espaço público, tornando-o mais qualificado.

- Os utilizadores servem como factor caracterizador do espaço público, na medida em que os seus comportamentos, vínculos, e identidade com o espaço, interferem na manutenção, gestão e preservação dos espaços comuns.

Posto isto, faz sentido que um conjunto com boa qualidade, possa localizar-se perto do núcleo urbano, construído numa época que privilegiasse tipologias habitacionais que potenciassem ao máximo a fruição do espaço público, que garantisse dimensão suficiente para apresentar variedade de componentes no espaço público, garantindo também forte sentido de lugar e homogeneidade de utilizadores.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Tal, vem dar força ao que acontece no caso dos Capitães de Abril, um complexo urbano que se caracteriza pela excelente integração urbana, conservação dos seus edifícios e espaço público, fácil identificação das suas partes, equilibrada comunhão entre peões e veículos, variedade de actividades, áreas pavimentadas adequadas à circulação, bom campo visual e leitura do espaço, variedade de funções e boa inserção social, além da boa manutenção e gestão dos espaços e sentido de lugar, revelando um grande sentido de urbanidade do todo.

Tendo em conta a variação mais ou menos qualificada destes factores, se um deles se revelar menos qualificado, o espaço público poderá sofrer lacunas. É o caso dos Bairros do Jardim e Fomento, UM do Meio e Felgueira, cuja localização, tipologia habitacional, dimensão do conjunto ou época construtiva, condicionam a qualidade do espaço público em geral.

O espaço público destes conjuntos urbanos, caracteriza-se maioritariamente por lacunas ao nível de uma estrutura verde bem definida e adequada, falta de mobiliário urbano que responda às necessidades de todos os utilizadores, existência de pontos de conflito pela falta de estacionamento ou condicionamentos na travessia de peões, pavimentação desadequada, limitações nos direitos de fruição e acção dos utilizadores, incompatibilidades nas ligações físicas ou visuais, limitações ao nível do encontro social e actividades desenvolvidas, falta de manutenção e gestão dos espaços.

Como derradeira conclusão sobre o espaço público dos conjuntos de habitação social e económica em Viana do Castelo, importa referir que depois da análise individual realizada a cada

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

estudo de caso, se pode realizar uma classificação geral, segundo os principais pontos analisados.

Pode-se comprovar que o Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril, representa maior qualidade do espaço público, enquanto a Urbanização Municipal da Areia é aquela que representa menor qualidade.

Posto isto, os casos de estudo classificam-se com a seguinte ordem: Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril > Bairro do Jardim e Urbanização Municipal da Felgueira > Urbanização Municipal do Meio > Bairro do Fomento > Urbanização Municipal da Areia.

Uma vez identificados e analisadas as qualidades do espaço público dos conjuntos habitacionais, pretende dar-se resposta ao terceiro objectivo “**Recomendações para a elaboração de programas base para a reabilitação destes conjuntos urbanos**”.

Depois de se concluir que existem lacunas na maioria do espaço público dos conjuntos urbanos, é necessário propor uma série de recomendações para futuras intervenções.

Partindo da análise dos estudos de caso e das conclusões obtidas, expor-se-ão uma série de princípios orientadores, os quais são apenas indicações a ter em conta, uns de carácter mais geral e outros mais específicos, tendo em conta as lacunas identificadas no espaço público.

Recomendações gerais vão de encontro à melhoria do espaço público, de acordo com as características já existentes e que podem ser aplicadas a qualquer caso.

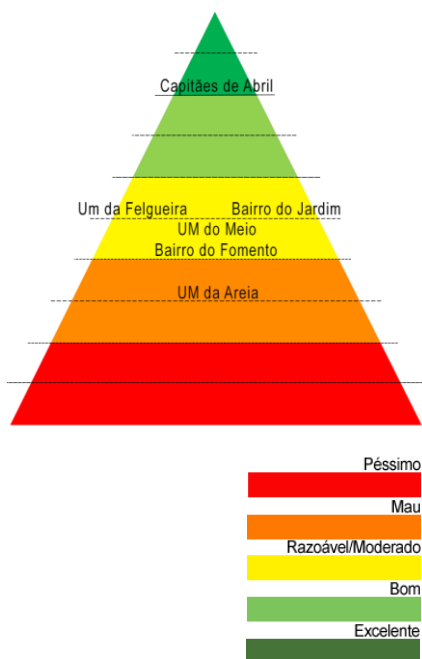


Gráfico 7

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Para a requalificação do espaço público deve ter-se como preocupação, assegurar a coerência das respectivas soluções de projecto. No caso do espaço público dos complexos urbanos de habitação social e económica, deve definir-se como princípio estratégico a criação de espaços exteriores de qualidade, multifuncionais, com soluções conceptuais adequadas às necessidades da população residente (e dos possíveis visitantes), e da organização do território, assente num conjunto de princípios estruturantes:

- Melhoramento do conforto e segurança;
- Melhoria da acessibilidade e mobilidade;
- Requalificação da imagem urbana;
- Valorização patrimonial;
- Redefinição das zonas de circulação pedonal e automóvel com a criação de zonas de estadia mais funcionais e apelativas;
- Condicionamento da circulação e estacionamento automóvel;
- Renovação de infra-estruturas;
- Introdução de mobiliário urbano e equipamentos adequados;
- Sustentabilidade ambiental e eficiência energética.

De um ponto de vista mais pormenorizado sobre cada bairro, seguem-se um conjunto de propostas adaptadas a cada:

### **PERCURSOS/TRILHOS PEDONAIS – CICLOVIA** (Urbanização Municipal do Meio)

Introdução de rede de percursos pedonais/ ciclovia, actividade indutora de novos comportamentos, não só em termos de convivalidade pública como também de reabilitação do edificado e de introdução de novas actividades.

Assim, pode divulgar-se e valorizar-se o património edificado e o património natural da encosta de Santa Luzia, juntamente com a criação ou adaptação de espaços públicos qualificados e de apoio à rede de percursos.

Desta forma, é possível tornar um bairro isolado, como parte de um todo e um local de visita e paragem.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

### **DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL** (Bairro do Fomento – Darque)

Incentivo à exploração multicultural e às manifestações artísticas e culturais, promovendo actividades artesanais ou actividades por exemplo nas áreas da música e pintura. Através de acções apoiadas institucionalmente e da criação de oficinas e espaços artístico-culturais, ou da realização de eventos à semelhança de outras cidades e bairros problemáticos, nomeadamente o Festival “O Bairro i o Mundo”, que levou a cabo a pintura de algumas fachadas dos prédios, inserindo novas dinâmicas nos espaços e atribuindo-lhes visibilidade desde o exterior.

### **ESPAÇOS DESPORTIVOS E ZONAS VERDES QUALIFICADAS** (Urbanização Municipal da Areia, Urbanização Municipal do Meio).

Considerando a ausência de mancha verde qualificada e de espaços para prática desportiva e de lazer, propõe-se o aparecimento de espaços que permitam potenciar o encontro social e a prática de actividades múltiplas, em espaços que garantam conforto e segurança e reforcem o sentido de urbanidade do complexo habitacional.

### **ASSOCIATIVISMO E COOPERAÇÃO** (Urbanização Municipal da Felgueira, Bairro do Jardim, Urbanização da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril)

Apoio ao Associativismo e aos grupos de moradores que revelem iniciativa e projectos locais que permitam a dinamização e a potencialização dos espaços existentes com programas de actividades e eventos, por exemplo feiras periódicas ou celebração de datas importantes ou outras ocasionais.

### **EDUCAÇÃO PARA AS BOAS PRÁTICAS DE CONVIVÊNCIA PÚBLICA** (Urbanização Municipal da Areia, Bairro do Fomento, Urbanização Municipal do Meio)

Programas de educação e formação que procurem operar como reforço à requalificação do espaço público. O objectivo será contribuir para o respeito a ter com o espaço de partilha comum, sendo importante para a preservação do bom estado do espaço público.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

### **OPORTUNIDADES DE COMÉRCIO INTERCULTURAL E ARMAZÉNS**

(Urbanização Municipal da Areia, Bairro do Fomento – Darque)

Considerando a procura de inclusão social de diferentes grupos sociais e do reforço positivo do carácter multicultural, propõe-se o apoio para criação de pequenos comércios e oficinas que permitam potenciar todos os tipos de hábitos culturais, e que permitam introduzir e difundir novos consumos e gostos, correspondendo a um espaço de troca e aprendizagem entre os diferentes grupos sociais.

Os armazéns surgem como resposta à necessidade de parte da comunidade, que exercem funções de feirantes, carecendo de espaço para armazenamento de stocks.

### **Espaços de lazer (Bairro do Fomento – Darque)**

No âmbito do objectivo de requalificação da imagem urbana, propõe-se a redefinição das zonas de circulação e estacionamento, de forma a possibilitar também a disponibilização de áreas mais qualificadas para a implantação de espaços de estar e lazer.

Propõe-se a elaboração de Programas de Desenvolvimento Comunitário, assente no trabalho comum de instituições, associações e moradores, que permitam a médio/longo prazo:

- Melhorar as oportunidades de emprego;
- Maior formação e qualificação;
- Maior participação social
- Maior e melhor utilização e fruição do espaço público (por parte de moradores e visitantes);
- Desenvolvimento e promoção da identidade e valorização dos bairros (interna e externa);
- Maior coesão social e qualidade de vida;
- Maior auto-estima da população (individual e colectiva);
- Maior sentimento de segurança;
- Participação pública de mais instituições e associações.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Concluindo, importa referir que o espaço público dos conjuntos de habitação social e económica, possui particularidades próprias, pois muitas vezes está associado a contextos sociais difíceis e problemáticos, preocupações a ter em especial atenção, de modo a responder às necessidades e hábitos diversos de todos os utilizadores.

De realçar que a conservação e dinamização destes espaços públicos, servirá para melhorar a qualidade da paisagem urbana e a forma como as pessoas usam o espaço, potenciando padrões de vida saudáveis e a identidade dos próprios lugares.



# **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, A. (Ed.).(2004-2007). *Para a história de Viana do Castelo* (Vols. 1-3). Viana do Castelo, Portugal: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Abreu, A., & Moura, D. (Ed.). (2008-2009). *História de Viana do Castelo*. (Vols. 1-3). Viana do Castelo, Portugal: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Agrasar, F. (2008). *Introduccion al conocimiento de la arquitectura*. Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia.

Alves, F. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Publico Urbano: Proposta Metodológica*. Fundação Calouste Gulbenkian, FCT

Amadei, D., Massulo R., Souza, R., & Simões, F. (2011). Paisagem urbana do Eixo Monumental Maringaense: uma abordagem a partir da metodologia de Gordon Cullen. *NUPEM*, 3(4), 211-222. Recuperado de <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/view/91/73>

Aymonino, C. (1975). *El significado da las ciudades*. Madrid: Blume.

Bacon, E. (1976). *Design of Cities*. New York: Penguin Books.

Baptista, L. (1999). *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barone, A. (2002). *Team 10: arquitetura crítica (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil)*. Recuperado de: [https://books.google.pt/books?id=HYVWKU5GZukC&lpg=PR5&ots=GEPDr\\_azRI&dq=Barone%2C%20A.%20\(2002\).%20Team%2010%3A%20arquitetura%20cr%C3%ADtica&hl=pt-PT&pg=PR5#v=onepage&q=Barone,%20\(2002\).%20Team%2010:%20arquitetura%20cr%C3%ADtica&f=false](https://books.google.pt/books?id=HYVWKU5GZukC&lpg=PR5&ots=GEPDr_azRI&dq=Barone%2C%20A.%20(2002).%20Team%2010%3A%20arquitetura%20cr%C3%ADtica&hl=pt-PT&pg=PR5#v=onepage&q=Barone,%20(2002).%20Team%2010:%20arquitetura%20cr%C3%ADtica&f=false)

Barreto, R. (2003). *Viana do Castelo: Pensar/Fazer Cidade* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/36367/2/6525TM01000076765.pdf>

Bloco de Esquerda (2009). *Programa Eleitoral da Candidatura à Câmara e Assembleia Municipal de Viana do Castelo*. Recuperado de: <http://vianadocastelo.bloco.org/images/docs/programaautarquicobeviana2009.pdf>

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Bohigas, O. (2004). *Contra la Incontinencia Urbana: Reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad*. Barcelona: Electa.

Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva. Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Brandão, P., Carrelo, M. & Águas, S. (2002). *O Chão da Cidade: Guia de Avaliação do Design de Espaço Público*. Lisboa: CPD.

Brandão, P., & Remessar, A. (2000). *O Espaço Público e a Interdisciplinaridade*. CPD, Lisboa

Cardoso, V. (2009). Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico. In Universidade do Porto (Eds.), *Cadernos de Doutoramento em Geografia* (pp.33-65). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Carneiro, H. (2003). *Processo de realojamento e apropriação do espaço num bairro multi-étnico* (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal). Recuperado de [http://www.cpihts.com/PDF03/Helia%20Correia %20Carneiro.pdf](http://www.cpihts.com/PDF03/Helia%20Correia%20Carneiro.pdf)

Castro, A. (2002, Dezembro) Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 53-67.

Choay, F. (1994). El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad. *Andamios, Revista de Investigación Social*, 6(12), 157-187. Recuperado de: [http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62815\\_957008](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62815_957008)

Coelho, A. B. & Cabrita, A. (1988). *Exigências e Critérios para Projectar*. Lisboa: LNEC.

Coelho, A. B., & Pedro, J. (1998) *Do Bairro e da Vizinhança à Habitação: Tipologias e caracterização dos diferentes níveis físicos residenciais*. Lisboa: LNEC.

Coelho, A. B. (2005). *Urgência e complexidade da regeneração de bairros sociais e outros espaços urbanos degradados: Infohabitar 51*. Recuperado de <http://infohabitar.blogspot.pt/2005/11/urgncia-e-complexidade-da-regenerao-de.html>

Coelho, A. B. (2006). *1984-2004: 20 anos a promover a construção de habitação social*. Lisboa: Instituto Nacional da Habitação.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Coelho, A. B. (2007). *Adequação, diversidade e inovação no habitar (I): Infohabitar* 169. Recuperado de <http://infohabitar.blogspot.pt/2007/11/adequao-diversidade-e-inovao-no-habitar.html>

Coelho, A. B. (2009) *Opúsculo 18: Entre casa e cidade, a humanização do habitar*. Porto: Dafne.

Coelho, C., (coord.), (2013). *Os Elementos Urbanos. Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da Cidade Portuguesa*. Lisboa: Argumentum.

Correia, C. (2012). *Habitações Económicas: Federação das Caixas de Previdência Bairro de Santa Marta: Barcelos* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <http://repositorio.ulsiada.pt/handle/11067/339?locale=pt>

Costa, J. (2001). *Bairros do Estado Novo*. Porto: Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

Crespo, J. (1960). *Viana do Castelo*. Porto: Edições Lusíada.

Cruz, A. (2016, Maio). Bairros Sociais de Darque, Meadela e Monserrate reabilitados pela Câmara. *Rádio Alto Minho*. Recuperado de <http://radioaltominho.pt/bairros-sociais-de-darque-meadela-e-monserrate-reabilitados-pela-camara/>

Cullen, G. (2006). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.

Croft, V. (2001). *Arquitectura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje em Portugal*. Lisboa: Terramar.

Nóvoa, S. (2014, Setembro). Formar professores para o futuro. III Encontro PIBID UNESPAR, Matinhos e Paranaguá, Estado do Paraná, Brasil.

Decreto-lei 23052, de 23 de Setembro. *Diário do Governo n.º217/1933, Série I. (1933)*. Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Providência Social.

Decreto-lei 28212, de 23 de Novembro. *Diário do Governo n.º273/1937, Série I. (1937)*. Ministério das Obras Públicas.

Decreto-lei 28912, de 12 de Agosto. *Diário do Governo n.º186/1932, Série I. (1938)*. Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Decreto-lei 28928, de 17 de Agosto. *Diário do Governo n.º190/1938, Série I. (1938)*. Ministério da Guerra.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Decreto-lei 35611, de 25 de Abril. *Diário do Governo n.º89/1946, Série I. (1946)*. Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social.

Decreto-lei 49033, de 28 de Maio. *Diário do Governo n.º126/1969, Série I. (1969)*. Ministério das Obras Públicas.

Decreto-lei 4/88, de 14 de Janeiro. *Diário da República n.º11/1988, Série I. (1988)*. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Dias, F., & Portas, N. (1970). *Relatório Habitação Evolutiva*. Lisboa, LNEC.

Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica [Fenache], (1992). *Habitação Cooperativa em Portugal 1974-1991*. Lisboa: Fenache.

Fernandes, J. (2000). *Arquitetura portuguesa uma síntese*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Fernandes, M. (1992). *Viana do Castelo: obras públicas e evolução do espaço urbano (1855-1926)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal). Recuperado de [ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1524.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1524.pdf)

Fernandes, M. (1995). *Viana do Castelo – A consolidação de uma cidade (1855-1926)*. Lisboa: Edições Colibri.

Ferreira, A. (1995). *Aspectos da organização do espaço português*. Porto, FAUP.

Ferreira, M. (1994). O Bairro Social do Arco do Cego: uma aldeia dentro da cidade de Lisboa. *Análise social*, 24(127), 697-709. Recuperado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377477V5mOZ0di3Rb81VO4.pdf>

Folz, R. (2003). *Mobiliário na Habitação Popular: Discussões de Alternativas para Melhoria da Habitabilidade* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil). Recuperado de [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-09052005-115714/publico/FOLZ\\_MobiliarioHabPopular\\_.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-09052005-115714/publico/FOLZ_MobiliarioHabPopular_.pdf)

Foucault, M. (2017). *La Parrésia*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

Gil, A. (1995). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Gomes, F. (2013). *Cooperativas de habitação económica e a forma urbana de Matosinhos, 1965-2003* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/8122>

Gratz, R. (1994). *The Living City: How America's cities are being revitalized by Thinking Small in a Big Way*. Washington. D.C: The Preservation Press National Trust for Historical Preservation.

Groat, L., & Wang, D. (2002). *Architectural Research Methods*. Canada: John Wiley & Sons.

Guerra, I. (1997). Um olhar sociológico sobre o alojamento. *Sociologia: Problemas e Práticas*, (24), 165-181.

Guerra, I., & Pinto, T. (1999). Aproximação às políticas habitacionais pós-1974. Lisboa: ISCTE/INH.

Guerra, I., Pereira, S., Fernandes, M., Botelho, P., Marques, P., Mateus, A. & Portas, N. (2008) *Contributos para o plano estratégico de habitação: 2008/2013: Relatório 2 políticas de habitação*. Recuperado de [habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/123421120015eGS7kj9Fq51IF7.pdf](http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/123421120015eGS7kj9Fq51IF7.pdf)

Hatherley, O. (2015, April 15). Berlin's flat-roofed Hufeisensiedlung – a history of cities in 50 buildings, day 16. *The Guardian*. Recuperado de <http://www.theguardian.com/cities/2015/apr/15/berlin-hufeisensiedlung-horsehoe-estate-history-cities-50-buildings>

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (n.d.). *Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal*. Recuperado de [http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/publicacoes/documentos/caraterizacao\\_condicoes\\_habitacao.pdf](http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/publicacoes/documentos/caraterizacao_condicoes_habitacao.pdf)

Instituto Nacional de Estatística [INE], (2001). Censos, Dados Comparativos 1991-2001. Direcção Regional do Centro.

Instituto Nacional de Estatística [INE], (2011). Anuário Estatístico da Região Norte 2010. Recuperado de [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&Xpigid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=107941806&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&Xpigid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=107941806&DESTAQUESmodo=2)

Instituto Nacional de Estatística [INE], (2012). Anuário Estatístico da Região Norte 2011. Recuperado de [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&Xpigid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=149607204&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&Xpigid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=149607204&DESTAQUESmodo=2)

Instituto Nacional de Estatística [INE], (2013). Anuário Estatístico da Região Norte 2012. Recuperado de

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&Xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=211525119&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&Xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=211525119&DESTAQUESmodo=2)

Jacobs, J., (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House.

Kostof, S. (2009). *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*. London: Thames & Hudson.

Krier, R.(1991). *Urban Space*. London: Academy Editions.

Lamas, J. (1999). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Le Corbusier, (1977). *Maneira de pensar o Urbanismo*. Sintra: Publicações Europa-América.

Le Corbusier, & Giraudoux, J. (1993). *A carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec.

Lei 2007, de 7 de Maio. *Diário do Governo n.º98/1945, Série I. (1945)*. Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Lei 2092, de 9 de Abril. *Diário do Governo n.º72/1958, Série I. (1958)*. Presidência da República.

Lei 2123, de 14 de Dezembro. *Diário do Governo n.º291/1964, Série I. (1964)*. Presidência da República.

Lima, M. (2011). *Operações SAAL, uma política urbana vanguardista: O caso do SAAL no bairro do casal das figueiras, em Setúbal* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico, Portugal). Recuperado de <https://fenix.tecnico.ulisbosa.pt/cursos/ma/dissertacao/2353642372448>

Ludke, M. & André, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U.

Lynch, K. (1960). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Matos, F. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, (24), 677-695.

Matos, F. (1995). Habitação Cooperativa no Grande Porto (1974/94). *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, 10/11(1), 19-38.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Mendes, J. (2001). *Programa Polis: programa ou falta de programa para a requalificação das cidades*. CEDOUA, 1(4), 83-100. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10316.2/5730>

Mesquita, J. (1975). GTH Boletim. Lisboa: Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa

Miranda, C. (1986). Camillo Sitte e Brasília (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil). Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/282267050/CAMILLO-SITTE-E-BRASILIA>

Moita, I. (1994). O livro de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte

Montaner, J. (2014). *A Modernidade Superada: Arquitectura, Arte e Pensamento do século XX*. Atómico Electrónica de Publicaciones.

Montaner, J. (2014, June 18). La Mutación Del Espacio Público. *El País*. Recuperado de: [http://ccaa.elpais.com/ccaa/2014/06/18/catalunya/1403115184\\_672543.html](http://ccaa.elpais.com/ccaa/2014/06/18/catalunya/1403115184_672543.html)

Montenegro, A. (1903). *Inquéritos dos Pátios de Lisboa, Ano de 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Moura, M. (2013). *Os espaços públicos e urbanos na habitação social* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Faculdade do Porto, Portugal). Recuperado de [https://sigarra.up.pt/faup/pt7teses.tese?P\\_ALUNO\\_ID=99187&p\\_processo=16811](https://sigarra.up.pt/faup/pt7teses.tese?P_ALUNO_ID=99187&p_processo=16811)

Munari, B. (1981). *Das coisas nascem coisas*. Lisboa: Arte e Comunicação.

Mumford, L. (2006). *A Cultura das Cidades*. Belo Horizonte: ITATIAIA Limitada.

Nevado, A. (2015). Política Habitacional: o passado é o futuro e a regeneração urbana como estratégia e instrumento. *ARQA*, (117), 98.

Núcleo Executivo do CLAS de Viana do Castelo. (2013). *Diagnóstico Social de Viana do Castelo 2013*. Recuperado de [www.cm-viana-castelo.pt/download](http://www.cm-viana-castelo.pt/download)

Nunes, J., (2013). O programa Habitações de Renda Económica e a constituição da metrópole de Lisboa (1959-1969). *Análise Social*, 206(1), 81-100.

Oliveira, J., Anjos, F., & Leite, F. (2008). *O potencial da paisagem urbana como atratividade turística: um estudo sobre a paisagem de Brasília-DF (Vol. 9)*. Campo Grande, Brasil: Interações.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O Minho (2015, September 9). Viana tem novos projetos de 32 ME em regeneração urbana para investir até 2023. *O Minho*. Recuperado de <https://ominho.pt/viana-tem-novos-projetos-de-32-me-em-regeneracao-urbana-para-investir-ate-2023/>

Passos, J. (2016). *A Configuração Urbana do Território do Vale do Neiva* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <https://comum.rcaap.pt/handle10400.26/15283>

Pedrosa, C. (2010). *A cidade ao indivíduo: o papel da requalificação urbana de conjuntos de habitação de interesse social: estudo da requalificação física do espaço público do bairro de Contumil, na cidade do Porto* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico, PT). Recuperado de [https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142091123/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Cristina%20Pedrosa.pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142091123/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Cristina%20Pedrosa.pdf)

Pelletier, J. & Delfante, C. (1969). *Cidades e Urbanismo no Mundo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Pereira, N. (1994). Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, 127(3), 509-524.

Pereira, N. (1996). *Escritos (1974-1966, selecção)*. Porto: FAUP

Pereira, M. (1971). *Livre-Câmbio e desenvolvimento económico*. Lisboa: Cosmos.

Pereira, L. (2015). Exposição O Processo SAAL, Museu de Serralves: Um processo (in)disciplinado. *ARQA*, 117, 88.

Plataforma Supraconcelhia Minho-Lima (2008). *Plano Estratégico de Intervenção Social*. Recuperado de [http://www.seg-social.pt/documents/10152/163579/psc\\_plano\\_estrategico\\_intervencao\\_social\\_minho\\_lima/023e2f7c-6599-4450-8905-b13d6a66117a](http://www.seg-social.pt/documents/10152/163579/psc_plano_estrategico_intervencao_social_minho_lima/023e2f7c-6599-4450-8905-b13d6a66117a)

Portas, N. (1969). *A Cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.

Portas, N. (2004). *A habitação Social: Proposta Para a Metodologia da Sua Arquitectura*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Portas, N., & Mendes, M. (1991). *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/ Anos Oitenta*. Porto: Fundação de Serralves.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Portas, N., Domingues, Á., & Cabral, J. (2003). *Políticas Urbanas - Tendências, Estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Porto Canal (2014, Março 27). Bairro social degradado em Viana recebe obras de 350 mil euros em 2016. *Porto Canal*. Recuperado de <http://portocanal.sapo.pt/noticia/21586>

Público (2016, Setembro 7). Bairro Social degradado em Viana do Castelo recebe obras de 1,1 milhões de euros. *Público*. Recuperado de <http://www.publico.pt/2016/09/07/local/noticia/bairro-social-degradado-em-viana-do-castelo-recebe-obras-de-11-milhoes-de-euros-1743452>

Rede Social de Viana do Castelo (2008). *Diagnóstico Social*. Recuperado de [www.cm-viana-castelo.pt/pt/rede-social](http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/rede-social)

Reis, A., & Lay, M. (2006). Avaliação da qualidade de projectos: uma abordagem perceptiva e cognitiva. *Ambiente construído*, 6(3), 21-34. Recuperado de [www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31663/000683340.pdf?sequence=1](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31663/000683340.pdf?sequence=1)

Ribeiro, O. (1969). Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidade portuguesas. *Finisterra*, 4(7), 64-75. doi:10.18055/Finis2491

Ribeiro, O., Lautensach, H. & Daveau, S. (1987-1991). *Geografia de Portugal* (Vols. 1-4). Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Rodrigues, M. (1999). *Pelo Direito à Cidade: O movimento de moradores no Porto (1974-76)*. Porto: Campo das Letras.

Rodrigues, M. (2009). *Movimentos Sociais e Políticas Sociais: Perspectivas dos Actores do Movimento de Moradores no Porto (1974 – 76)*. (Dissertação de Mestrado) Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/23652>

Ross, R., Mogilevich, M. & Campkin, B. (2014, December 5). *Ebenezer Howard's three magnets*. The Guardian. Recuperado de <http://www.theguardian.com/cities/2014/dec/05/ebenezer-howards-three-magnets>

Rossi, A. (1977). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

Rowe, C., & Koetter, F. (1998). *Ciudad collage*. Barcelona: Gustavo Gili.

Saint-Georges, P. (1997). Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económicos, social e político in Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997).

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

*Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, 15-47.

Salomon, D. (1991). Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes

Sampaio, A. (2001). *Cartas de Atenas: com textos originais*. Salvador: Quarteto Editora/ PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA.

Sanches, A., & Tavares, J. (2010). Plano Piloto no. 24: reflexões sobre uma proposta para Brasília. *Risco*, 11, 15-32. Recuperado de [www.iau.usp.br/revista\\_risco/Risco11-pdf/02\\_art02\\_risco11.pdf](http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco11-pdf/02_art02_risco11.pdf)

Serra, N. (1997). *Território e habitação em Portugal*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Silva, T., Oliveira, M., Magalhães M. & Alves P. (2011). *Organização do espaço em edifícios de habitação social: conflitualidade e insegurança urbana*. Recuperado de [https://www.academia.edu/attachments/30167242/download\\_file?st=MTQ4MjE4ODkxMywxNzguMTY2Ljc4Lj1NCw2NzU4MTM2&s=swp-toolbar](https://www.academia.edu/attachments/30167242/download_file?st=MTQ4MjE4ODkxMywxNzguMTY2Ljc4Lj1NCw2NzU4MTM2&s=swp-toolbar)

Silva, T., Alves, P., Magalhães, M., & Oliveira, M. (2011) Edifícios de habitação social: diagnóstico e cenários de intervenção no edificado. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 22, 82-98. Recuperado de [revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9100](http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9100)

Sitte, C. (1996). *L'art de bâtir les Villes: L'urbanisme selon ses fondements artistiques*. Paris: Éditions du Seuil.

Soares, M., & Ferreira, V. (Ed.). (2000). *Grande Dicionário Enciclopédico* (Vols. 1-16). Lisboa: Clube Internacional do Livro.

Soromenho, A. (2015, Agosto 29). *No mundo de Le Corbusier, o arquiteto estrela*. Expresso. Recuperado de [http://expresso.sapo.pt/sociedade/20151-08-29-No-mundo-de-Le-Corbusier-o-arquiteto-estrela-#gs.n3v\\_Gdc](http://expresso.sapo.pt/sociedade/20151-08-29-No-mundo-de-Le-Corbusier-o-arquiteto-estrela-#gs.n3v_Gdc)

Sousa, L., Aragão F., Pais, A., Marinho, L., & Simões, F. (2012). *Análise da paisagem urbana de um município de pequeno porte*. Recuperado de [eventos.uem.br/index.php/simpgeu/simpgeu/paper/download/966/573](http://eventos.uem.br/index.php/simpgeu/simpgeu/paper/download/966/573)

Tavares, M. (2003). *Federação de Caixas de Previdência: Habitações Económicas. Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Portugal). Recuperado de [https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=46279](https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=46279)

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Tavares, M. (2010). *HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]*. Recuperado de [https://sigarra.up.pt/reitoria/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_gdoc\\_id=24821](https://sigarra.up.pt/reitoria/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=24821)

Tavares, M. (2013). *Leituras de um percurso na habitação em Portugal: as "Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência*. CML, IHRU, Lisboa.

Tavares, M., Portas, N. & Fernandes, J., (2013). *Nuno Teotónio Pereira. Arquitectura e Contexto: uma experiência*. Lisboa: CML, IHRU.

Teixeira, M. (1992). As estratégias habitação Popular em Portugal, 1880-1990. *Revista de Análise Social*, 27(115), 65-89. Recuperado de [analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223049300Z1Dld4RO1Jn31VT6.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223049300Z1Dld4RO1Jn31VT6.pdf)

Vegara, A. & Rivas, J. (2004). *Territórios Inteligentes: Nuevos Horizontes del Urbanismo*. Madrid: Fundación Metrópoli.

Vieira, A. & Coutinho, A. (2014). *O processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974-1976: Dossiê Pedagógico*. Porto: Serralves.

Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2º Ed.) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications

Zhang, J., Lu, N., Xu, F. & Li, P. (2010). *Comprehensive Evaluation of the Overall Quality of Urban Public Open Space*. 2010 International Conference on E-Business and E-Government. pp. 5122-5125. doi:10.1109/ICEE.2010.1285

# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 0. Pág. 48. Modelo de Sistematização de Dados. Fonte: Figura do Autor

Figura 1 (a). Pág. 71. Metrópole, cidade e arcádia. Fonte: Cullen, 2006

Figura 1 (b). Pág. 71. Parque, zona industrial, zona rural e solo virgem. Fonte: Cullen, 2006

Figura 2. Pág. 71. Recinto. Fonte: Cullen, 2006

Figura 3. Pág. 72. Áreas de viscosidade. Fonte: Cullen, 2006

Figura 4. Pág. 72. Enclave. Fonte: Cullen, 2006

Figura 5. Pág. 72. Ponto Focal. Fonte: Cullen, 2006

Figura 6. Pág. 87. Visão serial. Fonte: Cullen, 2006

Figura 7. Pág. 107. A vegetação seleccionada pode ajudar a formatar, clarificar e identificar espaços, percursos e valores perspécticos. Fonte: Alves, 2003

Figura 8. Pág. 116. Soluções de desenho que possibilitam a ocupação (terapêutica) de deficientes motores. Fonte: Alves, 2003

Figura 9. Pág. 116. Soluções de desenho que permitem diferentes graus de controlo e de privacidade. Fonte: Alves, 2003

Figura 10. Pág. 141. Um quarteirão de casebres; emparcelamento da propriedade urbana; novo dispositivo de construção feito de imóveis ladeando ruas e grandes pátios. Fonte: Corbusier, 1977

Figura 11. Pág. 181. Vista Geral do Arco do Cego, Lisboa (Fonte: *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, 1994). Fonte: Moita, 1994

Figura 12. Pág. 184. Bairro de Programa de Casa Económicas. Fonte: Gomes, 2013

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Figura 13. Pág. 187. Bairro da Boavista, 1940. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

Figura 14. Pág. 187. Bairro da Boavista Benfica, Lisboa. Fonte: [bairrodaboavista-lisboa.blogspot.pt](http://bairrodaboavista-lisboa.blogspot.pt)

Figura 15. Pág. 188. Construção de Casas de Renda Económica do Bairro de Alvalade. Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

Figura 16. Pág. 189. CRE I Olivais-Norte, Nuno Teotónio Pereira e Pinto de Freitas. Fonte: Mesquita, 1975

Figura 17. Pág. 190. Conjunto de Casas para Famílias Pobres em Viana do Castelo/ Bairro de Santiago. Fonte: Foto do autor

Figura 18. Pág. 192. Bairro Económico em St<sup>o</sup> Estêvão. Fonte: <http://infohabitar.blogspot.pt>

Figura 19. Pág. 195. SAAL - Bouça, Porto – Arquiteto Álvaro Siza. Fonte: <http://www.archilovers.com>

Figura 20. Pág. 197. Conjunto Habitacional do Aldoar, Porto. Fonte: [infohabitar.blogspot.com](http://infohabitar.blogspot.com)

Figura 21. Pág. 207. Localização do concelho de Viana do Castelo e freguesias pertencentes. Fonte: Foto do autor

Figura 22. Pág. 210. Carta hipsométrica de Viana do Castelo. Fonte: <http://sniamb.apambiente.pt/atlas/>

Figura 23. Pág. 210. Carta Hidrográfica de Viana do Castelo. Fonte: <http://sniamb.apambiente.pt/atlas/>

Figura 24. Pág. 211. Linha do Minho. Fonte: <http://sites.cp.pt/roteiros/pdf/livro.pdf>

Figura 25. Pág. 211. Planta de Localização do Porto de Viana do Castelo. Fonte: <http://www.apvc.pt/>

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Figura 26. Pág. 230. Vista aérea da cidade de Viana do Castelo.  
Fonte: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2012/08/viana-do-castelo.html>

Figura 27. Pág. 275. Correspondência de Cores. Fonte: Figura do Autor

Figura 28. Pág. 275. Legendas Utilizadas. Fonte: Figura do Autor

Figura 30. Pág. 369. Complexos Habitacionais Multifamiliar/Unifamiliar. Fonte: Figura do Autor

# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 0. Pág. 44. Categoria de Análise: Integração Urbana. Fonte: Tabela do Autor

Tabela 1. Pág.45. Categoria de Análise: Estado e Qualidade. Fonte: Tabela do Autor

Tabela 2. Pág.47. Categorias de Análise: Significado/Sentido de Lugar | Necessidades/Expectativas. Fonte: Tabela do Autor

Tabela 3. Pág. 193 e 194. Equipamentos e serviços existentes no concelho de Viana do Castelo. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 4. Pág. 197. As 5 maiores freguesias do Concelho em termos populacionais. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 5. Pág. 197. As 5 mais pequenas freguesias do Concelho em termos populacionais. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 6. Pág. 198. População residente segundo os Censos: total e por grupos etários. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 7. Pág. 199. Famílias clássicas segundo os Censos: total e por números de indivíduos no Concelho. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 8. Pág. 200. Número de empresas sediadas no concelho por freguesia. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 9. Pág. 201. Empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 10. Pág. 202. População ativa por grupo etário em 2011 no concelho. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 11. Pág. 204. Nº de Fogos propriedade do Município, por freguesia e tipologia. Fonte: CLAS, 2013.

## O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

Tabela 11. Pág. 204. Nº de fogos propriedade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 13. Pág. 206. Crimes Registados pelas Autoridades no concelho de Viana do Castelo; 2008 a 2012. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 14. Pág. 207. Equipamentos culturais e desportivos disponíveis no Concelho de Viana do Castelo. Fonte: CLAS, 2013.

Tabela 15. Pág.240. Cronologia: Políticas de Habitação Aplicadas no Concelho de Viana do Castelo. Fonte: Tabela do Autor

Tabela 16. Pág.273. Critérios de Selecção. Fonte: Tabela do Autor

# O ESPAÇO PÚBLICO NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 0. Pág.159. Friso Cronológico: Políticas de Habitação em Portugal. Fonte: Gráfico do Autor

Gráfico 1. Pág.364. Análise Comparativa - Integração Urbana. Fonte: Gráfico do Autor

Gráfico 2. Pág.364. Análise Comparativa – Estado/ Qualidade. Fonte: Gráfico do Autor

Gráfico 3. Pág.365. Análise Comparativa – Sentido de Lugar. Fonte: Gráfico do Autor

Gráfico 4. Pág.365. Análise Comparativa – Necessidades/ Expectativas. Fonte: Gráfico do Autor

Gráfico 5. Pág. 371. Complexos Habitacionais Multifamiliar/Unifamiliar Sociais e Económicos ao longo do tempo no concelho de Viana do Castelo. Fonte: Figura do Autor

Gráfico 6. Pág. 371. Complexos Habitacionais Sociais e Económicos no Núcleo Urbano, Periferia e Zona Rural. Fonte: Figura do Autor

Gráfico 7. Pág. 375. Classificação da Qualidade do Espaço Público dos Casos de Estudo. Fonte: Figura do Autor

# **ANEXOS**

**ANEXOS**  
1.ENTREVISTAS  
LIVRES

## BAIRRO DO JARDIM

### Percurso Pedonal – Entrevista Livre

Carlos Ferreira (61 anos), Morador desde 1993

1	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não me parece que estamos dentro de um bairro</li><li>• O jardim não é muito convidativo, parece um espaço de transição, com barulho dos carros, torna-se irritante</li><li>• Existe subjectividade e individualidade em cada casa. Por serem diferentes não se nota que é um bairro.</li><li>• Casas pequenas e personalizadas sem elementos que destoem muito</li><li>• Existe privacidade para os logradouros</li><li>• Falta estacionamento, pois só algumas casas têm garagem.</li></ul>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Iluminação adequada mas podia ser maior.</li><li>• Ruas parecem um labirinto</li><li>• Muros com decorações próprias, existe liberdade para se fazer o que quiser.</li><li>• Faltam árvores, as que tem são poucas e não se articulam com o espaço.</li><li>• Passeios largos, facilitam a circulação, mas não há passadeiras e passam muitos carros o que dificulta a travessia das vias</li><li>• Falta mobiliário urbano nos passeios, é tudo muito vazio e frio</li><li>• Faltam espaços verdes, pequenos jardins ou canteiros</li></ul>
3	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não existe a sensação de se estar no mesmo sítio, há sempre um elemento mais distinto.</li><li>• As árvores não fazem muito sentido, estão desintegradas e desarticuladas.</li><li>• Faltam parques de estacionamento</li><li>• Não se houve tanto os carros, e passa-se a ouvir alguns pássaros.</li><li>• As ruas são confusas, pois o percurso não é óbvio para se percorrer ou sair do bairro.</li><li>• Temos a sensação de estar perdidos no meio de um conjunto, porque é tudo labiríntico</li></ul>
4	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nem no jardim há árvores, não há sensação de cobertura, protecção</li><li>• No verão é sufocante, não convida as pessoas a vir até aqui, é demasiado exposto ao sol.</li><li>• Este espaço é estúpido, parece uma assembleia. Não se percebe, não tem árvores ou elementos com água como uma fonte. Existem bancos, mas não há mesas. Tem uma disposição parva.</li><li>• Os elementos são mal distribuídos, há mais quantidade de um lado do que do outro.</li><li>• Canteiros estragados e sem manutenção. Falta iluminação.</li><li>• O espaço não convida ao convívio, é muito rígido na disposição das coisas, falta espontaneidade.</li><li>• Casas voltadas para o espaço central não permitem a sensação de escape. Estamos rodeados, sem cobertura e protecção, porque não há árvores.</li><li>• Sentes-te exposto, o espaço é desagradável principalmente no verão por causa dos materiais do chão.</li></ul>
5	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nota-se uma grande extensão de céu, mas o espaço é controlado.</li><li>• Pavimentos mais adequados mas faltam árvores. Existe alguma sujidade no chão, como dejectos.</li><li>• Caixotes do lixo em bom número.</li><li>• Elementos desadequados, como o bebedouro demasiado alto para as crianças. Iluminação desadequada.</li><li>• É um espaço impessoal, faltam mais elementos naturais.</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamento de ginástica interessante na sua distribuição.</li> <li>• Demasiado calor, faltam sombras e árvores. As que tem são pequenas.</li> <li>• O espaço não está adaptado a pessoas com mobilidade reduzida.</li> <li>• Vedação do parque infantil dá segurança, bem como as grades que separam a via automóvel do passeio.</li> <li>• É segura para as crianças, mas falta um espaço para poder passear os animais domésticos.</li> </ul>
6	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casas diferentes nas suas cores e texturas, fachadas.</li> <li>• Sensação de pertença, liberdade e individualidade.</li> <li>• Mas são secções sempre muito iguais aos outros sítios do bairro.</li> <li>• Não se houve ruído de carros, é mais sossegado e reservado.</li> </ul>
7	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Há quem tenha a necessidade de ocupar os passeios, talvez para que não lhes estacionem à porta.</li> <li>• Faltam árvores, sombras e iluminação,</li> <li>• Passeios estragados e a precisarem de manutenção,</li> <li>• Cores muito iguais nesta zona, torna-se cansativo de observar tudo.</li> </ul>
8	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensação de isto ser um labirinto.</li> <li>• Não se vê o fim da rua, nem há curiosidade porque é claustrofóbico.</li> <li>• Há pequenos comércios.</li> <li>• Relativamente sossegado.</li> </ul>

## URBANIZAÇÃO CAPITÃES DE ABRIL

### Percorso Pedonal – Entrevista Livre

Jéssica Fernandes (25 anos), Moradora desde 1992

1	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não se ouvem muitos ruídos. Ouve-se o som de aves.</li><li>• Prédios limpos com pouca humidade.</li><li>• Bebedouro para beber água.</li><li>• Menos movimento do que “adiante”.</li><li>• Alguma confusão por causa dos carros (aparcamento).</li><li>• Sente-se alguma protecção e resguardo.</li><li>• Prédios todos iguais, tirando algumas diferenças de cor.</li><li>• Tons rosados, bege, sempre em tom pastel.</li><li>• Passar a rua com cuidado porque sensação de carros a mais.</li><li>• Cuidado acrescido com crianças e animais.</li><li>• Sem medo de ser assaltado.</li><li>• Não é a minha casa de sonho, mas também não é mau.</li></ul>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Movimento constante de carros e pessoas.</li><li>• Ruídos (carros, pessoas, lojas).</li><li>• Sensação de que não é para parar. Zona de circulação.</li><li>• Espaço sem lazer.</li><li>• Estado de alerta.</li><li>• Prédios todos iguais, mas bonitos.</li><li>• Arbustos arrançados.</li><li>• Simplicidade das fachadas. Nada muito característico.</li><li>• Parecem blocos simples.</li><li>• Cores calmas, ausência de receio.</li><li>• Espaços cuidados, não está abandonado.</li><li>• Gosto de morar aqui.</li><li>• Mas também não é o melhor bairro do mundo.</li></ul>
3	<ul style="list-style-type: none"><li>• Um pouco de lixo no chão, mas não muito.</li><li>• Há respeito e manutenção.</li><li>• Sinto-me à vontade pelo som da água e sombra e os reflexos da água nas árvores.</li><li>• Há tranquilidade. Abstracção. Pensar em nada ou reflectir. Observar as coisas.</li><li>• Movimento associado à natureza (árvores, animais, água).</li><li>• Sem tensão ou sobressalto. Respira-se melhor.</li><li>• Integração das árvores.</li><li>• Corte grande entre os restantes espaços.</li><li>• Não é um sítio de passagem</li><li>• Sente-se calma e recompensa por se ter chegado aqui.</li><li>• Refúgio e sensação de permanência.</li><li>• Isolado de tudo. Parece que se sai da cidade. Se está escondido (prédios em redor)</li></ul>
4	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sensação de afastamento.</li><li>• Já se vêem carros e há ruído.</li><li>• Sensação de cobertura das árvores.</li><li>• Mancha verde dá sensação de calma, de à vontade.</li><li>• Mais expostos devido à proximidade com as janelas dos prédios.</li><li>• Existe certa vigilância.</li><li>• Pouco contraste entre a cor dos prédios, troncos e relva.</li><li>• Harmonia de cores.</li><li>• O todo é bem integrado.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sensação de segurança.</li></ul>

- |   |   |
|---|---|
| 5 | <ul style="list-style-type: none"><li>•Dá para se observar das janelas para o espaço público. Sensação de controlo.</li><li>•Poucas árvores (queria mais densidade).</li><li>•Serve todo o tipo de pessoas.</li><li>•Corresponde às necessidades de vários grupos.</li><li>•Formas simples. Sítios de referência. Consciência dos movimentos.</li><li>•Ampla. Protecção. Resguardado.</li><li>•Sente-se dentro de algo, de um grande conjunto.</li><li>•Os espaços convidam-nos a entrar e estar em contacto.</li><li>•Aqui os canteiros parecem mais pessoais, personalizados, singulares.</li></ul>                   |
| 6 | <ul style="list-style-type: none"><li>•Contraste com os outros conjuntos habitacionais em redor.</li><li>•Muitos carros. Necessidade de cuidado.</li><li>•É o limite do bairro. Não me sinto recolhida. Não é tão seguro.</li><li>•Materiais dos pavimentos estragados. Os dos prédios estão em bom estado.</li><li>•Gosto pelo sítio. Integração de árvores. Boa diferenciação de pavimentos.</li></ul>  |
| 7 | <ul style="list-style-type: none"><li>•Singularidade das árvores. Espécies que se destacam.</li><li>•Nota-se vários usos diferentes (estacionamento, parque, jardim, percursos).</li><li>•Os espaços convidam a entrar.</li><li>•Canteiros despersonalizados.</li><li>•Como se fosse um núcleo, todo o edificado.</li><li>•Como se fossem momentos e tempos diferentes, embora pertença tudo ao mesmo espaço.</li><li>•Ambiente próprio, os mesmos tons, mesmas alturas, continuidade entre os prédios.</li></ul>   |
| 8 | <ul style="list-style-type: none"><li>•Algum stress por causa dos carros.</li><li>•Parque infantil bem composto. Equipamento para desporto (adultos).</li><li>•Identifico-me com o sítio e trazia cá os meus filhos mesmo que não morasse aqui.</li><li>•Tranquilidade embora haja a presença dos carros.</li><li>•Lojas com pouco movimento.</li><li>•Espaço limpo. Árvores grandes dão cobertura. Sossego.</li><li>•Boa iluminação. Fácil leitura dos percursos. Vontade de pisar a relva.</li></ul>  |
| 9 | <ul style="list-style-type: none"><li>•Ouve-se som de pássaros. Presença de pássaros.</li><li>•Mais fresco e mais sombra.</li><li>•Apetece voltar a entrar no jardim e ir ver a fonte, ou sentar no banco do jardim.</li><li>•Não se tem vontade de avançar. Sair daqui.</li><li>•Boa mistura de árvores e prédios com as pessoas.</li><li>•Os prédios estão a proteger este sítio. Dão segurança.</li><li>•Aqui está-se à vontade. Sem carros ou pessoas a aparecer de surpresa.</li><li>•As elevações no chão parecem naturais, um misto entre as duas coisas.</li><li>•A arcada não tem muito significado.</li></ul> |

## BAIRRO DO FOMENTO

### Percurso Pedonal – Entrevista Livre

Rosa Silva (54 anos), Moradora desde 1985	
1	<ul style="list-style-type: none"><li>•Precisamos de parques de estacionamento porque os ciganos principalmente têm mais do que um carro;</li><li>•Acaba-se por se estacionar em qualquer lado, porque não há parques.</li><li>•O espaço exterior está cuidado, tem caixotes do lixo.</li><li>•Ter aqui a junta também favorece.</li><li>•As vezes há brinquedos e coisas espalhadas nos espaços aqui de fora</li></ul>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>•Diferença entre a zona de trás e a da frente. Falta manutenção lá trás tiraram os caixotes do lixo, há lixo no chão.</li><li>•Tudo sujo e amontoado, é nojento</li><li>•Não gosto de vir para aqui, nem venho.</li></ul>
3	<ul style="list-style-type: none"><li>•Há pessoal que se mete com moradores e assaltos a pessoas de fora.</li></ul>
4	<ul style="list-style-type: none"><li>•A maior parte das pessoas evita vir para aqui para as traseiras.</li><li>•Destesto mesmo morar aqui</li></ul>
5	<ul style="list-style-type: none"><li>•Campo está todo destruído, é uma obra recente, mas já roubaram as redes das balizas e as vedações</li></ul>
6	<ul style="list-style-type: none"><li>•Há boa relação entre as pessoas dos blocos da frente, mas já não há entrusamento com os de trás.</li><li>•Conseguimos obras nas fachadas e coberturas dos prédios, graças aos condomínios, com a ajuda de todos.</li></ul>
7	<ul style="list-style-type: none"><li>•Os acessos a habitações foram tapados para que ninguém os despejasse</li><li>•Tambem ha varandas fechadas a tijolo como lá trás</li></ul>
8	<ul style="list-style-type: none"><li>•Iniciativa da junta promoveu um evento de natal, com grupos ciganos daqui e outros de forma.</li><li>•As árvores não fazem qualquer sentido, há pinheiros a partir o chão</li></ul>
9	<ul style="list-style-type: none"><li>•Quando há conflitos entre ciganos é assustador.</li><li>•Já vi armas e situações mesmo agressivas.</li></ul>

## URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO

### Percurso Pedonal – Entrevista Livre

Conceição Alves (67 anos), Moradora desde 1995

1	<ul style="list-style-type: none"><li>• Paisagem incrível</li><li>• Muitos estacionamentos livres</li><li>• Exposição ao vento</li><li>• Não é um bairro perigoso</li><li>• Falta um jardim residencial e espaços para crianças</li><li>• Existem boas proporções entre edificado e espaço público</li><li>• Acessibilidades difíceis para pessoas com mobilidade reduzida. Percursos complicados</li></ul>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fachadas frontais limpas e pintadas ao contrário das traseiras</li><li>• Obras paradas</li><li>• Passeios obstruídos com obras, existem ervas, sem limpeza, mau aspecto.</li><li>• Espaço sossegado, não há ruído</li><li>• Praça só serve para alguns virem passear os cães e deixar lá os dejetos, não há civismo</li></ul>
3	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estacionamento mal dimensionado Ainda neste ponto a informante refere os carros que não cabem no estacionamento desenhado, deixando claros os sinais de mau dimensionamento.</li><li>• Não se percebe a intenção do espaço central, não há árvores, o espaço não tem uso. É preciso que as pessoas queiram ir para lá, para isso não basta ser verde</li><li>• Não se vê lixo no chão</li></ul>
4	<ul style="list-style-type: none"><li>• Corredores apertados e escuros entre as casas</li><li>• Não faz sentido os degraus para as casas, porque criam dificuldades às pessoas com mobilidade reduzida</li><li>• Há muita humidade nas traseiras dos logradouros, sombra e frio</li><li>• Calma e tranquilidade</li><li>• Passeios limpos, ao contrário dos logradouros</li><li>• Formas simples das habitações, mas cores todas iguais</li><li>• Boa paisagem para o mar</li><li>• Amplo, muita vista para o céu</li><li>• Elementos que obstruem os eixos pedonais, como candeeiros</li><li>• Fraca iluminação natural</li></ul>
5	<ul style="list-style-type: none"><li>• Invasão do espaço público com estendais para a roupa</li><li>• Ervas nos canteiros</li><li>• As pessoas tentam fazer os jardins nos logradouros</li><li>• Existem anexos e cobertos</li><li>• Faltam acessos e zonas de rampa para vencer os declives, obrigando pessoas de mobilidade reduzida a fazer percursos mais longos</li><li>• Zona escura e fria e com grande exposição ao vento</li></ul>
6	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apropriação dos pequenos pedaços de terra para fazer horta (apropriação)</li><li>• Dificuldade de acessos</li><li>• Hortas no monte</li><li>• Não gosto de viver aqui, mas há pessoas que sim, se pudesse saía daqui</li><li>• As hortas tornam-se perigosas pela cota alta e de difícil acesso, além da presença de pinheiros em risco de queda</li><li>• Logradouros muito pequenos e sem privacidade</li></ul>
7	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pessoas muito diferentes, por vezes há confusões entre moradores</li><li>• Materiais fracos, principalmente nos pavimentos dos logradouros, sempre a estragarem-se</li><li>• Bairro arruinado desde a nascença, há 22 anos que não há obras de</li></ul>

manutenção

- Pedi para limpar o monte para fazermos as hortas
- Não há privacidade nos logradouros
- Há vandalismo quando alguém expressa uma tentativa de sentido de lugar, principalmente ao nível da decoração de fachadas
- Tiram-me fotografias ao quintal, invadem-me a propriedade, não há privacidade

## UM DA FELGUEIRA

### Percorso Pedonal – Entrevista Livre

Dulce Sousa (49 anos), Visitante desde 2005	
1	<ul style="list-style-type: none"><li>• Parece um anfiteatro mas não é utilizado</li><li>• Grande paisagem</li><li>• Falta de sombras e zonas cobertas</li><li>• Não gosto de estar aqui, fico muito exposta</li><li>• Não há actividade</li><li>• Não é um mau bairro, mas tem falhas</li><li>• Não me dá curiosidade de visitar</li></ul>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Parque infantil precisa de pintura, está em mau estado. As crianças precisam de espaços em condições</li><li>• Pintura das casas está toda lascada</li><li>• É um espaço agradável, mas um pouco estranho pela proximidade das casas</li><li>• Canteiros ao abandono e sem manutenção</li><li>• Não dá muita vontade de estar aqui, porque tem maus aspecto</li><li>• Falta sombra e árvores, é um sítio sossegado</li><li>• Os bancos estão maltratados, precisam de pintura</li><li>• Mesa de ping-pong é interessante e gosto do padrão do pavimento</li><li>• O problema é que as pessoas não tem nada aqui que identifiquem como delas.</li><li>• Não há coisas próprias para cuidar (horta, pomar, algo comunitário)</li></ul>
3	<ul style="list-style-type: none"><li>• Árvores minúsculas e sem sombra</li><li>• Não gosto deste espaço</li><li>• Rua larga para os carros</li><li>• As pessoas não tem muito gosto pelo sítio, mas há quem ponha vasos à porta</li><li>• Faltam baldes do lixo</li><li>• Iluminação boa</li><li>• Parque infantil ao abandono, torna-se perigoso de ser utilizado. Está cheio de ervas, o chão foi coberto com areia, tem lixo.</li><li>• Lixo não é recolhido frequentemente</li><li>• Não há bebedouros, nem fontes</li><li>• Falta espaço verde de permanência</li></ul>
4	<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta espaço verde, e os que existem não estão cuidados</li><li>• Nota-se algum gosto dos moradores quando põe vasos, mas não há sensação de posse</li><li>• As pessoas não deixam as crianças vir para a rua, a entrada da casa é muito próxima da estrada e é perigoso.</li><li>• Devia haver uma separação, e um espaço entre o passeio e a entrada para a garagem</li></ul>
5	<ul style="list-style-type: none"><li>• Há necessidade de canteiros entre as casas, se houvessem as pessoas não iriam ter os vasos à porta de casa, as pessoas tem necessidade do jardim próprio. Assim parece que saem da porta de casa e estão logo na rua a pisar o que não é deles. Os canteiros iriam dar a sensação de posse, de algo que ainda faz parte da casa.</li><li>• Casas todas iguais, se houvesse diversidade de cores, ia haver mais entusiasmo das pessoas para gostarem da sua casa.</li><li>• Parece que se está sempre no mesmo sítio, porque é tudo igual</li></ul>
6	<ul style="list-style-type: none"><li>• O parque está escondido, nada sugere que vai haver um parque e que as pessoas venham até cá</li><li>• Faltam percursos, as pessoas vêm até aqui se souberem que isto já existe, se não, não há nada que sugira que isto existe</li><li>• Falta sombra no parque de merendas</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Respira-se melhor aqui (há mais elementos verdes e sombra), o que dá vida</li> <li>•Podia ser mais amplo, parece tudo desfragmentado</li> <li>•O espaço convida a entrar, mas é tudo muito forçado. O espaço é pequeno e tem mesas a mais, parece desorganizado.</li> <li>•Não há privacidade, nem intimidade.</li> <li>•Não me sinto muito à vontade de estar na rua, mas sente-se calma.</li> </ul>
7	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Pavimento debaixo das mesas desadequado</li> <li>•O bar é uma boa iniciativa, porque estamos a fazer alguma coisa por este sítio</li> <li>•É o melhor espaço do bairro, mas tem pouca intimidade</li> <li>•É demasiado apertado e exposto, e as pessoas não tem intimidade de umas casas para as outras, nem de uns jardins para os outros.</li> <li>•Falta sombra</li> <li>•Espaço bem delimitado</li> <li>•Espaços comuns são bonitos, nota-se o gosto por este bocadinho do bairro</li> <li>•Parece que é o unico sítio que é das pessoas</li> <li>•Sítio sossegado</li> </ul>
8	<ul style="list-style-type: none"> <li>•O parque infantil devia ser aqui, aqui não passam carros e é mais reguardado</li> <li>•A iluminação está estragada e os canteiros descuidados</li> <li>•Há variedade de elementos mas não têm manutenção</li> <li>•O espaço acaba por não convidar a vir para aqui</li> <li>•Falta de intimidade pela proximidade das janelas das casas com o espaço público</li> <li>•Não há transição entre as casas e o jardim.</li> <li>•As pessoas não usam o espaço público</li> <li>•Percurso desarticulados, não sugerem a que as pessoas venham até aqui</li> <li>•Limites mal definidos, o espaço parece ser invadido por outros</li> <li>•Certa desistência e abandono da comunidade pelo espaço.</li> </ul>

**URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DA AREIA**  
**Percorso Pedonal – Entrevista Livre**

Maria de Fátima Silva (59 anos), Moradora desde 2004	
1	<ul style="list-style-type: none"><li>•É o território deles, não gostam que se aproxime gente estranha;</li><li>•O centro funciona à parte das casas, não tem nada a ver com a gente;</li><li>•Pensei que vinha para as obras, estão sempre a dizer que vão fazer obras aqui.</li></ul>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>•Já pedimos às pessoas da câmara para vir cá, dizem que vêm mas nunca aparecem;</li><li>•O presidente da junta também não quer saber da gente;</li><li>•Fizeram obras no outro bairro, e aqui não há nada;</li><li>•Há tanta coisa mal aqui, e que a gente precisa;</li><li>•É o espaço onde eles se encontram, costuma haver sempre lá algum grupo durante o dia.</li></ul>
3	<ul style="list-style-type: none"><li>•Ninguém chega perto deste bloco, se for estranho;</li><li>•Não se pode com o cheiro e a falta de limpeza;</li><li>•Nem ninguém se aproxima de lá, as pessoas toleram-se, mas há muita falta de respeito;</li><li>•Somos muito diferentes;</li><li>•Puseram as entradas para as casas, viradas para trás, a gente tem de entrar pela fachada que não está virada para a rua. Quiseram esconder a gente;</li><li>•Não chega cá uma ambulância, não tem acesso.</li></ul>
4	<ul style="list-style-type: none"><li>•As crianças costumam jogar aqui à bola, entre os prédios;</li><li>•As bolas partem os vidros das cozinhas;</li><li>•Há crianças aqui e não há espaço para elas brincarem, então jogam aqui;</li><li>•As crianças precisam pelo menos de um campo de futebol.</li></ul>
5	<ul style="list-style-type: none"><li>•Acessos muito maus;</li><li>•Pessoas em cadeira de rodas não se podem mobilizar, sair ou entrar nos prédios sem ajuda;</li><li>•Tinha de carregar o meu marido nos braços com tantos degraus;</li><li>•Este bloco ainda está limpo e arranjado, as pessoas ainda fazem alguma manutenção;</li><li>•É uma porcaria, tudo sujo, ninguém trata dos canteiros para isto estar arranjadinho;</li><li>•Na primavera e no verão é um problema com pulgas e carraças e outras pragas.</li></ul>
6	<ul style="list-style-type: none"><li>•Há casas vazias com os vidros todos partidos;</li><li>•Os próprios moradores partem as janelas e as persianas para entrar nas outras casas e roubarem;</li><li>•Canteiros sem manutenção, ninguém vem cuidar disto, nem os moradores querem saber;</li><li>•Eu tenho o canteiro em frente à minha casa arranjado, mas sou eu que ando lá a tratar.</li></ul>
7	<ul style="list-style-type: none"><li>•Falta de respeito, é muito mau morar aqui;</li><li>•Já me entraram pela casa dentro comigo lá, e puseram-se no sofá a ver televisão;</li><li>•As rendas são baixas, mas ainda assim há quem não pague.</li></ul>



**ANEXOS**  
2. ENTREVISTAS  
SEMI-DIRECTIVAS

## BAIRRO DO JARDIM

---

**Joana Pires**

**32 Anos**

**Moradora durante 23 anos (0-8 anos + 17-32 anos)**

### **O que acha da localização do bairro em relação à cidade?**

Gosto do sítio porque é bastante central e está em conta, pois viver na cidade tem valores acrescidos. É sossegado, pois não tem muito movimento de carros nem grandes multidões, tornando-se, por isso, numa área com muito potencial a nível habitacional. No geral, gosto da sua estrutura e organização/uso do espaço. Todas as casas têm possibilidade de receber luz natural, mesmo nas estações mais sombrias. Existem bons acessos quer a meios de transporte quer a serviços.

Em criança, era o melhor sítio para viver. Tínhamos parque, brincávamos na rua até anoitecer! Conhecíamos toda a gente e toda a gente nos conhecia. Não havia perigo

Acho que é uma boa zona para morar. Perto do centro mas sem a confusão da cidade.

Temos tudo aqui próximos. Escolas, cafés, banco, lojas, mercearias/supermercados.

### **Quais os aspectos positivos e negativos do bairro?**

Coisas boas:

- Vizinhança simpática;
- Zona sossegada;
- **Centralidade** (próximo da cidade);
- **Abundância de comércio e serviços nas proximidades;**
- Facilidade de acessos;
- Estacionamento gratuito;
- **Proximidade de um parque infantil;**
- Zonas verdes cuidadas;

Coisas más:

- **Dificuldade de estacionamento;**
- **Pouca privacidade** (casas muito juntas umas às outras);
- Passeios pedonais degradados.

A relação com os vizinhos é ótima. Todos nos conhecemos e nós ajudamos. Não há problemas entre nós, há até um espírito de ajuda...

E mesmo com os donos do comércio local. São muitos anos a conviver com as mesmas pessoas e as ligações intensificam-se. Penso que este é o aspecto positivo de viver naquela zona. Acaba por ser tudo muito familiar.

### **Como é morar aqui e como te relacionas com as pessoas que aqui moram?**

No geral não tenho atritos com ninguém, nem eu nem a minha família. Toda a gente com quem tenho contacto mostra-se afável, pelo menos ninguém falta ao respeito a ninguém, que nós saibamos. Algumas relações mais próximas que outras, mas isso é completamente normal.

Os vizinhos são afáveis e, no meu ver, não há nenhum tipo de discriminação ou conflitos entre ninguém.

### **O que faz falta ao bairro, quais são as tuas necessidades e expectativas?**

Em termos de melhoria do espaço, acho que se devia dar uma especial atenção à questão do estacionamento, pois perto das casas não existe muito, fora as garagens e ainda há quem não as tenha. Alguns dos passeios deviam ter alguma manutenção pois parte deles já se encontram um pouco degradados.

Até agora não tenho razões de queixa, nem grandes expectativas. Creio que devia continuar a haver o aproveitamento das casas que já existem.

## **URBANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO CAPITÃES DE ABRIL**

---

**Cátia Moreira**

**26 Anos**

**Moradora entre 2011-2015**

### **O que acha da localização do bairro em relação à cidade?**

O bairro está muito bem localizado. A qualquer hora do dia há autocarros e táxis para o centro da cidade, pois há uma escola superior ao lado do bairro. Para quem quiser fazer um exercício em 15 minha chega a pé ao centro da cidade sem grande dificuldade.

Tem um supermercado a poucos metros, bem como uma farmácia, um banco, cafés/restaurantes, papelarias e um parque para crianças no centro da urbanização

Sendo um local tranquilo onde toda a gente se conhece, quem tiver filhos pode estar tranquilo pois é um excelente sítio para se morar

Sendo estudante universitária todos os meus vizinhos colaboraram na minha integração na urbanização e se fosse para voltar a viana seria naquele sítio que moradia, sem dúvida.

### **Quais os aspectos positivos e negativos do bairro?**

Os aspectos mais negativos a destacar é só é apenas o campo de futebol da urbanização. Esta degradado e visto que foi criado um parque infantil deveriam ter restaurado o campo para um aspecto mais bonito na urbanização. Esteticamente dá mau aspecto à urbanização. A vizinhança é fantástica, todos se dão bem e até combinam horas para levar os filhos até ao parque e os pais aproveitam para socializar entre eles. Normalmente por volta das 6h/7h da tarde.

### **O que faz falta ao bairro, quais são as tuas necessidades e expectativas?**

Talvez umas mesas de piqueniques no parque. Já que há um espaço verde com bancos, porque não aproveitar para fazer um lanche ao ar livre com as crianças?! E talvez darem mais uso ao campo. Talvez pela sua degradação que não o usem. Poderiam assim existir torneios de futebol, aulas de zumba ou ginástica ao fim de semana (muito em voga). Talvez assim as pessoas se juntassem mais ainda para socializar.

## **BAIRRO DO FOMENTO - IGAPHE - DARQUE**

---

**Bárbara Silva**

**24 Anos**

**Moradora desde 1993**

### **O que acha da localização do bairro em relação à cidade e à vila?**

Eu penso que o Fomento está bem situado, até porque está em frente à estrada nacional, o que faz com que seja de fácil acesso. Além disso está no centro de Darque. Portanto acaba por ser simples te movimentares para qualquer lado. Seja para o lado do Porto seja para Viana. Pessoalmente gosto da localização especialmente pela parte de ter acesso direto à nacional. É uma questão de minutos para uma pessoa chegar onde quer. Além disso está situado num sítio em que mesmo quem não tem transporte pessoal, basta andar uns metros que tem ao dispor as paragens de autocarros e o apeadeiro dos comboios.

Quanto à cidade, como já disse, é uma questão de minutos para lá chegar, seja de carro, autocarro ou comboio. Portanto sim, a localização é boa.

### **Quais os aspectos positivos e negativos do bairro?**

Coisas más

Há pouco estacionamento para tantos moradores.

Há muita destruição nas zonas onde a etnia cigana habita maioritariamente.

Coisas boas

Fácil acesso

Implementação de condomínios. (Eu vivo logo no 1 prédio e desde 2009 que temos condomínio...daí o prédio estar restaurado e pintado)

Existem diferenças, a zona da frente está toda restaurada graças aos condomínios criados, mas a zona de trás está muito destruída.

### **Como é morar aqui e como te relacionas com as pessoas que aqui moram?**

Não. Preferia morar num sítio mais sossegado. Mas os meus pais compraram a casa aqui portanto é o que há.

Não me relaciono com as pessoas para ser sincera, não conheço metade das pessoas que moram aqui, aliás pouco tempo passo aqui.

Lembro-me de ser mais novinha, devia ter uns 10 anos e passava o tempo na rua a brincar, e sempre que ia andar de bicicleta para a parte de trás do bairro com uma amiga/vizinha, das duas uma, ou os miúdos de etnia, de 5 anos se colocavam no meio da estrada para nos tentarem parar e roubarem as bicicletas, ou éramos recebidas à pedrada. Portanto como deves imaginar as crianças daqui não são propriamente carinhosas nem respeitam o que não lhes pertence.

### **O que faz falta ao bairro, quais são as tuas necessidades e expectativas?**

Mais estacionamento. Mais organização. Mais condomínios se isso significar mais limpeza e restauro dos prédios.

Há um grande espaço no centro do bairro que podia ser muito melhor aproveitado, em vez das árvores que colocaram que de tanto crescerem levantaram a pedra do chão, podiam fazer um local de estacionamento.

Já não sugiro um parque infantil porque infelizmente iria durar pouco tempo... e não, não estou a ser racista nem preconceituosa. É simplesmente um facto e basta ver pelo campo de futebol que foi construído na zona de trás do bairro e agora se encontra destruído.

O pessoal de etnia (maioritariamente!) acaba sempre por destruir tudo, mesmo os miúdos em geral são maldosos.

## URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO

---

**Lurdes Sá**

**63 Anos**

**Moradora desde 1995**

### **O que acha da localização do bairro em relação à cidade e à vila?**

O lugar até é bom porque está ao pé do monte e é sossegado, mas está um bocadinho longe de tudo. Temos de descer tudo até lá baixo para ir às compras ou a algum sítio que precisemos. Uma pessoa se quer apanhar a camioneta tem de andar muito, a minha sorte é ter o meu marido que ainda tem carro e podemos ir onde queremos. A gente tem de subir tudo até cá cima e gasta um bocado.

À cidade a gente já não vai lá muito, antes a gente ia mais, mas também era mais nova, agora é mais a vida aqui por casa.

### **Quais os aspectos positivos e negativos do bairro?**

Há tanta coisa de mal. Há gente aqui do piorio, cada um tem de fazer a sua vidinha sem se meter com ninguém.

Não há privacidade, as pessoas metem-se nas coisas umas das outras e são mal-educadas.

As casas são uma porcaria, fizeram os quartos encostados à cozinha da outra casa, é uma barulheira porque é só uma parede fina a separar. Mal cheguei aqui tive logo de fazer obras, o chão estava todo levantado. Agora a casa está melhor, mas fui eu que fiz. E aqui no jardim tenho tudo arranjadinho, mas nem todos são assim, há gente muito porca aqui.

De bom tem a vista para o mar. É a melhor coisa. Ao menos temos isto, também não é assim tão mau.

### **Como é morar aqui e como se relaciona com as pessoas que aqui moram?**

Foi o que eu já disse antes. As pessoas são muito más, tem de ser cada um por si, sem se meter com ninguém.

Há pessoas muito diferentes aqui e isso às vezes dá confusão. As pessoas implicam por tudo, se aquele tem mais um bocado que o outro, já é motivo para haver maldades. Por exemplo, se alguém arranja mais um bocadinho o jardim, já outro vizinho se quer meter porque já lhe tapou a vista ou porque não pode estar tapado assim tão alto que lhe faz mais sombra.

### **O que faz falta ao bairro, quais são as tuas necessidades e expectativas?**

Os do outro bairro estão melhores. As casas são melhores. Se pudesse tinha antes ido para lá. Gostava de ter um espacinho melhor para ter as nossas coisas. Os quintais são pequenos, só dá para ter uns vasos.

Queria que olhassem para a gente e viessem cá, mas não fizessem a gente de burros. Arranjassem as casas e lavassem e pintassem por trás também. As árvores qualquer dia vão cair lá atrás, podiam arranjar aquilo, sem estragarem as hortas, e fazer umas escadas com condições.

## URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DA FELGUEIRA

---

**António Gomes**

**54 Anos**

**Morador desde 2004, e membro da Associação de Moradores do Bairro da Felgueira**

### **O que acha da localização do bairro em relação à cidade e à vila?**

É o bairro social, toda a gente sabe que isto aqui é um bairro social. À parte do resto. Temos a escola e a casa do povo aí próximas. Chega-se num instante a Santa Marta e lá tem mais coisas. E temos aí o cafezito mesmo ao lado. De resto não há muito a dizer. A cidade é a cidade e isto aqui é o campo, vivemos na vila.

### **Quais os aspectos positivos e negativos do bairro?**

Temos uma casinha barata, não nos podemos queixar. Está bem bom para o que tínhamos antes.

A gente conhece-se toda e não há problemas com ninguém aqui do bairro. Isso é tranquilo.

De mal, é estarmos um pedaço desviados de tudo, ficamos na ponta de Perre.

Nem sempre dá para ter tudo direitinho, mas o que foi feito aqui teve a mão de muita gente. Foram as pessoas que quiseram fazer o parque de merendas e por lá as mesas.

### **Como é morar aqui e como se relaciona com as pessoas que aqui moram?**

Sempre fomos as pessoas do bairro social, as pessoas olham para nós e é assim que nos vêem. Não acham nada de mal em concreto, mas acho que há sempre preconceito. Nós queremos é que as pessoas venham para cá e usem o nosso espaço. Grupos e Associações por exemplo. Mas também não há muita dinamização. Só nós às vezes é que fazemos aí umas reuniões. Mas ninguém quer vir cá, se calhar também não conhecem que temos isto aqui.

**O que faz falta ao bairro, quais são as tuas necessidades e expectativas?**

É arranjar aí umas coisas. O parque das crianças já não está em condições. A Junta tem de vir aí limpar os canteiros, porque as ervas já estão grandes. As coisas também se estragam mais por não terem uso, há aí sítios que ninguém vai durante uma temporada, também vão ficando ao abandono. Era preciso usar mais os sítios.

## **BAIRRO DA AREIA**

---

**Hugo Leiria**

**23 Anos**

**Morador desde 2004/2005 (assim que o bairro ficou pronto a ser habitado)**

### **O que acha da localização do bairro em relação à cidade e à vila?**

Em relação à localização, é muito boa pela facilidade aos meios de transporte público, em relação às necessidades do dia-a-dia também é, há bons supermercados, cafés, multibanco, fica tudo num raio de 300 ou 400m. Claro que aqui em Darque não temos metade do que temos na cidade, mas como os meios de transporte são de fácil acesso, isso não é problema... Gosto da localização, estou inserido no melhor ambiente da natureza, monte de um lado, rio e praia do outro... O aspecto mais negativo desta localização é a fama da "rebeldia", uns têm a fama e tiram proveito, outros ficam se só pela fama. Depois também há sempre aquela discriminação aos de etnia, a verdade é que alguns deles fazem por se integrar na sociedade outros fazem por se afastar, o que leva as pessoas de fora a ficar um pouco de pé atrás com a maioria dos darquenses.

### **Quais os aspectos positivos e negativos do bairro?**

O meu principal destaque e aspeto positivo é a segurança, devido à dita "fama" o bairro torna-se um local muito seguro, gente que pensa em roubos, raptos e coisas assim mais maradas, é algo que aqui perto não acontece. As crianças podem sempre brincar mais à vontade, porque já sabem que quando aparece algum estranho é abordado de imediato, todos gostamos de saber quais as intenções de um desconhecido. O menos positivo é sem dúvida a higiene e preservação do bairro. Gente que se vir um contentor de lixo cheio não hesita em deixar no chão ao invés de andar um pouco mais e ir ao subterrâneo perto dos ecopontos. Outro aspecto negativo é a câmara esquecer muitas vezes de tratar das ervas e jardins, há bicharada nas ervas que podem ser prejudiciais para a saúde, os animais na rua também são um grande problema. De resto acho que não há muitas mais diferenças entre outras zonas.

### **Como é morar aqui e como te relacionas com as pessoas que aqui moram?**

Gosto de morar aqui, acaba por ser um ótimo sítio. Acho que há quem tenha de morar em sítios e situações piores. No meu caso dou-me com a maioria seja "ciganinhos", seja "pailhos" como somos conhecidos, mas sim no geral é mais ou menos isso as pessoas com mais idade especialmente dos nossos não gosta de dar muita confiança a ciganos. Já aconteceu haver alguns assaltos e partirem janelas para levar coisas em apartamentos e também de ocuparem apartamentos vazios, sendo depois despejados por denúncia.

### **O que faz falta ao bairro, quais são as tuas necessidades e expectativas?**

O que podia ser melhorado em relação à estrutura era o solo, quando chove sempre se abrem buracos na calçada envolvente ao bairro. De resto acho que está bom, até podia dizer que podiam fazer um parque ou um campo de jogos mas isso era sempre uma incógnita (iria ser aproveitado da melhor maneira, ou não?) Na minha opinião acho que poderiam fazer um campo aqui como fizeram no fomento, se fizeram lá, porque não um aqui? O que eu não sei é se não teria o mesmo fim que teve o do fomento, ou seja, mais ou menos num mês conseguiram destruir baliza, redes, tabelas, sintético, enfim... Só mesmo aparência de que ali era um campo. Tem gente por Portugal fora e até aqui em Darque, sem sermos nós do bairro, que vivem pior que nós, e para ser sincero, eu acho que para já está bem bom. Em relação à socialização sem discriminação ou preconceito acho que só mesmo com o tempo é que se vão mudando as mentalidades e maneiras de ser.

# **ANEXOS**

## **3.FICHAS DE APOIO**

Nome	Bairro do Jardim
Localização	Santa Maria Maior, Viana do Castelo
Ano de construção	1962

Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T1	T2	T3	T4	T5	TOTAL	Nº de Pisos
Habitação unifamiliar								
Habitação unifamiliar banda							64	1 ou 2
Habitação multifamiliar   Bloco								

COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO/TIPOLOGIAS	Número
Ruas	5
Praças/largos	1
Espaços memoriais	0
Mercados	0
Núcleos comerciais	0
Espaços Verdes	1

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	Sim/Não
Recreio	Parque Infantil
Lazer	Parque Residencial
Culturais e/ou recreativas	-

Exigências para:	Cumpre/Não Cumpre
ESPAÇOS DE RESERVA OU DE DESAFOGO	✓✓
INSTALAÇÃO DE REDES PÚBLICAS	✓✓
CIRCUITOS DE BICICLETAS E OUTROS	X
CIRCULAÇÃO MISTA	✓

ÁREAS PEDONAIS PAVIMENTADAS	Classificação		Classificação
Pavimentação adequada	✓	Grelhas de ventilação	✓
Largura adequada de passeios	✓✓	Grelhas e sumidouros	✓
Passagens articuladas e protegidas	X	Altura dos lancis dos passeios	✓
Desníveis e pendentes mínimos	✓	Vegetação	X
Preparadas para colocação de vegetação e elementos	X	Degraus com dimensões adequadas	-
Boa delimitação de áreas de vegetação	X	<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Mau

ORNAMENTAÇÃO E SEPARAÇÃO	Classificação		Classificação
Plasticidade conceptual	-	Controlo de taludes	✓✓
Limites e alinhamentos das diferentes espécies	X	Eixos perspécticos	-
Faixas de separação adequadas	✓	Abrigos a intempéries	X
Implantação de estatuária ou fontes	X	Visualização e leitura	X
		<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Mau

CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	Classificação		Classificação
Facilidade no atravessamento de peões	X	Continuidade de passeios e passagens de peões	✓
Controlo dos limites de velocidade	✓✓	Estacionamento (dimensão e geometria)	X
Pontos de conflito	X	Superfície pavimentada (execução e materiais)	✓
Passagens de peões	✓	Sumidouros e sarjetas (quantidade)	✓
Refúgios para atravessamento de vias	-	<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Mau

CONJUNTOS FUNCIONAIS			
Pedonais	2	Ornamentais e transição	1
Estacionamentos	0	Circulação de veículos	5

FACHADAS	Sim/Não
Aumento posterior do nº de pisos	✓✓
Componentes tecnológicos	✓
Painéis publicitários	X
Componentes de sombreamento	✓
Substituição de materiais	✓
Formas clandestinas	X
Iluminação deficiente	-
Vãos desajustados	X
Exclusão e substituição de elementos arquitectónicos	✓✓

DIREITOS	Classificação
Direito de acesso	Bom
Liberdade de acção	Razoável
Direito de fruição	Razoável
Transformação/alteração	Péssimo

Nome	Bairro do Jardim
Localização	Santa Maria Maior, Viana do Castelo
Ano de construção	1962

	Análise Sensorial					Avaliação
	Brandão (2002)		Lynch (2009)		Cullen (2006)	
<b>SENTIDO DE LUGAR</b>	• Identidade	✓ (6)	• Nomes e significados	✓		Razoável
<b>CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO</b>	• Continuidade   Permeabilidade	✓ (1, 2, 5, 6, 7)	• Simplicidade da forma	✓ (5, 6)	• Rudeza e vigor • Extravagância • Intimidade • Ilusão • Nostalgia • Metáfora • Animismo • Publicidade	X (-)
			• Continuidade	✓✓ (2, 3, 4, 7, 8, 9)		X (-)
			• Séries temporais	✓ (6)		X (-)
			• Consciência de movimento	✓ (1, 2, 3, 4, 5, 6)		X (-)
	• Alcance Visual	✓ (5, 6)		• Metáfora	X (-)	
	• Diferenciação direcional	✓ (2, 3, 4, 7, 8, 9)		• Animismo	X (-)	
				• Publicidade	X (+)	
	• Segurança   Conforto   Aproximabilidade	✓ (6)	• Singularidade	✓ (5, 6)	• Urbanidade	X (-)
	• Legibilidade	✓ (5, 6)			• Complexidade	X (-)
					• Correção	✓ (4, 5, 6, 7)
					• Geometria	✓ (5, 6)
					• Exposição e isolamento	✓ (5, 6)
					• Indício	X (-)
					• Contraste	✓✓ (2, 3, 4, 7, 8, 9)
					• Escala	✓ (1, 5)
	• Mobilidade   Acessibilidade	✓✓ (5, 6, 8, 9)	• Clareza da ligação	X (-)		
<b>FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL</b>	• Inclusão   Coesão Social	✓ (6)			• Sobreposição de usos	✓✓ (7, 8, 9)
	• Diversidade   Adaptabilidade	✓ (5, 6)			• Objetos significativos	✓ (5, 6)
<b>MANUTENÇÃO E GESTÃO</b>	• Resistência   Durabilidade	✓ (5, 6)			• Integração de árvores	X (-)
	• Sustentabilidade	✓✓ (2, 3, 4, 5, 6)			• Integração discreta	-

**CLASSIFICAÇÃO MÉDIA: Razoável**

Nome	Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril (1ª Fase)
Localização	Santa Maria Maior, Viana do Castelo
Ano de construção	Década de 1980

Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T1	T2	T3	T4	T5	TOTAL	Nº de Pisos
Habitação unifamiliar								
Habitação unifamiliar banda								
Habitação multifamiliar   Bloco							242	4

COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO/TIPOLOGIAS	Número
Ruas	4
Praças/largos	0
Espaços memoriais	1
Mercados	0
Núcleos comerciais	1
Espaços Verdes	3

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	Sim/Não
Recreio	Parque Infantil
Lazer	Jardim
Culturais e/ou recreativas	Campo de Jogos, Centro Comercial

Exigências para:	Cumpre/Não Cumpre
ESPAÇOS DE RESERVA OU DE DESAFOGO	✓
INSTALAÇÃO DE REDES PÚBLICAS	✓
CIRCUITOS DE BICICLETAS E OUTROS	N.D
CIRCULAÇÃO MISTA	✓

ÁREAS PEDONAIS PAVIMENTADAS	Verifica/Não V	Verifica/Não V
Pavimentação adequada	✓✓	Grelhas de ventilação
Largura adequada de passeios	✓✓	Grelhas e sumidouros
Passagens articuladas e protegidas	✓	Altura dos lancis dos passeios
Desníveis e pendentes mínimos	✓✓	Vegetação
Preparadas para colocação de vegetação e elementos	✓✓	Degraus com dimensões adequadas
Boa delimitação de áreas de vegetação	✓✓	<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>
		Bom

ORNAMENTAÇÃO E SEPARAÇÃO	Verifica/Não V.	Verifica/Não V.
Plasticidade conceptual	✓✓	Controlo de taludes
Limites e alinhamentos das diferentes espécies	✓	Eixos perspécticos
Faixas de separação adequadas	✓	Abrigos a intempéries
Implantação de estatuária ou fontes	✓✓	Visualização e leitura
		<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>
		Bom

CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	Verifica/Não V.	Verifica/Não V.
Facilidade no atravessamento de peões	✓	Continuidade de passeios e passagens de peões
Controlo dos limites de velocidade	✓	Estacionamento (dimensão e geometria)
Pontos de conflito	✓	Superfície pavimentada (execução e materiais)
Passagens de peões	✓	Sumidouros e sarjetas (quantidade)
Refúgios para atravessamento de vias	✓✓	<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>
		Bom

CONJUNTOS FUNCIONAIS			
Pedonais	2	Ornamentais e transição	4
Estacionamentos	6	Circulação de veículos	4

FACHADAS	Sim/Não
Aumento posterior do nº de pisos	X
Componentes tecnológicos	✓
Painéis publicitários	X
Componentes de sombreamento	✓
Substituição de materiais	X
Formas clandestinas	X
Iluminação deficiente	X
Vãos desajustados	X
Exclusão e substituição de elementos arquitectónicos	X

DIREITOS	Classificação
Direito de acesso	Excelente
Liberdade de acção	Bom
Direito de fruição	Bom
Transformação/alteração	Mau

Nome	Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril (1ª Fase)
Localização	Santa Maria Maior, Viana do Castelo
Ano de construção	Década de 1980

	Análise Sensorial					Avaliação
	Brandão (2002)		Lynch (2009)		Cullen (2006)	
<b>SENTIDO DE LUGAR</b>	• Identidade	✓✓ (1, 3, 5, 7, 8)	• Nomes e significados	✓ (2)		Bom
<b>CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO</b>	• Continuidade   Permeabilidade	✓✓ (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9)	• Simplicidade da forma	✓✓ (1, 2, 5, 6, 7)	• Rudeza e vigor ✓✓ (1, 2, 5, 6, 7) X (-) • Extravagância ✓✓ (3, 4, 5, 7) • Intimidade X (-) • Ilusão ✓ (3, 9) • Nostalgia X (-) • Metáfora X (-) • Animismo X (-) • Publicidade X (+)	Bom
			• Continuidade	✓✓ (1, 2, 5, 6, 7)		
			• Séries temporais	✓✓ (3, 4, 5, 8, 9)		
			• Consciência de movimento	✓✓ (3, 5, 9)		
			• Alcance Visual	✓ (3, 4, 5, 8, 9)		
• Diferenciação direcional	✓✓ (1, 4, 5, 9)					
• Segurança   Conforto   Aproximabilidade	✓✓ (1, 3, 5, 7, 8, 9)	• Singularidade	✓ (3, 4, 5, 6, 7)	• Urbanidade ✓✓ (1, 2, 3, 4, 6, 8) • Complexidade ✓ (1, 2, 5, 6, 7) • Correção ✓ (3, 4, 5, 7, 8) • Geometria ✓ (1, 2, 5, 6, 7) • Exposição e isolamento X (+) • Indício ✓✓ (2, 3) • Contraste X (-) • Escala ✓✓ (1, 2, 5, 6, 7)		
• Legibilidade	✓✓ (3, 4, 5, 7, 8, 9)					
• Mobilidade   Acessibilidade	✓✓ (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9)	• Clareza da ligação	✓✓ (2, 4, 5, 7, 8, 9)			
<b>FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL</b>	• Inclusão   Coesão Social	✓✓ (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9)		• Sobreposição de usos	✓✓ (2, 3, 4, 5, 7, 8)	Excelente
	• Diversidade   Adaptabilidade	✓✓ (3, 4, 5, 8)		• Objetos significativos	✓✓ (1, 3, 4, 5, 8, 9)	
<b>MANUTENÇÃO E GESTÃO</b>	• Resistência   Durabilidade	✓ (1, 2, 3, 4, 5, 8, 9)		• Integração de árvores	✓✓ (3, 4, 5, 8)	Excelente
	• Sustentabilidade	✓ (3, 4, 5, 8, 9)		• Integração discreta	✓ (2, 5, 9)	

**CLASSIFICAÇÃO MÉDIA: Excelente**

Nome	Bairro do IGAPHE – Darque
Localização	Darque, Viana do Castelo
Ano de construção	1983

Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T1	T2	T3	T4	T5	TOTAL	Nº de Pisos
Habitação unifamiliar								
Habitação unifamiliar banda								
Habitação multifamiliar   Bloco							129	1/3/4

COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO/TIPOLOGIAS	Número
Ruas	1
Praças/largos	0
Espaços memoriais	0
Mercados	0
Núcleos comerciais	0
Espaços Verdes	2

CONJUNTOS FUNCIONAIS			
Pedonais	1	Ornamentais e transição	4
Estacionamentos	4	Circulação de veículos	1

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	Sim/Não
Recreio	Campo de Jogos
Lazer	Recinto Residencial
Culturais e/ou recreativas	Junta de Freguesia de Darque

FACHADAS	Sim/Não
Aumento posterior do nº de pisos	X
Componentes tecnológicos	✓
Painéis publicitários	X
Componentes de sombreamento	X
Substituição de materiais	✓
Formas clandestinas	✓
Iluminação deficiente	✓
Vãos desajustados	✓
Exclusão e substituição de elementos arquitectónicos	✓

Exigências para:	Cumpre/Não Cumpre
ESPAÇOS DE RESERVA OU DE DESAFOGO	X
INSTALAÇÃO DE REDES PÚBLICAS	✓
CIRCUITOS DE BICICLETAS E OUTROS	X
CIRCULAÇÃO MISTA	✓

DIREITOS	Classificação
Direito de acesso	Razoável
Liberdade de acção	Razoável
Direito de fruição	Mau
Transformação/alteração	Mau

ÁREAS PEDONAIS PAVIMENTADAS	Classificação		Classificação
Pavimentação adequada	✓	Grelhas de ventilação	✓
Largura adequada de passeios	✓✓	Grelhas e sumidouros	✓
Passagens articuladas e protegidas	✓	Altura dos lancis dos passeios	✓
Desníveis e pendentos mínimos	✓✓	Vegetação	X
Preparadas para colocação de vegetação e elementos	✓	Degraus com dimensões adequadas	✓✓
Boa delimitação de áreas de vegetação	X	<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Razoável

ORNAMENTAÇÃO E SEPARAÇÃO	Classificação		Classificação
Plasticidade conceptual	✓	Controlo de taludes	✓✓
Limites e alinhamentos das diferentes espécies	✓	Eixos perspécticos	✓
Faixas de separação adequadas	✓	Abrigos a intempéries	✓
Implantação de estatuária ou fontes	X	Visualização e leitura	✓
		<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Razoável

CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	Classificação		Classificação
Facilidade no atravessamento de peões	✓	Continuidade de passeios e passagens de peões	✓
Controlo dos limites de velocidade	X	Estacionamento (dimensão e geometria)	✓✓
Pontos de conflito	✓	Superfície pavimentada (execução e materiais)	✓
Passagens de peões	✓	Sumidouros e sarjetas (quantidade)	✓
Refúgios para atravessamento de vias	X	<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Mau

Nome	Bairro do IGAPHE – Fomento – Darque
Localização	Darque, Viana do Castelo
Ano de construção	1983

	Análise Sensorial					Avaliação
	Brandão (2002)		Lynch (2009)		Cullen (2006)	
<b>SENTIDO DE LUGAR</b>	• Identidade	X (-)	• Nomes e significados	✓ (1)		Mau
<b>CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO</b>	• Continuidade   Permeabilidade	✓ (3, 7, 8)	• Simplicidade da forma	✓✓ (1, 3, 7, 8, 9)	• Rudeza e vigor • Extravagância • Intimidade • Ilusão • Nostalgia • Metáfora • Animismo • Publicidade	✓
			• Continuidade	✓ (4, 5, 7, 8)		X (-)
			• Séries temporais	✓ (3, 5, 8, 9)		X (-)
			• Consciência de movimento	✓✓ (3, 4, 5, 7, 8, 9)		X (-)
			• Alcance Visual	✓✓ (3, 6, 7, 8, 9)		X (-)
	• Diferenciação direcional	✓✓ (2, 3, 6, 7, 9)	X (-)			
• Segurança   Conforto   Agradabilidade	X (-)	• Singularidade	✓✓ (3, 4, 7, 8, 9)	• Urbanidade • Complexidade • Correção • Geometria • Exposição e isolamento • Indício • Contraste • Escala	X (-)	
• Legibilidade	✓ (3, 7, 8)				✓ (1, 8, 9)	
					✓ (1, 8, 9)	Razoável
					✓✓ (3, 7, 8, 9)	
					X (+)	Razoável
					X (-)	
					X (+)	Razoável
					✓ (8, 9)	
	• Mobilidade   Acessibilidade	X (-)	• Clareza da ligação	✓ (3, 8)		
<b>FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL</b>	• Inclusão   Coesão Social	✓ (1, 8)			• Sobreposição de usos	✓
	• Diversidade   Adaptabilidade	✓ (8)			• Objetos significativos	X (-)
<b>MANUTENÇÃO E GESTÃO</b>	• Resistência   Durabilidade	✓ (1)			• Integração de árvores	✓✓ (1, 4, 5, 8, 9)
	• Sustentabilidade	X (-)			• Integração discreta	X (-)

**CLASSIFICAÇÃO MÉDIA: Razoável**

Nome	Urbanização Municipal Lugar do Meio
Localização	Areosa, Viana do Castelo
Ano de construção	1995

Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T1	T2	T3	T4	T5	TOTAL	Nº de Pisos
Habitação unifamiliar								
Habitação unifamiliar banda			16	16			32	2
Habitação multifamiliar   Bloco								

COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO/TIPOLOGIAS	Número
Ruas	2
Praças/largos	1
Espaços memoriais	0
Mercados	0
Núcleos comerciais	0
Espaços Verdes	1

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	Sim/Não
Recreio	X
Lazer	Praceta-Jardim
Culturais e/ou recreativas	X

Exigências para:	Cumpre/Não Cumpre
ESPAÇOS DE RESERVA OU DE DESAFOGO	✓
INSTALAÇÃO DE REDES PÚBLICAS	✓✓
CIRCUITOS DE BICICLETAS E OUTROS	X
CIRCULAÇÃO MISTA	✓

ÁREAS PEDONAIS PAVIMENTADAS	Classificação		Classificação
Pavimentação adequada	✓✓	Grelhas de ventilação	✓
Largura adequada de passeios	✓✓	Grelhas e sumidouros	✓
Passagens articuladas e protegidas	✓	Altura dos lancis dos passeios	✓✓
Desníveis e pendentes mínimos	✓	Vegetação	X
Preparadas para colocação de vegetação e elementos	X	Degraus com dimensões adequadas	✓✓
Boa delimitação de áreas de vegetação	-	CLASSIFICAÇÃO:	Razoável

ORNAMENTAÇÃO E SEPARAÇÃO	Classificação		Classificação
Plasticidade conceptual	✓✓	Controlo de taludes	✓
Limites e alinhamentos das diferentes espécies	✓✓	Eixos perspécticos	✓✓
Faixas de separação adequadas	✓✓	Abrigos a intempéries	X
Implantação de estatuária ou fontes	X	Visualização e leitura	✓✓
		CLASSIFICAÇÃO:	Bom

CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	Classificação		Classificação
Facilidade no atravessamento de peões	✓	Continuidade de passeios e passagens de peões	✓
Controlo dos limites de velocidade	✓	Estacionamento (dimensão e geometria)	✓
Pontos de conflito	X (+)	Superfície pavimentada (execução e materiais)	✓✓
Passagens de peões	✓	Sumidouros e sarjetas (quantidade)	✓✓
Refúgios para atravessamento de vias	X	CLASSIFICAÇÃO:	Razoável

CONJUNTOS FUNCIONAIS			
Pedonais	2	Ornamentais e transição	1
Estacionamento	2(34)	Circulação de veículos	3

FACHADAS	Sim/Não
Aumento posterior do nº de pisos	X
Componentes tecnológicos	✓
Painéis publicitários	X
Componentes de sombreamento	X
Substituição de materiais	✓
Formas clandestinas	✓
Iluminação deficiente	✓
Vãos desajustados	X
Exclusão e substituição de elementos arquitectónicos	✓

DIREITOS	Classificação
Direito de acesso	Razoável
Liberdade de acção	Razoável
Direito de fruição	Razoável
Transformação/alteração	Bom

Nome	Urbanização Municipal Lugar do Meio
Localização	Areosa, Viana do Castelo
Ano de construção	1995

	Análise Sensorial					Avaliação
	Brandão (2002)		Lynch (2009)		Cullen (2006)	
<b>SENTIDO DE LUGAR</b>	• Identidade	✓ (6, 7)	• Nomes e significados	X (-)		Mau
<b>CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO</b>	• Continuidade   Permeabilidade	✓✓ (2, 3, 4, 5)	• Simplicidade da forma	✓✓ (2,3,4,5,6,7)	• Rudeza e vigor ✓ (1, 2, 3, 4, ) • Extravagância X (-) • Intimidade X (-) • Ilusão X (-) • Nostalgia X (-) • Metáfora X (-) • Animismo X (-) • Publicidade X (+)	Razoável
			• Continuidade	✓✓ (2, 3, 4, 5, 6, 7)		
			• Séries temporais	X (-)		
			• Consciência de movimento	✓✓ (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7)		
	• Alcance Visual	✓ (1,4)	• Singularidade	✓✓ (1, 2, 3, 4, 6, 7)	• Urbanidade -	
	• Diferenciação direcional	✓✓ (2, 3, 4, 5, 6, 7)			• Complexidade X (-)	
	• Segurança   Conforto   Aprazibilidade	-			• Correção ✓ (2, 3, 4, 5, 6, 7)	
	• Legibilidade	✓✓ (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7)			• Geometria ✓✓ (1, 2, 3, 4)	
					• Exposição e isolamento ✓✓ (1,2,3,4)	
					• Indício X (-)	
					• Contraste ✓✓ (2, 3, 4)	
					• Escala -	
	• Mobilidade   Acessibilidade	✓ (2, 3, 4)	• Clareza da ligação	✓✓ (1,2,3,4,5,6,7)		
<b>FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL</b>	• Inclusão   Coesão Social	X (-)			• Sobreposição de usos X (-)	Péssimo
	• Diversidade   Adaptabilidade	✓ (2,3,7)			• Objetos significativos X (-)	
<b>MANUTENÇÃO E GESTÃO</b>	• Resistência   Durabilidade	✓ (2, 3, 4)			• Integração de árvores X (-)	Péssimo
	• Sustentabilidade	X (-)			• Integração discreta X (-)	

**CLASSIFICAÇÃO MÉDIA: Razoável**

Nome	Urbanização Municipal da Felgueira
Localização	Perre, Viana do Castelo
Ano de construção	2000

Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T1	T2	T3	T4	T5	TOTAL	Nº de Pisos
Habitação unifamiliar								
Habitação unifamiliar banda			16	16			32	2
Habitação multifamiliar   Bloco								

COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO/TIPOLOGIAS	Número
Ruas	2
Praças/largos	1
Espaços memoriais	1
Mercados	0
Núcleos comerciais	2
Espaços Verdes	2

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	Sim/Não
Recreio	Parque de Merendas, Campo de Jogos
Lazer	Bar Associação de Moradores
Culturais e/ou recreativas	Associação de Moradores Bairro da Felgueira

Exigências para:	Cumpre/Não Cumpre
ESPAÇOS DE RESERVA OU DE DESAFOGO	✓
INSTALAÇÃO DE REDES PÚBLICAS	✓
CIRCUITOS DE BICICLETAS E OUTROS	✓
CIRCULAÇÃO MISTA	✓

ÁREAS PEDONAIS PAVIMENTADAS	Classificação		Classificação
Pavimentação adequada	-	Grelhas de ventilação	-
Largura adequada de passeios	-	Grelhas e sumidouros	✓
Passagens articuladas e protegidas	-	Altura dos lancis dos passeios	✓✓
Desníveis e pendentes mínimos	✓	Vegetação	-
Preparadas para colocação de vegetação e elementos	✓	Degraus com dimensões adequadas	✓
Boa delimitação de áreas de vegetação	✓	<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Mau

ORNAMENTAÇÃO E SEPARAÇÃO	Classificação		Classificação
Plasticidade conceptual	-	Controlo de taludes	✓✓
Limites e alinhamentos das diferentes espécies	-	Eixos perspécticos	✓
Faixas de separação adequadas	✓	Abrigos a intempéries	-
Implantação de estatuária ou fontes	✓	Visualização e leitura	✓
		<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Mau

CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	Classificação		Classificação
Facilidade no atravessamento de peões	✓✓	Continuidade de passeios e passagens de peões	✓✓
Controlo dos limites de velocidade	✓	Estacionamento (dimensão e geometria)	✓✓
Pontos de conflito	X (+)	Superfície pavimentada (execução e materiais)	✓
Passagens de peões	✓	Sumidouros e sarjetas (quantidade)	✓✓
Refúgios para atravessamento de vias	✓	<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Bom

CONJUNTOS FUNCIONAIS			
Pedonais	4	Ornamentais e transição	4
Estacionamento	2(60)	Circulação de veículos	2

FACHADAS	Sim/Não
Aumento posterior do nº de pisos	X
Componentes tecnológicos	✓
Painéis publicitários	X
Componentes de sombreamento	✓
Substituição de materiais	X
Formas clandestinas	✓
Iluminação deficiente	✓
Vãos desajustados	X
Exclusão e substituição de elementos arquitectónicos	X

DIREITOS	Classificação
Direito de acesso	Razoável
Liberdade de acção	Bom
Direito de fruição	Mau
Transformação/alteração	Razoável

Nome	Urbanização Municipal da Felgueira
Localização	Perre, Viana do Castelo
Ano de construção	2000

	Análise Sensorial						Avaliação
	Brandão (2002)		Lynch (2009)		Cullen (2006)		
<b>SENTIDO DE LUGAR</b>	• Identidade	✓ (7, 8)	• Nomes e significados	✓ (7)			Razoável
<b>CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO</b>	• Continuidade   Permeabilidade	✓ (4, 5, 6)	• Simplicidade da forma	✓✓ (2, 4, 5, 6, 7)	• Rudeza e vigor • Extravagância • Intimidade • Ilusão • Nostalgia • Metáfora • Animismo • Publicidade	X (-)	Mau
			• Continuidade	✓✓ (4, 5, 6)		X (-)	
			• Séries temporais	X (-)		X (-)	
			• Consciência de movimento	X (-)		X (-)	
	• Alcance Visual	✓ (1, 6, 7)	• Diferenciação direcional	X (-)	• Urbanidade	X (-)	
	• Segurança   Conforto   Aproximabilidade	✓ (4, 5, 6)	• Singularidade	✓ (7, 8)	• Complexidade	X (-)	
	• Legibilidade	✓ (7)			• Correção	✓ (2)	
					• Geometria	✓ (4, 5, 6)	
					• Exposição e isolamento	✓✓ (-)	
					• Indício	X (-)	
					• Contraste	X (-)	
					• Escala	✓ (2)	
	• Mobilidade   Acessibilidade	✓✓ (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8)	• Clareza da ligação	✓ (4, 5, 6)			
<b>FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL</b>	• Inclusão   Coesão Social	✓✓ (2, 7, 8)			• Sobreposição de usos	✓ (+)	Razoável
	• Diversidade   Adaptabilidade	✓✓ (1, 2, 3, 7, 8)			• Objetos significativos	X (-)	
<b>MANUTENÇÃO E GESTÃO</b>	• Resistência   Durabilidade	-			• Integração de árvores	✓ (2)	Mau
	• Sustentabilidade	X (-)			• Integração discreta	X (-)	

**CLASSIFICAÇÃO MÉDIA: Razoável**

Nome	Urbanização Municipal da Areia
Localização	Darque, Viana do Castelo
Ano de construção	2004

Conjuntos habitacionais / blocos	T0	T1	T2	T3	T4	T5	TOTAL	Nº de Pisos
Habitação unifamiliar								
Habitação unifamiliar banda								
Habitação multifamiliar   Bloco			21	18	3		42	4

COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO/TIPOLOGIAS	Número
Ruas	1
Praças/largos	1
Espaços memoriais	0
Mercados	0
Núcleos comerciais	0
Espaços Verdes	1

CONJUNTOS FUNCIONAIS			
Pedonais	1	Ornamentais e transição	3
Estacionamento	1(32)	Circulação de veículos	1

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Sim/Não
Recreio	Centro Comunitário de Darque
Lazer	
Culturais e/ou recreativas	

FACHADAS	Sim/Não
Aumento posterior do nº de pisos	X
Componentes tecnológicos	✓
Painéis publicitários	X
Componentes de sombreamento	X
Substituição de materiais	X
Formas clandestinas	X
Iluminação deficiente	X
Vãos desajustados	✓
Exclusão e substituição de elementos arquitectónicos	✓

Exigências para:	Cumpre/Não Cumpre
ESPAÇOS DE RESERVA OU DE DESAFOGO	X
INSTALAÇÃO DE REDES PÚBLICAS	✓
CIRCUITOS DE BICICLETAS E OUTROS	X
CIRCULAÇÃO MISTA	✓

DIREITOS	Classificação
Direito de acesso	Mau
Liberdade de acção	Péssimo
Direito de fruição	Péssimo
Transformação/alteração	Péssimo

ÁREAS PEDONAIS PAVIMENTADAS	Classificação		Classificação
Pavimentação adequada	✓	Grelhas de ventilação	✓
Largura adequada de passeios	✓✓	Grelhas e sumidouros	X
Passagens articuladas e protegidas	X	Altura dos lancis dos passeios	✓
Desníveis e pendentes mínimos	✓	Vegetação	✓
Preparadas para colocação de vegetação e elementos	✓✓	Degraus com dimensões adequadas	✓
Boa delimitação de áreas de vegetação	✓✓	<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Razoável

ORNAMENTAÇÃO E SEPARAÇÃO	Classificação		Classificação
Plasticidade conceptual	✓	Controlo de taludes	✓
Limites e alinhamentos das diferentes espécies	✓	Eixos perspécticos	X
Faixas de separação adequadas	✓✓	Abrigos a intempéries	X
Implantação de estatuária ou fontes	X	Visualização e leitura	X
		<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Mau

CIRCULAÇÃO MOTORIZADA E ESTACIONAMENTO	Classificação		Classificação
Facilidade no atravessamento de peões	✓	Continuidade de passeios e passagens de peões	✓✓
Controlo dos limites de velocidade	✓	Estacionamento (dimensão e geometria)	✓✓
Pontos de conflito	✓	Superfície pavimentada (execução e materiais)	✓
Passagens de peões	X	Sumidouros e sarjetas (quantidade)	✓
Refúgios para atravessamento de vias	X	<b>CLASSIFICAÇÃO:</b>	Razoável

Nome	Urbanização Municipal da Areia
Localização	Darque, Viana do Castelo
Ano de construção	2004

	Análise Sensorial					Avaliação		
	Brandão (2002)		Lynch (2009)		Cullen (2006)			
<b>SENTIDO DE LUGAR</b>	• Identidade	X (-)	• Nomes e significados	✓		Mau		
<b>CAMPO VISUAL E LEITURA DO ESPAÇO</b>	• Continuidade   Permeabilidade	✓ (1, 2, 7)	• Simplicidade da forma	✓ (3, 4, 5, 6, 7)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rudeza e vigor</li> <li>• Extravagância</li> <li>• Intimidade</li> <li>• Ilusão</li> <li>• Nostalgia</li> <li>• Metáfora</li> <li>• Animismo</li> <li>• Publicidade</li> </ul>	✓✓		
			• Continuidade	✓		X (-)		
			• Séries temporais	X (-)		X (-)		
			• Consciência de movimento	✓		X (-)		
			• Alcance Visual	✓ (1, 7)		X (-)		
			• Diferenciação direcional	✓ (2, 3, 4)		X (-)		
	• Segurança   Conforto   Aprazibilidade	X (-)	• Singularidade	✓ (1, 4, 7)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Urbanidade</li> <li>• Complexidade</li> <li>• Correção</li> <li>• Geometria</li> <li>• Exposição e isolamento</li> <li>• Índicio</li> <li>• Contraste</li> <li>• Escala</li> </ul>	X (-)		
	• Legibilidade	✓ (2, 3)				• Clareza da ligação	X (-)	✓
								X (-)
	• Mobilidade   Acessibilidade	X (-) (2,3,4)				X (-)		
<b>FUNÇÕES E INSERÇÃO SOCIAL</b>	• Inclusão   Coesão Social	X (-)			• Sobreposição de usos	✓		
	• Diversidade   Adaptabilidade	X (-)			• Objetos significativos	X (-)		
<b>MANUTENÇÃO E GESTÃO</b>	• Resistência   Durabilidade	X (-)			• Integração de árvores	✓		
	• Sustentabilidade	X (-)			• Integração discreta	N.D		
<b>CLASSIFICAÇÃO MÉDIA:</b>						<b>Mau</b>		



João Alberto  
Ferreira Sampaio

NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA  
NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

o **ESPAÇO PÚBLICO**

Julho 2017

escola superior  gallaecia

MESTRADO INTEGRADO EM  
ARQUITECTURA E URBANISMO

escola superior  gallaecia

MESTRADO INTEGRADO EM  
ARQUITECTURA E URBANISMO

Vila Nova de Cerveira, Julho 2017

o **ESPAÇO PÚBLICO**  
NOS CONJUNTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA  
NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

João Alberto Ferreira Sampaio  
Vila Nova de Cerveira, Julho 2017